

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CRIZAN GRAÇA DE SOUZA

Dinâmicas das moradias: entre as ocupações Castanhal, Nova Conquista e as palafitas na cidade de Parintins-AM



Manaus - Amazonas
2024

CRIZAN GRAÇA DE SOUZA

Dinâmicas das moradias: entre as ocupações Castanhal, Nova
Conquista e as palafitas na cidade de Parintins-AM

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEOP, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente

Linha de Pesquisa: Espaço, Território, e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Paola Verri de Santana

Coorientador: Prof.^o Dr. Estevan Bartoli

Manaus - Amazonas
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729d Souza, Crizan Graça de
Dinâmicas das moradias : entre as ocupações Castanhal, Nova
Conquista e as palafitas na cidade de Parintins-AM / Crizan Graça
de Souza . 2024
271 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Paola Verri de Santana
Coorientador: Estevan Bartoli
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Urbanização. 2. Cidade. 3. Ocupações. 4. Moradia. 5.
Parintins. I. Santana, Paola Verri de. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

CRIZAN GRAÇA DE SOUZA

Dinâmicas das moradias: entre as ocupações Castanhal, Nova Conquista e as palafitas na cidade de Parintins-AM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Amazônia: Território e Ambiente. Linha de Pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Aprovada em 15 de maio de 2024

Banca Examinadora:

Professora Doutora Paola Verri de Santana
Presidente da banca

Professor Doutor Jan Bitoun

Membro externo da banca

Professora Doutora Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker

Membro externo da banca

Professor Doutor Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Membro interno da banca

Professor Doutor Geraldo Alves de Souza

Membro interno da banca

Trecho da crônica - A CIDADE E O TEMPO

Nas pequenas cidades, ainda permanece a abundância de tempo para o desfrute das condições de humanização do homem, visto que as necessidades de tempo de trabalho são inversamente menores do que são nas grandes cidades. É o tempo da festa, do pensamento, da arte, do preparar as concretizações do ser. Em algumas dessas pequenas cidades, os utensílios, mesmos os mais simples, podem tornar-se obras de arte. Neste sentido, nas pequenas cidades o uso do tempo se dá para a construção do ser. Já nas grandes cidades, o tempo contínuo produz a pobreza de realização das possibilidades, em decorrência do controle, da segregação e da hierarquia.

As relações fragmentaram-se determinando um modo de vida urbano que não é mais determinado pela vivência, mas pelo tempo contínuo, igual ao relógio do calendário. As necessidades são criadas e impostas e produzem o tempo social diferenciado, pois cada realidade social segrega seu tempo ou as suas escalas de tempo. A realidade social é construída a partir das contradições existentes num modelo que tem como base a segregação, que é também temporal.

Na cidade em que vivemos, os tempos são impostos e como as inovações são bruscas, uma parte significativa da população não é capaz de acompanhá-las, estabelecendo um hiato que tem como consequência a criação de um novo espaço social concentrador e centralizador. De um lado, as “ocupações”, as moradias insalubres dos igarapés, as favelas e do outro os condomínios fechados. As cidades configuram-se como uma ilha de riqueza cercada de miséria por todos os lados.

A compreensão de que a cidade, especialmente as grandes cidades, contém múltiplos tempos pode nos apontar para o entendimento das desigualdades dos ritmos que se desenvolvem no seu interior. E sobretudo pode nos possibilitar a compreensão da pobreza não apenas material, mas da pobreza de realizações, de possibilidades. Uma das grandes pobreza do nosso agora é a pobreza de tempo.

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todos.
A todos que se desafiam a fazer pesquisa nesta imensidão
que é o Brasil.
A todos os moradores da região amazônica que habitam as
áreas impactadas por este estudo.
A todos os afetados pela pobreza urbana e que sonham
com dias melhores.
Ao meu povo do baixo rio Amazonas... o povo que vive na beira do rio e da terra
firme.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta pesquisa só foi possível graças ao apoio e à ajuda, de forma direta e indireta, de várias pessoas e instituições, às quais gostaria de expressar meus agradecimentos.

A Deus, pela sabedoria, proteção e força em todos os momentos da vida.

Ao Professor Dr. José Aldemir de Oliveira (in memoriam), pela paciência, pela confiança e pelos conhecimentos construídos durante as incansáveis orientações no mestrado e no início do doutorado. Agradeço ainda pelos valores ensinados, pois são partes fundamentais da minha existência.

À professora Dra. Paola Verri de Santana, pela paciência ao acolher-me como orientando após a partida do nosso saudoso José Aldemir de Oliveira.

Ao professor Dr. Estevan Bartoli, que não mediu esforços para aceitar-me como coorientador, gratidão.

À professora Dra. Tatiana Schor, pelos auxílios até a concessão da bolsa. Meus sinceros agradecimentos.

À dona Graça, por ser atenciosa em suas atribuições dentro da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em 2019.

À Gercy, por sempre me ajudar sem reclamar.

Aos professores e colegas do NEPECAB, por terem me acolhido e ajudado na minha formação.

Agradeço à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES, pelo financiamento da bolsa que viabilizou esta pesquisa.

Aos meus pais Edmilson Henriques de Souza e Rosene de Souza Graça, pelos ensinamentos transmitidos, pois são minha base de sustentação para superar os obstáculos da vida. Esta vitória também pertence a vocês.

Aos meus irmãos Luvanor, Suzane e Christian. Ao Emanuel (in memoriam), à Cláudia e, em especial, à irmãzinha Débora. Esta vitória também pertence a vocês.

À minha esposa Geisilane Tavares de Oliveira, pelas palavras de incentivo e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Ao meu filho Noah Graça de Oliveira. Esta, conquista é para você.

Aos meus familiares.

Aos professores do Departamento de Geografia do CESP/UEA – Parintins, por cederem o laboratório de cartografia em inúmeras ocasiões.

Ao NETAM, em nome do professor Dr. Estevan Bartoli, pelo convite para participar de seu núcleo de pesquisa.

Aos colegas da turma inicial do doutorado, pelo estudo, pelo suporte e pela convivência.

Aos amigos da pós-graduação pelas discussões profícuas sobre os diversos temas das pesquisas desenvolvidas nas turmas 2019/2 e 2021/1, durante as aulas remotas na plataforma do Google Meet, nas disciplinas Seminário de Tese I e II realizadas em 2021.

Ao colega Adanilson Fonseca e à sua esposa, pelo acolhimento na sua casa em Manaus. Gratidão!

Ao colega Marciclei Bernado da Silva, com quem dividi aluguel em Manaus durante a pandemia.

Aos estudantes de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas CESP/UEA que, em algum momento da pesquisa, deram seu apoio nos trabalhos de campo.

Aos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista, por concederem-me as informações dos formulários aplicados.

Aos colegas Fernando Monteiro e Fredson, pelas contribuições na transmissão via Google Meet durante a qualificação desta pesquisa. A todos, muito obrigado!,

Aos professores doutores Jan Bitoun e Geraldo Alves de Souza, pelas orientações ao projeto de qualificação, que, de forma direta e indireta, contribuíram nas reflexões epistemológicas, conceituais e práticas na construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos e a todas que, de alguma forma, contribuíram para que esse objetivo fosse alcançado. A vocês, o meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de urbanização explorando as complexas relações entre a produção do espaço e a apropriação da terra urbana a partir das premissas e necessidades da população de baixa renda na cidade de Parintins-AM. A pesquisa se concentrou nas palafitas e nas ocupações informais, considerando-as como iniciativas inseridas no contexto da urbanização acompanhada pela expansão da pobreza, que se manifesta de maneira particular em cada região ou em diferentes cidades de um mesmo país, sendo resultado de diversas combinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas. Na Amazônia, esse processo se intensificou com a implantação de grandes projetos “desenvolvimentistas”, que impulsionaram um fluxo migratório e transformaram social e morfologicamente as cidades, as quais já incorporavam outros processos externos indutores de um modelo centralizador de ocupação pelo território. Esses fatores produziram diferentes formas de cidades, que resultou no aparecimento de diversos problemas sociais e ambientais que afetam diretamente a população local, incluindo o acesso à terra urbana. Nesse contexto, a tese tem como objetivo analisar as condições de moradia nas áreas de palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista (2016) na cidade de Parintins. A hipótese é que as ocupações urbanas informais surgem das premissas e necessidades decorrentes das condições de vida da população de baixa renda, cujas ações moldam as dinâmicas de acesso à terra urbana. O arcabouço teórico-metodológico da pesquisa permitiu a sistematização dos dados empíricos, identificando suas especificidades em relação à condição da habitação. Os dados levantados resultaram da pesquisa-ação junto aos moradores das áreas envolvidas, bem como da pesquisa de campo que incluiu a aplicação de 88 formulários, observação direta, conversas informais, registros fotográficos e análise documental. Além disso, a pesquisa se baseou em referências teóricas de compreensão do espaço urbano amazônico. Assim, as áreas de estudo indicam que o direito à terra e à moradia enfrenta desafios significativos, principalmente no que se refere ao habitar em relação às demandas na cidade. A capacidade de concentrar pessoas em busca de melhores condições resulta na ocupação de diferentes áreas de expansão da cidade, como margens de rios, lagos e até áreas de preservação ambiental. As habitações do tipo palafita são construídas às margens do lago Macurany e Francesa e foram engarrafadas no urbano incompleto, com infraestrutura precária ou ausente (principalmente de esgotamento sanitário). A ocupação Castanhal, situada em uma Unidade de Conservação, e a Nova Conquista, localizada em terra privada é reflexo da negação dos direitos básicos e criam dinâmicas ligadas às necessidades da casa própria não ofertada à população de baixa renda da cidade. O modo como a população se relaciona com o lugar expressa-se nas formas de ocupação dos espaços alagáveis e de terra firme carregam conhecimento empírico herdado dos povos tradicionais, como simbologias da cultura local. Sendo assim, a presente pesquisa visou contribuir para revelar a diversidade do fazer cidade, fornecendo subsídios à proposição de políticas urbanas e habitacionais com enfoques menos generalizantes.

Palavras-chave: Urbanização. Cidade. Ocupações. Moradia. Parintins.

ABSTRACT

This work analyzes the urbanization process, exploring the complex relationships between the production of space and the appropriation of urban land based on the situations and needs of the low-income population in the city of Parintins-AM. The research focused on stilt houses and informal occupations, considering them as initiatives inserted in the context of urbanization accompanied by the expansion of poverty, which manifests itself in a particular way in each region or in different cities of the same country, being results of different economic, political, social, cultural and ideological transfers. In the Amazon, this process intensified with the implementation of large “developmental” projects, which boosted a migratory flow and socially and morphologically transformed the cities, which have already incorporated other external processes that induce a centralizing model of occupation of the territory. These factors produced different forms of cities, which resulted in the emergence of various social and environmental problems that directly affected the local population, including access to urban land. In this context, the thesis aims to analyze housing conditions in the areas of stilt houses and the Castanhal and Nova Conquista occupations (2016) in the city of Parintins. The hypothesis is that informal urban occupations arise from situations and needs arising from the living conditions of the low-income population, whose actions shape the dynamics of access to urban land. The theoretical-methodological framework of the research allowed the systematization of empirical data, identifying its specificities in relation to the housing condition. The data collected resulted from action research with residents of the areas involved, as well as field research that included the application of 88 forms, direct observation, informal conversations, photographic records and documentary analysis. Furthermore, the research was based on theoretical references to understand the Amazonian urban space. Thus, the study areas indicate that the right to land and housing faces significant challenges, especially with regard to housing in relation to demands in the city. The ability to concentrate people in search of better conditions results in the occupation of different expansion areas of the city, such as riverbanks, lakes and even environmental preservation areas. The stilt-type houses are built on the banks of Lake Macurany and Francesa and were bottled up in an incomplete urban area, with precarious or absent infrastructure (mainly sewage systems). The Castanhal occupation, located in a Conservation Unit, and Nova Conquista, located on private land, reflects the denial of basic rights and creates dynamics linked to the needs of owning a home not offered to the city's low-income population. The way in which the population relates to the place is expressed in the forms of occupation of floodable spaces and dry land, carrying empirical knowledge inherited from traditional people, as symbols of local culture. Therefore, this research aimed to contribute to revealing the diversity of city-making, providing support for proposing urban and housing policies with less generalizing approaches.

Keywords: Urbanization. City. Occupations. Housing. Parintins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Parintins-AM.....	23
Figura 2 - Fluxograma Metodológico	26
Figura 3 - Síntese dos termos que analisaram o processo urbano amazônico.....	46
Figura 4 - Mapa conceitual das concepções teóricas da pesquisa	51
Figura 5 - Movimento de reprodução da cidade	55
Figura 6 - A produção do espaço intraurbano de Parintins-AM.....	57
Figura 7 - Vista aérea da cidade de Parintins-AM	65
Figura 8 - Aspectos das ocupações do passado em Parintins-AM	68
Figura 9 - Vista aérea de Parintins em 1960 e sua expansão herdada da ocupação inicial.....	69
Figura 10 - Expansão urbana de Parintins por bairros e décadas.....	75
Figura 11 - Moradia de palha e madeira no sentido oeste da cidade: atual bairro de São Benedito ...	77
Figura 12 - Rendimento médio na zona urbana de Parintins pelos setores censitários de 2010	79
Figura 13 - Ocupação da fazenda Itaúna.....	83
Figura 14 - Habitações construídas por construtoras/incorporadoras locais.....	90
Figura 15 - Novas formas de produção de moradia em Parintins pelo segmento econômico	92
Figura 16 - Modelo padrão das habitações dos conjuntos habitacionais em Parintins-AM	98
Figura 17 - Habitações do PMCMV em Parintins-AM.....	99
Figura 18 - Mapa de localização das áreas palafíticas na cidade de Parintins-AM	100
Figura 19 - Palafita com acesso ao lago do Macurany	101
Figura 20 - Palafitas sem acesso ao rio no bairro de Santa Clara em Parintins-AM.....	102
Figura 21 - Uso de embarcações como moradia das famílias que não possuem acesso à terra na cidade	105
Figura 22 - Uso de embarcações (temporária ou permanente na cidade de Parintins-AM	106
Figura 23 - Conexões entre produção e apropriação da cidade.....	114
Figura 24 - Áreas de palafitas dos bairros de Parintins-AM	117
Figura 25 - Padrões construtivos e acesso entre as palafitas em Parintins-AM	119
Figura 26 - Moradia de palafita e suas formas de construção	132
Figura 27 - Configuração tipológica das palafitas	135
Figura 28 - Beco submarino na Francesa e casa bairro de Santa Rita de Cássia.....	136
Figura 29 - Palafitas com corredor interno (A), corredor externo (B) e Janelas (C)	138
Figura 30 - Palafitas com acesso ao rio nas áreas palafíticas em Parintins-AM.....	147
Figura 31 - Atividades e brincadeiras das crianças nas palafitas	150
Figura 32 - Comercialização de variados produtos ao longo das vias principais das palafitas.....	152
Figura 33 - O cotidiano na palafita e o movimento das águas em Parintins-AM.....	155
Figura 34 - Ação do poder público municipal no bairro São José e a enchente de 2015 na baixada do bairro Santa Rita de Cássia	157
Figura 35 - Trecho das ruas Paulo Teixeira, no bairro Santa Rita e Benjamin Rondon, Palmares (A) e rua Barreirinha e Antônio Cesar de Carvalho, no bairro de Palmares (B).....	158
Figura 36 - localização da ocupação Castanhal na cidade de Parintins-AM.....	163
Figura 37 - Vista aérea do conjunto habitacional ocupado em Parintins-AM	165
Figura 38 - Vista da ocupação Nova Conquista na cidade de Parintins-AM	166
Figura 39 - Ocupação Castanhal (A) e Ocupação Nova Conquista (B)	169
Figura 40 - Aspectos da morfologia das ruas (A) Nova Conquista e, (B) Castanhal.....	169
Figura 41 - Casas de alvenaria e mista na Nova Conquista em Parintins-AM.....	171
Figura 42 - Tipologias variadas de habitações na ocupação Castanhal	173
Figura 43 - Padrão das portas e janelas das casas na ocupação Castanhal.....	175
Figura 44 - Casa destruída por galhos de castanheira na ocupação Castanhal	179
Figura 45 - Mapa de municípios que as pessoas migraram para Parintins-AM	186
Figura 46 - Algumas estratégias de renda dos moradores das palafitas e ocupações	193
Figura 47 - Construção de sanitário e banheiro.....	215
Figura 48 - Lixo acumulado nas áreas de palafitas em Parintins-AM.....	220
Figura 49 - Tipo de captação de energia nas moradias	223
Figura 50 - Subestação Parintins 2 na cidade de Parintins-AM	225
Figura 51 - Modelo situacional da moradia em Parintins-AM	237

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População urbana e rural de Parintins-AM.....	78
Gráfico 2 - Tipo da moradia.....	138
Gráfico 3 - Material construtivo predominante.....	138
Gráfico 4 - Aquisição da madeira.....	140
Gráfico 5 - Origem da madeira.....	140
Gráfico 6 - As águas do rio impactam seu morar.....	143
Gráfico 7 - Período mais afetado.....	143
Gráfico 8 - Pessoas por residência atualmente.....	144
Gráfico 9 - Tamanho da moradia é confortável.....	144
Gráfico 10 - Quantidade de cômodos.....	144
Gráfico 11 - Proprietário.....	145
Gráfico 12 - Se for proprietário, comprou.....	145
Gráfico 13 - Palafitas com acesso à beira de rio	146
Gráfico 14 - A relação com o rio.....	146
Gráfico 15 - Você tem embarcação?.....	147
Gráfico 16 - Tem problema com este tipo de moradia.....	149
Gráfico 17 - Sua casa serve apenas para moradia.....	153
Gráficos 18 e 19 - Tipo de moradia das ocupações.....	171
Gráficos 20 e 21 - Tamanho de sua moradia é bom.....	174
Gráficos 22 e 23 - Quantidade de cômodos.....	176
Gráficos 24 e 25 - Quantidade de pessoas em cada casa.....	177
Gráficos 26 e 27 - Faixa etária.....	182
Gráficos 28 e 29 - Estado civil.....	183
Gráficos 30 e 31- Naturalidade dos informantes.....	184
Gráfico 32 - Origem dos informantes.....	185
Gráfico 33 - Rendimentos dos informantes.....	194
Gráfico 34 - Ocupação profissional dos pesquisados.....	196
Gráfico 35 - Nível de escolaridade dos chefes de famílias das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista.....	199
Gráfico 36 - Gostaria de ter seu terreno/casa regularizado.....	205
Gráfico 37 - Situação da moradia dos moradores abordados.....	210
Gráfico 38 - Material construtivo predominante da moradia.....	212
Gráfico 39 - Tipo de Esgotamento.....	214
Gráfico 40 - Tipo de sanitário construído nas casas.....	216
Gráficos 41 e 42 - A moradia é distante ou próxima dos serviços.....	217
Gráfico 43 - Coleta de lixo.....	219
Gráfico 44 - Abastecimento de água.....	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Loteamentos que se transformaram em bairros de terras particulares em Parintins-AM.....	81
Quadro 2 - produção e apropriação do Urbano-Ribeirinho pelos sujeitos não hegemônicos.....	112
Quadro 3 - Dinâmica situacional das áreas estudadas.....	113
Quadro 4 - Características da tipologia de palafitas e seu entorno.....	118
Quadro 5 - Motivos que levaram à construção da casa naquele lugar.....	141
Quadro 6 - Tipos de atividades das áreas palafíticas de Parintins-AM.....	151
Quadro 7 - Áreas de ocupações com início em 2016 na cidade de Parintins-AM...	161
Quadro 8 - Comunidade rural de Parintins de onde vieram os informantes.....	178
Quadro 9 - Comunidades rurais de Parintins de onde vieram os informantes.....	187
Quadro 10 - Motivações que levaram a morar na cidade de Parintins-AM.....	188
Quadro 11 - Principais atividades exercidas pelos responsáveis da moradia.....	192
Quadro 12 - Principais necessidades apontados pelos moradores abordados.....	227
Quadro 13 - Consequências associadas ao objeto de estudo.....	234
Quadro 14 - Consequências associadas às políticas públicas.....	235
Quadro 15 - Consequências da manutenção do problema.....	236

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Parintins segundo a situação do Censo brasileiro de 2010 e 2022.....	162
Tabela 2 - Rendimento nominal mensal da área urbana e rural de Parintins-AM ...	195
Tabela 3 - Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação, segundo as características dos aglomerados subnormais em Parintins, 2010.....	209
Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por tipo de esgotamento sanitário em Parintins-AM, 2010.....	213

LISTA DE SIGLAS

ACSs - Agentes Comunitários de Saúde
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
AMBC - Associação por Moradia do Bairro do Castanhal
AMUMM - Associação de Moradores Unidos por uma Moradia Melhor
APP - Áreas de Preservação Permanente
ASCALPIN - Associação dos Catadores de Lixo de Parintins
ATHEIS - Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social
BB - Banco do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH - Banco Nacional de Habitação
CEF - Caixa Econômica Federal
CESP - Centro de Estudos Superiores de Parintins
COHAB-AM - Companhia de Habitação do Amazonas
CRECI-AM/RR - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Amazonas e Roraima
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FAU-USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FGhab - Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FJP - Fundação João Pinheiro
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPASEA - Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado do Amazonas
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
ITR - Imposto Territorial Rural
MME - Ministério de Minas e Energia
NEPECAB - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia
OGU - Orçamento Geral da União
PDMP - Plano Diretor Municipal de Parintins
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PNUR - Premissas e Necessidades do Urbano-Ribeirinho
PPGGEOG - Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROSAI - Programa de Saneamento Integrado de Parintins
PROSAMIN+ - Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior
PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social
SAAE - Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Parintins
SEDEMA - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente de Parintins
SEMASTH - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIN - Sistema Integrado Nacional
SMS-PIN - Secretaria Municipal de Saúde Parintins
STJ - Superior Tribunal de Justiça
SUHAB - Superintendência de Habitação do Amazonas
UBS - Unidade Básica de Saúde
UC - Unidade de Conservação
UEA - Universidade do Estado do Amazonas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
ZEIS - Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	23
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
2 CIDADE, URBANO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO.....	28
2.1 Cidade <i>versus</i> Urbano.....	30
2.2 Territórios urbanos e formas de moradias.....	37
2.3 A Urbanização e a Cidade Amazônica.....	43
2.4 Da moradia à habitação no contexto da cidade.....	51
3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DE PARINTINS (AM).....	57
3.1 A cidade e as formas de habitações no acesso à moradia em Parintins.....	58
3.1.1 O contexto histórico-geográfico da cidade de Parintins (AM).....	60
3.1.2 O núcleo urbano inicial.....	64
3.2 Dos loteamentos às ocupações na cidade de Parintins: o segmento da autoconstrução.....	71
3.3 A habitação do “segmento econômico” em Parintins.....	85
3.4 Do BNH ao PMCMV: o segmento com subsídio do Estado em Parintins.....	96
3.5 Entre as palafitas e embarcações: o segmento alternativo da moradia.....	100
4 PALAFITAS E OCUPAÇÕES INFORMAIS: a alternativa da moradia da população de baixa renda na cidade de Parintins-AM.....	109
4.1 Caracterização das palafitas na cidade de Parintins (AM).....	116
4.1.1 As palafitas por dentro: autoconstrução da moradia, vida e ilegalidade.....	121
4.1.2 A moradia-palafita e a morfologia interna dos becos e pontes.....	129
4.1.3 Configuração entre as palafitas, o morador e o rio.....	139
4.1.4 As Palafitas, comércio e atividades informais.....	151
4.1.5 Cotidiano nas áreas de palafitas.....	155
4.2 Um mergulho na História: o nascimento e a formação das ocupações Castanhal e Nova Conquista – 2016.....	160
4.2.1 A Ocupação Castanhal.....	162
4.2.2 A ocupação Nova Conquista.....	164
4.2.3 Condição da edificação na ocupação Castanhal e Nova Conquista.....	170
4.3 Palafiteiros e Ocupantes: os sujeitos da produção do espaço urbano.....	180
4.3.1 O morador da Palafita e as Ocupações: origem e condições de vida.....	183
4.3.2 Condições de vida e trabalho.....	190
4.4 Os equipamentos e as condições de serviços básicos nas palafitas e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista.....	200
4.4.1 A disponibilidade da posse.....	201
4.4.2 Condições de acesso à moradia.....	208
4.4.3 Condições da estrutura física da edificação.....	211
4.4.4 Disponibilidade de serviços urbanos básicos.....	216
4.4.5 Cotidiano, desejos e necessidades dos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista.....	226
4.4.6. Sobre a Legislação Urbana e os aspectos ilegais das áreas estudadas.....	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
REFERÊNCIAS.....	246
APÊNDICES A.....	265
APÊNDICES B.....	271

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que, antes da chegada dos europeus às terras amazônicas, os povos originários já estavam presentes. No entanto, as transformações espaciais no vale amazônico remontam à influência desta ocupação e principalmente a mais recente “calcada em incursões, apropriações, conflitos e exploração humana e de recursos naturais: população e produção ínfimas, isolamento extremo e estagnação” (Becker, 2013, p. 34). Esses fatores contribuíram para expandir cidades sem urbanismo e elevar a expropriação dos sujeitos pelo capital.

Nesse sentido, as cidades amazônicas não surgiram por acaso, estruturaram-se a partir de entrepostos comerciais e foram submetidas a diversos ciclos econômicos, desde o período da borracha, no final do século XIX e no início do século XX, até a implementação do modelo de Zona Franca. Nesse período, Parintins experimentou pequenos surtos econômicos ligados à extração do pau-rosa, ao ciclo da juta, à pesca e ao cacau. A partir de 1980, o município consolidou-se com a pecuária, o festival folclórico e a criação de um polo de ensino superior e técnico, redefinindo assim sua dinâmica econômica (Bartoli, 2017).

Nas últimas décadas, a cidade concentrou diferentes serviços públicos e privados, além da circulação de mercadorias inexistentes em outras cidades vizinhas até então, como educação de ensino superior, cursos profissionalizantes, saúde, produção de artistas, artes, comunicação, representações do poder judiciário e das receitas federal e estadual. São serviços que atraem a população tanto rural quanto de municípios vizinhos, de acordo com Schor, Oliveira e Bartoli (2022).

Os serviços mencionados são acompanhados pelos fenômenos naturais, pelo crescimento vegetativo e pelos fluxos migratórios, além da falta de políticas públicas efetivas que estão intrinsecamente ligadas à produção do espaço urbano local. Diante disso, a cidade experimentou um crescimento marcado por ocupações informais, loteamentos e conjuntos habitacionais que se expandiram por todo o arquipélago, seja em áreas baixas ou altas topograficamente.

Os problemas urbanos de Parintins resultam da deficiência na gestão territorial da cidade, que enfrenta desafios em relação ao uso e a ocupação planejada precariamente do solo urbano. Isso inclui as ocupações localizadas às margens dos rios e em terras privadas e públicas, como é o caso das Áreas de Preservação Permanente (APP). A falta de planejamento e de aplicação das leis é uma condição

comum na cidade, pois são fatores que impactam no ambiente natural e nas condições de vida da população dessas áreas, contribuindo assim para a degradação social.

Esse quadro contextual despertou-nos o interesse de analisar o processo de apropriação e produção da cidade, que parece ter uma dinâmica que reflete tanto o contexto global quanto o local na formação de múltiplos territórios no acesso à urbe. Esses fatores influenciam a produção que está condicionada à propriedade, à renda, à localização e à posse da terra, incidindo nos processos de aquisição da moradia.

A terra urbana apresenta formas híbridas de ressignificar a posse. Por outro lado, a moradia, enquanto direito fundamental da habitação, tornou-se o fio condutor da pesquisa, explorando questões infraestruturais, econômicas, técnicas, espaciais, territoriais, referentes às políticas públicas e às ações que se relacionam aos aspectos superestruturais, como o plano diretor e o ordenamento territorial e cultural que orientam a produção da cidade. Acredita-se que esses elementos desempenham um papel crucial na apropriação do espaço urbano de Parintins.

A presente tese teve como objetivo analisar a condição das moradias palafíticas e de ocupações urbanas informais no espaço urbano de Parintins. Isso permitiu identificar os segmentos habitacionais em diferentes momentos de produção da cidade, bem como analisar a dinâmica de circular, trabalhar, consumir e produzir espaço, buscando entender se as moradias cumprem o papel de multitarefas no cotidiano dos moradores. Também se investigou os tipos de relações e territorialidades que os sujeitos das áreas de estudo estabelecem durante a produção da moradia.

As áreas palafíticas e as ocupações Castanhal e Nova Conquista (2016) foram escolhidas como recorte espacial desta análise. Tais áreas apresentam uma dinâmica espacial complexa do processo urbano, que envolve diversas práticas sociais, as quais manejam recursos locais e regionais, tornando-se, assim, *lócus* de reprodução de atividades urbanas dos que ali vivem. Essa nodalidade intensifica-se, exigindo que o espaço urbano seja constantemente adaptado e transformado para que os processos funcionem conectando áreas exteriores ao espaço intraurbano.

As palafitas, apesar de preservarem formas arquitetônicas com forte simbolismo cultural e afetivo (e recursivo, devido ao uso da madeira e ao ambiente circundante), têm sido absorvidas pela dinâmica urbana. Isso resulta na aquisição de novas formas e funções, tornando-as mais complexas do que parecem à primeira vista. A tese pretende demonstrar que tanto a moradia palafítica e quanto de

ocupações, como elemento de resistência, passam a ser absorvidas pelas dinâmicas urbanas. Da mesma forma como aponta Bartoli (2017) sobre as embarcações, as áreas ocupadas também internalizam contradições e dinâmicas heterogêneas, que se manifestam em diversas estratégias de sobreviver em um urbano “incompleto”. No entanto, os sujeitos construtores dessas práticas espaciais nem sempre as manifestam na forma da moradia.

Tem-se como hipótese que as ocupações urbanas informais em Parintins resultam de premissas contextuais e de necessidades humanas elementares. As premissas contextuais referem-se: a) ao fluxo migratório em direção à cidade; b) à propriedade da terra; c) ao crescimento vegetativo; d) à sazonalidade dos rios; e) à ausência do direito à cidade, como meio para que a população de baixa renda tenha acesso às “benesses urbanas”, como emprego, estudo, transporte, saúde e disponibilidade de serviços e infraestruturas, que estão associadas às necessidades humanas.

Sobre as necessidades humanas, destacam-se: a) moradia; b) educação, essencial no desenvolvimento pessoal e profissional do sujeito; c) alimentação; d) superação de estigmas associados às condições sociais e econômicas; e) segurança para um espaço estável e protegido; f) saúde para se ter qualidade de vida; g) pertencimento social, que envolve a identidade individual e a solidariedade no grupo ao qual o sujeito pertence. Apesar de quase todas estarem previstas na Constituição Federal de 1988, como garantias do cidadão, nem todas são efetivadas plenamente como direito.

A hipótese busca elucidar as contradições do processo de produção e apropriação da terra periurbana e da beira de rio. Essas contradições surgem durante fases anteriores de ocupações informais no “território urbano”, resultantes da condição de vida da população de baixa renda, as quais ganham novos contornos a partir da consolidação dos setores populares como produtores do espaço urbano. Diante disso, questiona-se: 1) Como vive a população de baixa renda na cidade de Parintins-AM?

A questão principal desdobrou-se em outras duas específicas, a saber:

2) Quais são as ações que os sujeitos das ocupações Castanhal e Nova Conquista, bem como das palafitas, assumem na produção da moradia na cidade de Parintins-AM?

3) A moradia cumpre papel de multitarefas na vida cotidiana dos sujeitos das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista?

Tal condição em Parintins tem levado parte significativa da população de baixa renda a buscar alternativas de acesso à terra urbana por meio de ocupações informais contínuas, o que resulta em assentamentos dispersos e construídos com base na cultura ribeirinha e em conhecimentos populares. De modo geral, a estruturação do espaço da cidade amazônica reflete o padrão observado no processo de urbanização brasileira, conforme discutido por Santos (2003).

Esse processo, que ocorre em níveis local, regional e nacional, constitui-se, em sua totalidade, pela ação de diferentes sujeitos, que agregam estratégias e interesses próprios, gerando conflitos e contradições que são inerentes ao lugar. Contudo, essas questões não se limitam apenas ao local, mas também se articulam com interesses distantes como parte de um processo ainda em curso de produção do espaço urbano local, este cada vez mais articulado com a reprodução do capital.

Por isso, toda pesquisa tem uma história, que serve como ponto de partida para nossos questionamentos empíricos. Nesse caso, surgem a partir das observações sobre a produção do espaço, especialmente o urbano. Quando percorremos as ruas da cidade e seus bairros, seja por impulso ou por hábito, inerente à nossa condição de geógrafos, frequentemente nos fixamos nelas, como se quiséssemos apreender ou revelar suas formas, conteúdos e dinâmicas. O objetivo é estabelecer relações que não sejam excessivamente dependentes dos processos de mediação tradicionais, tais como intermediários ou estruturas dominantes que perpetuam dependências locais.

Nesse contexto, os processos de produção da moradia em Parintins são baseados nessas premissas e necessidades que territorializam o espaço urbano por meio das práticas sociais. Ao longo do tempo, várias formas de habitação foram produzidas e materializadas na cidade, destacando-se pelas ações específicas dos sujeitos, além das ações associadas à política que impulsiona as dimensões do capital no espaço intraurbano.

A tese está estruturada por uma introdução, três capítulos com subcapítulos, e é concluída com as considerações finais, referências, apêndices e anexos. No primeiro capítulo, intitulado "*Cidade, urbano no contexto da urbanização*", exploramos o processo de produção do espaço urbano e as transformações que os sujeitos exercem na busca pelo direito à cidade. Nos subcapítulos, enfatizamos as categorias e definições que permitem reflexões sobre a cidade e o urbano; o espaço e o território; as espacialidades e as territorialidades; o habitar e o habitat.

As categorias espaço e território são fundamentais para a análise do processo que molda a produção do espaço urbano local. Esse espaço é influenciado por um contexto global, cuja influência se manifesta de forma particular, como é o caso das áreas em estudo. Segundo Saquet (2011), embora espaço e território sejam categorias interdependentes, elas complementam-se.

Ainda no primeiro capítulo, delineamos o movimento do processo que se manifesta na produção da cidade em questão. Nesse contexto, o território urbano é interpretado como um campo de forças, que surgem das necessidades dos sujeitos. Isso inclui o acesso à terra, que é determinado pelo status socioeconômico e a subsequente apropriação que influencia o ordenamento territorial da cidade. A dialética do processo urbano atua como mediador entre a cidade e a moradia. A proposta da tese é identificar as *Premissas e Necessidades do Urbano-Ribeirinho* (PNUR), com base em critérios definidos para análise empiricamente das palafitas e ocupações, que são detalhados no último capítulo.

O trabalho problematizou uma questão ampla de reflexão e o papel de uma cidade da sub-região do Amazonas, questionando a condição da moradia da população de baixa renda, que influencia o ordenamento territorial. Também destacou estratégias e ações como alternativa para oferecer habitação e propiciar novas possibilidades aos que nela irão viver. Os motivos para essas ações são diversos, incluindo fatores como educação, renda, emprego, serviços, entre outros, que beneficiem a população e sejam ofertados minimamente na cidade.

No segundo capítulo, intitulado *A produção do espaço intraurbano de Parintins (AM)*, apresentamos o contexto histórico de formação da cidade e identificamos como ocorreu o processo de produção e apropriação do espaço urbano, considerando os diferentes segmentos habitacionais, como a autoconstrução, a produção estatal, o segmento econômico, a produção autônoma e as alternativas por embarcações e palafitas. Além disso, analisamos as transformações urbanas na cidade, destacando quais foram e como ocorreram.

Entre os subcapítulos desse capítulo, situou-se os aspectos e a dinâmica ribeirinha. Além da localização geográfica da cidade, direcionou-se para as áreas apropriadas, que dinamizam o acesso à terra e desempenham papel importante na compreensão da produção da cidade. Levou-se em conta os espaços de vivências ribeirinhas como nodalidades, que são engarrafados pelas formas urbanas e pelos processos que afetam as práticas espaciais dos sujeitos na produção de seu habitar.

O estudo privilegiou as ocupações de beira de lagos que cortam o arquipélago, resultando na formação de palafitas e ocupações urbanas nas áreas periurbanas¹ da cidade. Uma está mais ligada ao aspecto cultural da região pela forma da palafita, enquanto a outra é de caráter mais popular, realizada por meio de autoconstrução, sendo denominadas de um (urbano incompleto).

Observa-se a presença de nodalidades e fragmentos na apropriação do espaço intraurbano, que atuam como conectores da cidade a diferentes pontos do território. São áreas com intensa interação entre o “urbano e o ribeirinho”. As palafitas e as ocupações, que surgiram nas margens do lago Macurany e em assentamentos irregulares nas áreas periurbanas, refletem diferentes temporalidades e lógicas de uso na produção do espaço. Também indicam a existência de conflitos e disputas, muitas vezes relacionados ao desejo de uso exclusivo dessas áreas.

Após a análise empírica, apresentamos uma tipologia de uso das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista. Nessa tipologia, consideramos aspectos da morfologia urbana, que são vistos como condicionantes na produção e na apropriação da cidade.

A materialidade, vista como cristalização da paisagem da urbe, indica processos e formas de produção, principalmente, de energia contraditória que é impulsionada pelas Premissas e Necessidades Urbanas Ribeirinhas - PNUR. Proveniente dos sujeitos produtores que, embora residam na cidade, estão constantemente em “movimento” pelo território, seja morando, trabalhando ou produzindo. Apropriam-se da cidade como “alternativa” para novas possibilidades de vida, processando recursos, fortalecendo relações, superando barreiras e cristalizando processos nos quais estão inseridos.

Assim, a abordagem pode fornecer contribuições significativas para pensar o caráter relacional e processual em estudos sobre cidades na Amazônia. O método é pouco utilizado nessa problemática, principalmente ao questionar o papel que elas exercem para facilitar ações das redes de sujeitos. A construção da metodologia da

¹ Para Livia Miranda (2009) identifica as áreas periurbanas como associadas a “presença próxima de um núcleo urbano”. “Essas áreas se caracterizam por seus espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais, presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura coerente que proporcione unidade espacial -, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano (Miranda, 2009 A, p. 9-10). MIRANDA, Livia. A Questão Periurbana e a Reforma Urbana Contribuições s ao Debate. Recife: FASE/Observatório das Metrôpoles, 2009 A.

pesquisa dialoga com várias matrizes teóricas, aproveitando elementos úteis de correntes distintas para a análise da cidade. Entre elas, algumas estão vinculadas a concepções de território e territorialidades mais zonais (valorizando os atributos morfológicos, como o sítio urbano) e à produção da cidade, que dão base à existência de processos contraditórios em relação à moradia e seus atributos.

O terceiro capítulo, intitulado *A palafita e as ocupações informais como alternativa à moradia da população de baixa renda na cidade Parintins-AM*, analisa as condições de moradia, localização, delimitação e caracterização socioeconômica dessas áreas. Os subcapítulos destacam as dimensões, visibilidades e contradições do espaço construído. Aqui, as palafitas e as ocupações são vistas não apenas como espaço da ilegalidade, mas também como espaço de moradia. São adaptações que as famílias produzem para ter um teto, as quais fornecem interpretações para os dados empíricos.

Os subcapítulos contextualizam as áreas de estudo por dentro e por fora: desde a sua origem até o segundo semestre de 2023, proporcionando um breve contexto histórico e suas interações. No decorrer dos itens, analisou-se a dinâmica de circular, trabalhar e produzir espaço na cidade. Também se discutiu o acesso às moradias autoconstruídas, a carência de serviços urbanos básicos e as trajetórias de vida cotidianas dos habitantes (necessidades elementares). Por fim, examinou-se a legislação urbana, com ênfase nos dispositivos legais relacionados às ocupações informais em áreas públicas, designadas como Unidade de Conservação (UC), como é o caso da ocupação Castanhal.

Diante disso, a vida de qualidade depende de políticas públicas urbanas que incluam moradia e seus atributos, como saneamento básico, transporte, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança jurídica, entre outros aspectos. No entanto, para a população de baixa renda, a solução encontrada são as ocupações informais. Estas se caracterizam pela autoconstrução e pela informalidade, que se tornam uma constante. Nesse sentido, a função social da propriedade deve ser entendida como um princípio de extrema importância para possibilitar a inclusão de quem habita a chamada “cidade ilegal”.

A produção de moradia autoconstruída em Parintins transforma o espaço urbano, refletindo ações concretas como a expansão da cidade e os tipos de ocupações informais. Essas ações também podem ser vistas nas adaptações do modo de vida dos habitantes. O primeiro aspecto envolve ações tangíveis, enquanto

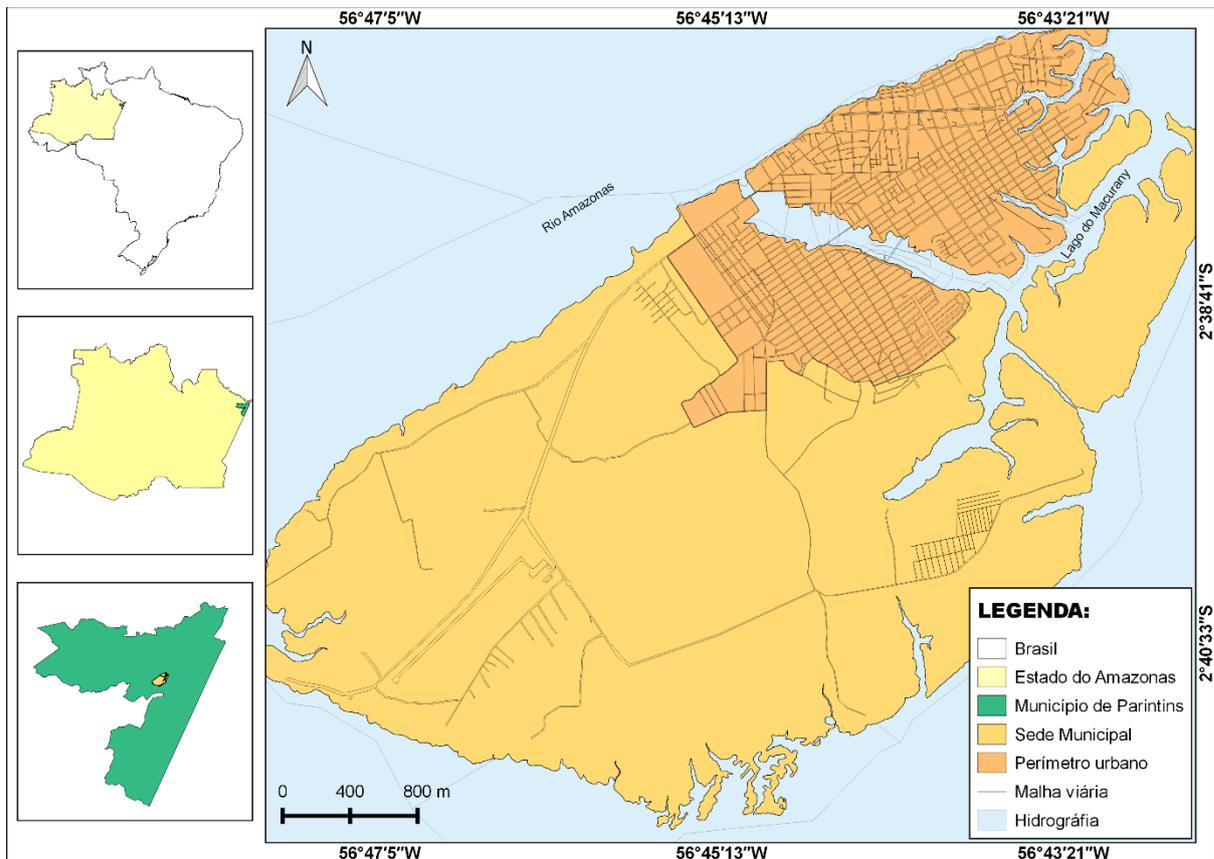
o segundo é mais subjetivo, visto que este transcende as formas arquitetônicas e adentra as dimensões do vivido.

Portanto, compreender esse processo, suas contradições, conflitos e possibilidades na cidade Parintins foi o desafio desta tese e, quiçá, tenha atingido esses objetivos.

1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Localizada em um arquipélago, a sede municipal de Parintins representa a menor área territorial do município, com extensão estimada de 8.947 km² (894.731 hectares). De acordo com o Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população urbana era de 69.890 habitantes, o que representava 68,4% da população total do município, que era de 102.033 pessoas naquele ano (IBGE, 2010). A Figura 1 representa a localização e os limites urbanos da cidade de Parintins.

Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Parintins-AM



Fonte: Datum: Sirgas 2000 Fonte: IBGE (2010) Orgs: SANTARÉM JR, 2018.

No Censo demográfico de 2022 do IBGE, o município teve uma redução populacional, passando de 102.033 para 96.372 habitantes. Entretanto, até o término

da pesquisa, não foram divulgados os quantitativos da zona urbana. Localizada a Leste do estado do Amazonas, a cidade de Parintins está situada nas coordenadas geográficas de 02° 63' 02" latitude sul e 56° 74' 48" de longitude oeste, na região do baixo rio Amazonas.

Nesse sentido, a questão da moradia em Parintins faz-se necessária, pois, do ponto de vista acadêmico, permitiu observar a existência de espacialidades que exprimem dinâmicas territorializadas na produção do espaço urbano e se articulam a múltiplas dimensões locais. Nesse contexto, as áreas palafíticas e as ocupações delimitadas para este estudo manifestam-se como um processo excludente e segregador, que deriva da propriedade privada da terra e do cerceamento da renda, não garantindo a moradia, especialmente, para as famílias de baixa renda.

Todavia, o estudo não compreende a habitação em si, uma vez que se busca entender as relações que se imbricam no modo de prover a moradia e a produção do espaço urbano. A questão ganha mais relevância quando analisamos uma cidade no interior da Amazônia, onde as ações dos desprovidos de terra se articulam com as relações locais e as dimensões mais amplas da reprodução do capital.

A pesquisa justifica-se pela urgente necessidade de as cidades do Amazonas, em particular Parintins, buscarem minimizar a produção informal de seus espaços urbanos. A solução perpassaria o uso e a aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão, pois essas ferramentas têm o potencial de minorar os desafios impostos pela segregação socioespacial, que resultam no acesso desigual aos recursos e bens de consumo coletivo na cidade entre as diferentes classes sociais.

1. 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica partiu de um objeto concreto do espaço, no caso, a produção de moradia, cuja riqueza de trabalhos é significativa em várias áreas do conhecimento, particularmente, na Geografia. A revisão da literatura incidiu sobre a cidade, o urbano e a moradia, desde os clássicos até os mais recentes. Além disso, não se negligenciou a produção acadêmica sobre a Amazônia e, em particular, sobre Parintins. Essa produção inclui artigos, monografias, dissertações e teses, bem como registros em jornais, sites oficiais, leis, decretos e planos. Nessa etapa, a compreensão tornou-se abrangente para compreender como a cidade foi e está sendo produzida na escala local.

Assim, a revisão da literatura foi diluída em todo o texto, embora tenha sido sintetizada no primeiro capítulo, o que possibilitou explicitar as formulações teóricas sobre a produção do espaço urbano, articulando-as à produção por meio dos “grupos excluídos”. A revisão não foi aleatória, pois se direcionou para apoiar a construção da hipótese e da metodologia da pesquisa, fortemente marcada por trabalhos de campo. Isso permitiu estruturar a tese e os respectivos capítulos na compreensão do processo de produção e apropriação do espaço de Parintins, com ênfase na moradia autoconstruída.

Nos procedimentos metodológicos, foi dada prioridade às técnicas qualitativa, visando à produção do maior número possível de informações. Além dos trabalhos de campo, foram realizados levantamentos em órgãos públicos locais que possuem informações sobre as condições de moradia das áreas delimitadas, tais como: Defesa Civil, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH), Prefeitura Municipal e Câmara Municipal também visitou alguns sites públicos e privados de âmbito local, regional e nacional.

De modo mais sistemático, foram realizados trabalhos de campo no mês de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, quando foram identificadas oito áreas palafíticas e as duas ocupações Castanhal e Nova Conquista de 2016. No período pandêmico as atividades de campo foram suspensas e voltaram no segundo semestre de 2021, nos meses de julho e dezembro. Em 2022 e 2023, os trabalhos se concentraram na parte interna das palafitas e ocupações, com conversas informais junto aos moradores, aplicação de formulários e observações de campo sobre as condições de moradia e de infraestrutura.

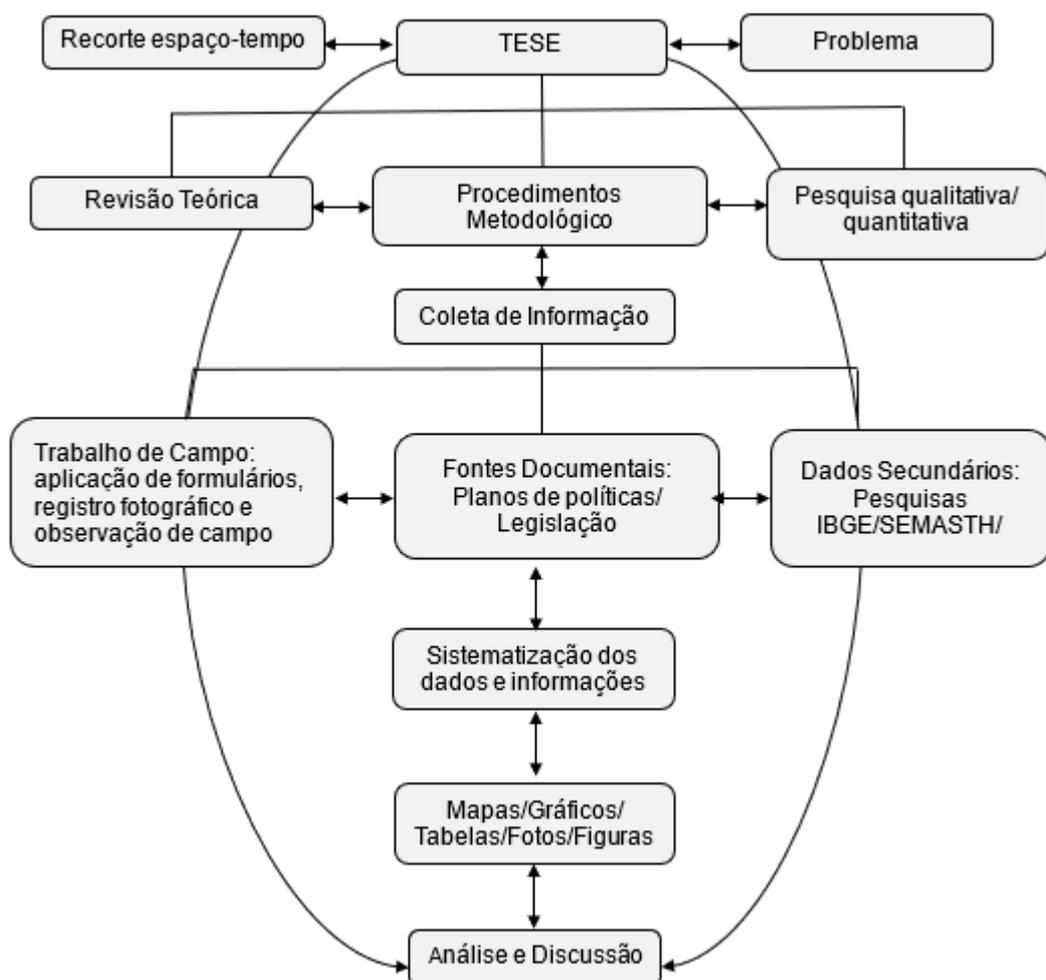
Os trabalhos de campo ensejaram na produção de dados qualitativos e quantitativos que foram a base de análises que se articulam ao pensamento crítico sobre a moradia em Parintins. Do ponto de vista do método, o uso da abordagem crítica objetivou o despertar da consciência científica no sentido de restaurar o pensamento da realidade autêntica do conhecimento teórico e empírico de maneira indissociável, num esforço permanente de identificar os processos da produção de moradia, engendrados no espaço urbano.

Para tanto, foram identificadas, primeiramente, as formas e funções da moradia, em seguida, analisou-se a espacialidade das áreas delimitadas para estudo. Isso envolveu localizar a distribuição dessas áreas na cidade e relacioná-las a variáveis como nível de renda, escolaridade, emprego, situação construtiva e de

infraestrutura. Os dados foram coletados de fontes primárias e secundárias, sendo organizados em cartogramas, figuras, bem como tabelas, gráficos, quadros e discussões baseadas na revisão teórica.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são apresentados na Figura 1, no formato de um fluxograma. Esses procedimentos foram divididos em etapas. Essas etapas não são independentes, já que se complementam e se entrelaçam ao longo da pesquisa. Portanto, o processo foi projetado para ajudar a alcançar os objetivos e a responder às questões propostas.

Figura 2 - Fluxograma Metodológico



Fonte: Elaboração própria, adaptada do esquema metodológico da tese de Suzane Dias Rebelo Oliveira, 2018.

O trabalho de campo começou com o entendimento de que a moradia é uma condição necessária enquanto direito do cidadão. O acesso a ela pode ser mediado formalmente pelo Estado, por meio das políticas públicas e pelo capital imobiliário. Entretanto, recai sobre as famílias ocupar informalmente os territórios da cidade.

O recorte temático entre as palafitas e as ocupações Castanhal e Nova Conquista no acesso à cidade abrange o período de 1960 a 2016. O registro foi escolhido por marcar o momento de criação dessas áreas. Do ponto de vista metodológico, a escolha desse recorte permitiu uma análise mais segura dos dados. Isso se deve ao fato de se tratar de uma área com um processo de informalidade desde sua origem, possuindo um histórico de luta e resistência pela fixação na cidade e pelo acesso à moradia. Além disso, essa área está atualmente em processo de regularização fundiária urbana.

2 CIDADE, URBANO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO

Trecho da crônica - O QUE É A CIDADE?

[...] Está claro que no espaço urbano se produz a cidade e as relações entre as pessoas.

Este aspecto parece-me o mais importante, pois ultrapassa a construção pura e simples do conjunto arquitetônico para se configurar como produção de relações humanas.

Tais relações, numa sociedade capitalista, estão mediadas pelo dinheiro, sendo reguladas pelo mundo da mercadoria, passando a ser relações de coisas. Neste sentido, a cidade é o lugar da troca e da modificação da vida.

O acesso a morar, trabalhar, brincar, estudar, diferencia-se a partir da capacidade que cada um tem de pagar. Neste sentido, "o padrão arquitetônico da cidade também segrega, separa e expulsa".

Ao mesmo tempo que segrega, separa e expulsa, a cidade engendra a apropriação de formas diferenciadas, sendo, em decorrência, o lugar privilegiado de lutas de classes à medida que possibilita o exercício da cidadania, estabelecendo as contradições das diversas necessidades do ponto de vista de diferentes grupos de interesses. A segregação sócio-espacial da cidade decorre das contradições decorrentes de tal processo, mas é, ao mesmo tempo, o que pode possibilitar a luta para o emergir da cidadania, sobretudo de cidadãos livres [...].

Neste capítulo, abordaremos as concepções teóricas e metodológicas empregadas nesta pesquisa, por meio das quais se buscou identificar os processos que influenciam a dinâmica produtiva da cidade, utilizando a teoria da produção social do espaço. Além de explorarmos nas teorias territoriais a apropriação do território como uma manifestação de poder entre os sujeitos pesquisados. Nesse contexto, o objetivo foi analisar a produção do espaço urbano resultante das relações sociais que moldaram e continuam a moldar a cidade na Amazônia Ocidental.

A abordagem teórica se concentra nas questões de acesso à terra e à moradia, elementos fundamentais que norteiam as contradições do processo urbano, onde estão inseridos os sujeitos que produzem a cidade. O tema escolhido tornou-se apenas o referencial para entender esse processo que avança sobre a floresta. O que orienta o estudo é a preocupação com o processo de produção no nível local, com foco na cidade de Parintins e seus territórios urbanos. Isso inclui as áreas palafíticas e as ocupações Castanhal e Nova Conquista, que servem como ponto de partida para analisar a realidade habitacional urbana na região.

Posto isso, buscamos apreender o espaço e o território de maneira sincrônica e diacrônica no entendimento das dinâmicas que produzem o espaço urbano. Quando se materializam, essas dinâmicas se transformam em territórios carregados de territorialidades, como é o caso das palafitas e das ocupações urbanas na cidade em estudo. Nesse contexto, o espaço e o território são entendidos não como premissas, mas como formas de reflexão analítica das relações sociais, conforme sugerido por Saquet (2011).

Com base nesta perspectiva teórica, podemos refletir sobre a transformação contínua de Parintins. A cidade é moldada por ações, conflitos, apropriações e negociações que alimentam um processo contínuo de 'fazer cidade', sob a ótica de uma produção urbana contínua e sistêmica, na qual o direito à terra frequentemente se transforma em sua negação. As ações, quando se materializam em espacialidades, são muitas vezes (des)consideradas, pois são percebidas como coisas simples, apesar de estarem repletas de desigualdades espaciais. O espaço urbano, portanto, é um produto que só pode ser compreendido por meio das articulações e determinações inseridas no modo de produção capitalista, o qual se expande para além da fronteira urbana (Abreu, 1994).

2.1 Cidade *versus* Urbano

O modo de produção capitalista, como tendência hegemônica da sociedade, reproduz formas espaciais desiguais. Isso ocorre porque o objetivo é difundir características morfológicas, materiais e sociais no espaço de acordo com a racionalidade de mercado (Lefebvre, 2013). Com base nisso, pode-se afirmar que o espaço urbano não apenas induz, mas também produz mais-valia, influenciando a dinâmica da cidade em diversas formas de apropriação. Ao mesmo tempo, a terra, o subsolo, o ar e até mesmo as águas se transformam em mercadorias que refletem as relações sociais (Lefebvre, 2001; 2013).

Nesta perspectiva racional de mercado, o homem produz seu espaço urbano e este depende tanto das condições concretas dos meios de produção quanto das formas de manifestação da vida. Esses fatores, de certo modo, determinam o uso e a apropriação do espaço no território. Contudo, é crucial enfatizar que o espaço urbano não se limita à busca por mais-valia, uma vez que se manifesta também nas diversas formas de vida que se adaptam à produção dos meios materiais necessários à existência humana. Nesse contexto, a produção do espaço é um reflexo da forma como o capital se apropria do cotidiano e da *urbe*, influenciando a configuração espacial e territorial da cidade.

Diante disso, a mitigação da difusão do modo de produção na escala da cidade permite compreender como outros elementos são inseridos na esfera produtiva. Esse processo ocorre à medida que o capital avança e sofre metamorfoses no espaço urbano. Lefebvre esclarece que:

é isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, subsistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, táticas e estratégias, fracassos e vitórias etc. (Lefebvre, 1973, p. 9).

Neste sentido, parece mais importante ir além das construções arquitetônicas, mais puras e simples, e considerar os sujeitos – homens e mulheres – que moldam suas vidas, tecem suas histórias e alicerçam sua consciência, contribuindo para a construção de seu próprio mundo (Lefebvre, 2013). Nesse sentido, eles são protagonistas como um todo, rodeados pelos elementos que produzem socialmente a partir de suas relações e de sua coexistência no espaço-tempo (Lefebvre, 2013).

A produção do espaço urbano não tem nada de irrealidade ou idealidade hegeliana ou platônica. Pelo contrário, está intrinsecamente vinculada às práticas

sociais² que imprimem formas e conteúdos concretos, sensíveis, vividos e práticos. Para Lefebvre (2013):

El espacio (social) no es una cosa entre las cosas, un producto cualquiera entre los productos: más bien envuelve a las cosas producidas y comprende sus relaciones en su coexistencia y simultaneidad: en su orden y/o desorden (relativos). En tanto que resultado de una secuencia y de un conjunto de operaciones, no puede reducirse a la condición de simple objeto. Ahora bien, nada hay imaginado, irreal o «ideal» comparable a la de un signo, a una representación, a una idea, a un sueño. Efecto de acciones pasadas, el espacio social permite que tengan lugar determinadas acciones, sugiere unas y prohíbe otras. Entre esas acciones, unas remiten al universo de la producción, otras al del consumo (es decir, al disfrute de los productos). El espacio social implica múltiples conocimientos [...] (Lefebvre, 2013, p. 129).

Dessa maneira, a produção do espaço constitui um processo que engloba as ações e interações de todos os sujeitos em conjunto com o meio ambiente. Tais dinâmicas são intensificadas pela ação direta do Estado, que se manifesta por meio de um sistema complexo, abrangente e burocrático, capilarizando a cidade em busca de diversos interesses.

As relações sociais que condicionam a cidade se convertem em nós de múltiplas redes, abrangendo tanto fluxos quanto fixos, especialmente as redes empresariais e do Estado, conforme discutido por Sassen (1998), Castells (2004; 1996). Essa dinâmica também se aplica ao capital mercantil e aos sujeitos locais, que se articulam tanto social quanto espacialmente na cidade, exercendo controle sobre a dinâmica da economia urbana conectada a outros pontos pelo território, beneficiando o fluxo de capital, como destacado por (Cano, 2010; Bartoli, 2017).

Santos (2004) argumenta que é fundamental considerar a história nos estudos sobre os países subdesenvolvidos, uma vez que revela as particularidades de sua evolução. Ao adotar a história como ferramenta explicativa, podemos entender como esses países organizaram-se econômica, social e espacialmente, considerando os múltiplos processos combinados que contribuem para a diversidade de cada lugar. Como Santos afirma:

os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um continuum no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as

² LEFEBVRE, H. Advertência e Quadros; 5. Mímesis e práxis; 7. Metamorfose da filosofia – poiesis e metafilosofia. In: LEFEBVRE, H. **Metafilosofia: Prolegómenos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

combinações entre eles e seus processos de fusão (Santos, 2004, p. 20).

A cidade, enquanto lugar de centralidades, é analisada a partir das relações imediatas estabelecidas pelo movimento geral da sociedade. A articulação desses movimentos ocorre por meio das interações que se desenrolam no contexto urbano, originando-se tanto interações da ordem próxima quanto pela ordem distante entre os elementos que configuram a paisagem urbana. Nesse sentido,

a cidade é uma mediação entre as mediações. Contudo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar), sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, [...] texto num contexto mais amplo (Lefebvre, 2001, p. 46).

Portanto, a concepção de produção vai além do produzir mercadorias, estendendo-se à produção da sociedade em suas múltiplas dimensões, que se entrelaçam nas relações sociais, conforme enfatizado por Lefebvre (2001). Essas dimensões fazem parte de um plano mais amplo de articulação para a compreensão da mundialização. A dimensão da cidade torna-se “uma prática social de conjunto especializada, produzindo um espaço onde o uso se revela enquanto modo de reprodução da vida”, conforme descrito por Carlos (2007, p. 21). O conjunto de práticas, que inclui o habitar, vai além da mera aparência da cidade, pois se transforma e se concretiza no espaço geográfico, revelando “contradições que dão um novo conteúdo ao processo de urbanização” (Carlos, 2007, p. 15).

Para Lefebvre (2006), a cidade e o urbano transformam a primeira natureza em materiais, o que torna pertinente concebê-los como produtos. Nesse sentido, Carlos (2007) afirma que a produção da cidade é o resultado da combinação das práticas socioespaciais, que são formas pelas quais se realiza a vida e se apropria do espaço. De acordo com a autora, o espaço torna-se condição, meio e produto das relações sociais, sejam elas coletivas ou individuais, ao longo do tempo.

Em geral, a cidade manifesta a presença de uma “segunda natureza”, sendo socialmente produzida e intrinsecamente ligada à lógica capitalista, seja ela hegemônica, formal, informal ou racional. Essa última fundamenta-se em dinâmicas que resultam nas “automatizações” de movimentos, transformando quase tudo em produto e mercadoria, convertendo o valor de uso em valor de troca (Lefebvre, 2006).

Nesse contexto, as práticas sociais constituem um conjunto de possibilidades de encontros, simultaneidades e centralidades que emergem de forma socialmente

produzida na forma-conteúdo da cidade. Ao longo do tempo, essas práticas realizam-se por meio de manifestações, contradições e conflitos, oferecendo espaço para a resistência, os projetos alternativos, a restituição da obra, o não trabalho, a fruição e o ócio, extrapolando a lógica hegemônica capitalista (Lefebvre, 1973; 2006).

Para Lencioni (2008), a cidade é o objeto (concreto), enquanto o urbano é o fenômeno (abstrato) que se situa no espaço e na sociedade. O espaço urbano assume uma condição de uso social, enquanto a habitação se estabelece como uma condição básica indispensável para o sujeito na sociedade, sendo produzida de forma individualizada. Portanto, as mudanças que ocorrem nas relações sociais refletem no modo de vida, na produção da cidade e na reprodução da sociedade (Carlos, 2007).

O magnetismo da cidade transcende as manifestações multiformes, multidimensionais e plurais na vida cotidiana. Diante disso, algumas transformam-se, enquanto outras resistem, em um movimento dialético que envolve “destruição”, “resistências” e “reconstrução” (Oliveira, 2000). Esse movimento no território urbano torna-se o fio condutor comum a todos os sujeitos que interagem no espaço, concretizando os mecanismos que orientam os processos urbanos. No próximo tópico, analisaremos as contribuições da abordagem territorial para descrever esse movimento, utilizando o conceito de territorialidade.

No interior da Amazônia, a produção do espaço urbano foi e continua sendo influenciada pelo avanço do capital. Esse processo decorre de uma visão ampla de produção que se metamorfoseia no cotidiano da população, uma vez que o sujeito, enquanto ser social, constrói sua história, sua consciência e seu mundo para além das transformações naturais. Dessa forma, podemos afirmar, em parte, que o espaço social é resultado de múltiplos fatores e movimentos, “significantes e não significantes”, que condicionam o percebido e o vivido, conectando-se a práticas sociais (Oliveira, 2000).

Segundo Oliveira (2000), é crucial opor-se a essa visão de espaço como mero palco, destacando duas questões principais: o espaço local, onde se **localizam as atividades** e os **processos sociais** que ocorrem, revelando-se como produto do trabalho da sociedade. Para Oliveira (2000), a primeira questão implica um espaço organizado com interações externas em relação aos sujeitos, enquanto a segunda ressalta a interiorização da produção humana como produto social. Um espaço não apenas habitado, mas principalmente um produto e uma condição da reprodução humana.

Na região amazônica, têm emergido espacialidades resultantes de processos que se hibridizam na reprodução da cidade atual. Um exemplo disso é a concentração de pessoas na área urbana, que mescla aspectos ditos modernos com tradicionais, integrando fragmentos do lugar à escala global de reprodução e expansão do capital. Nesse contexto, a cidade torna-se mediadora de manifestações reais, apresentando contradições que abrangem, de um lado, a riqueza e a qualidade de vida e, do outro, a miséria e a pobreza humana e urbana (Oliveira, 2000).

Embora as singularidades sejam específicas de cada lugar, a capacidade de resistência do sujeito às novas técnicas afetam diretamente a relação com o novo e vai impactar o seu cotidiano. Com isso, os aspectos que se integram aos costumes locais desempenham um papel crucial na produção do espaço, articulando o global e o local para o avanço do urbano.

As ações dos sujeitos na produção e na apropriação da cidade no nível local resultam em ações coletivas, ainda que sejam efêmeros, frequentemente, ocorrem conflitos entre os “agentes produtores do espaço”, dando origem a microterritorialidades. O novo e o velho transformam as margens dos rios em bairros populares, áreas palafíticas, flutuantes, ancoragem de embarcações, entre outros. É nesses espaços híbridos que os sujeitos dão formas e conteúdos às novas formações a partir da cidade (Bartoli, 2018b).

As novas espacialidades surgem da crise urbana, que é delimitada territorialmente pelas novas relações de produção, as quais transformam a paisagem e metamorfoseiam a cidade. Colucci e Souto (2011) destacam que as espacialidades não se limitam apenas a atributos físico-sociais na consolidação de um novo território, mas também representam a implantação de novas relações que enfraquecem as instituições nacionais e locais na regulamentação de suas funções socioeconômicas e produtivas internas. Ou seja, as espacialidades são condições embrionárias que revelam:

[...] formas de organização espacial datadas de outros momentos. Assim, uma espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras. [...] Além disso, a noção de espacialidade traz consigo a ideia de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si [...], mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço a priori, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade (Ramos, 1982, p. 68).

Nesse contexto, as espacialidades surgem a partir do movimento dialético da cidade, impulsionam a produção de novos padrões culturais e de tradições político-sociais, padronizam o uso dos recursos naturais e reformulam as relações de produção de bens e mercadorias. Essa reconfiguração visa dinamizar a distribuição da riqueza e promover a mobilidade social e espacial na cidade. No âmbito espacial, as relações estabelecem-se em um sistema macro que orienta a sociedade para atender aos interesses da classe dominante (Colucci; Couto, 2011).

A cidade, portanto, é e sempre será um reflexo dos processos e práticas pretéritas e presentes que moldam o espaço social. Ao revelar-se como tal, reproduz contradições, como observado em Parintins, que experimentou nas últimas décadas uma expansão que só pode ser compreendida por meio da participação ativa dos sujeitos-processos no fazer cidade. Ao considerarmos os sujeitos, torna-se possível compreender a produção da cidade local, uma vez que a identificação de como eles interagem no fazer e no estar no território da cidade é instigante. Quando nos aproximamos do aspecto empírico, essas espacialidades, quando analisadas sob a ótica das relações de poder (com suas diferenciações e desigualdades), tornam-se passíveis de análise das territorialidades.

As transformações no espaço urbano de Parintins nas últimas décadas foram impulsionadas principalmente pelo acesso à terra urbana, que delineia a configuração da cidade a partir das relações e interações entre as ocupações urbanas informais. Essas dinâmicas são cruciais para identificar o processo de fragmentação e apropriação dos espaços, os quais são ocupados e comercializados aos pedaços na cidade. Contudo, é importante ressaltar a participação complexa e contraditória do Estado como agente articulador, que por vezes assume o papel de interventor e, em outras ocasiões, age como proprietário de terras para atender aos interesses de seus aliados.

Para satisfazer as necessidades dos agentes produtores do espaço, conforme identificado por Corrêa (2003), é preciso que esses estejam alinhados com o Estado. Exceção a essa regra são os grupos excluídos, que ficam à margem desses interesses. A incorporação dos agentes no espaço urbano ocorre por meio de complexas relações políticas, econômicas, institucionais, culturais e ideológicas, estabelecendo vínculos sofisticados entre a cidade e as diversas redes que atuam dentro e fora da urbe (Bartoli, 2017). Esse processo resulta em inúmeras conexões

no espaço-território, as quais variam de acordo com a densidade das relações e a influência de cada grupo.

Pensar o processo de produção da cidade e do urbano, considerando a dialética entre valor de uso e o valor de troca na reprodução das relações sociais produtivas, implica em uma análise da sociedade capitalista moderna. Isso abrange também a produção do espaço regional amazônico, que se configura entre o urbano e o rural. Nesse sentido, as contradições emergem das lutas, dos conflitos e das possibilidades de restituição da obra, da vida e dos usos, contrastando-se durante a expansão do capital.

Oliveira (2000) aborda criticamente a produção do espaço urbano na região amazônica, especialmente na Amazônia Ocidental, quando as grandes estruturas de exploração dos recursos naturais estabelecem-se na área. Para os habitantes locais, a natureza, os rios, as ilhas e o interior da floresta são vistos como meios destinados a satisfazer suas necessidades práticas (valor de uso). Deles são extraídos a caça, a pesca, a coleta de frutos, o cipó e a madeira, utilizados na construção e no trabalho da população local. Esses elementos representam referências de vida, resistências, sentimentos, emoções, festa, encontros, usos, práticas e vivências que não se enquadram na lógica de acumulação do capital. Porém, a reprodução social hibridiza-se no espaço.

Do outro lado, o Estado, as grandes empresas e as agências financiadoras multilaterais identificam esses elementos como potenciais recursos a serem aproveitados por meio dos mais diversos tipos de empreendimentos econômicos, incluindo os minerais, vegetais, turísticos, energéticos, logísticos etc. Contudo, esses interesses, muitas vezes, estão atrelados às empresas que causam estranhamentos, tensões e conflitos entre os sujeitos locais na produção e na reprodução do espaço urbano amazônico (Oliveira, 2000). No caso do município de Parintins, as tensões que surgem estão diretamente ligadas ao acesso à terra urbana entre aqueles desprovidos de terras e os proprietários.

Diante desses (des)encontros de lógicas, surgem movimentos e dinâmicas ligadas ao processo de urbanização em curso, resultando na produção da cidade e do urbano na Amazônia (Oliveira, 2000). Nesse sentido, o 'fazer' e o 'estar' na cidade possibilitam uma análise das contradições urbanas, que envolvem a supressão do velho em prol da sobreposição das novas estratégias ideológicas que se difundirão na racionalidade do capital na cidade.

No que tange à cidade e ao urbano, a construção teórica trouxe à luz as contradições que se materializam no território urbano em razão das relações sociais. Isso não significa rediscutir o que outrora foi discutido por diversos autores, como Lefebvre, Becker, Trindade Jr., entre outros. A abordagem teórica, neste momento, visa identificar os processos que influenciam a vida social, econômica e política na produção do espaço urbano atual. Por conseguinte, realizou-se empiricamente uma análise da moradia na cidade de Parintins, especialmente em áreas de palafitas e ocupações urbanas informais.

O papel da moradia, enquanto direito, deveria ser um dos contrapontos dessa produção, a qual se manifesta no processo de apropriação territorial do espaço urbano, que será discutido no próximo tópico. Compreendemos, teoricamente, a produção do espaço e, em seguida, a apropriação do território, pois essa construção é fundamental para integrar as categorias mencionadas no processo de produção do espaço urbano, especialmente no setor informal da habitação

Para o desenvolvimento dessa breve revisão, buscou-se autores de filiação epistêmica ancorada na dialética, que contribuíram, em nossas análises, para ressaltar o complexo movimento na produção do espaço urbano. Quando tratamos de um “urbano” que pertence às margens do território nacional, a descrição da coexistência entre conteúdos pretéritos (permanências) e as atuais dinâmicas (fluxos, centralidades e práticas) é um desafio. Nesse sentido, a abordagem territorial e a noção de territorialidade podem ajudar-nos no detalhamento dos segmentos, dinâmicas, papéis e relações em que as palafitas e as ocupações informais estão inseridas.

2.2 Territórios urbanos e formas de moradias

Conforme mencionado anteriormente, a cidade materializa as contradições do modo de produção capitalista, alterando o espaço e gerando microterritorialidades por aqueles que a produzem. No entanto, a cidade não é só isso. É também um campo de forças, de resistências, de usos, práticas, conflitos e tensões que resultam no espaço urbano como afirmação da luta por direitos (Oliveira, 2000; Carlos, 2007). As lutas sociais concentram-se principalmente no acesso à terra e são provocadas pela concentração populacional na cidade, onde a terra é loteada e comprada em metros por aqueles que podem pagar (Rodrigues, 1991).

Ao tornar-se mercadoria, a terra serve como garantia entre os grupos que controlam as espacialidades para atender às suas necessidades. Essas propriedades, ao transformarem-se em territórios urbanos, estabelecem fronteiras por meio de ações que correlacionam forças e diferenças impostas pelos sujeitos em várias partes da cidade (Trindade Jr., 1998). As formas espaciais, como autoconstruções, palafitas e assentamentos informais, representam resistências dos sujeitos para garantir a posse da terra.

O espaço urbano de Parintins e seus territórios são, ao mesmo tempo, produto, condição e meio da produção e reprodução das relações sociais (Lefebvre, 2001; 2006; 2013). Essas relações estão estrategicamente ligadas aos rios, à floresta e a outros territórios. Segundo Haesbaert (1997), o território sempre possui uma dimensão simbólica e cultural. Isso manifesta-se na identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, a qual atua como uma forma de controle simbólico sobre o espaço em que vivem. Portanto, a identidade territorial é uma forma de apropriação.

As dimensões mencionadas permitem relacioná-las aos usos, às práticas e às formas que se manifestam nos espaços-territórios da cidade de Parintins. A apropriação desses espaços está interligada aos rios e à floresta, por meio dos diferentes sujeitos que cristalizam o uso dos recursos naturais. Nesses territórios, prevalece uma lógica de sobrevivência, solidariedade, coletividade, lazer e festa, que se manifesta como parte do saber-fazer, sendo seus principais referenciais de reprodução social. A partir disso, podemos entender como essas destacam-se em relação à *poièsis* e à *práxis*, pois apresentam uma resistência permeada de racionalidade alternativa no avanço da reprodução das relações capitalistas.

Esses pressupostos permitem identificar e compreender as relações que os sujeitos estabelecem com os processos de dominação e de apropriação do espaço no território urbano, utilizando diversos artifícios para apropriar-se do espaço produzido por suas ações. Diante disso, é necessário pontuar alguns pressupostos teóricos e práticos que servirão como base para refletir sobre as palafitas e as ocupações urbanas informais.

Nesse campo interpretativo, a obra de Sack (1986 *apud* Soares Jr.; Santos, 2018) destaca a territorialidade dos sujeitos como uma forma primária de poder exercida no território, seja de forma impositiva ou não. Isso envolve aspectos físicos, sociais e psicológicos em diferentes escalas, que têm o potencial de afetar, influenciar e controlar pessoas, recursos e relações no território. Essa delimitação e classificação

impulsionam o estabelecimento de comunicação e a definição de limites físicos e simbólicos, como parte dos reforços para controlar o acesso às áreas que foram apropriadas e designadas como territórios (Soares Jr.; Santos, 2018).

Raffestin (1993) estabelece as bases para a análise territorial, argumentando que o espaço precede o território. Nesse sentido, o território é formado a partir do espaço, resultado de ações ou comportamentos que são definidos social, histórica e espacialmente, e que se baseiam em relações de poder. Essas ações são realizadas por sujeitos que, em diferentes escalas, se apropriam (de maneira concreta ou abstrata) do espaço, estabelecendo limites nas relações existenciais ou produtivas, que incluem produção, troca e consumo. Raffestin (1993) faz uma analogia interessante, descrevendo o espaço como a “prisão original” e o território como a “prisão que os homens constroem para si”.

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1993, p. 144).

O conceito de território, conforme discutido por Sack (1986) e Raffestin (1993), é moldado pelas relações de poder e controle que se manifestam em diferentes escalas sobre o espaço. Sack (1986) caracteriza o território como um “palco passivo”, no qual os recursos e os sujeitos estão distribuídos sobre uma área específica. Nesse contexto, o território é visto como a matéria-prima inicial para os processos de territorialização, que podem gerar conflitos (Raffestin, 1993). Um exemplo disso são as palafitas e as ocupações urbanas na cidade de Parintins, que criam tensões e disputas no acesso à terra.

Souza (1995) argumenta que o território vai além de espaços concretos, sendo também substrato material de territorialidades. Nessa perspectiva, os territórios passam a ser entendidos como relações sociais que definem, delimitam e demarcam espaços por meio de relações de poder. Em outros termos, são relações de poder

espacialmente delimitadas e atuam sobre um substrato apropriado, que é referencialmente localizado no território (Trindade Jr., 1998).

Os territórios na cidade requerem esforços contínuos dos sujeitos para manter a propriedade dentro de seus domínios. Sack (1986) ressalta que, diferentemente de outros lugares públicos, a mera delimitação de objetos no espaço, em um mapa, ou mesmo a identificação de locais, áreas e regiões no senso comum, não implica, necessariamente, na definição de um dado território. Isso porque a existência de um território requer ação e controle sobre um espaço e todos os seus atributos. No entanto, é na cidade que se observam as diferentes espacialidades, padrões territoriais, conjunto de fragmentos reais e aparentes, conflitos, deslocamentos e mudanças de centralidades, além das redes de sujeitos que se alternam e se movem no tempo e no espaço. Essas dinâmicas não se limitam apenas ao controle (Alves, 2010).

O espaço e o território são categorias que se complementam e interdependem. No entanto, para entender o território, tanto em termos teóricos quanto em sua manifestação prática, é preciso compreender o espaço geográfico e como ele se relaciona com o tempo. A partir de uma perspectiva crítica da geografia, Santos (2006) propõe que devemos começar pelo espaço, o qual descreve como “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2006, p. 21).

O espaço geográfico é um produto da intencionalidade social, no qual o homem se apropria do espaço natural e o modifica por meio do trabalho. Assim, é resultado da condição dinâmica das relações que os sujeitos estabelecem cotidianamente entre si e com a natureza. Além disso, esse espaço também reflete as contradições e as desigualdades sociais.

Os sistemas de objetos e de ações dão-se de maneira relacional e estão “reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (Santos, 2006, p. 49). A ação do homem sempre ocorreu sobre o meio, transformando a natureza.

Essas ações são manifestações das necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas, sejam elas próprias ou adquiridas. Os objetos e as ações empregadas no passado e no presente carregam consigo elementos das relações do homem com o meio natural, pois não adquirem apenas um

papel simbólico, mas também funcional, refletindo a interação entre o homem e seu ambiente.

Saquet (2011) defende que o homem, sendo um ser social, animal e espiritual, modifica a natureza para criar lugares e espaços onde possa viver e expressar suas crenças, seus ritos, mitos, valores e comportamentos. As técnicas que foram inventadas e aprimoradas ao longo da história possibilitaram a modificação da natureza. À medida que o homem se desloca pelo território, deixa sua marca, resultando em uma des-re-territorialização social e espacial ao longo do tempo (Saquet, 2005). Nesse contexto, as palafitas e as ocupações urbanas produzidas em diferentes momentos na cidade de Parintins são exemplos desses lugares que carregam consigo esses elementos.

O espaço geográfico é uma construção resultante de processos políticos, econômicos e culturais. O mesmo aplica-se ao território, que é produto da ação de apropriação e produção do espaço, inserido no campo de poder das relações sociais. Saquet (2005, p. 49) afirma que a “apropriação e produção do espaço geográfico, cotidianamente, estão na base do arranjo territorial. Território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial”. Tanto o espaço quanto o território são constantemente modificados pelas relações que o homem estabelece no seu cotidiano e, assim, expressam diferentes temporalidades e territorialidades. Como afirma Haesbaert (2007):

“[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (Haesbaert, 2007, p, 22)

De acordo com Saquet et al. (2010), o território é caracterizado por continuidades e fluidez, sendo marcado por elementos fixos e fluxos. Esses são conectados por nós e pontos que se destacam nas relações de poder e nas redes sociais. O território é apreendido como um produto de conflitos e contradições sociais. Paralelamente, o espaço é considerado como uma condição essencial para a dinâmica socioespacial, sendo o local onde as relações de produção se reproduzem (Saquet, 2007).

O espaço urbano está cada vez mais se transformando em uma imagem globalizada e homogênea. Nesse sentido, a experiência visual atua como mediadora entre a paisagem e a geografia, a cidade e o território, o indivíduo e o espaço. Essa

mediação visual torna-se o meio pelo qual os contextos e as relações cotidianas são reduzidos à condição de aparências e à imaterialidade. Hoje, a cidade é caracterizada por elementos textuais e não textuais, morfológicos e não morfológicos que desafiam as interpretações, os modos de uso e as apropriações da paisagem urbana, bem como as “novas” possibilidades do urbano e das cidades (Alves, 2010).

A abordagem territorial é importante, uma vez que nos ajuda a analisar as cidades como espaços de conflitos, dominação e resistência, onde se manifestam as contradições do modo de produção capitalista. A teoria crítica também questiona os conceitos tradicionais de cidade e urbanização, que tendem a naturalizar ou idealizar esses processos. Ela propõe uma visão mais histórica, dialética e emancipatória das cidades, que considere as dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais da urbanização.

O trabalho explora a interação entre o espaço urbano e seu entorno, incluindo a floresta, os corpos hídricos e o solo ocupado por moradia. Essa interação permite compreender as dinâmicas espaciais e territoriais que os sujeitos desenham na paisagem, uma vez que as necessidades básicas estabelecem conexões no urbano, levando à apropriação de diversas áreas no território. A extensão dessas ações será evidenciada no próximo capítulo, por meio da análise empírica. Neste subitem, discutimos apenas as noções dos diferentes sujeitos de produzir espaços e territórios.

As práticas espaciais consideram que os territórios são estabelecidos a partir do espaço geográfico e serão analisadas na etapa de estudo dos casos empíricos. É importante notar que as práticas dominantes tendem a desvalorizar temporalidades e territorialidades não hegemônicas (Bartoli, 2017). No entanto, ao adotar a abordagem territorial, é possível evidenciar as permanências e continuidades que são dialeticamente reconstruídas por meio dos processos de desterritorialização e reafirmação de lutas e resistências aos territórios urbanos apropriados.

Segundo Bartoli (2017), a abordagem territorial contribui para a inserção da multidimensionalidade inserida nas dinâmicas, ações, projetos e delimitações espaciais. Esses aspectos serão detalhados ao longo da análise dos dados empíricos deste trabalho. O processo urbano é destacado como mediador principal, pois contém condições de interação e ação em que a análise territorial abarca aspectos transmultiescalares, multidimensionais, transmultitemporais e relacionais (Saquet, 2007; 2011).

Compreender o território urbano como movimento, composto por redes, e as moradias como nós dessas redes, permite-nos observar as apropriações na paisagem urbana. Com essa perspectiva, começamos a esboçar a estrutura analítica do “modelo” que pretendemos construir. Esse modelo fundamenta-se no diálogo da dialética e na análise dos territórios em relação à produção de espaços da cidade.

Em síntese, os referenciais pertencentes à abordagem territorial são úteis, pois fornecem uma leitura multidimensional dos processos, em que a análise de uma singela palafita ou até mesmo de uma ocupação urbana torna-se um momento estratégico para a formação de territorialidades. Entender o território como movimento, composto por redes, e as moradias como nódulos dessas redes, possibilita-nos observar as apropriações na paisagem urbana em transformação.

2.3 A Urbanização e a Cidade Amazônica

A urbanização brasileira alcançou seu índice mais elevado a partir da década de 1950, impulsionada pela industrialização que se estabeleceu nas principais cidades do país. Essa afirmação é corroborada por Kowarick (1993), Maricato (2000) e Becker (2013), e está alinhada ao processo de modernização que despontava na época, conforme descrito por Santos (1993). Um fator adicional crucial foi a concentração populacional no crescimento das cidades.

Desde a segunda metade do século XX, o Brasil vivenciou um intenso êxodo rural, diante de uma migração em massa do campo para as cidades. Esse movimento resultou na concentração populacional em diversas zonas urbanas do país. Além disso, deve-se considerar a dinâmica demográfica, que mostra as variações das taxas de mortalidade, de fecundidade, além das tendências migratórias.

Nesse sentido, os centros urbanos do país tornaram-se o lócus de concentração de fluxos migratórios, tanto internos quanto externos, resultando em uma população urbana até o final do século passado, conforme apresentado por Santos (1993). Esse movimento não ocorreu de maneira uniforme em todo o país. Contudo, as cidades da Amazônia ocidental refletiram essas mudanças demográficas.

Santos e Silveira (2001) destacam que a mecanização da produção agrícola, combinada com o fluxo migratório do campo para a cidade, foram os principais fatores que impulsionaram o rápido crescimento das cidades. O magnetismo do urbano atraiu as pessoas a buscarem melhores condições de trabalho, educação, remuneração e saúde na cidade. Como resultado, surgiram duas principais práticas de acesso à terra

urbana: a formal e a informal, que são reflexos das condições socioeconômicas das famílias e da exclusão da terra. A Figura 3 ilustra os termos trabalhados no processo urbano.

Tal processo de expansão levou a uma integração entre cidades próximas no conhecido processo de conurbação. Um exemplo dessas manifestações pode ser observado nas cidades que compõem as regiões metropolitanas do Brasil, com exceção da Região Metropolitana de Manaus (RMM) e da cidade de Santarém, no Oeste do Pará, cujo padrão foi guiado por objetivos distintos.

A urbanização acelerada resultou em espaços urbanos marcados por níveis inaceitáveis de desigualdade. Como observa Maricato (2002, p. 2), “[...] o uso e a ocupação do solo assumem uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns) e ambientalmente predatória [...]”. Isso imprime uma segregação aos mais pobres e uma seletiva cidadania a alguns grupos, enquanto outros enfrentam a ausência, a deficiência e as precariedades de infraestruturas essenciais para a qualidade de vida. Direitos como moradia, educação, saneamento, transporte, saúde e lazer são deficitários nas cidades brasileiras, precarizando a vida dos seus habitantes.

O processo urbano na Amazônia revelou a insuficiência do Estado na implementação de políticas públicas eficazes para lidar com os problemas urbanos no interior do território. Os projetos e planos ditos desenvolvimentistas para a região, apontados por Becker (1990), estimularam um movimento migratório e um processo socioeconômico, que influenciaram a configuração do ordenamento territorial das cidades. Como resultado, pequenas, médias e grandes cidades sentiram os efeitos do avanço do capital. Esses continuam a modificar as relações sociais no território, que afetam tanto a vida cotidiana quanto a estrutura desses espaços.

Nesse sentido, a cidade é entendida como a expressão da sociedade moderna, capitalista, pois seus espaços e territórios não são apenas organizados, normatizados e instituídos, mas também são transformados, apropriados e reapropriados por diversos grupos sociais, segundo as exigências e demandas, éticas, estéticas e ideológicas. Assim, a cidade é forma-conteúdo entre a sociedade e os componentes de sua história.

Na Amazônia, as tecnologias incorporadas, conforme Oliveira (2006, p. 28), “[...] tornaram-se mais ágeis, pois os lugares foram atingidos por tecnologias que possibilitaram maior circulação de ideias e o acesso à modernização”. No caso

específico das cidades, segundo Oliveira (2006), isso gerou pelo menos duas mediações: a) a associação ao novo, ao moderno e ao desenvolvimento; e b) a associação aos baixos índices de qualidade de vida, às epidemias, à destruição e ao aumento da violência. Essas premissas criaram conflitos e negociações que se entrelaçam em múltiplas redes de sujeitos com diferentes práticas socioespaciais, tornando as cidades um lugar exponencial para as diversas reivindicações de interesses.

A urbanização manifestou-se nos diversos padrões espaciais do território amazônico, nos quais se complexificou, levando pesquisadores a utilizarem certos termos para entender a difusão do processo na Amazônia brasileira. O termo “fronteira urbana”, introduzido por Becker (1990), referiu-se à ocupação do território sob a nova lógica de reprodução do capital e da organização social no espaço. Já a “floresta urbanizada”, também cunhado por Becker (1995), foca a expansão e a proliferação dos aglomerados urbanos. Por fim, o termo “urbanização na selva”, proposto por Oliveira (2000), enfatiza a transformação da floresta a partir da cidade, onde o estilo de vida urbano passa a predominar na paisagem.

Browder e Godfrey (2006) utilizaram o termo “urbanização complexa e desarticulada” e defendiam o pluralismo conceitual para capturar a complexidade do processo urbano na região. Monte-Mor (2003), por sua vez, introduziu a “urbanização extensiva” para descrever o avanço da urbanização sobre a floresta.

Nesse contexto, Trindade Jr. (1988) propôs o termo “urbanodiversidade” para compreender a natureza do urbano na Amazônia oriental. Essa definição abrange os novos arranjos que surgiram na região, os quais são visíveis e têm implicações diretas no bem-estar social. Esses incluem conflitos, ocupações, acesso a políticas públicas e o avanço do capital. Juntos, esses fatores ajudam a definir e classificar a diversidade urbana da região. Sem, contudo, inserir os sujeitos locais na produção do espaço urbano como protagonista deste processo.

A produção do espaço a partir de 1950 caracterizou-se, inicialmente, pela ocupação de terras devolutas pelas frentes camponesas e pelos fazendeiros, que estabeleceram uma fronteira agrícola. No entanto, essa fronteira rapidamente se urbanizou devido à intensa migração. É importante ressaltar que, durante esse período, a Amazônia não era um território vazio, mas sim uma região que estava sendo ocupada e absorvendo a população.

Anteriormente, a região já vinha sendo ocupada, pois o governo induzia a vinda de migrantes. No entanto, essa migração não se destinava apenas ao povoamento, mas também visava trazer força de trabalho para as áreas produtoras, principalmente de mineração. Como resultado, surgiram diferentes tipos de espaços, que se tornaram complexos e múltiplos (Becker, 1990; 1995; Oliveira, 2000; Monte-Mor, 2003; Browder e Godfrey, 2006; Trindade Jr., 1988).

A metamorfose deste processo na região amazônica permitiu que os autores mencionados, de diversas filiações epistemológicas, utilizassem suas definições para refletir sobre o urbano na Amazônia. Isso permitiu que esta tese analisasse os sujeitos locais produtores do espaço, considerando suas premissas e necessidades na produção do território urbano local.

Figura 3 - Síntese dos termos que analisaram o processo urbano amazônico



Elaboração: Crizan Graça de Souza

Contudo, a interação entre esses processos produziu espaços intrinsecamente ligados aos planos e às estratégias políticas e econômicas de grupos que mantêm o poder tanto no âmbito local quanto global. Em Parintins, a expansão do espaço urbano ocorreu de forma deliberada, sem urbanismo para seus habitantes. Isso deve-se ao descompasso entre o poder público municipal e a população que ocupa determinadas áreas, reivindicando seu direito à cidade ao produzir uma cidade informal.

Segundo Archanjo e Higuchi (2016), esse descompasso remonta à fase inicial de higienização da cidade. Durante esse período, a gestão municipal de Parintins

implementou projetos, normas e decretos urbanísticos que resultaram no realojamento de famílias de baixa renda para as áreas periféricas da cidade. As casas construídas na época eram afastadas do Centro, pois não atendiam aos padrões estabelecidos pelos decretos. As casas eram feitas de palha, cavaco, trançadas de cipó e madeira roliça, as quais evidenciaram a exclusão social da cidade, pois seus moradores eram afastados para longe.

No entanto, esses terrenos, mais tarde, passariam a incorporar a área central³ da cidade, tornando-se um espaço privilegiado de serviços para a população de baixa renda, segundo (Souza, 2018). Archanjo (2016) destaca que a ocupação das áreas baixas do sítio urbano de Parintins foi marcada pela presença dos migrantes nativos da região. Acostumados com as palafitas e a vida de várzea, esses encontraram nas áreas alagáveis às margens dos lagos e do rio um lugar familiar e estratégico para construir seus novos lares, replicando o modo de vida até então vivido no meio rural. O interiorano da várzea ou da terra firme, ao migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida, depara-se com o problema da propriedade da terra e a questão da renda para o sustento da família.

A cidade sofreu uma reorganização espacial que resultou em uma mistura de “ordem e desordem”, um processo que acompanha a expansão urbana, conforme apontado por Bartoli (2018). Um dos principais desafios enfrentados no arquipélago é o acesso à terra. As práticas de uso e ocupação do solo em áreas sensíveis, como cursos d’água e áreas de preservação ambiental, resultam em assentamentos sem infraestrutura básica. Segundo Souza *et al.* (2013), essas áreas tendem a atrair a população de baixa renda que as ocupa informalmente, uma vez que o acesso desigual à terra reflete-se nas condições econômicas dessa população.

Em Parintins, o processo de ocupações urbanas surge como alternativa imediata para os novos habitantes da cidade. Esses não se limitam apenas a ocupar as margens do lago, mas também seu leito, construindo moradias para suas famílias. No entanto, essa prática tem consequências ambientais significativas. Ao longo do lago Macurany, as ocupações provocam assoreamento, o que altera o fluxo das águas durante as variações de subida e descida do rio da região. Além disso, a expansão da cidade tem levado ao desflorestamento da mata ciliar, das áreas de castanheiras e

³ Noção atribuída por Roberto Lobato Corrêa, denominada como: área de expansão.

dos campos nativos. Nesse sentido, as áreas construídas pela população carecem de saneamento básico e de outros equipamentos coletivos.

Bartoli (2021) ressalta que a água de Parintins desempenhava uma função social de harmonia com a paisagem característica da região amazônica. Contudo, atualmente, essas áreas transformaram-se em um “ecossistema de urubus”, proliferando o lixo e a água poluída em locais que acumulam os resíduos sólidos e o esgoto despejado pela cidade. Souza (2010) argumenta que o crescimento contínuo das cidades, sem o devido planejamento por parte dos órgãos públicos municipais, resulta em um espaço urbano desprovido de elementos culturais, áreas de lazer, entre outros. Nesse sentido, é urgente abordar a produção do espaço e a transformação da cidade com o objetivo de promover a justiça social.

A floresta, anteriormente predominante na Amazônia, agora se integra ao espaço urbano das cidades que surgiram e se expandiram à beira de rios e estradas. Essas transformações mudaram as relações e as formas de apropriação do território e da vida regional, impulsionadas pelos grandes projetos e dinâmicas ligadas à mineração, ao desmatamento, à pecuária, à soja e aos núcleos tradicionais (Trindade Jr., 2010b).

Por outro lado, no espaço urbano das águas da Amazônia Ocidental, as cidades à beira dos rios têm influenciado a dinâmica das conexões globais-locais, promovendo ações e projetos que articulam interesses e conhecimentos globais em detrimento das vivências e saberes locais. Isso se confirma na formação das redes de organizações paisagísticas e no desenho das desigualdades socioespaciais locais, conforme citado por Oliveira (2006).

De acordo com Oliveira (2006, p. 28), na Amazônia, criaram-se “[...] espaços artificiais, desprovidos de memória que desprezam a história e a cultura específicas, levando à construção de objetos iguais, independentemente dos lugares onde estão localizados”. Complementando essa perspectiva, Trindade Jr. (2010a; 2013) destaca que tais processos ocorrem durante a criação das chamadas “cidades na floresta”, caracterizadas por uma fraca articulação interna e uma forte articulação externa.

Essa lógica exógena concebe o espaço da floresta somente “[...] como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (Trindade Jr., 2010a, p. 118). Em contrapartida, a floresta, a população e seus valores culturais e sociais são negados e convertidos em preceitos da vida urbana denominada “moderna”.

No contexto multifacetado da Amazônia, as cidades revelam singularidades que caracterizam cada lugar. Essas particularidades surgem à medida que os processos se desenvolvem sobre o espaço construído. Segundo Trindade Jr. (2010b; 2013; 2015a), o espaço urbano amazônico reflete um conjunto de processos históricos que traduzem as especificidades e a diversidade cultural e ambiental das etnias indígenas, bem como das populações que habitam a floresta e dela dependem, incluindo ribeirinhos, caboclos, indígenas, citadinos e migrantes de outras regiões do país. Esses elementos coexistem para formar o que Trindade Jr (2013; 2015a) denomina de “urbanodiversidade”.

A dimensão da urbanodiversidade é moldada pela interação entre duas esferas conceituais propostas por Milton Santos: a tecnosfera e a psicofera urbana. Essas são interpretadas como “forma-conteúdo” (Santos, 1988; 1993). A psicofera da floresta, por sua vez, é entendida pelas transformações das relações sociais que ocorrem no espaço amazônico.

Segundo Souza (2021), os centros urbanos situados em áreas ribeirinhas, circundados por florestas e rios, enfrentam desafios significativos na implementação de infraestrutura e no acesso a serviços básicos. Adicionalmente, a urbanização liga-se às mudanças ambientais, ao desmatamento e à exploração florestal, gerando, por exemplo, impactos diretos nas cidades e nas populações que nelas residem.

À medida que a urbanização avança na Amazônia, torna-se fundamental entender as implicações socioeconômicas, ambientais e culturais, as quais impactam diretamente a população local. Os desafios associados a esse processo na região proporcionam uma análise mais aprofundada da realidade urbana, especialmente das condições de moradia em palafitas e ocupações urbanas informais. O processo urbano revela aspectos marcantes, influenciados pelas relações humanas e pelas formas de apropriação do território. Áreas que antes eram dominadas pela floresta agora se integram como partes constituintes das cidades (Trindade Jr., 2010b).

De acordo com Santos (1988; 1993), a “tecnosfera urbana” representa a materialidade dos objetos técnicos introduzidos na paisagem, como os projetos desenvolvimentistas e as redes de informações que se conectam e interagem com outros elementos locais. Nesse contexto, a “tecnosfera urbana” serve como base para a materialização da psicofera urbana. Essa última entendida como um conjunto de valores, comportamentos e relações de origem urbana que dão sentido às formas e aos conteúdos espaciais, racionalizando a vida urbana (Santos, 1988).

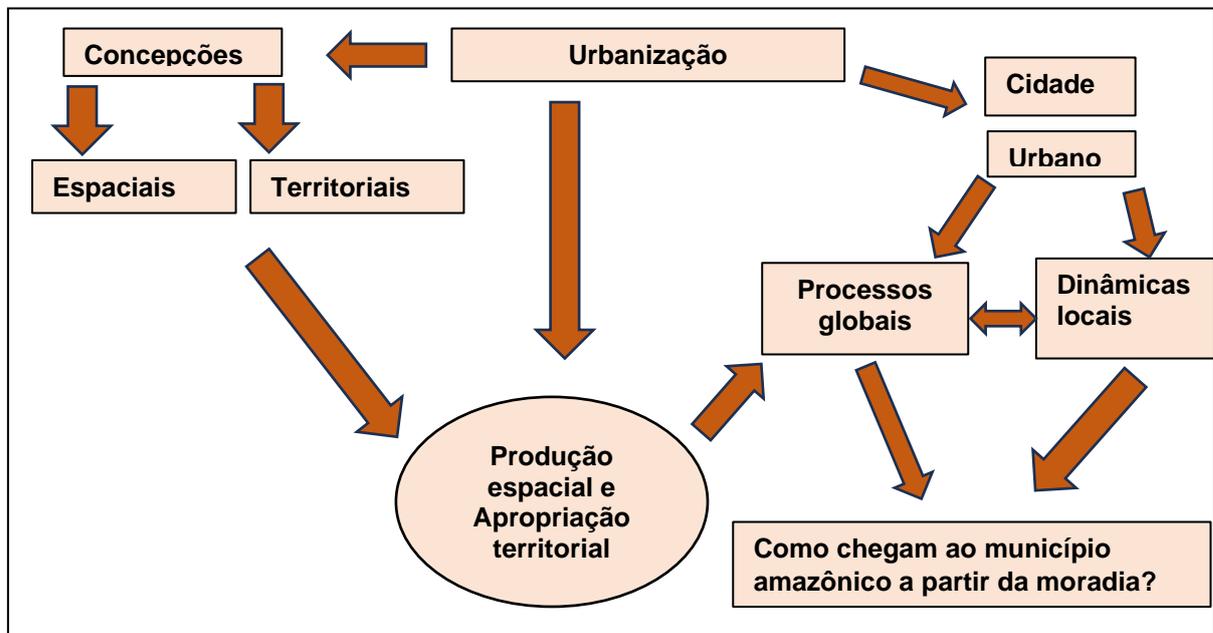
Trindade Jr. (2013), ao abordar as especificidades que compõem a urbanodiversidade das cidades amazônicas da/na floresta, em resposta aos projetos desenvolvimentistas, destaca aquelas criadas à beira de rios ou estradas. Tais cidades e suas paisagens são “[...] resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositárias de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas” (Oliveira, 2006, p. 28).

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar a discussão sobre as transformações em curso e contínuas nas cidades da/na floresta. Entretanto, busca-se sustentar a ideia de um processo endógeno desigual e combinado que fragmenta a dimensão vivida dessas cidades. Há um conjunto de relações multiescalares que surgem ligadas à produção urbana, a partir da experiência do morar na cidade. Nesse contexto, Oliveira (2002, p. 5) argumenta que “a produção do espaço urbano na Amazônia se dá a partir de um processo conflituoso, onde as novas relações destroem e reconstróem as antigas relações, pois o novo não exclui o velho”.

Nesse sentido, o que tais aportes teóricos nos ajudam a interpretar e a construir para um modelo analítico? Fica evidente que o processo urbano na Amazônia⁴ é permeado de “incompletudes” (no sentido de uma modernização na forma de promessas e ideologias), mas principalmente na formação de um novo vínculo de situações informais que se manifestam materialmente nas moradias. A situação habitacional nas cidades mostrou que, apesar das condições de vida precárias, as comunidades desenvolvem formas resilientes e criativas de adaptação. Isso destaca-se na necessidade de políticas habitacionais que reconheçam e valorizem essas estratégias de sobrevivência.

⁴ Inspirado na discussão de Milton Santos sobre o Brasil ao distinguir ‘cidades do campo’ das ‘cidades no campo’. [...] As ‘cidades da floresta’ eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia. As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (Trindade Jr, 2010a, p. 117-118).

Figura 4 - Mapa conceitual das concepções teóricas da pesquisa



Elaboração: Crizan Graça de Souza, 2023.

2.4 Da moradia à habitação no contexto da cidade

O direito à moradia, conforme estabelecido na Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, é um componente essencial do direito à dignidade humana. Esse direito não se limita apenas à posse de uma casa, mas também abrange uma série de requisitos necessários à cidadania. Segundo Dominguez (2013), o conceito de moradia inclui o acesso à infraestrutura adequada, ao saneamento básico, à segurança, à coleta de lixo, ao fornecimento de água, à energia elétrica, entre outros aspectos. Nesse sentido, o direito à moradia vai além do simples ato de habitar, uma vez que engloba condições que garantam uma vida digna aos cidadãos.

Na Constituição Federal de 1988, o direito à moradia está fixado no artigo 6º, *caput* que declara: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Portanto, diante da legislação brasileira, o direito à moradia não é apenas um direito social, mas também um direito fundamental.

Para Rolnik (2011), o direito à moradia é um elemento fundamental para garantir um nível de vida mínimo, tanto em contextos urbanos quanto rurais. Esse é um componente essencial dos direitos econômicos, sociais e políticos da população. Ou seja, o acesso à habitação e aos serviços de infraestrutura são pontos de partida para o desenvolvimento do direito à cidadania. Para Rodrigues (1991), uma moradia

que permite fácil acesso ao trabalho e não impõe custos que comprometam a capacidade da família de ter a garantia dos demais direitos é crucial para o exercício desses direitos.

A concepção do *habitar*, definida por Lefebvre (2001, p. 26), reflete diversas facetas, tais como a “[...] plasticidade do espaço, a modelagem, a apropriação pelos tipos de indivíduos de suas condições de existência”. No âmbito da entrada da moradia no mercado imobiliário e do solo urbano, essas facetas manifestam-se, no contexto capitalista, como valor de troca. Lefebvre (2001) argumenta que a busca pela compreensão do habitar não deve se limitar apenas aos profissionais que projetam os locais que habitamos, como arquitetos, urbanistas, designers, pois eles são responsáveis pela criação do *habitat*. Isso abrange aspectos como a distribuição dos espaços, suas dimensões, iluminação, ventilação além do acesso às redes de água, gás e eletricidade, entre outros. Alinhado a isso, o autor propõe:

Os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e que aparece através de diversos vocábulos: ‘função’, ‘forma’, ‘estrutura’ (...). Elaboram-no não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado (Lefebvre, 2001, p. 111).

O habitar como uma necessidade essencial, paradoxalmente, resulta no esvaziamento do habitat quando esse é reduzido a um mero espaço físico funcional. Esse processo não pode ser reduzido a cálculos e prescrições exatas de planejadores urbanos, pois o habitar é uma produção social em seu processo de humanização. Nesse sentido, o habitar e o habitat não devem ser rigidamente definidos por concepções apriorísticas, mas sim a partir das necessidades reais dos sujeitos no ato de morar (Lefebvre, 2001).

Nesse contexto, o habitar transcende a mera funcionalidade do espaço físico funcional, sendo o lugar das vivências e das expressões de rebeldia. O ato de habitar representa a afinidade intrínseca do ser humano com sua moradia, concebendo-a como a própria “base da reprodução da vida”, conforme destaca Carlos (2007, p. 17). Santos (2000) argumenta que é inviável conceber uma cidadania real que negligencie seu componente territorial, pois a tradição popular, fundamentada nas raízes da terra, molda as relações humanas e, por conseguinte, define a cultura popular. Contrapondo-se à cultura que tende a homogeneizar os elementos sócio-espaciais, Suess e Ribeiro (2017) propõem uma reflexão abrangente, incorporando aspectos do direito de habitar.

Embora, à primeira vista, moradia e habitação possam parecer conceitos semelhantes, ambos apresentam diferenças importantes, especialmente quando inseridos no contexto da produção capitalista. Como veremos:

No caso de habitação, o enfoque é o local, o bem imóvel, ou seja, o objeto *verbi gratia*, porque se exerce a habitação numa hotelaria, numa casa de praia, em flats etc. E, no caso do conceito da moradia, concebemo-la sob o enfoque subjetivo, pois pertence à pessoa o exercício da moradia, sendo-lhe inerente, havendo o dever de outrem possibilitar o exercício da moradia à coletividade, dever este não só do Estado, mas também de quem por ele atua, facilita ou representa (Souza, 2004, p. 46).

De acordo com Souza (2004), a habitação refere-se ao espaço físico construído, seja de forma individual ou coletiva, por uma rede de sujeitos, a qual é concebida como um habitat. Santos (1983) assinala que o planejamento habitacional não deve se restringir a um único aspecto produtivo, pelo contrário, é imperativo considerar uma gama de outros fatores. Esses incluem aspectos econômicos, financeiros, sociais, comunitários, físico-territoriais, construtivos, administrativos e institucionais. Dessa forma, a abordagem do planejamento habitacional deve ser holística, abrangendo diversos elementos que contribuam para uma compreensão mais completa e eficiente do desenvolvimento urbano.

A representação da casa, da habitação e da moradia são reflexos da vida dos sujeitos e das identidades de uma cidade, bairro, região ou país. Em termos quantitativos, essas representações podem ser simplesmente vistas como a soma de um "amontoado de habitações" existentes no território da cidade. No entanto, quando analisadas como habitações, representam um bem, ou seja, uma mercadoria com valor de troca. Esse olhar pode ser limitado se não considerarmos as pessoas que as habitam e todas as suas complexas inter-relações.

A chamada "Lei de Terras", instituída pela Lei nº 601, de 18 setembro de 1850, determinou que as terras devolutas se tornassem propriedade privada legalmente (BRASIL, 1850). Essa legislação resultou na mercantilização das terras e das casas, transformando-as em bens de consumo e em oportunidades de negócio a serem exploradas (Rodrigues, 1991). Conseqüentemente, a família deixou de ser uma unidade econômica, o que levou as pessoas a precisarem sair de casa para trabalhar, o que ocasionou uma transformação no papel econômico e social da habitação.

Na cidade, há uma produção significativa de habitação que não está vinculada ao circuito imobiliário formal. Isso inclui as ocupações urbanas informais, os loteamentos e as favelas, sendo esses espaços caracterizados pela ausência de

legitimidade jurídica da propriedade, o que inicialmente impediria sua apropriação pelo mercado formal da construção civil.

A formação de um bairro, fruto de uma “invasão”, é geralmente um processo de autogestão ou autoconstrução, conforme descrito por Maricato (1982). No passado, era comum aposentados, operários e até mesmo empreiteiros com recursos limitados juntarem-se para construir suas casas. A prioridade era construir primeiramente para a família, deixando a opção de aluguel para as etapas posteriores.

Segundo Maricato (1982), a implementação da política do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) incentivou a oligopolização da construção civil por grandes empresas no Brasil, especialmente após 1964. Isso afetou a destinação dos recursos financeiros para a habitação popular. Com a introdução do SFH, a responsabilidade pela qualidade da habitação deixou de ser problema do construtor e passou a ser do comprador e das instituições de financiamento. Isso transformou a casa financiada em um instrumento de *lobby* para as construtoras e empreiteiras, possibilitando que participassem de um grupo restrito que dominava as licitações voltadas para atender ao denominado “mercado habitacional” (Maricato, 1982).

Nessa produção do espaço urbano, diversos agentes exercem influência na cidade. Isso inclui o Estado, o mercado imobiliário, os movimentos sociais e os próprios moradores com movimentos efêmeros, cada um com seus interesses e demandas específicas em relação à forma e à função da habitação. A habitação, portanto, pode ser vista sob duas perspectivas distintas. Por um lado, é considerada como um produto do capital, com o objetivo de lucrar e valorizar o solo urbano. Por outro lado, é vista como um bem social, que visa melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão dos cidadãos na cidade.

A moradia enquanto direito foi negligenciada pelo Estado na produção do espaço urbano. Esse fato revela conflitos e contradições na apropriação da cidade, como é o caso de Parintins, que se expandiu de forma informal em sua maior parte, sem o acompanhamento formal da gestão municipal. Essa disputa é marcada por interesses que refletem as desigualdades e exclusões presentes na sociedade. A apropriação do solo urbano não é apenas uma questão de propriedade, mas também política, econômica e cultural, que envolve o acesso a recursos, serviços, equipamentos e direitos que a cidade oferece.

Nesse sentido, o espaço urbano é entendido como a condição na qual ocorrem as interações dos processos de dinâmica urbana. Portanto, é essencial analisar como

as variáveis estão distribuídas no espaço, com o objetivo de estabelecer critérios para verificar seu desempenho como suporte da vida social. Essa análise da forma urbana pode ser referenciada a diversos atributos, respeitando os paradigmas apresentados anteriormente. Assim, a análise concentra-se na eficiência e na equidade da forma urbana, bem como na qualidade espacial e na experiência urbana. Embora os atributos da forma urbana sejam explorados nos estudos anteriores, isso não indica sua total ausência, mas sim a falta de profundidade e persistência na análise do espaço urbano.

Figura 5 - Movimento de reprodução da cidade



Elaboração: Crizan Graça de Souza, 2023.

O conceito de direito à cidade, proposto pelo francês Henri Lefebvre (2001), defende que todos os habitantes urbanos devem ter o poder de participar da produção e gestão do espaço urbano, conforme suas necessidades e aspirações. Esse direito vai além do acesso à moradia e à infraestrutura. Trata-se do direito a uma vida urbana plena, democrática e sustentável. Contudo, o direito à cidade é visto como uma utopia possível, buscando superar a alienação e a segregação impostas pelo modelo atual de urbanização.

Diante disso, a simples palafita ou a ocupação informal produzida em Parintins torna o ato de habitar para além da mera existência física de um espaço. Abrange a interação dinâmica entre os sujeitos e o ambiente ao seu redor, refletindo como eles

moldam e são moldados por esse contexto. No espaço urbano, essa dinâmica refere-se à maneira como sujeitos ou comunidades utilizam o espaço da cidade, atribuindo significados e construindo identidades por meio de suas atividades cotidianas e interações sociais. Portanto, enquanto o habitat pode ser entendido como o espaço onde a vida urbana se desenrola, o habitar representa a performance que dá vida a essa teia de relações.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DE PARINTINS (AM)

Figura 6 - A produção do espaço intraurbano de Parintins-AM



Legenda: Ocupação Lady Laura em Parintins – Registo Fotográfico: Crizan Souza (2017)

*Nos barracos da cidade
Ninguém tem mais ilusão
No poder da autoridade
De tomar a decisão
E o poder da autoridade
Se pode, não faz questão
Se faz questão
Não consegue
Enfrentar o tubarão*

Ô ô ô gente estúpida (...)

*O governador promete
Mas o sistema diz “não”
Os lucros são muito grandes
Mas ninguém quer abrir mão
Mesmo uma pequena parte
Já seria solução
Mas a usura dessa gente
Já virou um aleijão*

Gilberto Gil

3.1 A cidade e as formas de habitações no acesso à moradia em Parintins

Iniciaremos este tópico discutindo a noção de produção do espaço analisada por Lefebvre (2006), a qual compreende o espaço como produto das relações sociais que acontecem no tempo histórico da sociedade para entendermos a moradia em Parintins. Essa noção, por sua vez, implica em diversos níveis da realidade, considerando formas e processos na reprodução geral da sociedade, como analisa Carlos (2011).

Ao considerarmos essas diversas escalas geográficas para deliberarmos, em termos conceituais e espaciais, o objeto de estudo, procurou-se entender também a relação dos sujeitos no espaço urbano com o território da cidade de Parintins, sem, contudo, desconsiderarmos os agentes produtores do espaço que atuam nessa produção, como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 2003). Nesta tese, destacamos a atuação dos grupos excluídos, principais responsáveis pela produção e reprodução do processo socioespacial da cidade sobre as áreas rurais.

Essa tipologia de cunho analítico, segundo Corrêa (2003), não é efetivamente absoluta, uma vez que há inúmeras variações na produção do espaço, as quais ocorrem de maneira diversificada. É o caso do Estado que, por vezes, assume a condição de outro agente, como, por exemplo: o Estado como indústria; o Estado como promotor imobiliário etc. Entretanto, agem por intermédio do controle sobre a propriedade da terra na organização do espaço.

Na produção do espaço urbano capitalista, a ação dos agentes deriva “da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem” (Corrêa, 1989, p. 11). Nesse movimento, a ação do Estado é crucial, posto que esse agente desempenha múltiplos papéis e torna a cidade dinâmica com diferentes estruturas de interesses e conflitos que se enfrentam, pois é o agente regulador da dinâmica espacial na sociedade.

Neste capítulo, procuramos identificar os segmentos habitacionais que deram origem às tipologias habitacionais e os processos de acesso à terra urbana que foram e continuam sendo realizados no espaço urbano de Parintins. Para realizar essa identificação, delimitamos as áreas palafíticas e as ocupações Castanhal e Nova Conquista como recorte analítico que apresentam dinâmicas conflitantes pelo direito à cidade.

Porém, ao analisar a cidade de Parintins como recorte espacial, aderiu-se, primeiramente, à década de 1940, período de espraiamento da cidade até o momento atual (2023). Esse período perpassa a ação estatal mediante as políticas habitacionais introduzidas no período de vigência do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criados em 1964, assim como o Programa Minha, Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009. Além disso, houve o envolvimento do setor imobiliário e a ação da própria população local por intermédio dos processos de ocupação informal. Esse fazer cidade na floresta amazônica implica, sobretudo, no acesso à moradia e suas implicações espaciais e territoriais, que influenciam a qualidade de vida da população e hibridizam o processo urbano por meio da produção de palafitas e ocupações informais.

Por essa razão, tomamos a moradia como recorte analítico de apreensão da realidade em Parintins como “direito” e a habitação como um “bem construído”, ou seja, uma mercadoria especial que provoca transformações, conflitos e negociatas entre as redes de sujeitos no espaço, especialmente, no que se refere à terra. Em Parintins, foram observados ao menos quatro processos de produção que vão dar forma à cidade, tais como a autoconstrução, a produção estatal subsidiada, o segmento econômico ou produção privada, a produção autônoma, bem como as embarcações e as palafitas utilizadas como alternativa de moradia na cidade. Os segmentos identificados inserem-se em submercados que produzem a cidade e se caracterizam conforme os aspectos a seguir evidenciados.

A **autoconstrução** é realizada por famílias que estão à margem do mercado de produção formal de habitação e que, muitas vezes, não conseguem o acesso ao financiamento habitacional, assumindo diretamente a construção da moradia em terrenos adquiridos de modo informal (as ocupações urbanas) ou loteamentos (na maioria, informais), sem acompanhamento técnico ou disponibilidade do habite-se. Definição trabalhada por Maricato (1982), Bonduki (1998), Rodrigues (1991).

A **produção estatal subsidiada** é aquela promovida por políticas públicas na construção de habitações, a partir de programas habitacionais que atuam na liberação de subsídios e na criação do aparato legal enquanto agente produtor e regulador do espaço. Neste modelo de produção, as habitações são construídas geralmente em conjuntos habitacionais verticais e horizontais. Geralmente essa produção segue um padrão de periferização da cidade analisada por Maricato (1982), Bonduki (1994), Rodrigues (1991), Rolnik (2010), Souza (2018), entre outros.

O **segmento econômico** é promovido no circuito do mercado imobiliário e é destinado à parcela da população que pode pagar pela habitação, mas que recorre muitas vezes ao capital financeiro, que promove o financiamento da construção por meio de repasse de recursos com subsídios oriundos de fundos públicos, sendo signatário do habite-se. Neste segmento, destacamos os trabalhos de Shimbo (2010), Royer (2009), Fix (2011), Botelho (2007), entre outros.

A **produção autônoma** é produzida geralmente por famílias que compram terreno em loteamento legalizado e realizam a construção de sua habitação, utilizando seu próprio recurso financeiro, sem, no entanto, recorrer ao financiamento nem à autoconstrução. Contudo, contratam profissionais da construção civil para realizarem o trabalho. Geralmente, esse tipo de produção é realizado por professores, comerciantes, servidores públicos da saúde, dentre outros. Com licença mínima da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), mediante a formalização da planta da casa, o técnico entra para elaborar o projeto junto ao habite-se e aos órgãos públicos. Essa produção de habitação foi identificada por Souza (2018) em sua pesquisa de mestrado, no caso de Parintins.

A **alternativa de moradia em embarcações**, por hipótese, constitui-se a partir da ausência de moradia fixa na cidade, especialmente dos interioranos (famílias de comunidades rurais) que utilizam os serviços da cidade, assim como para as famílias que vigiam barcos e pescadores urbanos que usam embarcações como moradia. São alternativas que envolvem múltiplas relações, nas quais se observam inúmeras territorialidades criadas, destruídas e de resistência por esses sujeitos que lutam pelo direito à cidade (Bartoli, 2017).

Ao identificar os segmentos habitacionais que se sobressaem no espaço urbano de Parintins, este capítulo apresenta as espacialidades e temporalidades associadas ao processo de expansão e produção da cidade. Esse movimento é moldado por diversos agentes no território urbano, incluindo os grupos excluídos, o Estado, os proprietários de terras e os empreendedores imobiliários.

3.1.1 O contexto histórico-geográfico da cidade de Parintins (AM)

A cidade de Parintins consolidou-se na margem direita do rio Amazonas, em um arquipélago da vasta planície amazônica, na sub-região do médio rio Amazonas. Primeiramente, ocupou as partes mais altas das ilhas e depois seguiu em direção aos cursos d'água em áreas baixas do terreno.

Em uma breve contextualização geohistórica sobre o surgimento e crescimento de Parintins, nota-se que a expansão da cidade ocorreu a partir da conexão entre as diversas ilhas, os aterros e as pontes construídas como via de locomoção dos moradores. Isso se deve ao fato de que as ilhas se constituem como unidades ambientais que dominam a paisagem local, sendo um fator topográfico que limita o crescimento da cidade. Além disso, outro aspecto relevante são as áreas baixas próximas aos cursos hídricos, ocupadas por famílias de baixa renda que predominam na cidade em áreas sem infraestrutura.

Segundo Bittencourt (1924) e Reis (1967), o surgimento da Vila Nova da Rainha, atual Parintins, assemelha-se ao de tantas outras cidades do Brasil e da Amazônia, sendo fundada a partir de um aldeamento indígena que se transformou em uma espacialidade datada desde o período colonial, orientada pela cultura europeia (portuguesa) na ocupação do território. Foram criados entrepostos comerciais e de defesa pelo território, bem como construídas estruturas para habitar e hospedar viajantes da época. A cidade nasceu na parte alta do sítio e expandiu-se para as áreas planas e baixas do terreno, que se destinavam a extensas fazendas de antigos posseiros.

O município experimentou diversos ciclos econômicos e fenômenos naturais, o que resultou em um intenso fluxo migratório da população rural para a cidade. Esse movimento de pessoas contribuiu significativamente para a expansão da cidade que aconteceria em meados da década de 1940. Durante esse período, as terras dos antigos posseiros passaram a ser ocupadas e foram construídas habitações e outros equipamentos urbanos, substituindo as atividades rurais, conforme descrito por Souza (2013), Bartoli (2017) e Souza (2018).

A partir da década de 1940, a especulação imobiliária valorizou os terrenos bem localizados na cidade, impulsionando sua expansão. Isso intensificou a necessidade de acesso à terra urbana pela população de baixa renda, tornando o direito à moradia cada vez mais escasso. Como resultado, surgiram os loteamentos e as ocupações urbanas informais, consideradas irregulares, além de conjuntos habitacionais periféricos. A inserção do mercado imobiliário na última década também contribuiu para essa configuração na paisagem urbana atual da cidade, que implica diretamente na forma contínua de ocupação do território.

As palafitas, inseridas no contexto urbano, surgiram predominantemente nas primeiras ilhas urbanizadas de Parintins. Isso ocorreu em trechos onde houve o

aterramento dos cursos hídricos para permitir a passagem de arruamento, com o objetivo de conectar uma rua à outra. As áreas palafíticas podem ser encontradas nos atuais bairros de Santa Clara, Francesa, Santa Rita de Cássia, Palmares, São Francisco, São José, Itaúna I e Castanheira. Essas áreas ficam às margens do lago Macurany ocupadas irregularmente, são afetadas pelo movimento das águas, resultando em palafitas com e sem acesso ao rio. Outra observação importante é a presença de embarcações que servem de moradia temporária ou permanente às margens dos lagos.

As observações empíricas na cidade de Parintins revelam uma materialização híbrida na produção do espaço urbano, resultando em desigualdade no acesso à moradia. Isso evidencia as facetas da *cidade formal* constituída por loteamentos regulares e conjuntos habitacionais, bem como pela presença do mercado imobiliário. Em contraste, a *cidade informal* é composta por ocupações informais irregulares (conhecidas como invasões), ocupações informais das águas e loteamentos irregulares. Os termos *cidade formal e informal* derivam dos estudos de Ermínia Maricato (2002) e destacam as contradições dessa produção.

Na perspectiva da *cidade formal*, a lógica da produção é orientada pelo planejamento urbano, que é atribuído aos municípios e estados por meio de leis, normas e decretos que guiam urbanisticamente a cidade. Enquanto a *cidade informal* torna-se vítima do crescimento pela deficiência de planejamento em relação ao aumento populacional, como é o caso de Parintins, especialmente nas últimas décadas. Durante esse período, as gestões municipais raramente realizaram intervenções urbanísticas para orientar formalmente a ocupação do espaço. Observa-se que o governo municipal está colaborando com os proprietários de terras que loteiam as terras ocupadas e transformam-nas em bairros. Esses bairros, por sua vez, transferem a responsabilidade de realizar as melhorias necessárias naquele determinado loteamento para o poder público, incluindo condições de deslocamento, acesso à saúde, à infraestrutura, entre outros.

É importante observar que a expansão da cidade inicia-se na lógica da informalidade. Assim, as ocupações ditas “desordenadas” no sentido Leste-Oeste dominaram o espaço urbano local e desencadearam um processo contínuo de periferação. Nesse sentido, é essencial considerar a cidade produzida informalmente e o acesso à terra e à moradia em relação ao direito à propriedade. Esses elementos não estão isolados, mas convivem lado a lado e se interpenetram.

Um exemplo disso é o conjunto habitacional Vitória Régia (IPASEA, 1969), que foi bem estruturado, mas parte de seu entorno foi ocupada pela população de baixa renda. Essa população suas palafitas na margem do lago Macurany e avançou para o leito do lago. Atualmente, essas áreas fazem parte do bairro São Francisco e São José.

Embora, nesta pesquisa, as palafitas e as ocupações Castanhal e Nova Conquista destaquem-se na análise, a forma da paisagem urbana revela uma cidade marcada por dualidades visíveis, refletidas nas características construtivas desde a sua ocupação inicial. Os bairros já consolidados apresentam essa heterogeneidade resultante de um processo excludente de produção da cidade. Enquanto isso, os proprietários de terra são os que mais se beneficiam financeiramente quando ocorre uma ocupação em suas terras ou quando realizam loteamentos. O acesso à terra urbana tem influenciado diretamente a ocupação das margens dos rios e das áreas ambientais, como é o caso da ocupação Castanhal, que se formou em uma Unidade de Conservação (UC), e a Nova Conquista, que se estabeleceu em terras privadas.

Diante disso, cada segmento habitacional na cidade segue uma lógica específica de produção e localização, refletindo interesses e condições entre valor de uso e valor de troca por quem a produz. Essa composição do fazer a cidade em áreas públicas municipais, estaduais, federais ou em propriedades privadas (de antigos fazendeiros e posseiros), geralmente destina-se à autoconstrução e ao segmento econômico na área periurbana na reprodução de um urbano ilimitado.

Um exemplo dessa dinâmica pode ser visto nos bairros da cidade. Nota-se que apenas quatro bairros – Francesa, São Francisco e os conjuntos Vitória Régia e Macurany foram estabelecidos em terras públicas do município. Por outro lado, a maioria dos loteamentos, que se transformaram em bairros, foram construídos em terras de proprietários fundiários, donos de antigas fazendas de criação de gado, conforme identificado anteriormente.

As áreas ocupadas por todo o arquipélago foram, em sua maior parte, destinadas à produção de habitações. Isso permitiu produzir áreas valorizadas e áreas menos valorizadas em termos de infraestrutura e serviços. É o caso das primeiras ilhas urbanizadas com a construção das palafitas na beira e no curso do rio, bem como as ocupações em terras privadas. Além disso, a construção de conjuntos habitacionais na área periurbana, como o Residencial Vila Cristina (2009) e o Residencial Parintins

(2012), potencializou a valorização do entorno desses empreendimentos, tornando-se alvo das construtoras locais na ampliação de capital e no crescimento da cidade.

A formação urbano-habitacional de Parintins obedece a uma complexa rede de intenções e ações de diferentes sujeitos. Tanto os processos quanto as formas de moradia refletem os interesses variados dos sujeitos locais que moldam o tecido urbano da cidade. É importante ressaltar que essas ações, que produzem e reproduzem o urbano-habitacional de Parintins, não ocorrem isoladamente, mas são interdependentes e resultam de processos contínuos e multi-relacionais. São ações que se elevam de reações e se ligam a processos que ocorreram e ocorrem no espaço social, econômico e cultural da cidade, bem como a fatores naturais, conforme exposto neste capítulo.

Ao identificar a sociedade e seus processos como produtores do espaço urbano, tem-se o entendimento de que essa foi e é, ao mesmo tempo, a maior propulsora do processo de apropriação, concentração e transformação da cidade. Isso resulta no que inicialmente chamamos de cidade *formal* e *informal* no contexto do direito à cidade. Em Parintins, a população de baixa renda destaca-se na produção do espaço urbano-habitacional por meio das chamadas “invasões de terras”, ocupações de áreas próximas à água e loteamentos considerados irregulares, que contribuem para a expansão e modificação das ilhas.

Como hipótese, o governo municipal tem sido o principal responsável e, supostamente, o mais interessado na produção do espaço urbano-habitacional da cidade pelas famílias que necessitam de moradia. Ele se destaca tanto pelas ações quanto pelas omissões e permissões concedidas aos proprietários fundiários que vendem suas terras. Isso resultou no atual quadro socioespacial da cidade, que carece de planejamento. As principais formas de habitação identificadas na cidade permitem um mapeamento de localização e caracterização das mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, sendo identificadas de acordo com os diferentes segmentos.

A seguir, apresentamos a produção do núcleo urbano inicial de Parintins.

3.1.2 O núcleo urbano inicial

O núcleo urbano inicial de Parintins desenvolveu-se em conexão com as atividades dos ciclos econômicos, como o extrativismo, a agricultura e a pecuária, além de diversas atividades mercantis. As primeiras construções que deram origem à

cidade foram erguidas em uma área côncava e estratégica da região, localizada à margem direita do rio Amazonas. Os primeiros habitantes incluíam indígenas, colonos, escravos e nativos, como salienta Bittencourt (1924), Bartoli (2012), Carvalho (2013), Souza (2013), Archanjo (2016), Bartoli (2017) e Souza (2018).

Foi nessa primeira parte do arquipélago que as construções de origem portuguesa foram identificadas e erguidas no século passado. Esse trecho transformou-se no principal ponto de mediação de trocas mercantis locais e de diversas outras localidades da região. Graças a essa posição geográfica, Parintins e Santarém-PA tornaram-se um ponto de interseção de fixos e fluxos dinâmicos entre as duas metrópoles da parte Ocidental (Manaus) e da parte Oriental (Belém) da região amazônica (Figura 7).

Figura 7 - Vista aérea da cidade de Parintins-AM



Fonte: Jablonsky, Tibor; Soares, Lúcio de Castro (1953). Acervo dos trabalhos geográficos de campo, IBGE (1953).

Com o passar dos anos, a localidade cresceu e tornou-se o principal centro de mediação da rede urbana na qual está inserida, localizada no médio rio Amazonas. Tornou-se um centro urbano que desempenha um papel crucial na distribuição de primeiras necessidades e de serviços, incluindo saúde, serviços bancários, comércio, educação, entre outros. Observou-se que a cidade se expandiu a partir do seu ponto central original, que consistia, inicialmente, em algumas primeiras fileiras de casas

usadas tanto para a moradia quanto para o comércio na parte central que, posteriormente, veio a se expandir e a se consolidar como espaço urbano com dinâmica ribeirinha⁵.

Ainda na fase inicial da cidade, os prédios públicos e as casas construídas pelo governo e pelos moradores da época seguiam normas e leis que constam nos Livros de Atas da Superintendência da Câmara de Parintins de 1919 a 1927. De acordo com Archanjo (2016), os documentos apresentavam as seguintes prerrogativas para designar:

A Intendência Municipal, por meio de dispositivos legais, policiava a conservação de prédios em Parintins com a justificativa de promoção da salubridade pública. A Resolução nº 3 de 1926 autorizava o poder público a interferir e exigir de proprietários de prédios reparos e limpeza de suas fachadas, além da conservação e restauração de suas calçadas. Norma que também merece destaque por expor o desejo de embelezar o meio urbano de Parintins é a Lei nº 14 de 30 de outubro de 1936. A Lei refere-se à estética das casas e solicitava que 'os proprietários a conservarem as mesmas pintadas e em perfeito estado de conservação [...]'. O morador que mantivesse a casa bem conservada receberia como recompensa um abatimento de 20% sobre o imposto predial. A Lei ainda ameaça demolir os prédios que se encontrarem em precário estado de conservação. Sob a justificativa de manutenção da salubridade urbana, a Câmara Municipal, por meio da Lei nº 5 de 1948, também obriga os proprietários de terrenos localizados ao lado de ruas, praças e travessas, '[...] a limparem na enxada a frente e os lados de sua propriedade [...]'. Este desejo de embelezamento urbano atravessou décadas. O Código de Posturas de Parintins de 1978 obrigava os moradores a pintarem suas residências pelo menos a cada 3 anos, e casas pintadas a cal uma vez ao ano (Archanjo, 2016, p. 60-61).

Contudo, as resoluções, as leis e o código de posturas da época estabeleceram restrições às famílias em relação a esse novo desenho espacial que se buscava formalizar por meio do processo de ocupação previsto pelos representantes da cidade. Inicialmente concebido como medidas higienistas, isso acabou se tornando um problema mais profundo: a exclusão social. Segundo a lei municipal a seguir, as casas das famílias de baixa renda deveriam, no mínimo, ser construídas com cavaco e palha:

Lei nº 03 de 25 de abril de 1936. Dois artigos desta Lei merecem destaque: Art.1º Fica transformada a praça 'Silva Jardim' desta cidade em lotes de terras a serem aforados para edificações; Art.4º As cazas a serem construídas não

⁵ Trata-se de duas dinâmicas escalares presentes de influência da cidade e do processo urbano no contexto ribeirinho. Uma dessas escalas é a sub-regional, com a cidade intervindo em configurações espaciais até onde sua influência alcança (municípios vizinhos e calhas de rios distantes, no caso do sistema pesqueiro que parte de Parintins). A outra é a escala intraurbana, com dinâmicas ribeirinhas confrontando ou se adequando às formas e processos urbanos. A primeira escala acaba afetando a segunda por ser coordenada por maior volume do capital empregado, necessitando de portos privados que alteram a dinâmica intraurbana (BARTOLI, 2017, p. 47).

poderão ser cobertas de palha ou cavaco, pelo menos as que forem construídas para o lado do prosseguimento da rua 25 de Dezembro, sendo as respectivas plantas submetidas a aprovação da prefeitura. O artigo 4º da Lei nº 3 faz uma ressalva que seria permitida a construção de casas cobertas de palhas, desde que estivessem localizadas nas ruas detrás da cidade, não comprometendo a estética da frente perante os olhares dos muitos viajantes que se deslocam pelo rio Amazonas, já que era grande o fluxo de embarcações nesta região. A ideia era passar a imagem de uma cidade organizada, higienizada e com belas construções (Archanjo, 2016, p. 61).

Já havia a preocupação de construir a cidade separada, visto que os mais pobres, aqueles que fizeram a cobertura de suas casas com palha, não poderiam construí-las em determinados locais da cidade. Essas determinações não estavam ligadas apenas às condições de renda das famílias, mas principalmente a uma imposição que se colocava naquele momento, de uma visão segregadora no núcleo urbano de um urbanismo elitista na formação da cidade, como afirma Souza (2018).

Com isso, o núcleo central caracterizou-se pela arquitetura eclética representado na (Figura 8), como praças, igrejas, casas, prédios públicos e prédios comerciais que funcionavam no atendimento às necessidades básicas da população local e das localidades próximas, como também dos viajantes que pernoitavam na cidade. Foi a partir da arquitetura portuguesa nas barrancas do grande rio que cresceu Parintins, atraindo um contingente populacional da zona rural e demais lugares do país. As construções antigas, das poucas que ainda sobrevivem para contar a história do antigo centro de Parintins, resistem à transformação do espaço (Archanjo, 2016; Souza, 2018).

Figura 8 - Aspectos das ocupações do passado em Parintins-AM



Legenda: Habitações (A); Prédio de Comércio (B); Prédio Público que é a Escola Ruy Araújo (C) e habitações da frente da cidade (D). Fonte: IBGE (2022).

Na virada do século XX, a cidade apresentava-se com uma característica acanhada, com casas construídas de madeira, barro, cipó, palha, entre outros materiais. Até 1920, possuía apenas 10 ruas e 9 travessas, segundo Bittencourt (1924). Os primeiros traçados do plano urbano seguiram um formato ortogonal (Bartoli, 2012) e suas ruas eram caminhos largos sem calçamento, sem energia e sem abastecimento de água (Figura 6).

Havia a avenida principal que acompanhava “[...] a margem do Rio Amazonas, herdados da ocupação inicial” (Carvalho, 2013, p. 8). A cidade, até a década de 1960, crescia lentamente, mas já se percebiam as primeiras obras de melhoria nas residências que foram construídas nas principais avenidas e ruas (Souza, 2018).

Figura 9 - Vista aérea de Parintins em 1960 e sua expansão herdada da ocupação inicial



Fonte: Acervo Larice Butel, S/D.

A partir do núcleo urbano inicial, também chamado de “patrimônio histórico” por Barbosa e Santos (2015), a área habitacional expandiu-se criando um núcleo ampliado, que configura o atual centro da cidade. Esse processo de expansão ocorreu em direção às terras rurais, sendo animado pelo aumento demográfico, o que promoveu o aparecimento de loteamentos e ocupações na terra firme e na beira do rio, gerando conflitos, disputas e interesses entre as redes de sujeitos locais. Nesse sentido, podemos evidenciar a existência de “duas ou mais cidades” dentro de Parintins que outrora denominamos de *cidade formal* e *cidade informal* (Maricato, 2001, p. 157), as quais identificaremos a partir dos segmentos e processos habitacionais da cidade.

De um lado, a população de baixa renda descapitalizada dirige-se às áreas menos valorizadas do entorno dos cursos hídricos, criando os conjuntos palafíticos de acesso ou não ao rio, e outra parte organiza-se esporadicamente, formando ocupações e produzindo a cidade entendida como informal. Do outro lado, há a população de maior poder aquisitivo que se fixou em áreas valorizadas, incluídas no centro atual, produzindo, assim, a *cidade formal*, com acesso a serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos pelo poder público. Porém, em Parintins há singularidades quanto às regulamentações que veremos à frente.

Em parte, o Centro atual e as áreas adjacentes podem ser consideradas áreas privilegiadas da cidade, pois são dotadas minimamente de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos, como ruas asfaltadas, rede de esgoto, iluminação, água encanada, segurança, coleta de lixo, rede de transportes, escolas, hospitais, bancos, lojas, entre outros. Isso torna o solo urbano mais valorizado, sendo ainda a principal centralidade em termos de atração oriunda da densidade das benfeitorias e dos privilégios. Enquanto nos bairros periféricos, ocorre o inverso, derivado do descaso na implementação dos equipamentos, serviços e infraestrutura, que se tornam escassos para servir a população.

Para Bartoli (2017, p. 112), “o papel de intermediação da cidade é também político. Não se restringe à técnica, pois inúmeras negociações, conflitos, pactos e diálogos são basilares para a concepção de territorialidade [...]”. No caso da cidade de Parintins, a própria população assumiu a produção por meio de ocupações, pressionando os governos a comprarem e a regularizarem os terrenos ocupados para depois implementar minimamente a infraestrutura para a instalação de atividades comerciais e de serviços, o que leva a uma maior valorização, principalmente devido à localização em área plana e terra firme.

Essa dinâmica está relacionada à organização social, marcada por contradições nas questões formal e informal de produção do espaço urbano. Quanto a isso, Maricato (2002, p. 165) destaca que:

a tensão entre a cidade formal e a cidade informal é dissimulada. Além dos investimentos públicos no sistema viário, a legislação urbanística aplica à cidade “oficial” (“flexibilizada” pela pequena corrupção). Os serviços de manutenção das áreas públicas, da pavimentação, da iluminação e do paisagismo, aí são eficazes. Embora os equipamentos sociais se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: Parte da cidade toma lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico na geração e captação de renda imobiliária.

Embora a construção da cidade seja ideológica, é preciso conhecer o espaço urbano e a cidade a partir de sua produção. Para Harvey (1996, p. 62), “atrás da máscara de muitos projetos bem-sucedidos, encontram-se sérios problemas sociais e econômicos, os quais, em muitas cidades, estão assumindo a forma geográfica de uma cidade dual: de um centro renovado cercado por um mar de pobreza crescente”. A rigor é a população que produz o espaço urbano por meio da força do trabalho ligada

aos instrumentos e meios de produção, o que se transforma em unidade contraditória no modo de produção. Isso significa que se cria a ilusão de que a urbanização é um projeto bem-sucedido que atenderá todos na cidade. Como sinaliza Maricato (2002, p. 165-166):

uma intensa campanha publicitária leva uma ficção à população: o que se faz território restrito e limitado ganha forros de universal. Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado. E o que é mais trágico, a priorização das políticas sociais frequentemente não conta para os próprios excluídos cujas referências são a centralidade hegemônica (Maricato, 2002, p. 165-166).

Em Parintins, observa-se uma disparidade de investimentos das políticas públicas, sendo o território periférico da cidade frequentemente negligenciado. Por outro lado, a área do espaço mais antigo torna-se mais valorizada devido à intensa dinâmica de serviços, à presença de equipamentos urbanos e às atividades de embarque e desembarque de cargas de passageiros. Isso se dá graças à localização do porto hidroviário e demais pontos de ancoragem para embarcações de diversos tamanhos, que constituem o principal meio de acesso à cidade. Além de apresentar a parte privilegiada em termos de infraestrutura e dos equipamentos urbanos, essa área central desempenha um papel hegemônico na paisagem urbana.

A espacialidade da cidade, nesse período, desenvolvia-se lentamente devido à baixa taxa demográfica da região. No entanto, já se evidenciavam padrões de arquitetura, traçados de ruas e áreas que seriam incorporadas ao perímetro urbano, indicando a formação de duas cidades (a formal e a informal) em uma apenas. A seguir, identificaremos os loteamentos e as ocupações urbanas informais que caracterizam a formação do segmento auto construtivo e marcam a urbanização da cidade de Parintins.

3.2 Dos loteamentos às ocupações na cidade de Parintins: o segmento da autoconstrução

De acordo com Maricato (1982), Bonduki (1998) e Rodrigues (1991), a autoconstrução não se limita apenas às construções onde as famílias trabalham diretamente nas obras, mas também inclui aquelas realizadas por profissionais que possuem remuneração com e sem qualificação por parte do trabalhador. Essas pessoas são, geralmente, do mesmo bairro ou vizinhança, trabalhando sob a gestão direta de quem está construindo ou vai morar na casa. A maior parte dos trabalhadores

que atua na construção civil de Parintins sequer tem curso de capacitação na área. Além disso, não há acompanhamento de assessoria técnica do poder público, exceto nos segmentos com subsídios e pelo mercado imobiliário, que recebem uma padronização de modelos de arquiteturas.

Neste contexto, o morador (atual ou futuro) torna-se empreendedor, mas isso não engloba necessariamente a mão de obra, embora recorra ao trabalho de familiares como ajudantes da construção ou torne-se, ele próprio, o principal construtor. O trabalhador construtor espelha-se nas construções passadas já realizadas e, junto ao dono da obra nova, determinam a modelagem para erguer a futura casa.

Embora haja a ocorrência dos mutirões existentes com a ajuda de amigos, dos vizinhos e da própria família em outras realidades do país, na produção da moradia, esse tipo de ajuda mútua não acontece em Parintins. Quando se quer construir uma casa na cidade, é preciso pagar os serviços de construção mesmo que os construtores sejam seus parentes.

Nesse sentido, a autoconstrução é a forma de habitação que mais se destaca na paisagem urbana de Parintins e se caracteriza por um espaço heterogêneo na forma e no processo de produção da cidade. A condição econômica das famílias e o processo de aquisição da terra são fatores que contribuem para a dinâmica desse segmento habitacional, que representa a maior parte do espaço construído, sendo, depois das “torres de telefonia e das igrejas”, a primeira visão que se destaca ao se aproximar da cidade (Oliveira, 2006, p 27). Essas formas de moradia registram a expressão do momento e das técnicas de seus construtores.

Segundo Rodrigues (1991, p. 34), a moradia por “[...] autoconstrução também é uma reivindicação dos sem-terra/casa, que buscam, com enorme sacrifício, obter um teto para morar. [...]”. Esse tipo de moradia “produz um valor de uso que tem também um valor de troca. A produção de casa dilapida ainda mais os trabalhadores” (Rodrigues, 1991, p. 34). Isso se reflete diretamente na paisagem do espaço urbano, cuja solução é negligenciada pelo Estado. Essa questão foi e continua a ser analisada em uma vasta literatura que aborda as questões urbanas e habitacionais no território brasileiro.

A autoconstrução também é resultado das práticas sociais da população de baixa renda, que foram excluídas do mercado imobiliário formal ao longo das décadas, mas que possuem alguma capacidade para responder às suas necessidades de

moradia na cidade, promovendo obras com seus próprios recursos financeiros, técnicos e humanos. Essas construções desenvolvem-se em áreas livres nos lotes da cidade informal, no fundo do terreno de parentes ou em terrenos ainda desocupados de assentamentos populares ou nos seus entornos.

As apropriações territoriais pelos sujeitos que produzem a autoconstrução têm como processo as ocupações tidas como irregulares na reprodução da cidade e geram conflitos de todas as ordens, desde a reintegração de posse até as violências urbanas do cotidiano das famílias. Os assentamentos ocupados, ao longo dos anos, tornam-se bairros pela pressão social junto ao poder público, que exige a desapropriação da área. No caso de Parintins, esses processos de ocupações informais e loteamentos clandestinos ou mesmo legalizados na sua fase inicial dão origem ao processo de periferização espacial da cidade que tem como causas principais:

- I. O *êxodo rural*: a migração da população das áreas rurais em direção à cidade em meados do século XX, que ampliou a ocupação das primeiras ilhas, onde surgiram as primeiras ocupações “espontâneas” a leste (Francesa), a oeste (São Benedito e São José) e a expansão do centro atual.
- II. A *desapropriação*: dada em antigas fazendas de gado e sítios de antigos posseiros que deram origem aos bairros: Santa Clara, São Benedito, São José, Palmares, Santa Rita, Nossa Senhora de Nazaré, São Vicente, Emílio Moreira, Castanheira, Lady Laura, Pascoal Allágio, Jacareacanga, Val Paraíso, Tonzinho Saunier e Teixeira, devido a ocupações chamadas irregulares ou invasões – Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa, União.
- III. As *crises dos ciclos econômicos*: vivenciadas em diferentes períodos, quanto ao extrativismo, à agricultura e à pecuária.
- IV. Os *fenômenos naturais*: especialmente atrelados ao regime sazonal do rio Amazonas de enchente e vazante, sendo que a maior parte do município situa-se na área de várzea.
- V. A *ausência de terras públicas*: a falta de áreas para atender à demanda populacional de acesso à terra urbana.

Esses elementos ajudam-nos a compreender como as demandas por terra relacionam-se com outras demandas sociais. O trabalho de Carvalho (2013), realizado no espaço intraurbano da cidade, tinha como objetivo caracterizar a estruturação

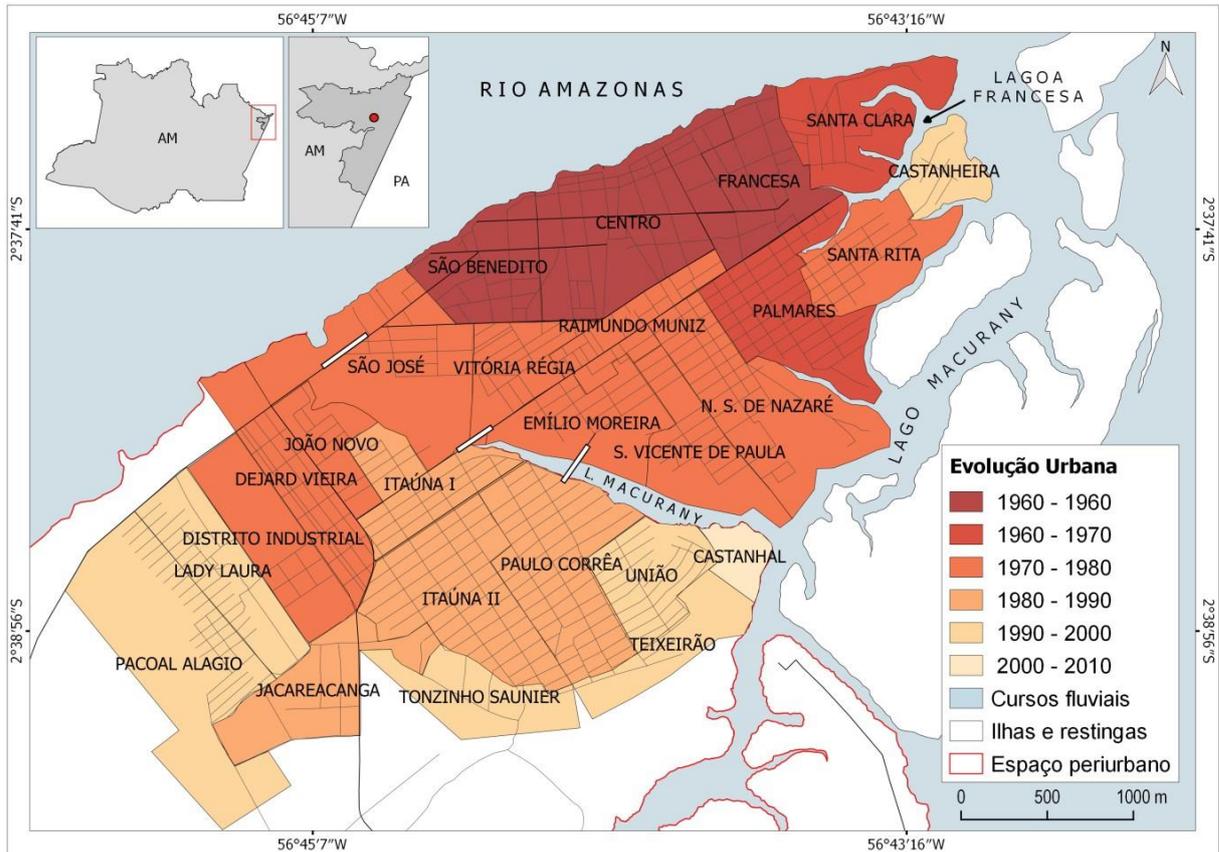
urbana da cidade que ocorreu nas últimas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 do século passado, identificando os proprietários de terras que incorporam suas fazendas e sítios ao espaço urbano. Por outro lado, o trabalho de Souza (2013) analisou o processo de urbanização, evidenciando o crescimento da cidade, mas sem se aprofundar na inserção das formas de moradia na configuração urbana.

Ambas as pesquisas deixam em aberto a discussão dos processos que criam dinâmicas em relação à moradia em Parintins, especialmente a partir da década de 1940, quando se dá a expansão em torno do núcleo central e a ocorrência das primeiras ocupações que aconteceram no sentido leste, onde se localiza o bairro da Francesa, sendo por ocupações informais “espontâneas”, e a oeste, onde se localiza o bairro de São Benedito, por loteamento, que corresponderá à primeira porção do arquipélago urbanizado.

Nesse período, Carvalho (2013) identifica três momentos dessa fase de urbanização, em que a terra se transforma em mercadoria em Parintins. O primeiro refere-se à acumulação de terras nas mãos de poucos proprietários pela política de terras, que transferia áreas devolutas da união para os latifundiários. Foi o caso da gleba da Vila Cristina, a qual pertencia ao município e foi doada à família Vieira que mais tarde a venderia para a construtora/incorporadora NV (Souza, 2018).

O segundo momento é a origem das formas de ocupações por moradia. Esse processo é marcado pela conversão das áreas de atividades rurais em solo urbano. O terceiro incide na deficiência de planejamento a partir da expansão em direção a essas áreas rurais que produziram a cidade, apresentando um urbano que nega a floresta em sua plenitude (Souza, 2018). Em suma, é possível verificar uma setorização da cidade de Parintins (Figura 10).

Figura 10 - Expansão urbana de Parintins por bairros e décadas



Fonte: Atlas de Parintins e microrregião: planejamento territorial e urbano. Organizadores: Estevan Bartoli e Heitor Pinheiro. Embu das Artes, São Paulo - SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2022.

Dos 25 bairros criados na cidade de Parintins, apenas quatro surgiram de terras públicas do município, tais como Francesa e São Francisco e os conjuntos habitacionais Vitória Régia e Macurany, além da área central. Os loteamentos e ocupações que se transformaram em bairros foram construídos em terras de proprietários fundiários, donos de antigas fazendas de criação de gado e que, atualmente, chegaram à reserva ambiental do município (Souza, 2018).

A dinâmica interna de deslocamento das áreas rurais em direção à cidade pode ser motivada por fatores econômicos e naturais, como afirmado por Saunier (2003), Souza (2013) e Souza (2018). A cidade passou a expandir-se a partir da década de 1940, resultando na implantação de novas moradias ao redor do núcleo central. No sentido oeste da cidade, onde se originou o bairro São Benedito, mencionado anteriormente, as terras pertenciam a José Nunes e Alberto Dias. No sentido leste, a expansão levou a ocupações “espontâneas”, como ressalta Carvalho (2013). Em ambas as ocupações, predomina a moradia por autoconstrução.

Nessa mesma época, no sentido leste do centro da cidade de Parintins, erguiam-se de forma espontânea as casas que dariam origem ao bairro da Francesa, seu limite compreendia-se na década de 1950 até a atual Rua Sá Peixoto. A cidade começava a se expandir de forma gradual, existindo só caminhos de terra. Melhorando apenas, a partir dos anos de 1970, quando ocorreu o êxodo rural, recebendo infraestrutura adequada com ruas asfaltadas e construção do aterro (1979) na margem da Lagoa da Francesa, gerando ligações de ruas importantes para o comércio do bairro, (Carvalho, 2013, p. 6).

Desta forma, o processo de ocupação urbana acentuou-se após a década de 1950 em Parintins, promovendo uma intensa produção autoconstruída pela população que migrou para a cidade, processo que acompanha o crescimento vegetativo. Segundo Souza (2018), no período de 1990 a 2018, surgiram na cidade ao menos oito novas ocupações e seis loteamentos. A somatória entre ambos os processos resultou em nove bairros (Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa, União, Djard Vieira, Pascoal Allágio, Jacareacanga, Teixeira, Tomzinho Saunier) já consolidados, com carência de infraestrutura de toda ordem.

A cidade de Parintins expande-se territorialmente na informalidade sobre a tutela do município que fica inerte em virtude dos processos de acesso à terra, para que, posteriormente, seja submetida à formalização de aquisição da propriedade na cidade. O reflexo disso é o número de bairros reconhecidos ou em processo de análise pela prefeitura, quase todos desde 1940, oriundos de ocupações e loteamentos, considerados como irregulares e clandestinos, configurando o espaço intraurbano com diversos usos e ações da sociedade (Carvalho, 2013).

De acordo com Oliveira e Costa (2007, p. 7), “as ocupações são estratégias que os segmentos populares encontram para ter acesso à moradia a partir da organização de ‘invasões’ em lotes urbanos vazios [...]” devido ao não cumprimento da função social da propriedade e do direito à cidade. Observa-se que essa estratégia se caracteriza por ações rápidas e contínuas no espaço urbano de Parintins, implicando no acesso imediato do terreno garantido pela autoconstrução, como foi observado em vários momentos da expansão da cidade (Figura 11).

Figura 11 - Moradia de palha e madeira no sentido oeste da cidade: atual bairro de São Benedito



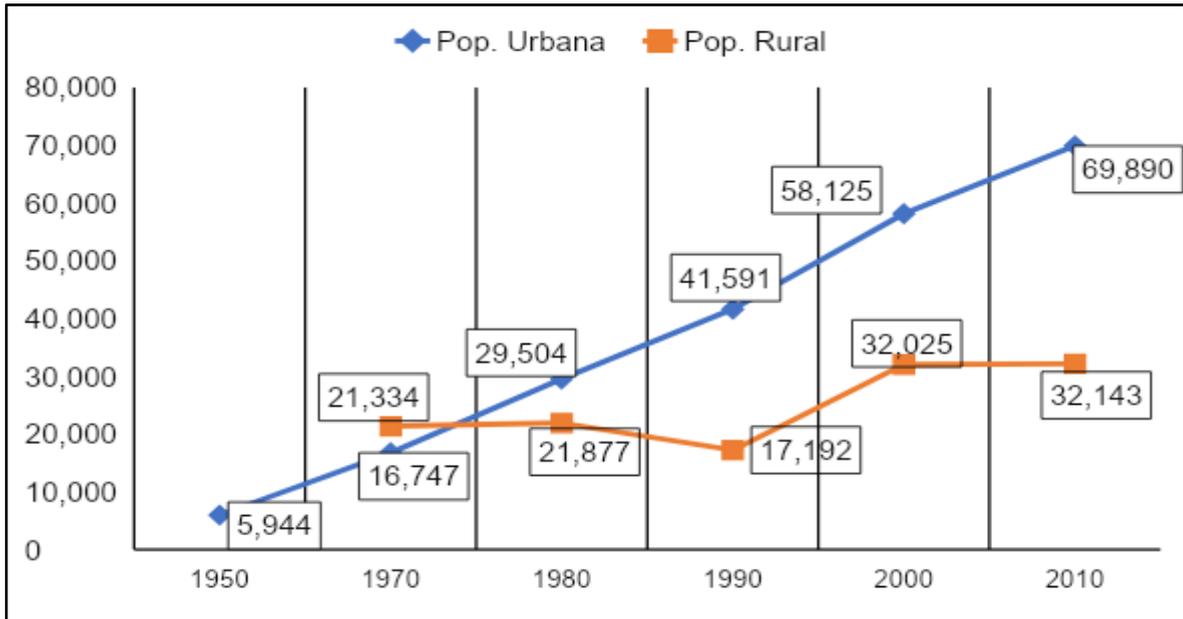
Fonte: Câmara Municipal de Parintins (2012).

Como já frisamos, as ocupações existentes ocorreram principalmente em terras privadas que antes serviam para as atividades rurais de seu proprietário e em áreas inundáveis dos cursos d'água que contornam a cidade. Por um lado, o crescente aumento da população interna e o fluxo migratório em direção à cidade, atrelados aos fenômenos naturais e fatores econômicos, contribuíram diretamente para a produção desse espaço. Por outro lado, a inércia das gestões no âmbito municipal em relação ao planejamento da cidade, aliado ao não cumprimento da legislação urbanística do próprio município, impossibilita o acompanhamento do processo de urbanização da cidade.

Está claro que no espaço urbano se produz a cidade e as relações entre as pessoas. Esse aspecto parece o mais importante, pois ultrapassa a construção pura e simples do conjunto de arquitetura para se configurar como produção de relações humanas. Tais relações, em uma sociedade capitalista, estão mediadas pelo dinheiro e reguladas pelo mundo da mercadoria, passando a ser relações entre as coisas. Neste sentido, a cidade é o lugar da troca e da modificação da vida. O acesso a morar, trabalhar, brincar e a estudar se diferencia pela capacidade que cada um tem de pagar, evidenciando, assim, que “o padrão arquitetônico da cidade também segrega, separa e expulsa” (Carlos, 2011, p. 21).

O IBGE (2010) apresentou dados significativos no que tange à mudança que ocorreu dessa população em relação às décadas de 1950, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - População urbana e rural de Parintins-AM



Fonte: IBGE (2010). Organização: Crizan Graça de Souza (2018).

Os dados da população indicam que o êxodo rural e o crescimento vegetativo a partir de 1980 incidem diretamente na ampliação da malha urbana de Parintins. A dinâmica populacional permitiu a produção de territórios insalubres, marcados por conflitos e disputas entre donos de terras e a população, causando profundas mudanças sociais, estruturais e morfológicas do espaço urbano.

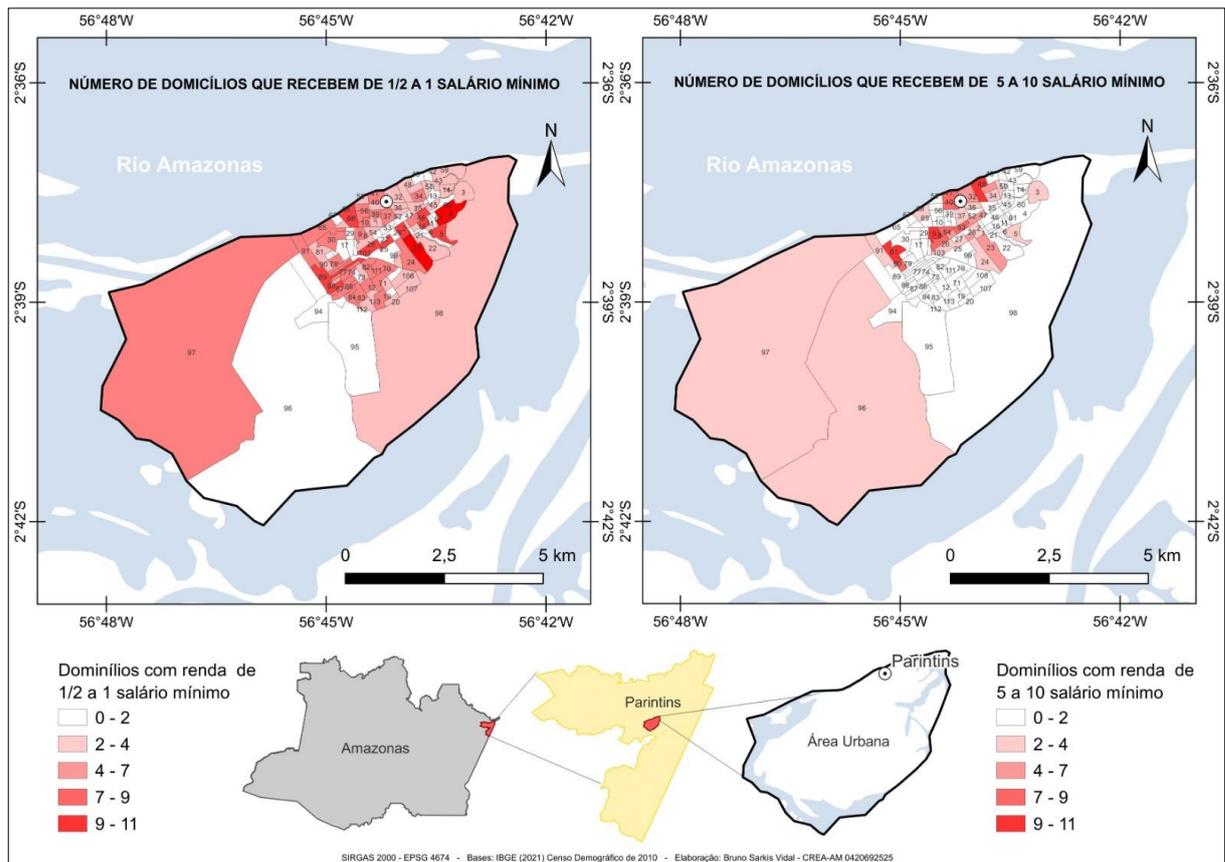
O crescimento da população urbana, analisado no gráfico de forma ascendente em direção à cidade, corresponde a 67.655 dos habitantes, segundo o IBGE (2010). Isso se reflete na dinâmica por moradia no arquipélago urbanizado, que possui um quantitativo de ocupações elevado na segunda ilha. Especialmente em meados da década de 1990, com o aumento populacional na cidade, há o avanço de novas áreas ocupadas. As terras privadas tornaram-se alvo da demanda de uma população que necessitava de um lugar para morar.

Os resultados do último Censo do IBGE, realizado em 2022, ainda estão sendo divulgados parcialmente. Portanto, há controvérsias em relação aos dados que merecem novos estudos. O fato é que a população municipal apresentou uma queda de 2010 para 2022. Esse último ano apresentou um efetivo populacional de 96.372

peças e a densidade demográfica passou a ser 16,18 habitante por quilômetro quadrado no município (IBGE, 2022).

Outro fator em análise é o perfil socioeconômico da população. De acordo com os dados do IBGE (2018), 46,8% da população do município está vivendo com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por domicílios. Ao espacializar os dados censitários do IBGE de 2010 sobre a renda da população urbana, considerando os rendimentos monetários de $\frac{1}{2}$ a 1 salário e de 5 a 10 salários-mínimos, podemos obter parâmetros que nos permitam identificar as formas de produção e aquisição da moradia no espaço intraurbano da cidade (Figura 12).

Figura 12 - Rendimento médio na zona urbana de Parintins pelos setores censitários de 2010



Fonte: Base cartográfica dos setores censitários sem referência espacial disponibilizada no site do IBGE, 2010. Elaboração: Bruno Sarkis Vidal (2023).

Em relação aos setores com maior número de domicílios com a renda de 1 a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, concentram-se nos setores que compreendem os bairros periféricos da cidade como: Itaúna I, II, Paulo Corrêa, São José Operário, São Benedito, Francesa, Santa Rita de Cássia, Santa Clara. O mapa mostra que há uma certa descontinuidade entre as zonas onde esses bairros estão localizados, pois apresentam um índice baixo de renda em todo o perímetro urbano. Ainda que se

diminua a escala de análise, é possível visualizar um padrão de distribuição dos sujeitos no espaço intraurbano a partir da relação entre renda, condições de moradia e acesso aos serviços (Souza, 2018).

A primeira ilha que compreende o núcleo inicial e o núcleo expandido da cidade passou por um período lento de transformação na sua fase inicial, enquanto nas demais ilhas essa transformação ocorreu rapidamente. No sentido leste, oeste e sul da cidade às margens do lago Macurany, Parananema e Francesa, há intensa especulação imobiliária decorrente da valorização, sobretudo da elite local, que se apropria dessas áreas de beira-rio, consideradas privilegiadas (Bartoli, 2013). Por outro lado, encontram-se áreas com palafitas em locais menos valorizados, que são ocupados por famílias de baixa renda. Enquanto no espaço urbano consolidado da cidade, encontraremos a produção de habitações por meio do segmento econômico financiamento, via bancos estatais e privados, como identifica Souza (2018).

Nesse sentido, o arquipélago de Parintins torna-se um exemplo representativo da maioria das cidades brasileiras ao reproduzir crises que se materializam no processo de urbanização: a primeira se revela a partir do acesso à terra urbana; e a segunda, no direito à moradia, que apresenta diversas práticas sociais na busca pelo acesso a um pedaço de terra. Arlete Moisés Rodrigues (1991) afirma que:

O processo de autoconstrução, já existente nas primeiras décadas deste século, torna-se mais ativo na década de 50, intensificando-se ainda mais na década de 60. Está vinculado ao processo de industrialização e crescimento urbano [...]. Enquanto no início do século XX prevalecia um padrão adensado de cidade, desde 1950 prevalece um crescimento horizontal, com a predominância da autoconstrução (Rodrigues, 1991, p. 32-33).

Para Fernandes (2001), o processo de ocupação de terra é sempre decorrente de necessidades não atendidas pela população. Em Parintins, podemos encontrar fatores que contribuem para evidenciar a materialização desse processo urbano, compreendido por uma tripla dimensão. Nesse sentido, a terra urbana (formalizada) está restrita apenas a quem pode pagar; as ocupações correspondem à estratégia utilizada por sujeitos urbanos na luta e na resistência por moradia; e o Estado atua desempenhando um papel duplo na criminalização da ocupação: por um lado, evitando enfrentar o problema social, político e econômico que o gera; por outro lado, apresentando-se como a solução para o problema.

As áreas que se tornaram bairros têm em comum a propriedade privada com pouca efetividade da municipalidade em relação às ações de planejamento urbano da

cidade. Nesse sentido, o fazer a cidade é resultado da necessidade e das condições dos sujeitos urbanos que se estabelecem, impondo seu próprio padrão de arquitetura na cidade. Os loteamentos criados pelos proprietários de terras e as ocupações realizadas pela população possuem ações diferentes entre si, mas a lógica subjacente é a mesma: a construção de seu próprio padrão previamente definido pela condição da renda.

As antigas fazendas, agora bairros da cidade, como: Santa Clara, São benedito, Palmares, Santa Rita, Nossa Senhora de Nazaré, São Vicente, São José Operário, Itaúna 1, Itaúna II, Paulo Corrêa, Djard Vieira, Pascoal Alágio, União, Lady Laura, Jacareacanga, Val Paraíso, Tonzinho Saunier e Teixeira. É o reflexo do fazer cidade de Parintins por meio de ocupações e loteamentos pelos proprietários de terras e representa a deficiência de planejamento dos gestores municipais em organizar políticas públicas no atendimento às demandas da população (Quadro 1).

Quadro 1 - Loteamentos que se transformaram em bairros de terras particulares em Parintins-AM

Bairros	Proprietários das Terras	Origem
São José Operário	Lindolfo Monte Verde e José Esteves	Sítio e Fazenda
Palmares	Elias Assayag	Fazenda
Sr ^a de Nazaré	Elias Assayag e Família Santiago	Fazenda
St ^a Rita de Cássia	João Nossa e Luís Teixeira	Fazenda
S. Vicente de Paula	Família Santiago	Fazenda
Santa Clara	Gentil Belém	Pousio
Emílio Moreira	Manoel Ribeiro	Fazenda
Conjunto João Novo	João Novo	Fazenda
Djard Vieira	Raimundo Djard Vieira	Fazenda
Itaúna I	Paulo Corrêa	Fazenda
Itaúna II	Paulo Corrêa	Fazenda
Paulo Corrêa	Paulo Corrêa	Fazenda
União	Paulo Corrêa	Fazenda
Paschoal Allágio	Manoel Esteves	Pousio
Jacareacanga	Raimundo Osmar Farias	Pousio
Val Paraíso I	Raimundo Osmar Simas Novo	Pousio
Lady Laura	João Nascimento Pontes	Pousio
Saunier	Antônio Pacífico S. Saunier	Pousio
Teixeirão	Família Teixeira	Pousio
Conjunto Vila Cristina	Alfredo José Prestes Vieira	Pastagem

Fonte: Carvalho e Bartoli (2013). Adaptação: Crizan Graça (2018).

O quadro acima apresenta dois indicativos importantes: o primeiro refere-se à acumulação de terras nas mãos de poucos proprietários, devido à política local que transfere terras devolutas do município para a propriedade privada; e o segundo incide

na expansão da cidade em direção a essas áreas, resultando em um espaço sem infraestrutura e equipamentos urbanos.

Nesse contexto, considera-se a distribuição de terras que foram sendo incorporadas à cidade. Todavia, o processo de como os habitantes dessas áreas conseguiram um terreno será retomado à frente. De modo geral, em Parintins, o poder público ficou inerte ao manter sob seu domínio as terras que pertenciam ao município e não se interessou em resolver ou apresentar soluções para a crise urbana. Os programas habitacionais esporádicos de âmbito nacional têm servido para encobrir a ausência de uma política urbana abrangente e entregou para a população e os proprietários de terras o papel de produzir a cidade, para posterior intervir como assistencialista na resolução dos problemas.

Na ausência de políticas públicas para atender às particularidades da cidade que apresentam urgência, o município seguiu a mesma tônica dos interesses com maior ou menor presença no crescimento urbano em cada tempo. As políticas habitacionais do âmbito nacional inseridas localmente não atenderam a população que mora nessas áreas pesquisadas, servindo apenas aos interesses do mercado imobiliário, visto que a falta de renda familiar para pagar um lote de terra ou para ter acesso a uma unidade habitacional é um fator relevante para aqueles que recorrem à ocupação (irregular).

O ordenamento intraurbano de Parintins é marcado pelo acesso à terra urbana “anterior” e “posterior” às ocupações, bem como é acompanhado por uma multiplicidade de fatores que engloba a divisão social e territorial do trabalho na produção do espaço urbano. As práticas sociais e espaciais na cidade de Parintins mostram o reconhecimento da crise urbana que apresenta adaptações e expressam o conteúdo social da vida cotidiana. Ou seja, a realidade urbana do espaço parintinense revela o acúmulo de problemas da cidade capitalista, mas anuncia o urbano, porém o urbano é negado permanentemente para a sua plena realização enquanto prática possível do direito à cidade (Barbosa; Bartoli, 2012; Carvalho, 2013; Archanjo, 2016; Souza, 2013).

As ocupações que deram origem aos bairros – Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa, União e seus entornos na propriedade do Sr. Paulo Corrêa, na década de 1990 a 2010 – resultaram em uma ação coletiva da população como forma de reivindicação do direito à cidade, na busca por uma habitação sem qualquer critério urbanístico, constituindo-se, assim, um espaço autoconstruído. Nesse sentido, podemos entender

a crise urbana na produção do espaço como resultado da crise do surgimento da sociedade urbana amazônica como dimensão regional.

De acordo com os relatos dos participantes da ocupação da fazenda Itaúna, conforme destaque na pesquisa realizada por Menezes (2017), fica evidente que: “[...] o movimento nasceu de uma proposta que inicialmente parecia algo inalcançável, mas que encontrou respaldo junto aos que compartilhavam do desejo de possuir uma casa própria, uma necessidade que lhes era comum” (Menezes, 2017, p 48). Em outras palavras, essa iniciativa surgiu da falta de acesso à moradia, muitas vezes ligada à marginalização no acesso a necessidades básicas, como educação, saúde, saneamento, salário e habitação (Figura 13).

Figura 13 - Ocupação da fazenda Itaúna



Fonte: Vista aérea dos bairros de Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa (foto A - Paulo Sicsú); Ocupação do Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa em fase inicial (foto B - Paulo Sicsú); Início da ocupação do Itaúna I (foto C – Everaldo Batista); Vista aérea de casas atuais (Foto D – Yuri Pinheiro). Fonte: Menezes, Lucineli de Souza (2017); Yuri Pinheiro (2021)

As ocupações na fazenda Itaúna ocorreram de forma conflituosa na segunda maior ilha da cidade. Era uma área coberta por vegetações rasteiras e capoeirões, sem uso da área para pastagem. A ação coletiva e esporádica por parte da população que não tinha casa própria possibilitou a garantia de um lote de terra para nele construir sua morada. No início da ocupação, os barracos foram construídos usando

madeira, papelão, panos, tijolos, telha, palha, cipó, entre outros. Os terrenos eram cercados com estacas e madeira roliça. Após a consolidação da ocupação, as habitações autoconstruídas diversificaram-se, em razão das condições financeiras das famílias (Menezes, 2017).

As reivindicações da população pelo direito à moradia, por um lado, beneficiaram as famílias que não tinham terra/casa para morar, mas, por outro, tornaram-se clientelas importantes dos políticos e proprietários fundiários. Ao regularizar as áreas ocupadas, o poder público realiza a indenização do proprietário da terra e repassa o título definitivo às famílias. Apesar da possível “boa intenção” em intervir na regularização da terra, os grupos políticos se autopromovem para se perpetuar no poder, sem, contudo, discutir o problema da falta de moradia aos munícipes (Menezes, 2017).

Com isso, podemos reconhecer na habitação construída, por meio de sua arquitetura quem a produziu para atender às necessidades de outros, ou seja, algo concreto com valor de uso e valor de troca que está em constante movimento de demanda. Portanto, faz sentido a produção da habitação assumir papel central na dinâmica espacial de um determinado momento no contexto histórico-geográfico da cidade.

Avaliar o impacto das políticas públicas e urbanas na estética das habitações está intrinsecamente ligado tanto ao status financeiro das famílias quanto à tendência de regularizar um padrão já adotado pelos próprios habitantes. De fato, o processo de urbanização, que envolve a análise das soluções técnicas, dos processos e das formas que influenciam a dinâmica urbana da moradia em Parintins, resulta no enquadramento social, revelando as condições econômicas dos moradores. Nesse contexto, torna-se necessário identificar os segmentos produzidos na ilha tupinambarana, e, em particular, o segmento econômico do setor imobiliário, que revela formas e processos de expansão e acumulação do capital na produção do espaço urbano local, proporcionando as diversas formas de morar.

Neste tópico, conclui-se que na paisagem urbana de Parintins predomina a autoconstrução, resultante de ocupações informais em terras públicas e privadas. Os principais beneficiados são os proprietários de terras devido à pressão popular na expansão da cidade. A deficiência de planejamento e de políticas habitacionais efetivas geram tensões e conflitos na produção do espaço urbano e criam cidades doentes. A seguir, discutiremos o segmento econômico.

3.3 A habitação do “segmento econômico” em Parintins

Promovidas pelo circuito imobiliário de mercado, as unidades habitacionais são destinadas a uma parcela da população que pode pagar, muitas vezes recorrendo ao capital financeiro para a construção, isto é, por meio de financiamento com recursos oriundos de fundos públicos. Como destacado por Shimbo (2010), Fix (2011), Ferreira (2012), Royer (2009) e Botelho (2007), é comum que os próprios bancos sejam signatários do habite-se.

Em Parintins, a produção de habitação, identificada por Souza (2018), tem como protagonistas as pequenas e médias construtoras/incorporadoras que estão ligadas à pecuária, às lojas de construção e às pessoas físicas. Esses sujeitos utilizam as regras do mercado para canalizar recursos desse setor rentável no espaço urbano.

Esse segmento imobiliário atua conforme as normas legais estabelecidas para o setor. O aparecimento desse setor foi identificado com mais força nas duas primeiras décadas do século XXI, por meio de empresas especializadas que compram o terreno e constroem para, em seguida, venderem as unidades prontas e padronizadas via financiamento, sejam casas ou apartamentos, ou assinarem contrato com o possível comprador para financiar o crédito junto ao banco. Em Parintins, os lotes comprados ou indicados para a construção nesses moldes acontecem em área urbanizada e loteamentos desmembrados, com o objetivo de facilitar a compra e venda, garantindo ao futuro comprador o mínimo de infraestrutura necessária.

Em meados dos anos 2000, a cidade começou a experimentar o processo produtivo desse segmento. Construtoras/incorporadoras e pessoas físicas, responsáveis pela viabilização do crédito de financiamento, produziram dezenas de unidades habitacionais padronizadas por toda a cidade. Na década seguinte (2010), durante o *boom imobiliário*, a produção continuou expandindo-se, resultando em mais unidades habitacionais padronizadas, conjuntos residenciais e prédios verticalizados.

Desde a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o segmento privado de habitação vem obtendo recursos extraordinários e condições legais para ampliar sua atuação entre as classes favorecidas. No entanto, durante o período da política do Regime Militar, esse segmento não adentrou fortemente na produção habitacional. Isso ocorreu somente no período do governo Lula por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), quando foi visível a inserção desse segmento na paisagem urbana.

Como já apontado anteriormente, a produção do espaço urbano é parte das relações sociais de diferentes agentes. Esses agentes, inseridos em um determinado contexto socioespacial e temporal, refletem sobre as necessidades e possibilidades sociais existentes na cidade e, assim, “materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído” (Corrêa, 2012, p. 44). No segmento imobiliário de mercado, a grande alavanca é o papel do incorporador.

O incorporador, segundo Botelho (2007), é o principal mobilizador dos diferentes tipos de recursos necessários para a compra de terrenos, financiamento, publicidade, entre outros, pois viabiliza um aporte elevado, exigindo o máximo de lucratividade das construções. A figura do incorporador praticamente desapareceu em detrimento do promotor individual e da atividade imobiliária do mercado formal (corporativo), visto que o processo se complexificou, atingindo os preços dos terrenos e das construções, além de problemas diversos para o comprador-consumidor, em relação a prazos, qualidade, conforto e desvio de recursos.

Com base nos estudos de Maria Adélia de Souza (1994), buscou-se adotar a divisão do trabalho atual do setor imobiliário ligado à produção habitacional de São Paulo, a qual oferece elementos para analisar a cidade de Parintins, demonstrando uma diversidade de atuações e interesses nesse mercado, como, por exemplo: empresas incorporadoras e construtoras que adquirem o terreno e encomendam a construção; empresas exclusivamente construtoras que executam obras sob a encomenda das incorporadoras; e pessoas físicas que compram terrenos, constroem e vendem as unidades habitacionais aos bancos.

Nesse segmento habitacional, a incorporação do capital imobiliário na produção do espaço urbano diversificou-se, e diferentes tipologias e processos construtivos foram produzidos pelas construtoras/incorporadoras na cidade. Isso não desconsidera a influência da atuação do Estado, do capital mercantil e da população de baixa renda, que impulsiona os diversos circuitos do capital, interagiram no tempo e no espaço na produção da cidade.

A classificação de Harvey (1985) é uma tentativa de explicar o sistema capitalista por meio de dois circuitos presentes no seu modo de produção em uma escala temporal a longo prazo, considerando as mercadorias imobiliárias que não podem ser consumidas no tempo e com os mesmos valores pelas pessoas. O primeiro circuito do capital apontado por Harvey (1985) explica o processo de reprodução ampliada do capital, o qual direciona a produção do valor e da mais-valia,

realimentando o consumo de mercadorias para atender às necessidades reprodutivas do trabalho.

Quando a reprodução ocorre no primeiro ciclo, há produtividade contínua do trabalho, o que resulta no acúmulo excessivo de várias consequências, conforme enumeradas por Harvey (1985, p. 6): (i) superprodução de bens; (ii) queda das taxas de lucro; (iii) excedente de capital, falta de fonte de lucro; (iv) trabalho excedente ou trabalho superexplorado”.

Para o autor, equacionar os problemas de acumulação é a maneira de solucionar as contradições que emergem do capital, que não é capaz de agir de acordo com os interesses de sua classe. Harvey (1985) ressalta que o interesse do ‘capital em geral’ passa, todavia, pela resolução desses problemas decorrentes da reprodução ampliada do capital, que busca novos espaços para a sua reprodução.

No segundo circuito do capital, para Harvey (1985), priorizam-se as condições gerais de funcionamento do modo de produção e a construção do espaço físico propício à realização dos processos de produção, circulação e distribuição, mediando as estratégias de atuação dos agentes. Em comparação, no primeiro circuito, o capital fixo investido é normalmente visto como o capital imobilizado para a compra de máquinas e instalações necessárias à produção, enquanto no segundo circuito, ele ganha amplitude no conjunto de valores imobilizados no espaço, servindo de aparato físico para a produção geral do capital.

A formação de um fundo de mercadorias implica na construção de um espaço físico onde o consumo deve ocorrer (Harvey, 1985). Neste sentido, pode-se dizer que o segundo circuito se baseia na produção e na reprodução de um espaço construído para a produção e para o consumo. As habitações construídas em Parintins pelas construtoras/incorporadoras⁶ acompanham esse fluxo entre o primeiro e o segundo circuito do capital, escoando esse capital sobreacumulado em capital-dinheiro, que é disponibilizado por meio do sistema de crédito, quando o sistema cria o capital fictício como adiantamento, cria-se um mecanismo de produção para o consumo atual do espaço (Harvey, 1985, p. 7).

A mediação realizada pelas instituições financeiras estatais resulta em políticas públicas que interferem nos fluxos financeiros entre o primeiro e o segundo circuito. Isso fica evidente em aspectos específicos desses circuitos, como a produção de

⁶ NV Construtora e Incorporadora LTDA; L. A. Azulay Construtora e Incorporadora.

habitação, em que o financiamento é viabilizado por meio de recursos provenientes de fundos públicos, como o Orçamento Geral da União (OGU), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), além do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), entre outros.

De acordo com Royer (2003), as instituições estatais garantem fundos que visam fomentar o crédito habitacional no Brasil, criando um circuito de intermediação financeira para a produção habitacional em larga escala no país, conforme discutido por Melo (1990). Um exemplo disso foi o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966 por meio da Lei nº 5.107 do Governo Federal. O respectivo fundo tem seu formato compulsório, mediante a contribuição mensal que os empregadores realizam aos seus empregados.

A mediação do Estado torna-se fundamental para direcionar os fluxos de capital-dinheiro do primeiro para o segundo circuito, tornando as suas ações um ponto de observação nos estudos de processos urbanos. Esse entendimento, de modo geral, pode ajudar a analisar as condições gerais de reprodução do capital e da força de trabalho a partir dos espaços produzidos. Para Harvey (1985), o imobiliário é o conjunto de mercadorias inseridas no espaço construído, formando a somatória de terra urbana e de capital fixo, que utiliza o circuito de produção de mercadorias imobilizadas no espaço, “como as fábricas, rodovias, ferrovias”, dispostas em fundo de consumo, para serem utilizadas no consumo pessoal de reprodução da vida, “[...] como as casas, os apartamentos, as ruas, os parques, os equipamentos públicos e privados” (Harvey, 1982, p. 7).

Ao refletir sobre a produção do espaço urbano, Horácio Capel (2013) argumenta que é complexa a atuação dos agentes em decorrência de suas características, de suas atuações e do caráter inovador de suas ações. Destaca vários agentes: aqueles que atuam de forma direta e indireta, aqueles que atuam de maneira individual ou em organizações corporativas, aqueles que mantêm formas mais tradicionais de atuação e aqueles de caráter mais inovador (Capel, 2013). É o caso das construtoras/incorporadoras e das pessoas físicas que atuam na cidade de Parintins.

As construtoras/incorporadoras passaram a atuar de forma direta no espaço por meio da produção de habitação-mercadoria na cidade, a partir do governo Lula,

quando o consumo por moradia se efetivou de modo mais intenso enquanto política pública de larga escala. Cardoso e Lago (2015) apontam que as primeiras iniciativas de financeirização do mercado imobiliário no Brasil ocorreram a partir das reformas econômicas de cunho neoliberal implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na década de 1990, e que se fortaleceram no governo petista, ou seja, nos governos federais que o sucederam. No início, apresentou dificuldades na ampliação de financiamentos a longo prazo devido às altas taxas de juros e aos problemas gerados pelo mal desempenho da economia sobre os rendimentos pessoais. Porém, esse cenário mudou com os financiamentos, que alavancaram e se expandiram por todo o território, acarretando num processo de periferização contínua das cidades, atreladas às políticas públicas habitacionais para esse segmento.

Em Parintins, segundo Souza (2018), o relatório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas (CREA-AM, 2017) tem registrado 33 empresas de construção/incorporação imobiliária e de serviços na cidade. Curiosamente, a construtora/incorporadora NV Construtora Indústria e Comércio Ltda. não era registrada no município, porém era a que mais atuava na produção do espaço para além do perímetro urbano da cidade. Entretanto, entrou com pedido de falência junto aos seus credores em 2020. As construtoras locais de capital mercantil oriundo da pecuária, do comércio e das vendas de objetos da construção civil atuam no espaço urbano já consolidado.

Como já mencionado anteriormente, as construtoras/incorporadoras com origem na cidade de Parintins, cujos proprietários também são locais, produzem empreendimentos de pequeno e médio porte, como, por exemplo, as construções de casas padronizadas, empreendimentos horizontais (como o Residencial Doce Lar e o Residencial Alphaville Parintins), bem como empreendimentos verticais, como é o caso do Amazon Residence, além de reformas em geral. Nesse processo, as construtoras/incorporadoras encarregam-se da compra dos terrenos baratos e realizam todas as etapas do financiamento junto às agências bancárias da cidade até a entrega ao futuro morador (Figura 14).

Figura 14 - Habitações construídas por construtoras/incorporadoras locais



Legenda: Modelos de habitações construídas pelas construtoras locais - bairros Djard Vieira (foto A e foto B), Emílio Moreira (foto C) e Santa Rita (foto D). **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza (2017, 2018 e 2019).

A dinâmica habitacional do segmento econômico vincula-se à ação de mercado que avança pelo território, canalizando renda e produzindo espaços na cidade para quem tem condições de financiar. Isso configura um novo momento de atuação dos agentes econômicos, especialmente as construtoras/incorporadoras locais de capital mercantil, que atuam no espaço urbano de Parintins. Nesse sentido, constata-se que as políticas públicas habitacionais não foram desenhadas para atender à demanda dos mais pobres, mas sim das classes alta, média e média baixa, que drenam para si financiamentos subsidiados destinados a ofertar habitações pelo segmento imobiliário. Um exemplo dessa realidade remete à segunda metade do século XX, quando a política habitacional brasileira, mesmo quando foi protagonista, não atendeu efetivamente à população com renda abaixo de dois salários-mínimos, assim como assinalam Maricato (1982), Bonduki (1998) e Rodrigues (1991).

O segmento econômico habitacional alinha-se às demandas de um circuito cíclico produtivo por espaço, que modifica drasticamente a característica da paisagem urbana local, acarretando a paisagem urbana transformada pelo novo, na qual os

moradores irão consumir. Assim, tanto na metrópole quanto nas cidades médias e pequenas, a explosão econômica e urbana não melhora, mas parece o inverso, devido aos efeitos negativos que o processo de urbanização promove em detrimento de sua dualidade.

A valorização da terra urbana dificulta o acesso de famílias com menor poder aquisitivo a morar em áreas valorizadas, muitas vezes sendo empurradas para terrenos, na maioria das vezes, impróprios para a moradia. Na escala local, nesses terrenos impróprios, localizados às margens dos lagos e rios ocupados, as estratégias construtivas são as palafitas, devido à sazonalidade dos rios. Outros casos estão relacionados à ocupação de terras privadas e públicas, de loteamentos informais e até mesmo de áreas protegidas ambientalmente, que são “[...] áreas onde, em suma, nem o mercado e nem o Estado podem construir, dando a essa população certa “tranquilidade”, com menos pressão para sua expulsão” (Ferreira, 2012, p 20). Um exemplo disso é a ocupação Castanhal em 2016.

O segmento econômico possibilitou alavancar a economia que estava receosa dos efeitos da crise econômica global de 2008 que atingiu o Brasil. Foi pensando na crise que o governo federal lançou o maior programa no setor da construção civil com a intenção de aquecer a economia. A construção civil consiste em um circuito potencialmente capaz de dinamizar a economia nacional e drenar recursos da classe trabalhadora. O Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi anunciado com o objetivo de promover a construção de um milhão de habitações. No entanto, o programa sinalizou para um novo momento de atuação do mercado imobiliário no território brasileiro e, em especial, na cidade em estudo.

O processo de financiamento do (PMCMV) no segmento econômico contemplou a clientela com renda abaixo de três salários-mínimos, que recebeu subsídios públicos, representando um marco inédito no processo de financiamento. Por outro lado, para as faixas de renda acima de três salários-mínimos, a construção direcionou-se ao mercado, em razão disso, houve os mecanismos de facilitação da viabilidade financeira, envolvendo também alguns subsídios públicos para atender às exigências dos bancos estatais e privados na produção de habitações e apartamentos. Em síntese, observa-se que, “ainda que não seja a única forma de produção habitacional para as classes de renda intermediária, o programa acabou englobando, na conjuntura atual, a quase totalidade da produção do chamado “segmento econômico” (Ferreira, 2012, p 25).

Em Parintins, a construção do residencial Amazon Residence deu-se a partir da lógica do segmento econômico. A L. A. Azulay Construtora e Incorporadora foi a empresa que planejou, aprovou o projeto, buscou o financiamento, divulgou, vendeu e construiu os apartamentos (Figura 15).

Figura 15 - Novas formas de produção de moradia em Parintins pelo segmento econômico



Legenda: Prédio residencial para residência em Parintins, localizado na área central da cidade de Parintins (foto A e B).

Fonte: Jornal Acrítica, 2017 e propaganda oficial da L. A. Azulay Construtora e Incorporadora (2018).

A partir dos investimentos realizados no espaço urbano local, as empresas construtoras e incorporadas aumentam sua lucratividade devido à demanda por moradias e, conseqüentemente, à apropriação da renda da terra urbana numa articulação com o poder local e com os proprietários fundiários.

A atuação dos agentes configura-se, de certo modo, de maneira semelhante ao que ocorre em outras cidades, na relação entre o público e o privado. Para os empreendimentos do segmento econômico, são as empresas privadas que detêm maior autonomia, uma vez que são construtoras e incorporadoras responsáveis por viabilizar o estudo do terreno, a obtenção de crédito e a compra da área para a edificação, muitas vezes com a participação dos agentes públicos. Enquanto a prefeitura e a câmara municipal atuam no sentido de aprovar os projetos enviados pelas construtoras e incorporadoras e emitir a autorização pela Secretaria de Obras, permitindo o início da construção. A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), por sua vez, são as instituições financeiras responsáveis pela alocação de recursos, sejam eles provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou não.

Há, portanto, um conjunto de fatores que se articulam entre os agentes públicos e privados para viabilizar empreendimentos de alcance social no financiamento de

moradia a preços acessíveis à população, mas que no fundo se trata apenas de garantir a reprodução ampliada do capital. Desde a gênese e a consolidação do programa, o caminho volta-se para a troca de mercadorias nas funções mais rentáveis para a realização do lucro capitalista, predominando no espaço social a subordinação do valor de uso ao valor de troca.

Os empreendimentos produzidos pelas empresas locais materializam-se em conjuntos habitacionais horizontais, prédios verticais e inúmeras habitações financiadas e construídas de modo padronizado pelo plano urbano da cidade em lotes localizados nas áreas de ocupação consolidadas na área central e nos bairros contíguos ao Centro. A atuação das empresas na produção do espaço revela a implantação de novas formas de morar em Parintins, bem como transforma a morfologia da cidade.

Não havia a habitação verticalizada construída recentemente na cidade, ou seja, é o primeiro empreendimento do tipo no interior do Amazonas, demarcando um novo momento produtivo de habitação que chega a Parintins. O modelo verticalizado dos empreendimentos proporciona um retorno elevado, tornando-se mais lucrativo, como também se insere no estilo de morar metropolitano que avança, espreado-se pelas cidades da Amazônia.

É a partir de empreendimentos imobiliários que diferentes sujeitos, por vezes os mesmos, vão se entrelaçando no espaço urbano local. Ademais, agências e instituições de atuação nacional, como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), atuam como agentes financeiros e fornecem recursos para garantir a construção dos empreendimentos, o que significa injetar dinheiro na cidade. As construtoras e as incorporadoras locais são responsáveis pela construção e pela alienação total do empreendimento, repassando ao credor o domínio do bem alienado, neste caso, a CEF ou BB (Souza, 2018).

A nova habitação produzida demanda novos usuários ou famílias que irão comprar o novo espaço construído. Para o adquirente, essa habitação financiada servirá de uso para suas necessidades básicas, enquanto para as construtoras, incorporadoras, bancos e proprietários fundiários, será um valor de troca pela possibilidade de auferir maior lucro possível do novo espaço edificado. Teoricamente, Lefebvre (2001) denomina esse quadro de “espaço abstrato”, uma análise abstrata descoberta no trabalho de Marx, em que o trabalho é abstraído de suas propriedades concretas, e voltado pura e simplesmente para a produção de valor e a valorização

do capital. Assim, o “espaço abstrato” é aquele cuja função principal é a rentabilidade do capital, e a terra transformada em mercadoria é a expressão mais evidente desse processo.

Nesse conjunto de ações interpeladas para a produção de habitação na cidade de Parintins, aparece a atuação das corretoras de imóveis. Todavia, como resultado desse processo, é possível identificar a atuação de corretores e imobiliárias na cidade, estabelecendo articulações de compra e venda de imóvel, entre as quais se destacam: a Puratins Imóveis, a Parintins Imóveis e a APC Faria Consultora de Imóveis. Além de corretores credenciados pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Amazonas e Roraima (CRECI AM/RR), também atuam na cidade anunciantes informais, que realizam a venda direta entre o proprietário e o comprador do terreno ou imóvel (Souza, 2018).

Em Parintins, outros sujeitos com influência marcante no espaço urbano são os proprietários fundiários, que embora atuem discretamente, são os principais favorecidos pela falta de política habitacional na cidade (Souza, 2018). Esse cenário não difere das demais cidades brasileiras, conforme analisado nos estudos de Botelho (2007), Fix (2011) e Melchior (2014), que afirmam que a estratégia fundiária de valorização da terra por parte dos proprietários fundiários persiste ao longo do tempo e resiste às transformações de uso do solo.

Para enfrentar as estratégias em torno da especulação da terra, a reforma urbana na década de 1980 trouxe a questão do acesso à terra urbana para o campo constitucional. Os artigos nº. 182 e 183, editados na Constituição Cidadã de 1988, abordavam a função social da propriedade, ou seja, o solo urbano como um bem coletivo, em contrapartida à soberania do direito à propriedade privada, conforme regulamentado pelo Código Civil. No entanto, especificamente, o artigo nº. 182 trata a questão dos vazios urbanos como um problema e propõe um instrumento específico para conter a ociosidade da propriedade em áreas urbanizadas, desde que dotadas de infraestrutura:

Art. 182 § 4º – É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de: i) Parcelamento ou edificação compulsórios; ii) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; iii) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em

parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (BRASIL, 1988).

Para Maia e Leonelli (2020), a expansão urbana dispersa tem como consequência a criação de vazios urbanos, que resultam em significativos custos para o município, além de terem impactos ambientais e sociais substanciais, devido às sucessivas transformações das áreas rurais em áreas urbanas, exigindo cada vez mais recursos ambientais e energéticos. No contexto municipal, isso se traduz em custos relacionados à infraestrutura e ao transporte, que são arcados pela população de modo geral. Do ponto de vista social, a expansão urbana dispersa, têm-se o aumento das distâncias a serem percorridas no cotidiano, contribuindo para o agravamento da desigualdade social e da segregação socioespacial, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra urbanizada.

O Estatuto da Cidade, no artigo nº 182 da Lei 10257/01, de 10 de julho de 2001, detalha os instrumentos referentes à Constituição Cidadã, que abrange os artigos nº. 5, 6, 7 e 8. De acordo com esses instrumentos, o proprietário do imóvel na cidade, ao ser notificado, tem um prazo para lotear, construir ou efetivar a utilização do imóvel. Porém, se o imóvel permanecer ocioso ao final desse prazo, o poder público pode aplicar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Ainda assim, se o imóvel permanecer vago, a administração municipal pode desapropriá-lo, compensando o proprietário com títulos da dívida pública. Para a aplicação efetiva desses instrumentos, é necessário manter um sistema de cadastro de imóveis permanentemente atualizado e delimitar as áreas de interesse público conforme o Plano Diretor, estabelecendo uma planta genérica de valores para determinar o imposto do imóvel. Em Parintins, observa-se que em parte a implementação desses instrumentos legais para cobrar os impostos está em andamento.

Essa definição não se limita apenas aos aspectos físicos dos vazios urbanos, mas vai além da característica física, considerando também a reflexão sobre o papel dos processos que influenciam a produção do espaço urbano, nestes casos, o seu conteúdo. Uma vez que “[...] o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, super objeto e não-objeto, supraconsciência e a totalidade das consciências. Ele se liga, de um lado, à lógica da forma, e, de outro, à dialética dos conteúdos” (Lefebvre, 2004, p. 110). De acordo com Lefebvre (2004), o vazio refere-se à ausência de ação ao citar exemplos como praças e locais noturnos de festas.

Na cidade, esses sujeitos estão ligados à pecuária e ao capital mercantil, assim como aos políticos, aos apadrinhados da igreja e aos empresários de outros setores que são proprietários de glebas ao redor da cidade, quase sempre fazendas que passaram de terra rural para terra urbana. Essa relação é marcada por contradições e suas ações se refletem na forma de expansão da cidade, especialmente, na apropriação de terras para a construção dos empreendimentos financiados pelos bancos públicos e privados.

Nesta seção, identificamos um dos processos mais recentes na produção habitacional na cidade, que envolve a atuação de financiadores (bancos), programas habitacionais de âmbito nacional, construtoras/incorporadores locais e regionais, compradores e a localização específica onde estão desenvolvidas. Nesse sentido, a casa (unidade) é tratada como uma mercadoria. Na próxima seção, examinaremos os conjuntos e os residenciais produzidos pelo BNH e pelo PMCMV, com subsídios do Estado.

3.4 Do BNH ao PMCMV: o segmento com subsídio do Estado em Parintins

O segmento com subsídios do Estado é promovido por programas de políticas públicas habitacionais na construção de habitações, nos quais o Estado atua na liberação de subsídios e na criação do aparato legal, enquanto agente produtor e regulador do espaço. Nesse modelo de produção, as habitações são construídas geralmente em conjuntos residenciais, verticais e horizontais, que seguem um padrão de periferização da cidade, como se encontra nos estudos de Maricato (1982), Bonduki (1994), Rodrigues (1991), Rolnik (2010), Souza (2018), entre outros.

A produção dos primeiros conjuntos habitacionais em Parintins, durante o período do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM), não deve ser analisada apenas considerando os aspectos econômicos, mas também com um olhar para um momento situacional da vida das famílias e do cotidiano. Conforme observado por Oliveira (2000, p. 22), a “[...] forma de manifestação da vida que determina de certo modo a natureza do espaço [...]”. Tal natureza resulta também na produção do espaço urbano com múltiplas ações de diversos sujeitos, os quais, ao seu modo, produzem-se e reproduzem-se, segundo Souza (2018), no espaço, imprimindo sobre ele suas marcas e levando-o a servir aos seus interesses.

O processo de construção dos conjuntos pela COHAB-AM, como também os residenciais do PMCMV em Parintins, agregam elementos de interesses que causam contradições na tríade política, social e econômica; ao presenciar o mercado imobiliário, como diz Souza (2018), ocupando o espaço do poder público, deixando-o refém e, ao mesmo tempo, tendo-o como parceiro na produção de habitações. “Ao torná-lo refém, o poder público local fica omissos e não exerce o seu papel de interventor de políticas habitacionais para atender a população de baixa renda e passa a atender quase que exclusivamente o interesse do capital” (Souza, 2018, p. 39).

Em Parintins, a cooperação público-privado no período do BNH, coordenado pelo Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado do Amazonas (IPASEA), que deu origem ao conjunto Vitória Régia (1967), proporcionou habitações para seus previdenciários (funcionários públicos efetivos). O instituto promoveu uma articulação a partir da produção de espaços segregados, o que aconteceu de dois modos: no primeiro momento, o conjunto ficou distante do centro da cidade e não se desvinculou das regras gerais do restante do país, deixando os projetos habitacionais desarticulados com a cidade (BONDUKI, 1994); no segundo momento, a produção destinava-se a segmentos sociais específicos, como os servidores públicos beneficiários do IPASEA. Esse privilégio prejudicava a população mais pobre, para quem as políticas públicas deveriam ser direcionadas. Na área de estudo, “as construções em Parintins foram feitas, à época, em áreas periféricas, porém, em 2016, quando o estudo se inicia o processo de expansão urbana já havia absorvido os conjuntos que se tornaram áreas centrais da cidade [...]” (Souza, 2018, p. 39).

A política habitacional de âmbito nacional que adentra o nível estadual e o municipal revela o quão segmentado é o acesso à moradia na cidade de Parintins. O relatório da antiga COHAB-AM, atual Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB), chamado “Conjuntos Habitacionais Construídos no Período de 1967-2015”, registrou um total de 31.924 unidades habitacionais entre 1967 e 1997 em Manaus, enquanto no interior do estado esse quantitativo foi inferior (Relatório SUHAB, 2015).

Em Parintins, o relatório da SUHAB apresenta entre 1969 e 1988 a construção de três conjuntos habitacionais, num total de 639 unidades habitacionais construídas, mostrando os momentos esporádicos dessa política, segundo Souza (2018). As habitações (modelo padrão) dos conjuntos Vitória Régia, Macurany e João Novo

(Figura 16) representam os primeiros financiamentos de habitações que foram sendo produzidas na expansão da cidade.

Figura 16 - Modelo padrão das habitações dos conjuntos habitacionais em Parintins-AM



Legenda: Habitações dos conjuntos Vitória Régia (foto A e B), Macurany (foto C) e João Novo (foto D). **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, (2017 e 2018)

Entre o período do IPASEA e da COHAB-AM em Parintins, o que se identificou foram as concessões de terras para a produção e o financiamento dos conjuntos habitacionais (Vitória Régia, Macurany e João Novo). A transferência de bens públicos para legitimar a normatização das estratégias do poder público, ao repassar terras públicas para setores privados, restringe o acesso às famílias de baixa renda no que se refere ao uso de áreas com localização e acesso aos serviços públicos melhores. Essa ação produz, portanto, as desigualdades socioespaciais na morfologia da cidade.

Segundo Oliveira e Souza (2019), essa tendência ocorreu em Parintins à época do BNH e recentemente com o PMCMV, um modelo e processo que pode ser visto em várias cidades da Amazônia Brasileira, seguindo, em linhas gerais, um padrão de produção do espaço urbano na área periurbana da cidade. Com isso, desde a entrega

do último conjunto habitacional em 1988, apenas três conjuntos foram construídos, que totalizaram 639 unidades habitacionais.

Os autores afirmam que se passaram 21 anos até que novas moradias populares fossem construídas na cidade por meio de recursos públicos. Isso só ocorreu no final da década de 2000, quando o PMCMV possibilitou a construção dos novos conjuntos populares financiados pela CEF, que resultou, inicialmente, na construção de 500 unidades no Residencial Vila Cristina (2009) e de 890 unidades no Residencial Parintins, cuja construção iniciou em 2012. Porém, esse último não foi entregue às famílias na data prevista, ocorrendo a ocupação de forma irregular por populares, sem autorização dos responsáveis pela obra em 2016 (Oliveira e Souza, 2019) (Ver Figura 17).

Figura 17 - Habitações do PMCMV em Parintins-AM



Legenda: Habitações do Residencial Parintins (A), habitação do Residencial Vila Cristina (B). Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza (2016 e 2017).

O Estado, ao estabelecer políticas de bem-estar social, tende a gerar efeitos momentâneos, visto que é o mercado quem controla o acesso aos bens na economia capitalista. A promoção de acesso às moradias realizadas pelo Estado, por exemplo, não pode ter resultados duradouros em um determinado lugar, pois a demanda sempre tende a aumentar, visto que os agentes, como os proprietários de terra, os promotores imobiliários e os proprietários dos meios de produção são, efetivamente, quem controla os preços e o acesso à terra.

A atuação do Estado, durante o período do BNH e do PMCMV, na produção desse segmento em Parintins, foi limitada, sem continuidade para se estabelecerem referenciais claros. No entanto, evidenciou-se como impulsionadora da incorporação de novas áreas ao perímetro urbano. A construção com subsídios sempre ocorreu nas bordas da cidade, permitindo a ocupação informal de seu entorno. Na próxima seção,

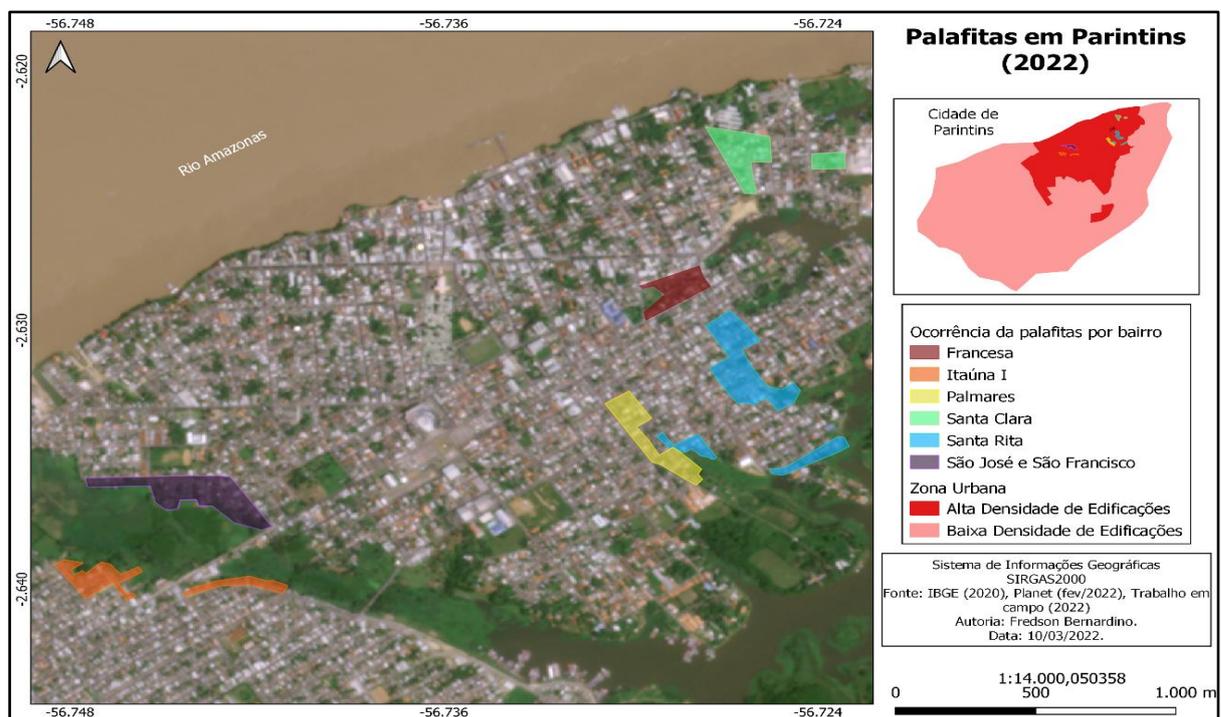
exploraremos as alternativas de moradia para famílias sem acesso à terra urbana em Parintins.

3.5 Entre as palafitas e embarcações: o segmento alternativo da moradia

O segmento alternativo da moradia é promovido por famílias não atendidas pelas políticas públicas habitacionais, que tendem a ser excluídas por não terem condições de pagar por um lote no mercado de terras. Essas famílias passam a ocupar as margens e os cursos hídricos com palafitas, algumas com acesso ao rio e outras não, enquanto outras utilizam embarcações, como barcos e bajaranas, geralmente ancoradas no final das ruas que chegam ao rio. O principal obstáculo para esse segmento é a renda, visto como principal fator de entrave à terra. Ele é composto, especialmente, por famílias de comunidades rurais que utilizam os serviços da cidade, os pescadores urbanos e o emigrante, que buscam essas áreas para construir.

PALAFITAS - As áreas onde estão localizados os conjuntos palafíticos (Figura 18) situam-se em terrenos baixos, que sofrem a sazonalidade de enchentes e vazantes do rio Amazonas e seus afluentes que acontecem na região. Essas áreas ocupadas são geralmente pouco valorizadas pelo mercado imobiliário, o que, segundo Carlos (2006), é a forma como o mercado se interessa pelo espaço, representando a fragmentação e a constituição dos espaços.

Figura 18 - Mapa de localização das áreas palafíticas na cidade de Parintins-AM



Fonte: IBGE (2020), PLANET (fev./2022), Trabalho em campo (2022). Elaboração: Fredson Bernardino, (2022).

O mapa identifica os espaços ocupados e construídos que sofrem a influência direta do movimento das águas, o que afeta significativamente a vida daqueles que habitam esses locais, especialmente durante o período de subida e descida das águas e suas consequências. Com a expansão do perímetro urbano e a formação de novos bairros, alguns deles separados pelos cursos d'água, foi necessário o processo de terraplanagem para conectar ruas de um bairro ao outro por meio de aterramentos. Isso possibilitou, posteriormente, que as famílias começassem a ocupar as áreas propensas a alagamentos. Esse processo de ocupação revelou múltiplas facetas das dificuldades enfrentadas pela população desses segmentos para viver na cidade.

No segmento alternativo de moradia na cidade de Parintins, identificou-se pelo menos duas singularidades nos conjuntos palafíticos, os quais apresentam dinâmicas que estão associadas ao rio. A primeira está relacionada às palafitas com acesso e interação direta com o rio. De acordo com Trindade Jr. *et al.* (2008) e Bartoli (2017), essa interação com o rio adquire um caráter multiescalar específico, que está relacionado com o uso do rio como meio de transporte, para atividades domésticas, para a circulação de materiais da floresta, como fonte de recursos alimentares e econômicos, para moradia, bem como para atividades de lazer e representação simbólico-cultural do imaginário sociocultural ribeirinho (Figura 19).

Figura 19 - Palafita com acesso ao lago do Macurany



Registro Fotográfico: Estevan Bartoli (2022).

O segundo tipo de palafitas identificado é o das que não possuem acesso ao rio. Apesar de estarem à margem e/ou no leito do rio, não apresentam vínculos de interação, mas sofrem com os efeitos inerentes ao rio, como, por exemplo: o regime

de enchente tem duração de seis meses e a vazante outros seis meses. No entanto, devido à falta de saneamento e à ilegalidade da terra, as palafitas tornam-se mais adensadas, produzindo impactos negativos como a questão da insalubridade, o que, conseqüentemente, são atribuídos como indicadores de precariedade.

Embora a cultura ribeirinha esteja presente nas construções, ao longo do tempo na área de estudo, há um afastamento gradual dessa tradição em relação ao espaço produzido, refletindo-se na transformação das dinâmicas da terra e da água devido às novas condições impostas pela adaptação à vida urbana. Com o passar do tempo, ocorre a incorporação progressiva dos elementos da cultura urbana, que desfazem gradualmente as relações pretéritas do lugar, incluindo o uso interno da casa, os laços de vizinhança e até as relações entre os grupos sociais urbanos e o entorno. Portanto, à medida que o tempo passa, o modo de vida sofre alterações significativas (Figura 20).

Figura 20 - Palafitas sem acesso ao rio no bairro de Santa Clara em Parintins-AM



Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza (2022).

As palafitas são construções elevadas sobre a água ou áreas alagadas adaptadas para abrigar pessoas. Porém, na cidade de Parintins, elas surgem como manifestações de resiliência urbana e ganham cada vez mais relevância em face aos desafios socioeconômicos e ambientais contemporâneos. Essas alternativas habitacionais, muitas vezes improvisadas, refletem a inventividade das comunidades

marginalizadas, que enfrentam a escassez de acesso e os altos preços imobiliários. Nesse contexto, as palafitas não são apenas moradias, mas também símbolos de resistência e adaptação de ambientes que procuram tanto sobreviver nas margens da cidade como encontrar dignidade e estabilidade em espaços urbanos hostis à sua realidade.

A produção das palafitas como soluções de moradia destaca-se como alternativas respondentes aos desafios do espaço urbano contemporâneo, que será tratado empiricamente no capítulo 3. Nesse capítulo, vamos analisar as origens das palafitas, a evolução e o impacto das palafitas nas comunidades de baixa renda, assim como as questões que envolvem essas construções peculiares. Ao fazê-lo, esperamos fornecer uma visão abrangente sobre o potencial e as limitações das palafitas e embarcações como resposta às complexas questões habitacionais enfrentadas pelas populações marginalizadas em áreas urbanas da Amazônia ocidental.

Na cidade de Parintins, o processo urbano tem movido a produção de habitações informais que desempenham um papel significativo na preservação das características do icônico tipo de moradia conhecido como palafita. Esse aspecto é evidenciado pela adaptação das relações internas das casas, onde a relação entre o interior e o exterior passa por modificações para se adequar ao espaço urbano (Brandão, 2012). Ao construir uma palafita na cidade de Parintins a população de baixa possibilita a presença topológica nas edificações, isso inclui a reintrodução de elementos como os avarandados, que proporcionam vistas panorâmicas do rio e com um aspecto intrínseco à vida ribeirinha. Porém, ao longo do tempo, há perdas nas características das casas quanto a localização e seus usos.

Nesse contexto, as áreas palafíticas em Parintins tornaram-se sociedades parciais, com culturas parciais. Com o passar dos anos, elas têm se adaptado à dinâmica urbana, que afetam suas vidas, mas sem renunciar às relações e tradições que fazem sentido para o seu modo de habitar (Brandão, 2012).

O entendimento desse modo de morar ribeirinho, de acordo com Menezes (2015), é fundamental para orientar o processo de projeto inovador em áreas de reassentamento habitacional das áreas de palafitas. O arquiteto age por meio de adaptações que levam em consideração o particular de cada núcleo familiar. Esse processo de projeto é caracterizado por um diálogo constante com o tipo palafita,

planejando visitar as referências espaciais que apoiam as soluções arquitetônicas para as novas casas.

O feedback desse processo é avaliar se o resultado atende aos objetivos, levando em consideração o ponto de vista dos sujeitos. Com sucessivas aproximações ao ribeirinho, o projeto incorpora soluções que, em consenso, resultam em ambientes mais flexíveis e adequados às necessidades e expectativas dos habitantes locais. Assim, a adaptação das referências ao modo de vida na Amazônia torna-se uma prática relevante e comprometida com os especialistas locais, contribuindo para a preservação do rico patrimônio cultural e especial da região.

O espaço construído nesse segmento possui conexão interdependente no processo de sua constituição, do qual podemos suscitar três elementos espaciais da dimensão ribeirinha: rio/floresta, a beira e a casa. Segundo Menezes e Perdigão (2020, p. 4), “para compreendê-los sob um ponto de vista arquitetônico, [...] sobre o espaço existencial, o qual condiz com a experiência do homem com o entorno a partir de relações topológicas [...]”, é oportuno responsabilizar o sentido da orientação de saber identificar onde está, firmando relações que se materializam no espaço a partir do lugar como referência.

EMBARCAÇÕES - A população com acesso restrito à terra urbana na cidade de Parintins, motivada pela dinâmica da urbanização que se expande, incorpora as embarcações como novo componente situacional de quem não pode pagar por um lote de terra. Essas embarcações, podendo ser de estilo bajara e barcos de madeira, estão sendo utilizadas como moradia nas “beiradas” da Lagoa da Francesa e dos lagos Macurany, Parananema e o próprio rio Amazonas, na cidade de Parintins, geralmente em ruas que possui seu limite aos lagos.

O avanço da urbanização pelo arquipélago de Parintins revela uma morfologia social com uma diversidade de usos, dinâmicas e formas de apropriação do espaço e com diferentes territorialidades. Há alguns pontos que merecem ser destacados. O primeiro refere-se aos sujeitos que utilizam os rios para obtenção de recursos como água e peixe e a circulação fluvial de cargas e pessoas. O segundo está restrito à margem do rio e dos lagos (inclusive da “Lagoa da Francesa”) na realização do uso como ancoragem de embarcações para moradia na cidade de Parintins, entre outros. (Figura 21).

Figura 21 - Uso de embarcações como moradia das famílias que não possuem acesso à terra na cidade



Legenda: (Foto A e B) - Alternativa de moradia para ter acesso aos serviços da cidade. **Registro Fotográfico:** Estevan Bartoli (2019) e Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (2021)

Nesse sentido, no âmbito desses usos, a forma de utilização das margens dos cursos d'água que circundam a cidade ganham força, por estarem relacionadas ao desenvolvimento de atividades econômicas mercantis, de diversas escalas, ou seja, corresponde à apropriação mais voltada para a realização de ações com base ao empreendedorismo urbano (Harvey, 2005). No entanto, observou-se também que existem outras formas de uso que criam diversas territorialidades pelos sujeitos que ocupam o lugar.

Tal contexto parece confirmar as observações de Oliveira (1999) e Bartoli (2017), que destacam que, para alguns, os rios e a floresta são apropriados enquanto necessidade para uso próprio. Além disso, são retirados os recursos necessários para a sobrevivência, para a construção de um abrigo ou ainda os usam como lugar de festa e encontros e, para outros, esses elementos não passam de potenciais recursos (minerais, hídricos, vegetais, turísticos etc.). Interesses diversos que podem ocasionar estranhamentos, tensões e até conflitos entre esses agentes/grupos no âmbito da produção do espaço local e regional.

O uso de embarcações que atualmente se estabelece em Parintins é particularmente feito pelas famílias de baixa renda, o que constitui um processo de “urbanização desurbanizante e desurbanizada” da cidade, segundo Lefebvre (2001, p. 108), condicionada a um perfil urbano, no qual se apresenta uma tendência para um quadro metamorfoseado no espaço urbano amazônico. Assim, a cidade de Parintins torna-se o espaço de atração que, por ser segmentado hierarquicamente, torna-se o núcleo de processos urbanos.

Essa atração é tão inevitável que, mesmo em realidades rurais, se observa paulatinamente a entrada de costumes e formas de vida urbana. Já em nível local da cidade, observa-se uma realidade em que a contradição permanente entre a crescente socialização do espaço urbano e a segregação espacial dão contornos explosivos à crise urbana. As imagens das embarcações sendo utilizadas como moradia (temporária ou permanente) são faces desse processo em curso (Figura 22).

Figura 22 - Uso de embarcações (temporária ou permanente na cidade de Parintins-AM



Legenda: Uso temporário de embarcações para moradia (foto A). Uso temporário de embarcações para moradia em Parintins (foto B). **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza (2022).

Lefebvre (2004) convida-nos a refletir sobre o espaço urbano e suas interações, que nem sempre são percebidas quando focamos a materialidade da cidade. O autor incentiva-nos a transgredir a mera aparência da paisagem urbana, incluindo suas formas, movimentos e cores, uma vez que a paisagem que simplesmente salta aos nossos olhos corresponde, na sua essência, apenas a um conjunto de formas concretas, constituídas em um dado momento que refletem as heranças do modo de produção a partir do qual foram construídas.

A análise da paisagem urbana envolve uma maior complexidade, pois a natureza, no contexto da produção do espaço urbano, assume uma dimensão distinta da noção de natureza natural. No entanto, isso não implica que a natureza não tenha relevância na determinação do sítio urbano. Pelo contrário, ela desempenha um dos principais elementos da paisagem, a qual resulta de inúmeras alterações resultantes da ação antrópica (Oliveira, 2003). Um exemplo dessas características pode ser observado na cidade de Parintins, onde a paisagem urbana se molda em sua maior

parte por ocupações urbanas informais que se tornam significativas na cidade. Essas ocupações se destacam entre o ambiente construído e o ambiente natural pela ação do homem que busca se adaptar às necessidades e dinâmicas da sociedade local.

Assim, Parintins não é apenas um produto do nosso tempo, mas de tempos de produção passadas, que se cristalizou na paisagem urbana. Essa paisagem não se resume apenas aos objetos construídos por homens e mulheres, mas abrange também os modos de vida que resultam das relações de produção que são continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo (Oliveira, 2003). Nesse sentido, busca-se uma compreensão mais ampliada das relações sociais e econômicas que a sustentam e proporcionam uma visão abrangente da história e da identidade da cidade ao longo do tempo.

A cidade não se compõe apenas por essas formas, comporta conteúdo ocultos, que é o urbano. A tradução da cidade não deve se basear apenas na leitura de sua aparência imediata, para que não deixemos de lado as tramas socioeconômicas que perpassam. Portanto, cumpre-nos decifrá-la, a partir de suas formas e conteúdo, desvelando a complexidade de suas relações sociais, políticas, econômicas, ideológicas e culturais.

A partir dos segmentos habitacionais identificados que moldam a cidade de Parintins, realizou-se uma análise das palafitas e das ocupações de 2016. Essas áreas envolvem as áreas ocupadas de Castanhal e Nova Conquista, que apresentam formas e conteúdo que estão em constante movimento, refletindo as cores e formas dos sujeitos urbanos. Além da descrição das formas construtivas habitacionais e das estratégias de moradia em Parintins, foi possível observar como os processos de apropriação do espaço urbano foram realizados. Essas interações desiguais na produção do espaço resultam numa paisagem heterogênea da cidade.

Nesse sentido, ao propor investigar sobre a moradia de palafitas e ocupações informais, excluiu-se da análise o uso das embarcações, por apresentarem complexidades adicionais devido à sua mobilidade e ao seu alcance multiescalar, que interagem com outras especificidades. Por isso, o recorte espacial limita-se às áreas de palafitas e às ocupações recentes, como é o caso de Castanhal e Nova Conquista.

Diante disso, a simples palafita ou a ocupação informal em Parintins transcendem a mera existência física de um espaço, tomando-se um ato de habitar. Isso implica na interação dos sujeitos com o seu ambiente e na maneira como se

moldam e são moldados por ele. No contexto urbano, isso pode referir-se à forma como os moradores utilizam o espaço da cidade, atribuindo-lhe significado e identidade por meio de suas atividades cotidianas e interações sociais. Portanto, o habitat pode ser visto como o palco onde a vida urbana acontece, e o ato de habitar é a performance que dá vida a essa teia.

4 PALAFITAS E OCUPAÇÕES INFORMAIS: a alternativa da moradia da população de baixa renda na cidade de Parintins-AM

Trecho da crônica - **Por amor às cidades**

[...] a cidade aparece como o lugar do poder querendo fundar-se o bom governo baseado em justiça, igualdade e fraternidade, porém multiplicam-se as injustiças e os marginalizados.

Os burgueses arrancam o poder dos senhores propondo a ruptura com os maus usos e costumes, concebem um governo à imagem de seus clãs.

O bom governo tende a imitar o príncipe, respeita a igreja, continua expropriando recursos por meio de impostos tão injustos como os do sistema anterior.

As revoltas urbanas não tardam e se articulam contra príncipes e burgueses na busca de corrigir a injustiça, a corrupção e o despotismo.

Ligada ao poder, a corrupção, um dos principais problemas, engoliu a sociedade medieval e mais ainda a sociedade do Renascimento e do Antigo Regime. Por volta de 1247, o Rei da França enviou a todo o reino inquiridor para levantar os casos de corrupção atribuídos ao que chamaríamos hoje de funcionários públicos.

Na época, a corrupção aparecia como um mal de estrutura que não provocava grande indignação [...].

Trecho da crônica – **O poeta e a cidade**

[...] A cidade contemporânea é por excelência o lugar das contradições que lhe conferem multiplicidades de olhares entrecruzados na busca de explicações dos inumeráveis significados.

Cidade-problema, cidade-representação, cidade-empresa, cidade-plano, seja como for, a cidade aparece e se impõe como domínio da cultura.

Há, contudo, um modo de compreender a cidade não como simplesmente um fato, um dado concreto, tampouco como inspiração diletante, mas como objeto de reflexão, constituída de desafio e como tal objeto de questionamento – a poesia.

Autor: José Aldemir de Oliveira, 2006

Neste capítulo, discutiremos os resultados do trabalho de campo produzido junto aos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista em Parintins. A metodologia de campo foi projetada para identificar as condições de moradia e as instalações construídas para permitir que os moradores tenham acesso aos serviços urbanos, além de realizar conversas informais e direcionadas com eles.

O objetivo da pesquisa visava aplicar dez formulários em cada área de estudo para coletar informações do morador quanto à sua origem, ocupação profissional, escolaridade e renda. Em seguida, procurava-se saber se recebiam algum benefício social e qual era a relação com o rio. Além disso, os formulários buscavam saber onde os moradores viviam antes de se estabelecerem em seu local atual. Por fim, a pesquisa visava capturar as impressões dos moradores sobre suas moradias e o que elas representam para sua família.

Em janeiro de 2020, realizou-se o primeiro trabalho de campo e foram identificados oito bairros – Santa Clara, Francesa, Santa Rita de Cássia, Castanheira, Palmares, São Francisco, São José e Itaúna I – que possuem palafitas, e optamos por aplicar oito formulários em cada uma dessas áreas. Dessa forma, foram aplicados um total de 68 formulários no primeiro semestre de 2023. Embora os moradores das palafitas estejam na mesma faixa de renda que os moradores das ocupações Castanhal e Nova Conquista, decidimos diferenciar o formulário no item **“características gerais da moradia”**.

Em cada ocupação, foram aplicados formulários a dez moradores, totalizando 20 formulários aplicados. A seleção dos domicílios das ocupações foi feita a partir da primeira rua, seguindo por dez domicílios consecutivos, até abranger toda a ocupação (os modelos de formulários aplicados nas palafitas e ocupações podem ser encontrados nos apêndices A, B e C).

No total, foram aplicados 88 formulários, abrangendo tanto as palafitas quanto as ocupações delimitadas para estudo. Ressalta-se que as duas ocupações estão situadas em áreas distintas: a ocupação Castanhal encontra-se em área designada pelo Plano Diretor do Município de Parintins (PDMP) como Unidade de Conservação (UC); enquanto a ocupação Nova Conquista foi originalmente planejada para ser um conjunto habitacional situado em terra privada.

Para minorar e alcançar tanto os moradores das palafitas quanto das ocupações Castanhal e Nova Conquista, buscou-se o auxílio da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins (SMS-PIN) para o acompanhamento dos Agentes Comunitários

de Saúde (ACSs), que são os primeiros profissionais a trabalhar junto a eles. Isso foi necessário devido à desconfiança que alguns moradores apresentavam ao recusar-se a responder às questões da pesquisa. Entre as áreas de estudo, apenas a ocupação Nova Conquista não era assistida diretamente por nenhuma Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade. Nesse caso, o acompanhamento foi realizado por um morador da própria ocupação.

Como já identificamos, o crescimento do perímetro urbano de Parintins ocorreu principalmente por assentamentos informais⁷, que são alternativas encontradas pela população de baixa renda para acessar a terra urbana. Esses assentamentos surgiram em parte de maneira harmoniosa ou conflituosa entre os diferentes agentes produtores do espaço, sendo a população protagonista dessa produção.

Essas ocupações ocorreram principalmente em áreas baixas do arquipélago e em antigas fazendas, como a Itaúna⁸. De modo geral, a produção espacial das cidades, sejam elas distantes ou próximas do Centro, apresenta problemas de localização e de acesso aos equipamentos urbanos, como aponta Harvey (2005). Isso é corroborado por várias pesquisas, inclusive os trabalhos de Araújo (2006) em Recife e de Sakatauskas (2020) sobre palafitas no Pará, ambos demonstram a realidade de diferentes cidades do país.

Embora Parintins compartilhe semelhanças com outras cidades em muitos aspectos, este estudo buscou evitar generalizações ao identificar as situações que envolvem a moradia autoconstruída e de palafitas. Observamos que a produção do espaço urbano reproduz a expansão da cidade e do capital. No entanto, a incorporação desses espaços gera conflitos e contradições no seu uso.

Os resultados debruçam-se nos atributos que condicionam as áreas palafíticas e as ocupações informais Castanhal e Nova Conquista na produção e apropriação da cidade. A pesquisa classificou os espaços urbanos, utilizando elementos de organização espacial da cidade com base nas ocupações urbanas informais. Isso possibilitou a criação de um modelo situacional da moradia, que revela contradições na produção do espaço local.

⁷ Termo derivado de UN-Habitat (2003), *The Challenge of Slums [O Desafio das Favelas]*; ONU-Habitat (2013), *The State of the World Cities Report 2012/13 [Relatório do Estado das Cidades do Mundo 2012/13]*. Referir-se ao Documento Temático nº 9 sobre Terras Urbanas para definição de “segurança de posse”.

⁸ Trata-se de um Gleba de terras que pertencia ao Sr. Paulo Corrêa, natural de Santarém, o qual possuía sua fazenda desativada em Parintins.

A organização metodológica adotada empregou atributos espaciais e territoriais como produto da ação dos sujeitos, que se dinamizam a partir das Premissas e Necessidades do Urbano-Ribeirinho (PNUR) na dinâmica da cidade. Propomos essa noção para entender a produção do espaço urbano local, que se produz por meio de práticas sociais, transformando áreas (rurais, unidades de conservação, terras públicas e privadas) em um “urbano incompleto”. Isso parte de ações e se constitui na esfera urbana como uma transformação de formas culturais adaptáveis ao processo de interação entre o local e o global. Nas últimas décadas, os sujeitos em estudo passaram a adotar suas próprias estratégias de apropriação do espaço intraurbano e foram formadores de nós que possibilitam e condicionam as espacialidades locais.

Em síntese, o **papel mediador** das PNUR abrange seis vertentes na produção do espaço urbano local, a partir da matriz do problema, das causas e consequências:

Quadro 2 - produção e apropriação do Urbano-Ribeirinho pelos sujeitos não hegemônicos

- I - **Organização informal do ordenamento territorial da cidade:** refere-se aos outros tipos de ações dos sujeitos, que resultam em práticas específicas sobre o território urbano local;
- II - **Aspecto zonal e topológico:** esse se envolve na produção e configuração de fragmentos do espaço intraurbano, conectando-o a diversos pontos circunvizinhos por meio das apropriações;
- III - **Acesso à terra urbana:** como mencionado anteriormente, a falta de acesso à terra urbana tem levado os sujeitos a recorrerem à produção informal do espaço, produzindo um habitat com recursos naturais e mantendo vínculos culturais;
- IV - **Simbólico-cultural:** refere-se à absorção e ressignificação de traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares, por meio da sua inserção no processo urbano local;
- V - **Premissas contextuais:** referem-se: a) ao fluxo migratório; b) à propriedade da terra; c) ao crescimento vegetativo; d) à sazonalidade dos rios; e) à ausência do direito à cidade, como meio da população de baixa renda acessar as “benesses urbanas”, como emprego, estudo, transporte, saúde e disponibilidade de serviços e infraestruturas;
- VI - **Necessidades humanas:** destacam-se: a) moradia; b) educação; c) alimentação; d) a superação de estigmas associados às condições sociais e econômicas; e) segurança; f) saúde; e g) pertencimento social, que envolve a identidade individual e a solidariedade entre o grupo ao qual pertence.

Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023. Adaptado de Bartoli, 2017.

De modo resumido, a interação e a composição dessa dinâmica situacional da moradia são apresentadas no Quadro 3 e detalhadas na Figura 23, posteriormente. Enfatizamos que esses são apenas modelos ilustrativos e estão abertos a melhorias.

Quadro 3 - Dinâmica situacional das áreas estudadas

Áreas palafíticas

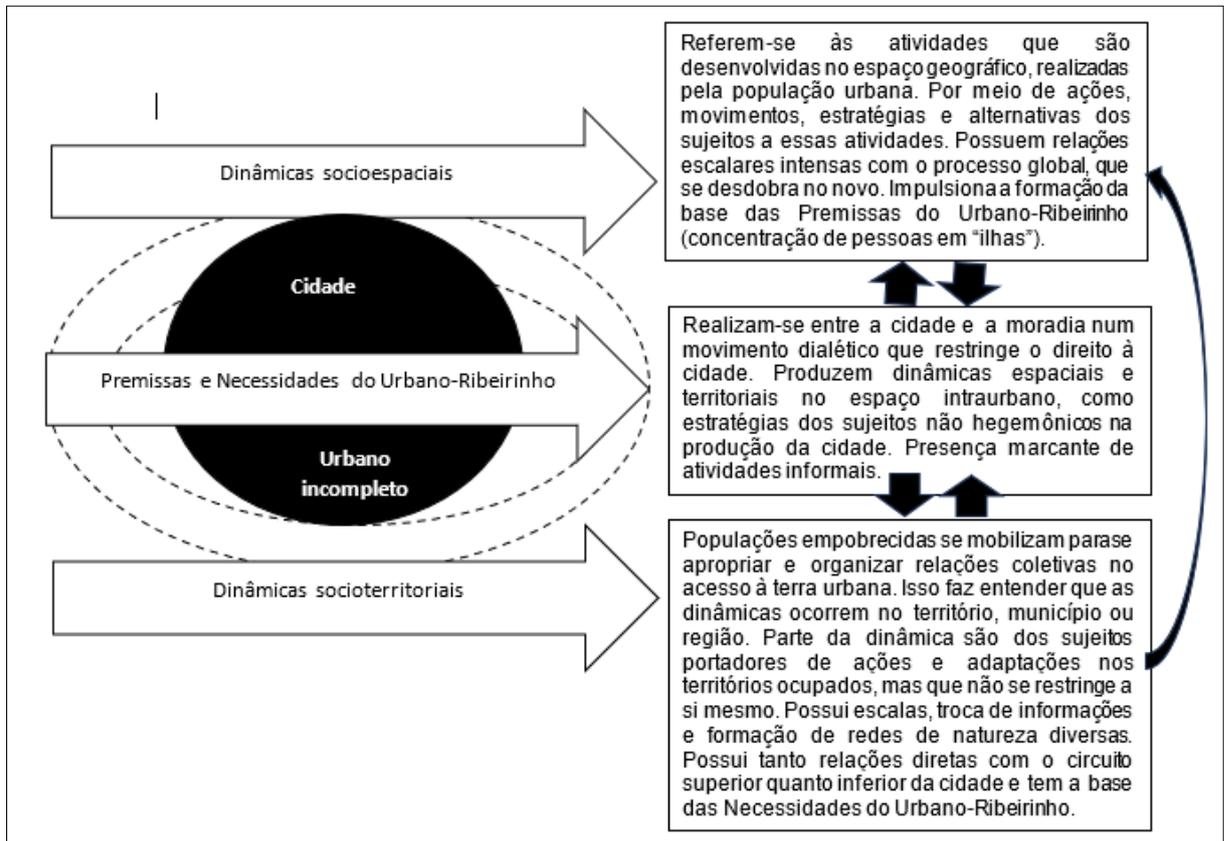
- **Natureza:** ocupações antigas por setores populares, que migraram das áreas rurais e de municípios vizinhos e ocuparam informalmente a beira do rio que corta a cidade;
- **Habitat:** predominantemente construídas de madeira, entre as quais se destacam as palafitas urbanas com e sem acesso ao rio e as casas mistas; a vida cotidiana acompanha o movimento das águas dos rios;
- **Nós:** situam-se como nodalidades próximas ao centro e aos bairros populares, portos pequenos, flutuantes e rampas da cidade, além de estarem próximas ao comércio, às escolas, às igrejas, à UBS, às feiras e aos bancos; ligam-se também aos nós secundários como comunidades e aldeias de vínculo “umbilical” na origem da família. Estão ligados: a) **Atividades informais diversas;**
- **Serviços básicos:** ausência de saneamento básico, infraestrutura e drenagem; presentes minimamente: água, energia, coleta do lixo doméstico e visita do agente de saúde;
- **Causas:** concentração de terras, ausência de políticas públicas, fluxos migratórios, crescimento vegetativo, processo contínuo de apropriação dos espaços e sazonalidade, ordenamento territorial;
- **Consequências:** permanência da precariedade, ônus da moradia, violência, motivações adversas, acesso à terra cada vez mais restrito, piora na educação, piora nas condições de habitabilidade, desigualdade econômica e social;
- **Organizações e ações:** produção e apropriação do espaço pela informalidade, oriundo de ocupações irregulares e loteamentos informais; movimentos efêmeros; sujeitos não hegemônicos com baixa capacidade de organização em direitos coletivos;
- **Sujeitos:** população de baixa renda.

Ocupações Castanhal e Nova Conquista

- **Natureza:** ocupações periurbanas informais por setores populares, geralmente de famílias novas, migrantes das áreas rurais e de municípios vizinhos que ocuparam irregularmente a expansão da cidade;
- **Habitat:** predominantemente construídas de madeira, entre as quais se destacam as casas autoconstruídas e mistas (alvenaria/madeira);
- **Serviços básicos:** ausência de saneamento básico, infraestrutura e drenagem; minimamente existem água e energia; coleta do lixo doméstico e visita por agentes de saúde no Castanhal, mas ausentes na Nova Conquista; serviços como escolas, agências bancárias, feiras etc. (distantes);
- **Causas:** concentração de terras, ausência de políticas públicas, fluxos migratórios, crescimento vegetativo, processo contínuo de apropriação dos espaços e sazonalidade;
- **Consequências:** permanência da precariedade, ônus com moradia, violência, eventos adversos, acesso à terra cada vez mais restrito, piora na educação, piora nas condições de habitabilidade e na desigualdade econômica e social;
- **Organizações e ações:** produção e apropriação do espaço pela informalidade, oriundo de ocupações irregulares e loteamentos informais; movimentos efêmeros; sujeitos não hegemônicos com baixa capacidade de organização em coletivos;
- **Sujeitos:** população de baixa renda.

Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023. Adaptado de Bartoli, 2017.

Figura 23 - Conexões entre produção e apropriação da cidade



Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023. Adaptado de Bartoli, 2017.

As palafitas urbanas e as ocupações informais nas áreas periurbanas de Parintins também atuam como mediadores do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), proposto por Bartoli (2017), os quais intermedeiam dois “mundos” na Amazônia. Para Bartoli (2017, p. 98), são conectores que “interpenetram e se sobrepõem em determinadas instâncias”. Antecipando as análises, a cidade local aparece como materialização dessa lógica.

A urbanização em Parintins intensifica as contradições existentes ao expandi-las e aprofundá-las dentro do processo de reprodução socioespacial. Essas dinâmicas são concretamente impostas no plano das práticas cotidianas. Reconhecer essas contradições fornecem-nos um quadro de análise que busca ir além da compreensão *stricto sensu* da urbanização e iluminar o processo de urbanização da sociedade num sentido mais amplo, destacando seu processo contraditório.

Isso promoveu uma compreensão dialética capaz de desmistificar as representações espaciais do valor de uso e troca, além de proporcionar um conhecimento que reproduz a questão da urbanização ao mero crescimento caótico ou ao consumo dos equipamentos urbanos, que precisam ser organizados e

planejados. De fato, a cidade é mais que um simples assentamento populacional e a urbanização vai além do seu crescimento quantitativo.

As palafitas urbanas, bem como as ocupações Castanhal e Nova Conquista, apresentam características que as destacam como espaços-territórios urbanos potencialmente formados por resistência. Esses locais têm uma longa tradição de uso de recursos locais e são organizados como coletivo de interesse na casa própria. A apropriação desses espaços depende de fatores locacionais intraurbanos, resultando em uma forte produção no sítio urbano. As características das áreas foram destacadas por meio da observação empírica e da aplicação de formulários, fornecendo uma descrição qualitativa e quantitativa da produção dessas áreas.

A análise detalhada da descrição do espaço urbano revela uma dinâmica e complexidade ainda maiores quando se trata das necessidades básicas. Essa dinâmica contempla as transformações inerentes ao processo de constituição dos *territórios urbanos locais*. A ausência da moradia e a produção da cidade, bem como insuficiência de seus instrumentos de análise, levaram à validação de suas premissas neste trabalho.

O capítulo foi estruturado em quatro subitens: o primeiro aborda a caracterização das áreas estudadas e dos dados obtidos na aplicação dos formulários (Apêndices A, B e C). Nele, apresentam-se os perfis e as condições das moradias de palafitas, conforme detalhado no subitem “*Caracterização das palafitas na cidade de Parintins (AM)*”. O segundo item se debruça nas ocupações e é intitulado: “Um mergulho na História: *o nascimento e formação das ocupações Castanhal e Nova Conquista – 2016*”. No terceiro subitem, discute-se a disponibilidade da posse, o custo acessível, a infraestrutura, os equipamentos públicos e a relação com o lugar. Além disso, são abordados os níveis de respostas dos moradores das palafitas e ocupações, sendo denominado: “*Os equipamentos e as condições dos serviços básicos e ambientais*”.

Como já referido, foram aplicados 68 formulários, o equivalente a 3% dos domicílios contidos nas palafitas, e 20 formulários nas ocupações Castanhal e Nova Conquista, correspondendo a 2% dos domicílios dessas áreas. O capítulo encerra apontando as causas e consequências acerca das condições de moradia, segurança ambiental, acessibilidade e adequação cultural dos moradores em relação ao rio e seu entorno na cidade, tratados no item denominado “*Cotidiano, desejos e necessidades das palafitas e ocupações Castanhal e Nova Conquista*”.

4.1 Caracterização das palafitas na cidade de Parintins (AM)

A produção de habitações do tipo palafita no espaço urbano amazônico tem suas conexões estreitas com as condições físico-ambientais do espaço onde são construídas, o mesmo ocorre em relação às vias de acesso entre becos e vielas de madeira na área ocupada. Essa relação tem profunda afinidade com as culturas ribeirinha e indígena, que foram adaptadas às condições dos territórios urbanos. Essa é uma arquitetura que, muitas vezes, é desconsiderada como moradia, como aponta Simonian (2010). As áreas palafíticas da cidade de Parintins acompanharam o processo de formação dos bairros populares já consolidados como solução viável ao arquipélago urbanizado.

O estudo de Souza (2013) sobre a evolução urbana da cidade permitiu entender a urbanização da cidade nas décadas anteriores. Em 1960, observou-se o surgimento das palafitas. Iniciando-se na ocupação do bairro da Francesa, esse processo atingiu principalmente as áreas mais baixas do relevo e, posteriormente, expandiu-se para o leito do rio. Já em 1970, essa tipologia estendeu-se para as ocupações que mais tarde se tornariam os bairros Santa Clara e Palmares. Na década seguinte, as palafitas apareceram nos bairros Santa Rita de Cássia, São Francisco e São José. São observações identificadas nos estudos de Souza (2013) e Lima (2016).

Em meados da década de 1990, as palafitas apareceram na ocupação Itaúna I, na extensão da margem direita do lago Macurany. No ano de 2000, os moradores começaram a construir no bairro de Castanheira. Essas áreas são densamente ocupadas, ficando às margens do lago Macurany e da lagoa da Francesa⁹

Com base nisso, utilizou-se os limites dos bairros para identificar as áreas de palafitas existentes no espaço urbano de Parintins. Além disso, correlacionou-se essas informações aos dados dos setores censitários do IBGE (2010), que classificavam essas áreas como "*aglomerados subnormais*". Esse termo foi usado para designar um conjunto constituído por 50 unidades habitacionais, no mínimo, tais como casas, barracos, palafitas etc. Em sua maioria, essas unidades carecem de serviços públicos essenciais como água, esgoto, luz elétrica e destino dos resíduos sólidos.

A produção de palafitas na cidade ocorreu em diferentes épocas, no limiar das ocupações urbanas informais que se formaram. Entre as principais causas das

⁹ Nome usado como "toponímia" para designar um curso d'água que não se refere à questão técnica da geomorfologia fluvial.

ocupações, está a migração induzida por questões sociais e naturais, que impulsionaram a expansão em direção às antigas fazendas, conforme descrito por Carvalho (2012); Souza (2013); Archanjo (2016); Menezes (2017) e Souza (2018). Também o crescimento vegetativo da cidade contribuiu para esse processo.

Nesse sentido, as oito áreas palafíticas estão localizadas nos bairros: **Santa Clara (A)**; **Santa Rita de Cássia e Palmares (B e C)**; **Francesca (D)**; **Castanheira (F)**; **Palmares (G)**; **São José e São Francisco (H)**; e **Itaúna I (I)**, conforme mostrado na Figura 24. São palafitas construídas pela população de baixa renda, habitações que estão assentadas na beira do rio e também sobre as águas, definido esse tipo de moradia. As vias de acesso para as residências e para os diversos usos, tanto no interior quanto no entorno das palafitas, são estreitas e ramificadas.

Figura 24 - Áreas de palafitas dos bairros de Parintins-AM



Fonte: Imagem do Google Earth Pro, 2022. Organizado por: Crizan Souza, 2023.

As áreas identificadas caracterizam-se por um espaço construído predominantemente de madeira, que é um material construtivo abundante na região,

sendo utilizadas diversas espécies¹⁰. No entanto, a infraestrutura circundante é escassa, o que camufla a arquitetura desenvolvida pelos moradores, com destaque para a falta de saneamento básico.

Durante a pesquisa de campo, observou-se a relação dos moradores com o rio e foram identificadas palafitas com acesso direto ao rio e outras sem qualquer relação de acesso a ele, marcando um espaço híbrido, onde o local e o global se articulam na produção do espaço (Bartoli, 2017). O quadro a seguir destaca outras características físicas, estruturais e de serviços que impactam a vida das famílias nas áreas palafíticas estudadas.

Quadro 4 - Características da tipologia de palafitas e seu entorno

Áreas palafíticas	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação em beira de rio; - Irregularidade da posse; - Áreas com densidade média ou baixa; - Expansão urbana consolidada; - Predominância de palafitas construídas de madeira; - Acesso por pontes e becos construídos de madeira; - Infraestrutura (ausência de esgotamento sanitário, fossa rudimentar, lixo lançado no rio, tubulações de água precárias); - Banheiro fora e dentro do domicílio; - Condição ambiental adversa – moradias localizadas em locais ambientalmente frágeis; - Proximidade das áreas centrais da cidade; - Escolas, bancos, feira, comércio e postos de saúde nas proximidades.
--------------------------	---

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Souza, 2023

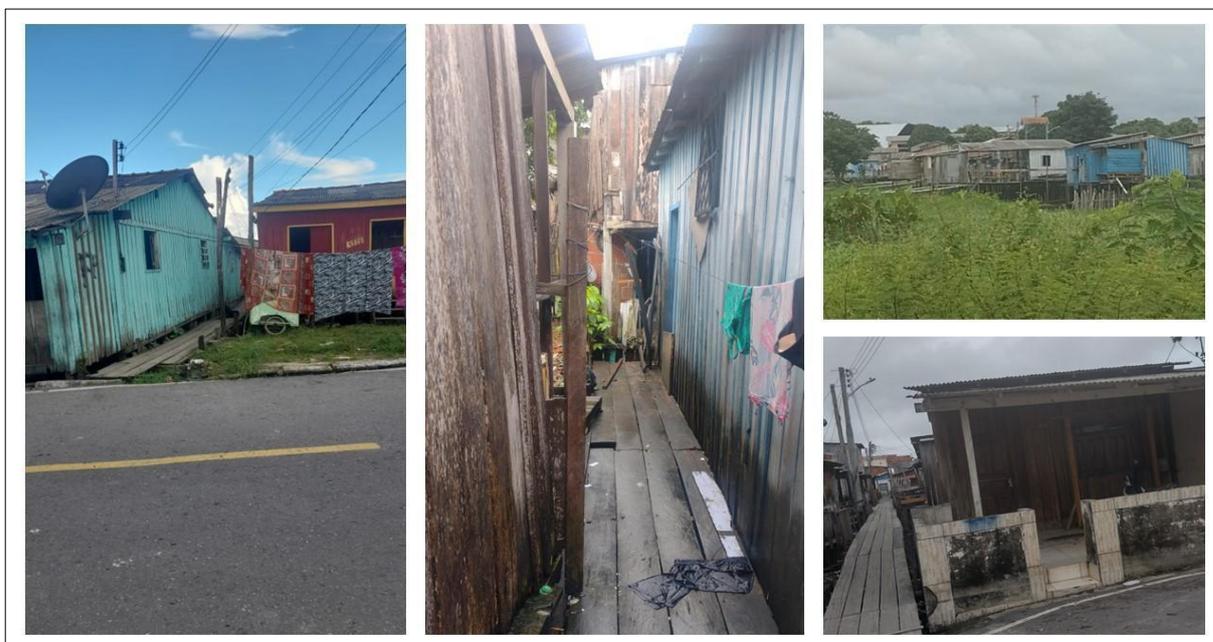
De acordo com Trindade Jr (1997), essas áreas, chamadas de “baixadas”, são condições topográficas específicas da paisagem urbana, onde o nível da planície é frequentemente submerso ou fica sujeito às inundações do rio em determinadas épocas do ano. As edificações das áreas multiplicam-se, tornando-se um espaço múltiplo de construções em madeira, alvenaria ou mistas, geralmente construídas com material de qualidade, como identificamos anteriormente, mas existem também aquelas edificações precárias.

As áreas de estudo exemplificam um processo contínuo e ilimitado de urbanismo que, ao longo dos anos, transformou as características ambientais em territórios ocupados irregularmente na configuração da cidade. Como resultado

¹⁰ *Pera glabrata*, *Euphorbiaceae* – Sapateiro; *Mezilaurus itaúba* - Itaúba; *Goupia glabra* – Cupiuba; *Pouteria pachycarpa* – Abiurana; *Manilkara huberi* - Massaranduba; *Erisma uncinatum* – Cedrinho; *Euplassa spp.* – **Louro**; *Handroanthus serratifolius* - Pau-d'arco-amarelo; *Simarouba Amara* – Marupá; *Minquartia guyanensis* – Acariúba; entre outras.

dessas transformações, o crescimento populacional tornou-se o principal vetor. Em Parintins, o processo de urbanização é marcado pela deficiência de planejamento, pela vulnerabilidade da vida urbana, pela falta de infraestrutura e de saneamento básico, bem como pela aridez da pobreza da população. Na Figura 25, podemos visualizar a produção das palafitas. Apesar de serem espaços construídos sem infraestrutura adequada, representam locais de moradia e esperança para muitos.

Figura 25 - Padrões construtivos e acesso entre as palafitas em Parintins-AM



Fonte: Pesquisa de campo (2022-2023). Registro Fotográfico: Crizan Souza, 2023

As palafitas são espaços ocupados pelos “habitantes”, pelos “usuários” ou, mais precisamente, pelos “usadores”. São locais de realizações e possibilidades, habitados por aqueles que podem subverter a uma ordem imposta por meio das práticas cotidianas que ganham novos sentidos na cidade (Lefebvre, 2013).

As espacialidades palafíticas em Parintins são compostas por ruas, becos e vielas que funcionam como passarelas ramificadas entre as palafitas e as vias principais. Essas conexões são estabelecidas por meio de aterros do poder público entre as ilhas, embora as condições de moradia não sejam beneficiadas. Pelo contrário, há situações em que os próprios moradores precisam realizar serviços de manutenção, como reparos nas tábuas de madeira das pontes, utilizadas por vizinhos, entregadores, entre outros. Os becos e vielas são construídos com madeira sobre o leito do rio e se ramificam de acordo com a disposição das residências, sendo que algumas até recebem uma camada de asfalto, enquanto outras não.

As condições de vida na cidade, especialmente nas ocupações irregulares, como as áreas palafíticas ou outros assentamentos informais, estão cada vez mais deterioradas. Isso ocorre porque os direitos básicos estão longe de serem efetivados plenamente, o que acentua ainda mais o quadro de “ação e controle” descrito por Oliveira (2016), resultando na exclusão e na segregação das pessoas. Nesse sentido, a paisagem das palafitas não é apenas um reflexo da pobreza material, mas também é constituída de elementos, de usos e práticas da população residente, como laços de resistência. Assim, apesar da carência econômica, o repertório da arquitetura e as apropriações do espaço revelam uma riqueza cultural que não deve ser simplesmente descartada.

Ao analisar a cidade de Parintins sob a lógica produtiva, fica evidente que a produção do espaço urbano é um produto complexo das relações sociais existentes. Isso se contradiz quando se evidencia a dinâmica de crescimento socioespacial, que produz uma cidade segregada (Penna, 2000). Apesar dos dados divulgados pelo IBGE (2022) indicarem um declínio na população do município na última década, a cidade não parou de crescer. Portanto, isso faz pensar em mecanismos que possam minorar os efeitos dessa dinâmica e promover o acesso à cidade de forma mais igualitária.

O planejamento urbano seria uma ferramenta importante para ordenar o uso e a ocupação do espaço urbano, mas frequentemente é observado na cidade como elitista e segregacionista. No entanto, quando o planejamento não torna a cidade acessível, é considerado condescendente com a desordem.

Diante do Estatuto da Cidade, o Poder Público Municipal desempenharia um papel crucial na elaboração de normas e leis no ordenamento da cidade, porém, em Parintins, o Plano Diretor não foi colocado em prática. De acordo com Brasil (2012):

Art. 2º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º XXVI – área urbana consolidada: aquela que atende os seguintes critérios:

- a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
- b) dispor de sistema viário implantado;
- c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;
- d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;
- e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

1. drenagem de águas pluviais;
2. esgotamento sanitário;
3. abastecimento de água potável;
4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e
5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

Portanto, a competência da lei 12.651/12 é de responsabilidade municipal. Não se trata de uma regra que demanda regulamentação pelo Estado. O artigo 24, inciso I, da Constituição Federal estabelece que compete à União legislar sobre Direito Urbanístico, e assim fez a União, ao dispor no artigo 3º, XXVI, da lei 12.651/12, que essa competência pertence exclusivamente aos municípios.

O primeiro critério exigido para qualificar uma parcela do território municipal como "área urbana consolidada" é que esteja incluída no perímetro urbano, conforme estabelecido pelo Plano Diretor ou por uma lei municipal específica. Nota-se que a zona de expansão urbana e a zona de urbanização específica não são suficientes para qualificar o terreno como "área urbana consolidada".

Uma eventual ampliação proposta do perímetro urbano deve estar em conformidade com o artigo 42-B do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Esse exige um projeto específico que deve acompanhar o projeto de lei do Plano Diretor ou a lei municipal específica que estabelece a nova "zona urbana". A ampliação do "perímetro urbano", entretanto, pode resultar na criação de uma nova "zona urbana" ou numa "zona de expansão urbana". A responsabilidade de classificar essas zonas também recai sobre a competência municipal.

Portanto, entre as palafitas construídas e o planejamento da cidade, existem pessoas que necessitam de moradia e ocupam informalmente a cidade. Esses territórios são carregados de territorialidades, que dão origem a espacialidades únicas. Embora invisíveis aos olhos da sociedade, essas espacialidades destacam-se pela riqueza cultural que se manifesta nas ações de seus habitantes. O ato de autoconstruir não é apenas uma forma de "fazer" e "estar", mas sim um movimento contínuo entre pessoas, objetos e o ambiente ao redor.

4.1.1 As palafitas por dentro: autoconstrução da moradia, vida e ilegalidade

Se a gente não tem condições de sair daqui, de ir para uma casa de verdade, então eu só posso dizer que este é o melhor lugar do mundo. Gosto de viver aqui, mas quem não quer ter uma casa toda ajeitadinha, quem gosta de dizer que mora num barraco, de ser chamado de invasor? [...] É isso, a gente mora escondido aqui, mas vive, né?

Morador de palafita, 2023

As palafitas, categorizadas como “assentamentos informais”, representam espaços de vida, resistência e esperança tanto para aqueles que chegam quanto para os que já residem na cidade. A condição arranjada para quem vive nessas áreas imprime desafios árduos no que diz respeito à circulação, à moradia e ao trabalho. Portanto, ao considerar as características e a materialidade dessas áreas delimitadas para o estudo. Possibilitou entender que a moradia palafítica desempenha um papel de mediação entre as multitarefas do cotidiano desses moradores. Esse papel torna-se ainda mais relevante quando levamos em conta as particularidades da urbanização no espaço urbano amazônico.

O conhecimento do tipo de ocupação, da infraestrutura urbana instalada e do material construtivo predominante das habitações possibilitou observar também uma arquitetura do possível, como descrito por Oliveira (2003). Além disso, observou a relação do morador com o lugar de moradia.

A deficiência de planejamento urbano em Parintins tem implicações diretas na produção socioespacial da cidade. Essa questão revela uma cidade densa e dinâmica, que se reproduz por ocupações informais como alternativa da população de baixa renda de morar na cidade. Por outro lado, a terra torna uma mercadoria para aqueles que detêm a posse.

As ocupações, como as de palafitas, inscrevem-se no espaço intraurbano de Parintins e representam uma “estratégia do possível”, onde o modelo de produção e expansão do espaço urbano é baseado no modo capitalista, sob a lógica de um desenvolvimento socioeconômico segmentado e excludente que se revela no habitar. Resultando na materialidade da cidade como uma “periferização planejada” sem “planejamento formal”, que esboça uma cidade dos “vencidos” e dos “vencedores”, como afirma Oliveira (2003).

Para o ribeirinho, o caboclo, o quilombola e o indígena, atraídos pelo “*eldorado urbano*”, restaram-lhes apenas os espaços mais periféricos e distantes da cidade. Também para os segmentos sem rendimentos, que não foram contemplados pelos programas oficiais de habitação, as soluções imediatas são as ocupações informais, as beiras de rios ou os loteamentos clandestinos. Nesses espaços, a conquista da moradia é realizada pelos próprios moradores, que autoconstróem suas casas, casebres, barracos e palafitas, permitindo-lhes, no limite, morar na cidade.

Entendemos que essa conquista é incompleta, pois ter uma casa e morar na cidade não significa, necessariamente, ter direitos plenos. Afinal, quase tudo é negado

a esses sujeitos, desde equipamentos e serviços até mesmo fatores que afetam sua cidadania. Numa sociedade marcada pela desigualdade socioeconômica, “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (Santos, 1987, p.81). Esses impactos no espaço urbano afetam diretamente a sociedade como um todo, pois tendem a definir as cidades principalmente como locais de trabalho e, conseqüentemente, como espaços para a reprodução e circulação de capital. Isso significa que as subjetividades sociais que se manifestam na cidade muitas vezes são desconsideradas.

Morar em espaços insalubres reafirma uma condição de penúria e de escassez daquilo que é o básico para uma população: o direito à moradia, à cidadania e à qualidade de vida. Parafraseando Pedro Demo (1990), a pobreza não se manifesta somente pela miséria material e imaterial pura e simples, mas essencialmente pela discriminação, humilhação e subserviência. Como bem exclamou uma moradora de palafita: *“quem não gostaria de dizer que mora na rua tal, de ter um endereço para o táxi chegar?”* (Informação verbal)¹¹. Esse depoimento, assim como outros que recortamos para este capítulo, exprime a relação do morador com seu lugar e a condição socioeconômica que ele possui, pois o local de residência lhe impõe a segregação e a depreciação social.

Por outro lado, revela uma postura conformista: morar ali é posto como um limite, perante a falta de condições socioeconômicas para mudar de local.

Se a gente não tem condições de sair daqui, de ir para uma casa de verdade, então eu só posso dizer que este é o melhor lugar do mundo [...], [afirmou uma moradora de palafita, completando] mas quem não quer uma casa toda ajeitadinha? (Informação verbal)¹²

O conformismo não significa necessariamente a ausência do desejo de possuir uma moradia. O conceito do direito à cidade, proposto por Henri Lefebvre (2001), parece revelar uma possibilidade de transformação da condição de moradia em prol de uma melhor qualidade de vida urbana, evidenciada como uma utopia passível de tornar-se realidade. Por outro lado, a casa localizada em áreas alagadiças se impõe como a única forma de garantir um teto e a reprodução da subsistência¹³.

¹¹ Informação concedida pela moradora de palafita - bairro Francesa. Pesquisa Direta, fev. 2023.

¹² Informação concedida pela moradora de palafita - bairro Palmares. Pesquisa Direta, fev. 2023.

¹³ Existe uma série de estudos que analisam os problemas dos centros urbanos, entre os quais destacamos: Jacobi (1982); Valladares (1982); Rodrigues (1991); Kowarick (1993).

Os relatos que emergem das manifestações espontâneas dos moradores, ao expressarem suas expectativas e demandas, revelam formas de mostrar para o outro *onde e como* vivem, enfrentando condições de saneamento e moradias deficientes em infraestrutura e serviços. Esses elementos que deveriam garantir certa qualidade de vida não representam totalmente as condições de moradia desses moradores. Como observamos, viver em áreas carentes de infraestrutura e ser de baixa renda não é somente uma resignação, mas uma imposição do capital, sobretudo do poder público, que negocia as amarras do poder para se reproduzir e idealizar a cidade na teoria, enquanto na realidade ela se apresenta carente em todos os sentidos.

Os sujeitos da pesquisa estão inseridos numa realidade social que é tanto perversa quanto desigual. Essa realidade geralmente é encarada com certa naturalidade pela população, pelas forças produtivas, que condicionam a divisão social do trabalho, bem como pelo poder público municipal, que não viabiliza os direitos básicos ao morador dessas áreas, reafirmando as contradições do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente em nosso país (Fernandes, 2008).

Percebeu-se que a distribuição de renda contribui para o agravamento da segmentação do espaço urbano, aumentando as barreiras que impedem a ascensão e a mobilidade sócio-espacial do sujeito urbano amazônico. Isso dificulta a reversão de sua condição econômica. As barreiras estão atreladas às múltiplas dimensões e estão em descompasso com o poder público no que se refere à garantia de certos bens coletivos e individuais, ausentes ou insuficientemente instalados no território com a maior concentração de famílias de baixa renda, como é o caso das áreas estudadas.

Como frisamos anteriormente, a condição de moradia dos moradores das palafitas é acompanhada por uma sensível carga de discriminação em relação à situação nessas áreas. Para quem mora no entorno, a presença da ocupação é vista com desconfiança, especialmente quando associam as áreas palafíticas à marginalidade e à criminalidade. O relato a seguir mostra claramente a impressão que se tem dessa condição e o tratamento de forma pejorativa e impessoal: “*essa gente*”, “*aquela gente da ocupação*”, “*aquela povo da palafita*”. Isso denota um distanciamento social entre aqueles que vivem legalmente no entorno e aqueles que vivem na ilegalidade das ocupações palafíticas.

Isto aí dentro é uma boca de fumo. Tem muita gente boa, mas tem alguns vagabundos. Hoje, meu filho, é até perigoso ficar aqui na ponte de noite, pois a gente vê o entre e sai de gente comprando droga. Tem muito desocupado aí, que vive disso [...] é uma gente que chegou aí e foi ficando. Está na hora

do prefeito mudar essa gente. Até que eu não me incomodava, mas de uns tempos para cá, essa área ficou muito violenta. (Informação verbal, grifo nosso)¹⁴.

Entretanto, a condição de exclusão não elimina desses moradores a sua capacidade de produzir espaços e reproduzir a vida no seu cotidiano. As ocupações informais são processos socioespaciais complexos produzidos e ressignificados no tempo e no território com lógicas próprias que ultrapassam a causalidade da reação às políticas habitacionais. As palafitas, no contexto urbano amazônico, representam produções culturais que surgem como alternativa na cidade. Do contrário, como afirma Maricato (2000), tornam-se apenas irregularidade de assentamentos, que fazem parte de um conjunto de empreendimentos descapitalizados, construídos com técnicas rudimentares pelos próprios moradores, levando em conta as possibilidades disponíveis no tempo e no espaço.

De acordo com Rolnik (1999) e Maricato (2001), a informalidade é consequência de um modelo de cidade formal modernista produzido pelas elites latino-americanas, impostas por um conjunto de normas que se transformaram em uma barreira institucional à provisão de moradias para a população com baixo rendimento. Isso induziu a ação irregular e/ou ilegal de loteadores e ocupantes em glebas e áreas periurbanas. Para Maricato, na “[...] cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias [...]” (Maricato, 2009, p.122).

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a informalidade sobre a moradia pode ser explicada, também, pela ineficiência de mecanismos no acesso a esse direito, pela escassez de financiamento para a produção de casas, pela ausência ou pelo baixo financiamento habitacional para as camadas de média e baixa renda e, entre outros fatores, por um planejamento urbano tecnicista e elitista que se omitiu por décadas das demandas habitacionais do país (IPEA, 2010, p. 819).

Nesse sentido, infere-se também que a opção de morar na informalidade é consequência do agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores, causado pela concentração repentina de pessoas vivendo nas cidades, mas, sobretudo, nas grandes cidades e metrópoles, bem como pelo aumento no preço dos aluguéis. Isso não se limita apenas à classe trabalhadora de baixa renda, mas também afeta as classes média e alta, conforme destacado por Engels (2015, p.38).

¹⁴ Informação concedida pela moradora de palafitas - bairro Palmares em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

Ilegalidade e informalidade são termos que estão intrinsecamente ligados, mas possuem significados diferentes. A ilegalidade refere-se a atividades ou ações que violam diretamente a lei. Por outro lado, a informalidade está relacionada a práticas que, embora não estejam em conformidade com a regulamentação legal, não necessariamente a desrespeitam (Maricato, 2000). Por isso, pode ser claramente observada em ocupações de terras urbanas. Uma ocupação é considerada ilegal se não seguir os procedimentos legais para aquisição do terreno. No entanto, se uma ocupação ocorre sem observar completamente as regulamentações e infringir diretamente a lei, ela pode ser classificada informal.

Uma distinção fundamental entre ilegalidade e informalidade está relacionada com a legalidade. A ilegalidade denota a violação das leis condicionais, enquanto a informalidade implica em uma não conformidade com as normas, mas sem necessariamente ser uma violação (Rodrigues, 1991). No ambiente urbano, a informalidade pode ser observada em diversas áreas, como no comércio, no transporte, na habitação, entre outros. Essas atividades podem não possuir autorização ou aprovações legais, porém operam em zona cinzenta onde não estão necessariamente infringindo a lei, mas também não estão totalmente regulamentadas.

Outra diferença é a relação com o sistema legal. A ilegalidade geralmente enfrenta uma ocorrência mais direta das autoridades legais na busca de cumprir as leis violadas. Em contrapartida, a informalidade tende a operar em uma zona de menor visibilidade legal, muitas vezes tolerada pelas autoridades, especialmente quando é vista como uma resposta às deficiências do sistema formal (Fernandes, 2007). Isso pode ser exemplificado na ocupação de terras, onde as autoridades podem adotar uma abordagem mais branda em relação às ocupações informais, dependendo do contexto social e econômico.

Como visto, a informalidade tornou-se uma alternativa daqueles que não têm condições de pagar, sempre associada à população de baixa renda. Porém, como bem afirmou Fernandes (2007), é um mito pensar que a “informalidade/ilegalidade na produção do espaço urbano somente tem a ver com os grupos sociais mais pobres. São muitos os processos e as práticas de informalidade e ilegalidade urbana entre os grupos mais privilegiados da sociedade” (Fernandes, 2007, p. 597).

O Poder Público, por meio do planejamento, tolera a informalidade, pois raramente se atenta ou dá ênfase à cidade real, à vida da população nas cidades (Rodrigues, 2008, p.110). Assim, um aspecto a se destacar sobre o planejamento

urbano estabelecido na forma de ordenar o uso e a ocupação do espaço urbano é o exclusivismo, como visto anteriormente. Dessa maneira, o Poder Público assume um papel relevante na informalidade para a moradia, como pontua Fernandes (2002),

A irregularidade tem sido tolerada pelos gestores públicos e pelas elites das cidades, exceto se próximos de determinados espaços vazios, reservados à especulação imobiliária em áreas mais visíveis e mais próximas dos centros comerciais, como os chamados condomínios fechados que funcionam como um instrumento eficiente de exclusão entre os mais pobres, alimentando sob medida esse fenômeno que precisa ser urgentemente enfrentado. (Fernandes, 2002, p. 13)

Quando a terra urbana é destinada à habitação, o mercado imobiliário se apropria, transformando-a em mercadoria por meio dos programas habitacionais. Esses programas são criados para estimular o setor na produção da cidade e vender o espaço em unidade. Um dos desafios que surgem é a dificuldade de propriedade, que se configura como um dos problemas mais marcantes das cidades, pois a moradia é vista como um valor de uso. No entanto, a habitação-propriedade “[...] se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência, tornando-se escasso e caro à propriedade” (Rodrigues, 1991, p.17).

Essa mercadoria, portanto, só pode ser adquirida por aqueles que possuem os recursos necessários para comprar. O preço atribuído à terra surge como um meio de restringir o acesso dos trabalhadores sem recursos (Ibidem, 1991). Nas áreas urbanas, a terra transforma-se em um negócio rentável devido à sua valorização no mercado imobiliário. Os processos de acesso à informalidade também ocorrem a partir de um mercado legal de terras com preço, oferta e financiamento que frequentemente impedem ou dificultam o acesso de boa parcela da população, especialmente a de baixa renda (Clichevsky, 2006, p.7).

A apropriação da terra urbana por determinada classe social se dá como forma de estabelecer esse monopólio sobre um recurso natural, que não pode ser reproduzido. E, ao mesmo tempo, impõe o domínio sobre outra classe social desprovida desse bem, por meio da propriedade privada dos lotes urbanos.

Nesse sentido, Reydon (2007) argumenta que o acesso à terra é dificultado não apenas pelo mercado, mas também pela força política que historicamente a controlou, resultando em concentração. Essa concentração facilita outro processo especulativo: os assentamentos urbanos ilegais, onde existem incorporadores que se beneficiam disso.

Isso resulta numa das contradições da cidade, que idealmente deveria ser pensada de forma integrada para atender às necessidades da população. No entanto, o que se observa é que o uso da cidade é direcionado para os interesses econômicos, como afirma Carlos (2007). Contudo, na estratégia do planejamento, as cidades são funcionalizadas, fragmentadas e produzidas de maneira diferenciada por aqueles que dominam seus espaços, refletindo os interesses econômicos em vez das necessidades de moradia. Assim, como afirma Carlos (2007, p. 15):

O ato de morar se reduz à função residencial. Trata-se da própria cidade reduzida a seu nível funcional, porque a morfologia urbana é cada vez mais produto de estratégias políticas que impõem uma ordem repressiva em que as diferenças são constantemente esmagadas em nome do progresso e dos interesses imobiliários. (Carlos, 2007, p.15).

A apropriação de territórios urbanos é impulsionada por diversos fatores, tais como: a escassez de moradia, a falta de políticas públicas efetivas na construção de habitações, a grilagem de terras, a especulação imobiliária e a migração. Esses fatores resultaram num sério problema habitacional, social, ambiental e urbano, que se espalhou pelas grandes, médias e pequenas cidades do Brasil. A crescente concentração populacional nas cidades aumenta a demanda por terra para moradia. Aqueles que não tem meios para adquirir sua casa na cidade formal são frequentemente forçados a recorrer à informalidade nas áreas urbanas.

Esse contraste foi observado quando exploramos as palafitas e conhecemos seus moradores. A partir disso, muitos questionamentos foram surgindo, relacionados ao impacto visual causado pelas condições do espaço construído, já que a forma da moradia é geralmente determinada pelo carpinteiro/morador ou somente pelo carpinteiro na definição da cobertura, do fechamento e do piso. Indagamos como é viver naquele ambiente e o que se pode esperar do poder público após tanto tempo de ocupação. Portanto, quais são as estratégias de vida adotadas pelos moradores?

Reiteramos que a realidade vivenciada nas palafitas não é um processo isolado ou exclusivo de Parintins. O processo de produção não se limita ao econômico, nem somente à produção das coisas, mas se articula a outras dimensões, como a própria vida humana, conforme Lefebvre (2006) e Carlos (2011). Para Oliveira (2000):

O espaço no interior da Amazônia, influenciado pela expansão do capital, ocorre num contexto de uma mais abrangente visão de produção em que homens enquanto seres sociais produzem sua história, sua consciência e seu mundo para além da produção natural. Nada existe na história e na sociedade que não seja produzido, mesmo a natureza tal como se apresenta foi também

modificada. Fazendo parte de um espaço social que é produto de múltiplos aspectos e de movimentos significantes e *não significantes sic*, percebidos e vividos, ligados à prática social (Oliveira, 2000, p. 20).

Em Parintins, as palafitas tornam-se um elemento diferenciador da produção pela hibridez que o processo urbano lhe impõe. Esse processo materializa-se no lugar como “construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida” (Oliveira, 2003, p. 100). Nesse sentido, procuramos desenvolver um percurso metodológico que permitisse identificar vestígios que pudessem revelar as “premissas e necessidades” inerentes a essas práticas cotidianas. Por isso, levamos em consideração o lugar de vivência e as relações socioespaciais da cidade.

Por dentro das palafitas, não encontramos apenas precariedade, mas também uma comunidade vibrante. Sons de rádios e televisão, ruídos diversos, conversas entre moradores, a rotina diária de trabalho de cabeleireiros, padeiros, pescadores, feirantes, tricicleiros e serviços gerais dão movimento à vida.

As casas que vendem café e pão pela manhã adicionam ritmo à vida cotidiana. São sujeitos que sentem a necessidade de estar e viver na cidade. Apesar da usurpação de seus direitos, eles são capazes de lutar e enfrentar os desafios diários. Entre os becos e pontes, tornam-se a morfologia única das palafitas, um testemunho de resistência desses moradores para usufruir da cidade.

4.1.2 A moradia-palafita e a morfologia interna dos becos e pontes

Internamente, as áreas palafíticas são predominantemente construídas de madeira, refletindo as condições culturais e econômicas dos moradores que vivem ali. Como já destacamos, a ocupação informal produz a autoconstrução, que representa a arquitetura do trabalhador sem-teto, desempregado e sem renda fixa. Esses sujeitos, muitas vezes excluídos dos programas habitacionais, encontram na ocupação de “cidade ilegais” uma solução imediata para seus problemas de moradia, conforme descrito por Maricato (2002).

Historicamente, o trabalhador pobre sempre se esforçou para construir sua própria habitação. Eles utilizam técnicas rudimentares e próprias, além de diferentes mecanismos de apropriação do solo. Esses mecanismos incluem ocupações ilegais ou concessão temporária do terreno, com o objetivo de construir suas casas com o mínimo de melhorias. A condição de irregularidade na ocupação informal sempre tem um caráter transitório, devido à constante iminência do despejo, da remoção ou da possibilidade de regulamentação fundiária, que garantiria a urbanização da área.

Para Maricato (1982), a autoconstrução, o mutirão ou a solidariedade mútua são termos usados para designar o processo de trabalho baseado na cooperação entre familiares, amigos, bem como na troca de favores, diferenciando-se das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. Todavia, a autoconstrução não pode ser vista como cultura de subsistência na cidade, pois a massa de trabalhadores assalariados está inserida numa economia urbano-industrial capitalista da época. Desta forma,

Se a massa de trabalhadores constrói sua casa, é porque não lhes resta outra alternativa, já que ela não tem condições de comprar esse produto ou pagar por esse serviço, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam a infraestrutura e equipamentos urbanos, coletivos ou não, como mercadorias a exemplo dos setores privados, [...] ou combinados a eles (MARICATO, 1982, p. 74).

Rodrigues (1991, p. 33) destaca que a produção de moradias por autoconstrução “[...] é considerada viável pelos poderes públicos, porque é mais barata, já que não se ‘conta’ os custos de mão-de-obra, assumidos pelo trabalhador”. Isso resulta na conversão do tempo de lazer e descanso do trabalhador em trabalho, com o objetivo de realizar seu ‘projeto da casa própria’. Além disso, uma parcela significativa da renda do trabalhador é direcionada para a compra de materiais de construção.

A prática do mutirão, conhecida como “Ajuri”¹⁵ na região Norte do Brasil, especialmente no estado do Amazonas, é uma tradição de ajuda mútua e de cooperação na construção de moradias, na produção de alimentos ou em outras atividades que visam ao bem-estar coletivo. No entanto, na cidade de Parintins, essa prática não é observada no espaço urbano. Isso ocorre porque a construção da casa de palafita é de responsabilidade individual de cada chefe de família.

A produção da palafita, conforme constatamos, é realizada de forma descontínua, levando-se um longo tempo até a sua conclusão. Esse tempo é estabelecido de acordo com a disponibilidade de recursos na compra de material ou mesmo conforme a aquisição por doação ou reaproveitamento. Resgatamos essa

¹⁵ O termo é usado regionalmente para se referir a uma **ajuda mútua**. Prática comunitária de um indivíduo ou uma família em necessidade, seja por meio de trabalho voluntário, doação de recursos financeiros ou materiais, ou outras formas de assistência. O ajuri é uma forma de solidariedade que tem raízes históricas na cultura indígena e afro-brasileira, que se mantém viva em muitas comunidades rurais e urbanas do país. O ajuri pode ser visto como uma forma de resistência e empoderamento das comunidades mais vulneráveis, que buscam soluções coletivas para problemas sociais e econômicos.

referência de uma moradora, cuja casa foi construída de acordo com a obtenção de recursos:

Esta casa levou muito tempo para ficar do jeito como está hoje, quando chegamos aqui, construímos uma parte, logo, né. Depois fomos construindo aos poucos, hoje ela tem 6 cômodos. A maior parte é madeira e os quartos são feitos de alvenaria. (Informação verbal)¹⁶.

Apesar de a madeira ser um componente de aquisição acessível na região, o fator crucial é o rendimento familiar para a mão-de obra, a qual é quase sempre obtida de amigos e da família via pagamento em diárias, que utilizam os fins de semana ou algum tempo livre para erguer a moradia, gradativamente. Diferentemente de outras cidades brasileiras, como ressalta Rodrigues:

O tempo do trabalho para autoconstruir não é calculado monetariamente, não entra no cômputo do salário, mas faz parte do tempo de trabalho necessário para a garantia do abrigo, faz parte do tempo de descanso que é usado para o trabalho e também do desgaste do trabalhador, e da superexploração da força de trabalho (Rodrigues, 1991, p. 31).

Nesse sentido, a moradia de palafita não pode ser vista como sendo improvisada, inacabada, mas entendida como um reflexo do uso de técnicas próprias, seguindo os valores culturais e os limites de rendimentos de cada morador, bem como a solidariedade de amigos e parentes em relação ao tempo livre para a produção. Além disso, não há nenhum controle normativo dessas construções por parte do poder público, as quais estão fora de qualquer código de construção civil ou urbanístico.

As técnicas utilizadas nas palafitas geralmente estão associadas a pessoas migrantes das comunidades rurais para a cidade, que trabalham na carpintaria local. Uma vez solicitadas, essas pessoas formatam a construção conforme as especificações do chefe da família, preparando a área e a madeira a ser usada na construção. Normalmente, são carpinteiros que aprenderam as técnicas de construção acompanhando seus pais em obras e as aplicam na cidade.

¹⁶ Informação concedida pela moradora da palafita - bairro Francesa em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

Figura 26 - Moradia de palafita e suas formas de construção



Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza, 2022-2023.

As fotografias permitem constatar a qualidade dos materiais utilizados na construção de uma arquitetura popular. Como ressalta Maricato:

A ingênua busca de criação arquitetônica popular resulta bastante frustrada, dada a articulação rígida de todos os elementos que se compõe na determinação do produto, e casa popular: o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão de obra não-especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilidade de tempo e dinheiro, o que determina a construção por etapas (Maricato, 1982, p. 91).

A escolha por arranjos espaciais do tipo palafítico é uma demanda de um grupo social, baseada no projeto chamado de “arquitetura vernacular”, que é uma das expressões desse fazer arquitetura, aquela consolidada no âmbito da cultura dos povos (Amorim, 2015, p. 82). Seguindo a linha de pensamento, de acordo com Perdigão (2009), Perdigão e Bruna (2009), os caminhos para associar o tipo às relações de natureza topológica são visualizados no uso espacial pelos residentes e sua comunidade em relação ao ambiente construído. O objetivo é adotar princípios que incorporem valores culturais ao ato de projetar, com base em relações espaciais já estabelecidas por Norberg-Schulz (1971). Essas relações incluem proximidade/separação, sucessão/clausura e continuidade, que se materializam na arquitetura por meio de centros ou lugares de (proximidade), direções ou caminhos (continuidade) e áreas ou regiões (limites) (Menezes e Perdigão, 2021).

O *tipo palafita amazônico* é uma construção que descreve o tradicional modo de habitar dos ribeirinhos na Amazônia ao revelar relações que caracterizam uma lógica subjacente e socialmente construída, materializada em tipologias típicas como resposta ao sistema de águas. Isso ocorre devido à rede hidrográfica na Amazônia e o clima, que são um poderoso condicionante para a ocupação do território (Ximenes, 2015; Menezes e Perdigão, 2021).

Essas comunidades são exemplos de resistência cultural, pois se adaptaram às terras baixas e alagáveis, bem como ao próprio processo de urbanização da região, residindo na maioria dos casos em habitações sobre os cursos d'água. Todavia, a natureza não determina, mas orienta seu modo de vida se observarmos o movimento cíclico das enchentes e vazantes dos rios, que influenciam as práticas do cotidiano e as experiências culturais. A tradição é reproduzida por meio do conhecimento herdado de gerações passadas que aprenderam a viver em contato com o ambiente natural. No entanto, adaptaram-se às mudanças ao longo dos anos, indicando que a tradição não é estática; ela está intimamente relacionada ao cotidiano do espaço vivido (Cruz, 2008).

O padrão espacial das palafitas em Parintins reflete o modo de vida dos moradores, estabelecido entre eles, a casa e o ambiente circundante, além da situação de renda. Como mencionamos anteriormente, essas moradias são exemplos de arquitetura vernacular, entendida como uma arquitetura comum, construída sem a interferência de arquitetos ou engenheiros, refletindo as linguagens, as expressões e o ambiente onde foi formada. Esses elementos são próprios da tradição local e das aspirações pessoais e coletivas dos habitantes, que vão além das necessidades básicas de abrigo (Barda, 2009; Weiner, 2005). Além disso, as habitações registram hábitos do processo histórico de origem e colonização do território, relacionado com a hibridização étnica das culturas indígena, negra e nordestina (Trindade Jr., 2002; Oliveira Jr., 2009).

Para Oliveira e Schor (2008), a globalização, em sua linguagem, nega qualquer possibilidade de autonomia no desenvolvimento urbano local. Ela subestima a capacidade única de cada cidade de definir novas maneiras de viver no ambiente urbano. Além disso, torna impossível conceber alternativas à trajetória capitalista da globalização e da urbanização.

Oliveira e Schor (2008, p. 24) argumentam que a resposta comunitarista torna-se uma das alternativas para as populações que habitam as cidades ribeirinhas na

Amazônia, embora possa parecer utópica. Quando discutimos o urbano na Amazônia, entramos num terreno no qual espaço, tempo, lugar e ambiente são inseparáveis e não podem ser tratados como meras abstrações, distantes das condições concretas do contexto histórico geográfico. Para os autores, a teoria do materialismo histórico-geográfico está pronta para ser aplicada, pois isso implicaria na mudança do discurso da globalização ou da comunidade para a linguagem do “desenvolvimento espaço-tempo desigual” ou simplesmente “desenvolvimento geográfico desigual”. Nesse contexto, é necessária uma análise teórico-metodológica que percorra diferentes escalas e abranja a diversidade e as variáveis inter-relacionadas de aspectos sociais e ecológicos da região.

Para tanto, a arquitetura do tipo palafita simboliza os aspectos sociais e ecológicos que estão presentes nas relações sociais que permeiam a tradição do habitar ribeirinho amazônico. Em Parintins, são construções que se adaptam às condições do próprio processo de urbanização local. Na maioria dos casos, os habitantes residem em habitações construídas sobre os cursos d'água, na tipologia palafita, sem o auxílio técnico de arquitetos ou engenheiros (Menezes, 2015).

As oito áreas palafíticas existentes no território da cidade de Parintins apresentam carência de infraestrutura, densidade construtiva média e habitações em situações vulneráveis. Também há casas de alvenaria sem acabamento, domicílios de madeira com acabamento e banheiros fora das residências. As vias pavimentadas nessas áreas são somente aquelas que ligam uma ilha à outra e sofrem deterioração no período das enchentes, assim como as ruas localizadas às margens do lago Macurany.

A morfologia interna das áreas reflete as iniquidades sociais enfrentadas pelas famílias que ali residem. Essas condições expressam o nível de espoliação urbana sofrida pelos trabalhadores de baixa renda ou sem rendimento, aos quais é negado o direito de habitar em ambiente com infraestrutura adequada. Na Figura 27, as possibilidades produzidas nas palafitas mostram um panorama de saída das casas e as ramificações correspondentes às pontes e becos, além da localização da tubulação de água e esgoto, que pode ser encontrada na frente ou atrás das moradias a céu aberto.

Figura 27 - Configuração tipológica das palafitas



Registro Fotográfico: Crizan Souza e Paola Santana, 2023.

São palafitas que se constituem em áreas próximas ao Centro, e seu entorno é caracterizado pela presença de comércio e serviços. No entanto, de acordo com o relato de uma moradora:

Nós vivemos meio escondidos, tendo que aguentar a vizinhança chamando a gente de invasor. Era assim que tratavam a gente no início. [...] Tá pensando que a gente é respeitado? É nada. Veja aí as crianças brincando na lama. Minha casa já caiu uma vez. Eu me levantei. E só me levantei porque

na época trabalhava como vigilante do supermercado e tinha meu salário. Mas se não fosse isso, eu nem sei. A nossa condição é essa que o senhor tá vendo [...]. (Informação verbal)¹⁷

Essa compreensão de morar “*escondido*” é bastante frequente entre os moradores das palafitas. Isso porque, como podemos observar na Figura 28, as casas foram construídas às margens do rio, cujo acesso é feito por becos estreitos feitos por pontes de madeira. Ademais, percebemos que há uma preocupação constante com a localização da casa, especialmente na época da enchente, quando a iminência de alagamento é maior, por estarem dentro do rio.

Figura 28 - Beco submarino na Francesa e casa bairro de Santa Rita de Cássia



Legenda: (A) becos de madeira, (B) casa como passagem para as palafitas no período da enchente em 2021. **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2022 e Deisy Silva, 2021.

As palafitas ocupam pequenos lotes, de tamanhos variados e irregulares. Quase todas apresentam uma varanda de circulação ou corredor. São casas baixas e geminadas, que possuem apenas portas e janelas. Algumas delas só apresentam porta. Em geral, não têm entrada de ar suficiente. Esse fato contribui para agravar as condições de insalubridade, aumentando a ocorrência de doenças, como gripes, diarreias e micoses.

As palafitas, nas condições descritas, apresentam desafios significativos de conforto térmico para seus moradores, devido à exposição a altas temperaturas e à umidade do ar. Para amenizar esses efeitos, os moradores adotam algumas estratégias, como o uso de ar-condicionado e ventiladores. O ar-condicionado é um

¹⁷ Informação concedida pelo morador de palafita - bairro Santa Rita de Cássia em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

equipamento que controla a temperatura e a umidade do ar no ambiente interno, criando uma corrente de vento favorável a uma sensação de frescor e bem-estar. No entanto, o uso de ar-condicionado nas palafitas tem suas desvantagens, como o alto consumo de energia elétrica, a emissão de ruídos e a necessidade de manutenção periódica, refletindo no orçamento familiar.

Os ventiladores são aparelhos que promovem a circulação do ar no ambiente, criando uma corrente de vento favorável à evaporação do suor e à troca de calor entre o corpo e o ar. Esses aparelhos podem ser colocados no teto, nas paredes ou em cima de algum objeto dentro da casa, aproveitando as aberturas existentes para facilitar a ventilação cruzada. Eles têm a vantagem de ser mais econômicos e silenciosos do que os aparelhos de ar-condicionado, mas também podem trazer alguns inconvenientes, como a poeira e os insetos que podem ser trazidos pelo vento. Apesar dos desafios, é possível reduzir o consumo de energia e aumentar a eficiência do condicionamento térmico (Silveira, Sousa; Leder, 2020).

A circulação interna entre as palafitas é estreita, pois nem todas possuem corrimão. Em alguns becos, a largura não chega a dois metros. Nessas pontes, a passagem de objetos maiores, como um móvel, tem que ser de via única. As portas das casas ficam defronte umas das outras, inviabilizando a privacidade dos seus moradores. Os becos sem saída, em geral, formam um verdadeiro T ou L, abrigando quatro ou três moradias, algumas com apenas três cômodos.

A morfologia interna dificulta a coleta do lixo domiciliar, bem como o acesso de veículos. Esses fatos são bastante referidos pelos moradores, constituindo uma das preocupações, porque se sentem prejudicados ao chamar um táxi ou uma ambulância, como exemplificado por este relato: *“Outro dia, eu chamei um táxi para me levar no porto da cidade, o táxi veio, mais ficou lá na outra rua, porque aqui não chega”* (Informação verbal)¹⁸. Ao recorrerem a qualquer veículo, os moradores enfrentam dificuldades, pois os veículos não conseguem chegar até suas residências, e eles são obrigados a caminhar até as vias paralelas com acesso ao destino. Nas pontes de larguras maiores, transitam bicicletas, triciclos e até motos.

Nos estreitos corredores, a vida é compartilhada de porta em porta, de janela em janela, abertas ou fechadas, que estão sempre disponíveis para a entrada e saída de pessoas. As conversas, fofocas e até as discussões durante os afazeres

¹⁸ Informação concedida pela moradora de palafita - bairro Francesa em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

domésticos preenchem o dia. Essa realidade repete-se em todas as áreas palafíticas, expressando a condição da vida nessas áreas excluídas dos programas e das obras públicas voltadas ao planejamento urbano.

Essa forma de habitação demonstra a capacidade de adaptação dos sujeitos ao meio ambiente. No entanto, elas também revelam uma situação de vulnerabilidade social e ambiental no espaço urbano, já que sofrem com a falta de infraestrutura, saneamento básico, segurança e qualidade de vida. Por isso, é preciso que sejam tomadas medidas para melhorar as condições das palafitas e dos moradores, respeitando a sua cultura e a sua dignidade. Observe a Figura 29 a seguir.

Figura 29 - Palafitas com corredor interno (A), corredor externo (B) e Janelas (C)



Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza, 2023.

Os corredores internos e externos das palafitas desempenham funções importantes de circulação e ventilação das casas. Os corredores internos, localizados entre as estacas e a parede da casa, são construídos de madeira ou concreto e são frequentemente utilizados para receber visitas ou para conversas entre familiares no dia a dia. Por outro lado, os corredores externos, que circundam a palafita, podem ser cobertos ou não, permitindo o acesso à entrada principal, às janelas e às varandas. Além disso, os corredores externos também podem ser utilizados como áreas de lazer, trabalho ou até mesmo para o cultivo de plantas.

As janelas abertas das palafitas permitem a entrada de luz e ar nas casas, sendo elementos essenciais para o ambiente interno. Podem ser feitas de diversos materiais, como madeira, vidro, tela ou tecidos. Além disso, as janelas também podem ter diferentes formas e tamanhos, dependendo do estilo e das necessidades do

morador. Elas desempenham um papel multifuncional, não apenas iluminando e ventilando, mas também decorando e protegendo as casas.

Como observamos, o espaço produzido nas palafitas adquire formas que são influenciadas por origens culturais, técnicas próprias e situações enfrentadas pelos moradores na cidade. Essas formas também demonstram a notável capacidade de adaptação dos moradores. No próximo item, descreveremos a configuração espacial das palafitas em relação ao morador e ao rio.

4.1.3 Configuração entre as palafitas, o morador e o rio

A palafita, parte de uma paisagem que simboliza a cultura ribeirinha, representa a adaptação de famílias que vivem em áreas alagadiças às condições ambientais e socioeconômicas no espaço urbano. Em Parintins, as palafitas são produzidas e adaptadas não apenas por estarem próximas às margens do rio devido à sua localização territorial, mas também por apresentarem características físicas que facilitam o acesso ao material construtivo. No entanto, elas eram reconhecidas como *aglomerados subnormais* da cidade pelo IBGE e consideradas ilegais pelo poder público. O gráfico 2 identifica a construção em madeira como a tipologia predominante. Entre os 68 formulários aplicados, 78% responderam que sua moradia é uma palafita, 13% disseram ser mista (alvenaria e madeira), 7% informaram que sua residência é de alvenaria e apenas 2% disseram morar em quitinete (kitnet), indicando que são moradores que pagam aluguel.

Gráfico 2 - Tipo da moradia

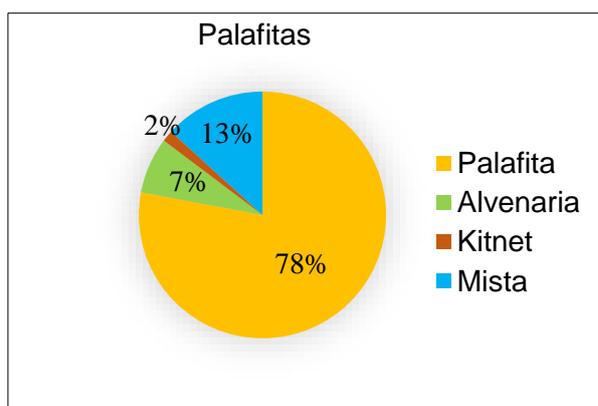
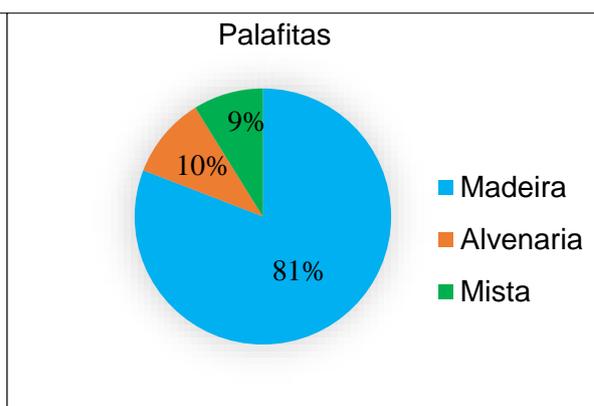


Gráfico 3 - Material construtivo predominante



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Com base na tipologia e no material construtivo, foi possível identificar como os moradores adquiriram a madeira usada na construção. Entre os informantes, 59% responderam que compraram a madeira nas serrarias existentes na cidade, enquanto

31% encomendaram e compraram de seus parentes que residem em comunidades rurais. Além disso, 10% responderam que suas habitações foram construídas com a ajuda e doação de parentes ou por meio da apreensão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Outros informaram que recebem sobras de madeira doadas pela prefeitura durante eventos realizados na cidade.

Por outro lado, 2% informaram que compraram suas palafitas prontas ou que lhes foram cedidas. A maior parte da madeira utilizada nas palafitas em Parintins é de qualidade, pois são compradas de serrarias e dos próprios parentes, que a extraem da floresta. Essa madeira é extraída no próprio município ou em municípios vizinhos, sem qualquer plano de manejo ou fiscalização local. Apesar da existência de leis, essa madeira é absolvida pela cidade sem controle local (Simas e Bartoli, 2023).

Gráfico 4 - Aquisição da madeira

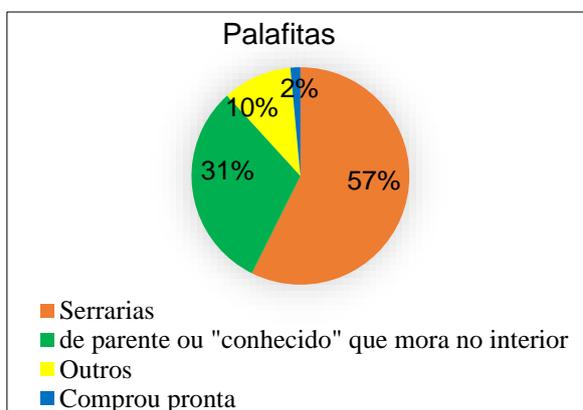
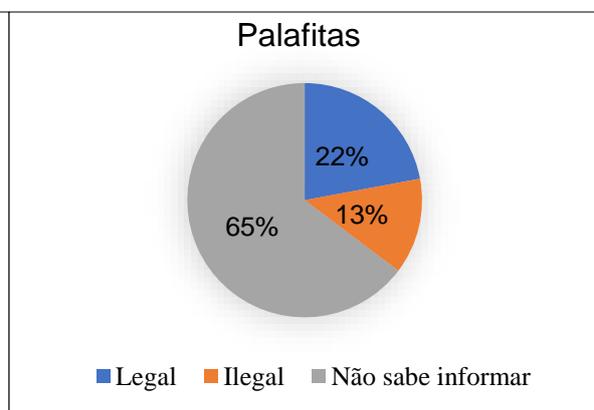


Gráfico 5 - Origem da madeira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

De acordo com Simas e Bartoli (2023), a demanda no mercado urbano por madeira continua a crescer, pressionando os estoques madeireiros. Isso nos leva a pensar sobre o habitar, no qual a “dimensão simbólico-cultural da atividade é de enorme importância para manutenção das práticas econômicas locais, que devem ser amplamente discutidas pela sociedade” (Simas; Bartoli, 2023, p. 1).

Essa questão está diretamente ligada à origem da madeira extraída e comercializada na cidade. Na pesquisa, constatamos que 65% dos informantes não sabiam responder a origem da madeira, 22% afirmaram ter comprado a madeira de origem legal, enquanto 13% informaram que a madeira era de origem ilegal. Nesse item, os moradores ficaram relutantes em responder sobre a origem da madeira, pois é uma “prática ilegal” que ocorre desde a extração até a distribuição realizada no comércio informal da cidade, conforme indicado por Simas e Bartoli (2023).

As motivações que levaram o chefe da família a ocupar as áreas de estudo e a construir sua moradia, seja ela palafítica ou autoconstruída, implica diretamente na vida na cidade. Entre elas, a principal é a renda, que determina o acesso à terra. No quadro abaixo, apresentamos a frequência e os motivos associados às respostas dos moradores. Entre as razões citadas, estão: a “casa própria”, os “problemas familiares”, as “condições de renda”, a “mudança de lugar”, a “relação com o rio”, as “áreas próximas aos serviços”, as “relações familiares” e os “motivos diversos”.

Quadro 5 - Motivos que levaram à construção da casa naquele lugar

Tipos de resposta	Resposta por tipo
Casa própria	<p>“Não tinha onde morar (6x)”</p> <p>“Não tinha casa, morava com a irmã, foi o único lugar que encontrou;</p> <p>“Falta de opção, não tinha outro lugar; não tinha onde morar, a família foi um dos motivos para morar aqui;</p> <p>“Não tinha um lugar para morar e depois constituir família teve que morar;</p> <p>“Único lugar que conseguir” (2x);</p> <p>“Oportunidade de comprar a casa própria” (2)x;</p> <p>“Morava de aluguel”; “não tinha outra opção;</p> <p>“Não tinha outra opção;</p> <p>“Dificuldade de não ter onde morar;</p> <p>“Troca de casa;</p> <p>“dificuldade de não ter onde morar;</p> <p>“Falta de moradia e formou família;</p> <p>“Não tinha onde morar, morava de aluguel”;</p> <p>“Motivos de formar família e morava cedido”;</p> <p>“Morava alugado”;</p> <p>“Não tinha casa e gostaria de sair da casa dos pais”;</p> <p>“Tomaram sua casa do residencial Parintins”;</p>
Problemas familiares	<p>“Brigas familiares”;</p> <p>“Problemas familiares que levaram a ocupar este lugar”;</p> <p>“Por causa dos filhos”;</p> <p>“Separação da família;</p> <p>“Não tinha um lugar para morar, separação da família”;</p> <p>“Precisava de um lugar para morar, brigas entre família”;</p>
Condições de renda	<p>“Condições financeiras e familiar” (5x);</p> <p>“Condições financeiras, alugava, morava cedido”;</p> <p>“Não ter condições financeiras para comprar e construir em lugar mais seguro”;</p> <p>“O lugar mais barato que encontrei”;</p> <p>“O preço da terra é muito caro e não temos condições de comprar um terreno “próximo dos serviços básicos da cidade”;</p> <p>“A condição financeira, condição de emprego, condição da terra na cidade ser muito alto o valor”;</p> <p>“Não ter dinheiro para comprar em outro lugar” (3x);</p> <p>“Foi o único lugar que encontrou”;</p> <p>“Não ter recursos para comprar em outro lugar”;</p>

<i>Mudança de Lugar</i>	<ul style="list-style-type: none"> “Mudança de lugar”; “Moravam no interior e não tinha casa para morar na cidade e deixar os filhos, educação dos filhos”;
<i>Relação com o rio</i>	<ul style="list-style-type: none"> “Não ter outro lugar”; “Perto da orla, gosta de morar perto do rio”; “Terreno perto do rio”; “Acesso ao barco para pescar”; “O acesso de locomoção facilita a chegada do barco”; “Contato com a natureza”;
<i>Áreas próximas aos serviços</i>	<ul style="list-style-type: none"> “Perto de escola, hospital e perto do rio”; “Acesso perto de tudo”; “Moradia é boa, perto de hospital, entre outros lugares”; “Teve um neto, não queria estar morando em outro e vim morar aqui”;
<i>Relações familiares</i>	<ul style="list-style-type: none"> “Falecimento da mãe”; “família não queria se afastar”; “Vim muito jovem e acabei ficando por aqui”; “Proximidade de ficar perto dos parentes”;
<i>Motivos diversos</i>	<ul style="list-style-type: none"> “Problemas de saúde”; “Violência na primeira moradia na cidade”; “Estudo”; “Ensino dos filhos”; “Tamanho da casa”; “Antes não enchia neste local, mais com o tempo começou”; “Comprou a casa e foi ajudada pelos filhos, assim construir a casa”; “Estudo e trabalho”; “Gestação”; “O lugar é calmo, não pago luz e nem água”; “Um lugar tranquilo de se morar”; “Já estava pronta”; “Não sabe informar”;

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023

Villaça (2008, p. 19) argumenta que a transformação da habitação em “casa própria” é uma necessidade histórica do capitalismo. Segundo Villaça, o capitalismo tende a promover essa transformação, cuja velocidade pode variar dependendo das particularidades de cada “formação social”. Quando essa necessidade é incorporada pelas famílias, surge um impasse no acesso à terra. Esse acesso é crucial para que possam participar da engrenagem de reprodução do capital na produção da cidade.

Nas palafitas, a formação familiar e a situação de renda são fatores que se destacam em relação ao aspecto cultural de morar à beira do rio. Embora os motivos que levaram a morar próximo do rio sejam incipientes e estejam ligados ao aspecto cultural, foi possível identificar que a situação econômica dos moradores foi o principal fator que impulsionou a ocupação e a formação dessas áreas.

A localização das palafitas é outro fator importante a ser destacado. Elas estão situadas próximas a diversos serviços disponíveis na cidade e pontos de conexão entre bairros e o rio. Além disso, essas áreas funcionam como “espaços de passagem” para parentes que necessitam desses serviços na cidade e não têm onde se hospedar.

Por isso, foi importante questionar os moradores sobre o impacto das enchentes e vazantes no seu morar na cidade. Dos informantes, 78% afirmaram que são afetados pela sazonalidade do rio, principalmente durante o período da enchente. Enquanto 22% declararam que as águas do rio não têm impacto em suas vidas.

Gráfico 6 - As águas do rio impactam seu morar

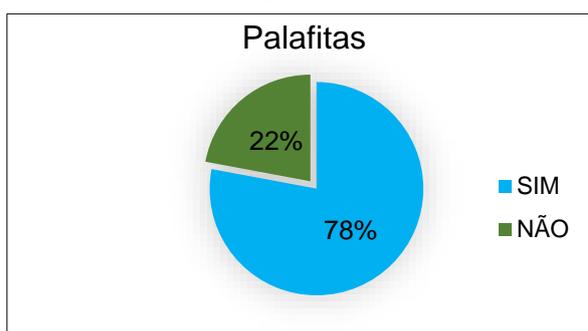
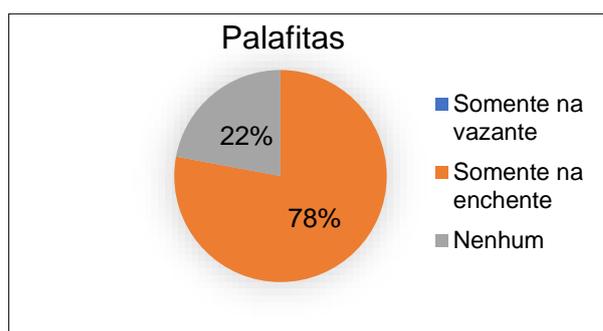


Gráfico 7 - Período mais afetado

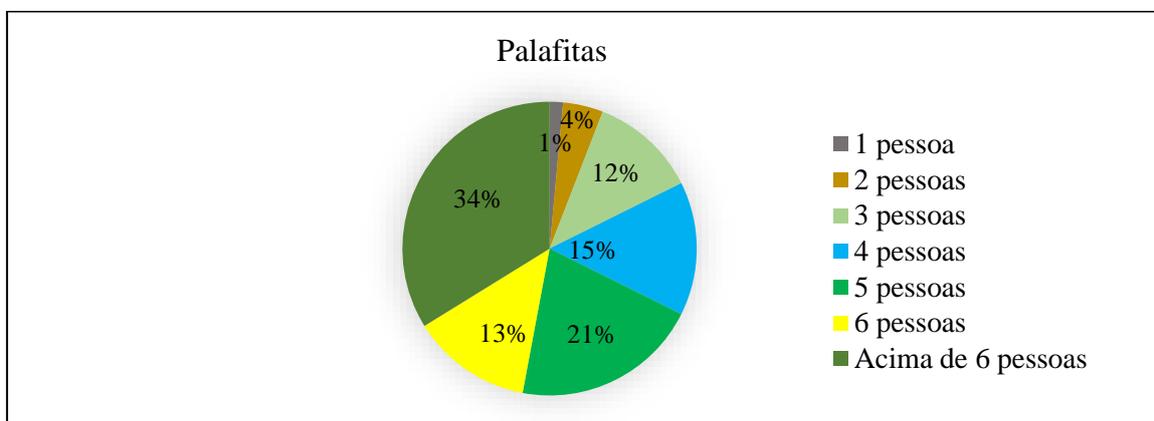


Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Como ilustrado no Gráfico 7, o período que mais causa transtornos aos moradores são as áreas baixas do relevo, que estão susceptíveis a alagamentos, afetando diretamente o cotidiano deles e da cidade. Quando as águas do rio da região sobem, raramente os moradores das palafitas recebem algum familiar das áreas inundadas, e quando isso ocorre, não há nenhum tipo de pagamento pela estadia, seja em dinheiro ou em troca de produtos locais, como farinha, banana, tucumã, entre outros.

De acordo com os dados coletados em campo, 13% dos domicílios consultados nas palafitas são compostos por 6 pessoas. Apesar de ser um número significativo, não se pode ignorar a existência de famílias nessas áreas com um número de membros inferior a seis. Destacamos ainda que 34% das famílias possuem mais de seis pessoas, 21% das famílias têm cinco pessoas, 15% possuem quatro pessoas, 12% têm três pessoas, 4% possuem duas pessoas e apenas 1% dos informantes vivem sozinhos. Considerando a média do Amazonas de 3,64% de pessoas por domicílios, segundo o IBGE (2022), é notável que o número de pessoas residindo por domicílio nas palafitas é consideravelmente alto.

Gráfico 8 - Pessoas por residência atualmente



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Considerando a média de pessoas por domicílio e a quantidade de cômodos construídos (sala, cozinha, dois e três quartos, um banheiro e área de serviço), a variação é significativa. Para os moradores das palafitas, a adaptação de suas casas é feita de acordo com as condições do proprietário, não considerando o tamanho da família. Conforme observado em campo, existem casas com seis, sete e até treze pessoas residindo. Em alguns casos, até três famílias residem juntas nas palafitas, o que torna as condições de moradia bastante precárias.

O tamanho das construções foi outro aspecto analisado. Segundo os informantes, 79% consideraram o ambiente interno de suas casas confortável, enquanto 21% relataram que o ambiente não é confortável, devido ao tamanho reduzido, à área de risco e por não ser em um terreno de terra firme, segundo relatos dos próprios moradores. Apesar de ser uma amostra micro, as respostas confirmam que o tipo palafita não implica no modo de morar na cidade, mas sim nas condições do entorno onde as habitações foram construídas, ou seja, a infraestrutura básica.

Gráfico 9 - Tamanho da moradia é confortável

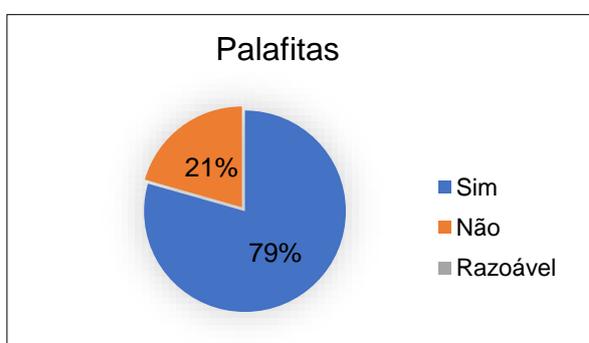
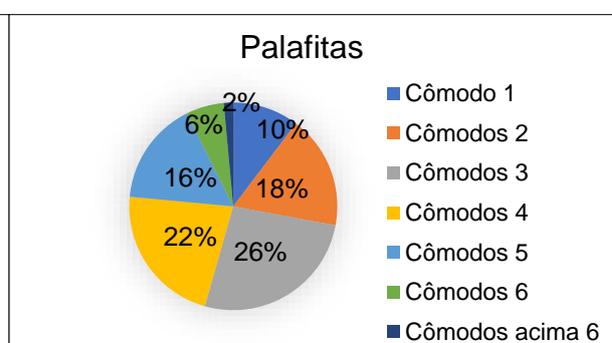


Gráfico 10 - Quantidade de cômodos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

A referência ao número de cômodos e/ou à área adequada ao tamanho da família é feita por meio do número de pessoas por cômodo que serve de dormitório. É

marcante a presença de duas ou mais famílias na mesma residência, o que pode ser identificado pelo total de residentes ou pelo total de residentes por dormitórios. O IBGE define a densidade de moradores por dormitório como o resultado da divisão do total de habitantes pelo número de dormitórios. No entanto, é importante esclarecer que um dormitório pode ser um quarto ou qualquer outra dependência do domicílio particular permanente que seja utilizada como local de dormir aos moradores.

Nas áreas palafíticas, identificamos uma porcentagem de domicílios com 3, 4, 5, 6 ou mais de 6 cômodos, bem como palafitas com 1 e 2 cômodos, conforme apresentado no Gráfico 10. Isso ocorre porque são famílias numerosas e quando os filhos formam suas próprias famílias, geralmente, permanecem no mesmo imóvel e começam a construir na extensão do terreno ou verticalizar a palafita, adicionando mais cômodos à residência. Esse processo acontece, por vezes, devido às condições de renda do núcleo familiar.

No Gráfico 11, percebemos que, ao perguntarmos se o chefe da família era proprietário (a) da residência, 75% dos informantes afirmaram ser proprietários, enquanto 25% responderam não ser proprietários(a). Alguns moradores informaram ter documento fornecido pelo setor de terras como proprietário do terreno. No entanto, é importante notar que as restrições para construções às margens de rios em áreas urbanas foram alteradas pelo projeto de Lei (PL) 2.510/2019. O projeto modificou a Lei do Código Florestal (Lei 12.651, de 2012), permitindo a regularização de edifícios às margens de cursos e corpos d'água em áreas urbanas. A definição dessas áreas agora leva em consideração as opiniões dos conselhos estaduais, municipais ou distrital do meio ambiente ou das leis municipais, conforme estabelecido pela Lei 14.285 de 2021.

Gráfico 11 – Proprietário

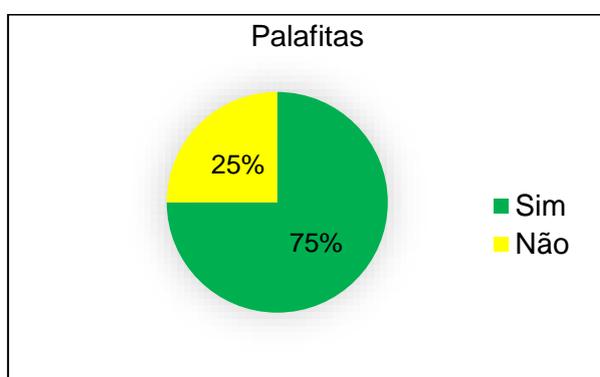
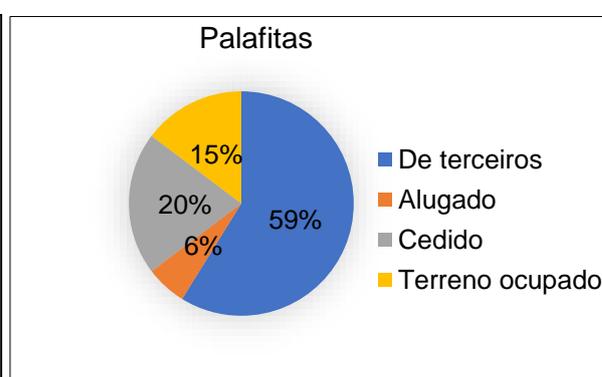


Gráfico 12 - Se for proprietário, comprou



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Buscamos identificar as relações entre a cultura ribeirinha e as atividades cotidianas urbanas que divergem do local de residência, considerando as configurações diferenciadas entre as palafitas, o morador e o rio. Essas relações estão atreladas à composição familiar nas áreas de estudo. Levantamos a questão em relação ao fato de a moradia ter acesso à beira de rio: 54% dos moradores informantes responderam que NÃO têm acesso, enquanto 46% afirmaram que SIM. Isso nos ajuda a compreender que, mesmo residindo na margem e no leito do rio, a maioria dos moradores não têm acesso ao rio (ver Gráficos 13 e 14).

Gráfico 13 - Palafitas com acesso à beira de rio

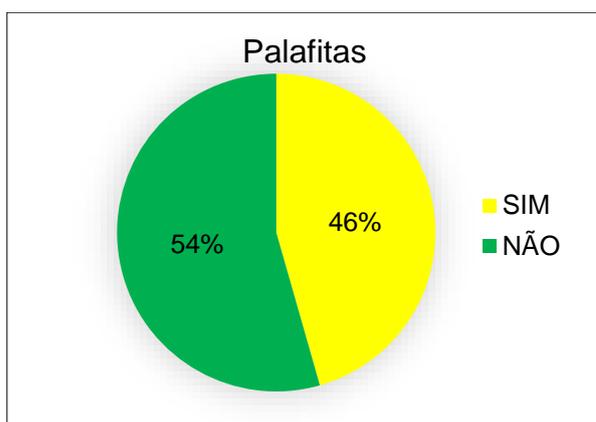
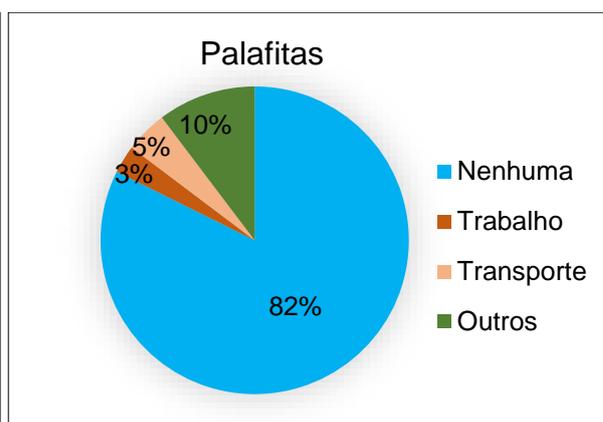


Gráfico 14 - A relação com o rio

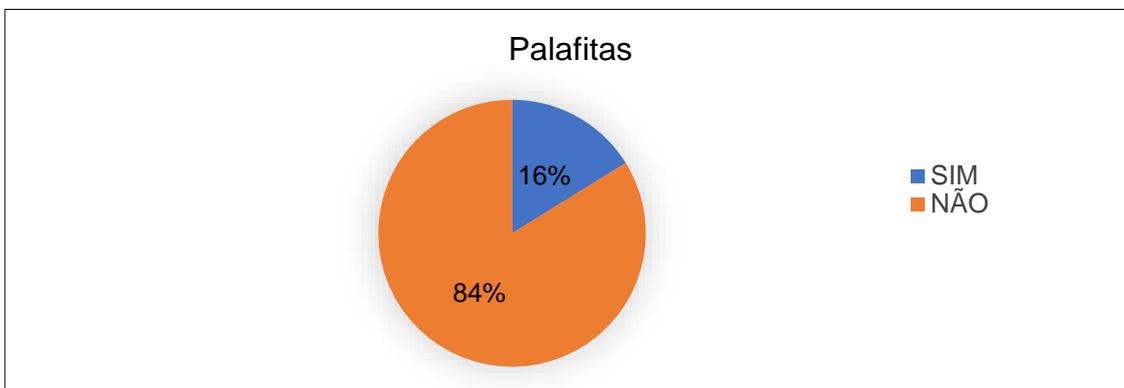


Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

A partir das respostas dos moradores e dos levantamentos das edificações palafíticas, observamos que existe um processo de adaptação do tipo palafita ao meio urbano. O contato com o rio é mantido somente entre as casas localizadas no Macurany. De acordo com o Gráfico, 14, 82% dos moradores não têm nenhuma relação com o rio, 10% têm relação devido ao seu trabalho, 5% utilizam o rio para transporte e 3% utilizam para outras atividades, como passeio e lazer.

Nas áreas menos densas, o uso das embarcações ocorre de maneira relacional, evidenciando a relação das palafitas com o rio. A inclusão de varandas no primeiro pavimento também permite a visibilidade do rio e de alguns resquícios de vegetação na área. Quando perguntados sobre a posse de embarcações, 84% dos informantes responderam que não possuem, enquanto 16% confirmaram a posse. A pesquisa revelou que a presença de elementos adaptativos, como as palafitas, nos assentamentos informais da cidade de Parintins, representa uma estratégia rápida e eficaz. Porém, as adaptações dificultam a relação com o ambiente natural e o entorno no espaço urbano.

Gráfico 15 - Você tem embarcação?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

No espaço urbano de Parintins, identificamos dois tipos de palafitas: aquelas que têm acesso ao rio e as palafitas que não possuem. Essa diferença ocorre devido à relação que estabelecem com o rio. Por exemplo, os moradores que moram e têm acesso ao rio utilizam-no para suas atividades de geração de renda ou para manter vínculos familiares com seu lugar de origem. Já os moradores que residem na palafita sem acesso ao rio apenas se apropriaram da beira do rio para construir a casa e morar.

Figura 30 - Palafitas com acesso ao rio nas áreas palafíticas em Parintins-AM



Legenda: Foto (A) Margem da Francesa; Foto (B, C e D) bairro Palmares, margem do lago Macurany. **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2022-2023.

Segundo Menezes e Perdigão (2021), as “relações de proximidade” são características apenas de palafitas localizadas próximas ao rio. No relato desta

moradora, observamos a relação entre o rio e a moradia na cidade. A moradora em questão residia na comunidade de São Sebastião do Saracura, situada na margem direita do rio Amazonas, a uma distância de 4 a 5 horas de viagem até a cidade:

“Nós morávamos lá na comunidade São Sebastião do Saracura, e a nossa atividade sempre foi a pescaria [...] aí quando decidimos morar na cidade nós queríamos um lugar onde pudéssemos ficar próximo do nosso barco e encontramos na época esta casa que estava à venda [...] quando saímos para pescar, passamos até sete dias fora de casa, aí é meu filho mais velho que toma conta da casa e dos irmãos. Aqui é muito bom, é bem ventilado, é grande, mas, só tem um, porém, tem muita confusão com os vizinhos que se apropriam da ponte onde é nossa passagem e é por isso que estamos querendo vender para morar em outro lugar.” (Informação Verbal)¹⁹

Para o morador sem acesso ao rio, este se torna uma solução imediata e ao mesmo tempo uma barreira a ser superada. Observe neste outro relato o morador justificando sua escolha de residência:

Eu morava na comunidade Paraná de Parintins do Meio, lá trabalhávamos na juta, na pesca, criávamos animais e plantávamos melancia. Como lá na época só tinha escola até o ensino fundamental, resolvemos nos vir para a cidade. Vende tudo lá, quando chegamos aqui encontramos este lugar mais barato para comprar, e aí compramos. [...] O lugar onde estou diz muito as condições em que vivo. Aqui não tenho nenhuma relação com o rio. (Informação Verbal)²⁰

Os espaços das palafitas são marcados por uma diversidade de usos. Apresentam características de objetos geográficos que muitas vezes têm a marca da modernidade, porém não são apropriados, ou são precariamente, pela população local, que é cada vez mais urbana sem, necessariamente, deixar de ser rural em suas atividades. Como assinalado por Browder e Godfrey (2006), esse processo em curso desafia as teorias tradicionais de expansão da fronteira, uma vez que esses espaços mudam, “moldam-se e começam novamente de lugar para lugar em um tumulto de irregularidades locais” (Browder e Godfrey, 2006, p. 29).

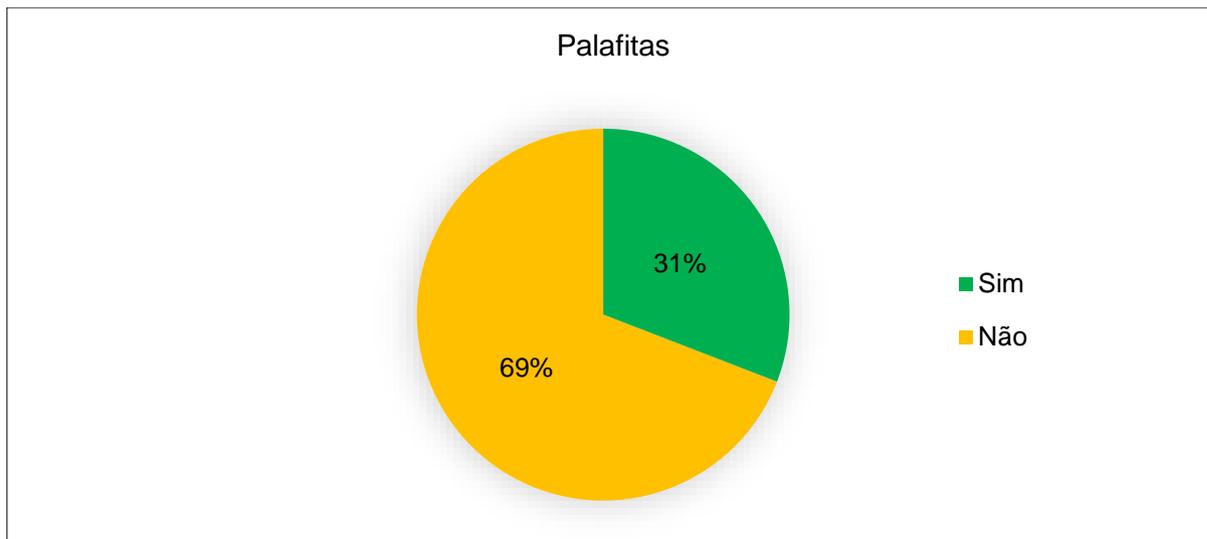
Quando perguntamos sobre os possíveis problemas com o tipo de moradia atual, 69% dos informantes responderam não ter nenhum problema, enquanto 31% indicaram a existência de algum problema. Entre os problemas citados, estão: a necessidade de reparos nas casas, problemas com vizinhos, acesso às vias, animais peçonhentos, roedores e insetos, além da enchente e do odor do esgoto. As

¹⁹ Informação concedida pela moradora de palafita com acesso ao rio - bairro de Palmares em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

²⁰ Informação concedida pelo morador das palafitas – bairro Santa Rita. Pesquisa Direta, fev. 2023.

enchentes, um fenômeno natural de subida e descida das águas dos rios, e a deficiência de planejamento urbano da cidade, como o esgoto, chamaram a atenção na pesquisa.

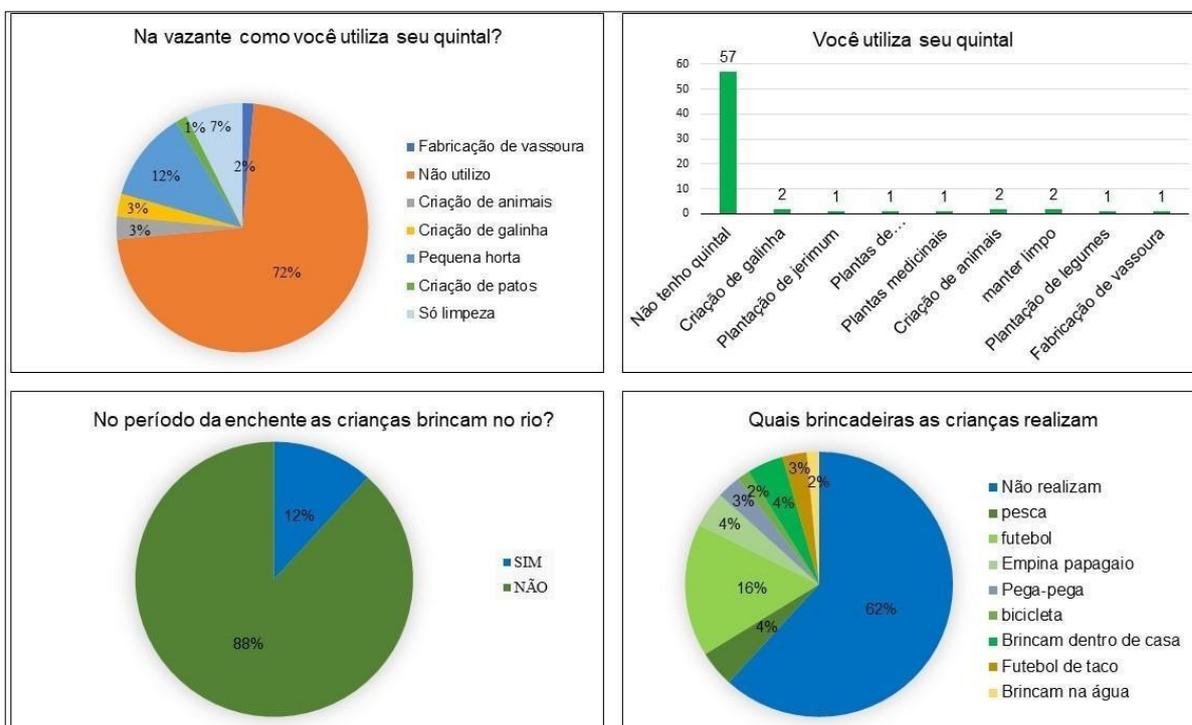
Gráfico 16 - Tem problema com este tipo de moradia



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Os resultados dos formulários aplicados revelam que a maioria das respostas estão relacionadas às práticas cotidianas, especialmente as atividades que se referem ao uso do quintal. Durante o período da vazante, 18% dos moradores afirmaram utilizar seu quintal para alguma atividade. No entanto, 72% responderam que não utilizam o quintal, devido à ausência de espaço no terreno ou porque existe um córrego de esgoto que passa por ele. Esse aspecto físico-espacial do entorno da casa reflete o direcionamento do esgoto da cidade em direção ao rio. Nas palafitas que possuem quintais, os moradores utilizam para plantar, criar animais e fabricar seus produtos, conforme ilustrado nos gráficos da Figura 31.

Figura 31 - Atividades e brincadeiras das crianças nas palafitas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Quanto às crianças que vivem nas palafitas e às brincadeiras que realizam, 88% dos chefes de família responderam que seus filhos não brincam no rio durante o período de enchente, devido à poluição e porque não têm acesso a ele. Apenas 12% responderam que seus filhos brincam. Observou-se que a maioria das brincadeiras são realizadas nas ruas próximas às casas.

As brincadeiras identificadas e praticadas no rio incluem pescaria, pega-pega e outras brincadeiras aquáticas aleatórias. Enquanto outras, como futebol, empinar pipa, bicicleta, futebol de taco e queimada, são realizadas na rua ou dentro de casa. Foi observado que 62% responderam que seus filhos não brincam no rio de forma alguma. Pode-se afirmar que os moradores dessas áreas palafíticas têm baixa relação com o entorno do espaço construído, neste caso, o rio.

A relação com seu lugar na cidade revela tanto a necessidade de estar ali quanto a solução para aqueles que não têm para onde ir. Essa condição entre a configuração da palafita com o morador e o rio se torna um contraste na cidade, pois é cada vez mais desafiadora para todos.

A cidade é vista como uma mercadoria que é criada e vendida em partes. Isso trama atividades formais e informais entre aqueles que vivem no lugar. No próximo

item, exploraremos as diversas atividades como fonte de renda para aqueles que moram nas palafitas.

4.1.4 As Palafitas, comércio e atividades informais

As microssituações envolvendo os moradores das palafitas e o comércio informal situam-se principalmente nas ruas que conectam os bairros, bem como nos becos que proporcionam um fluxo constante de pessoas circulando. Por meio dos dados coletados em campo e das observações periódicas, constatou-se que essas atividades representam importantes fontes de renda para o morador. Além disso, observou-se que as palafitas passaram a desempenhar também o local de trabalho.

A construção de palafitas nas vias que conectam a outras áreas está associada aos aterros realizados pelo poder público, permitindo a integração da malha urbana. Isso facilitou o acesso aos comércios e serviços e possibilitou que aqueles que construíram suas casas à beira das ruas e becos principais pudessem utilizá-las para outras atividades a fim de aumentar sua renda. Também se observou a presença de pequenos e médios estabelecimentos comerciais no entorno, destinados a um comércio formal que absorve o consumo dessas áreas.

As atividades ofertadas nas palafitas, geralmente, são realizadas na parte da frente da moradia. Apesar de as instalações serem, em sua maioria, construídas de alvenaria ou madeira e cobertas com telhas de amianto ou cerâmica, elas não apresentam uma estrutura adequada. Tanto externamente quanto internamente, é comum observar o espaço com aspecto de pouca manutenção.

Nesses locais, existe uma variedade de atividades nas quais os moradores trabalham informalmente, desde pequenas lojas de vestuário e calçados até a venda de peixe e farinha. Algumas dessas atividades estão instaladas em espaços maiores, enquanto outras são mais improvisadas. Como mencionado anteriormente, as atividades são realizadas na frente das residências, com varandas adaptadas para o funcionamento dos estabelecimentos. A seguir, apresentamos um quadro demonstrativo da composição das atividades e dos serviços existentes nessas áreas de palafitas, destacando a diversidade deles.

Quadro 6 - Tipos de atividades das áreas palafíticas de Parintins-AM

Tipos de atividades e serviços	Tipos de bens e serviços comercializados
--------------------------------	--

Lava a jato; Eletrônica; Consertos de roupas; Fabricação de vassoura; Manicure; Venda de Madeira; Corte/costura; benzedeiras (o); Venda de Plantas; Bares; Móveis.	Brechó de roupa usada; Banca de Churrasco; Mercearias; Padaria; Vestuário; Bancas de verduras; Peixaria; Borracharias; Artesões; Ateliê; Box.
--	---

Fonte: Elaborado por Crizan Graça de Souza. Pesquisa direta, janeiro de 2023.

A parte interna das palafitas é utilizada como respostas às dinâmicas da vida, que se manifestam na produção e reprodução no urbano, bem como nos desafios de habitar e morar na cidade. As atividades e serviços dos moradores caracterizam um circuito inferior, conforme definido por Milton Santos (2004), e formam um par dialético com o circuito superior da economia. São atividades impulsionadas pelas condições de renda de cada família ou pela possibilidade de gerar uma fonte extra a partir dos serviços que estão ao seu alcance.

Ao observar as atividades e serviços ofertados, percebeu-se que são predominantemente dos moradores das palafitas. Assim, registramos apenas atividades e serviços na parte da frente das moradias, coexistindo com as funções residenciais e comerciais ou de serviços. Como já frisamos, as palafitas estão situadas nas áreas laterais, voltadas para as ruas principais, onde se instalam os pequenos estabelecimentos informais, conforme observado na Figura 32.

Figura 32 - Comercialização de variados produtos ao longo das vias principais das palafitas

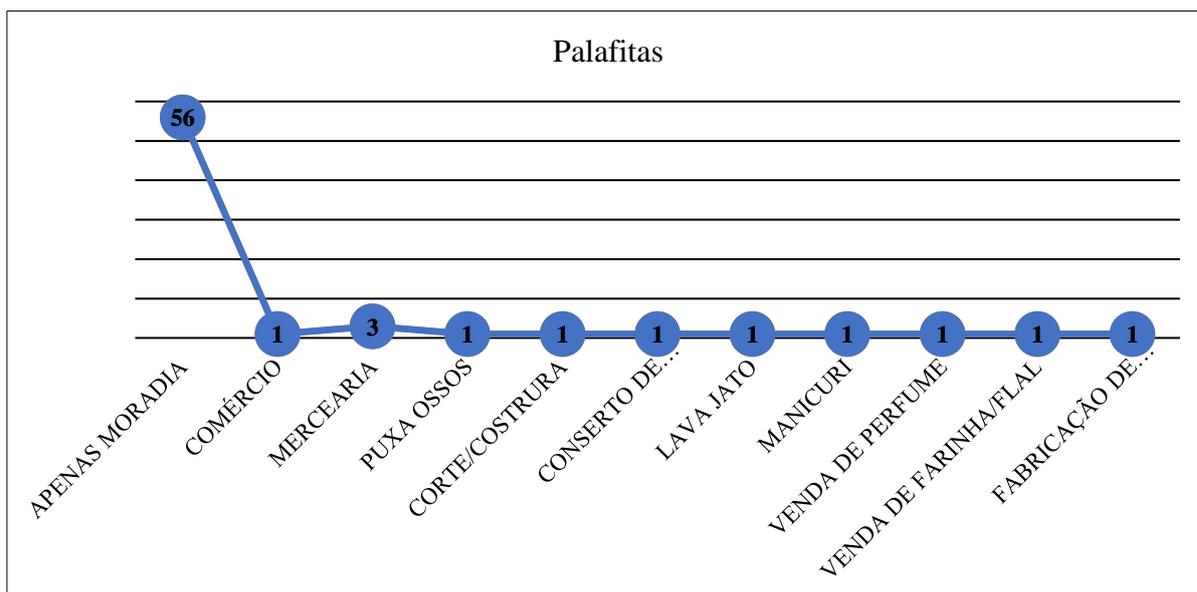




Legenda: (A) Saco de Farinha, (B) madeira, (C) mercearia e (D) lojas de roupa. **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2022-2023.

Na parte da cidade voltada para as ruas principais, a grande circulação de pessoas e consumidores dinamiza o comércio dessas áreas, principalmente em torno de *boxes* e da feira de frutas e verduras. Já no interior das áreas palafíticas, as casas são usadas exclusivamente para moradia. Quando perguntamos nas palafitas para quais atividades servem as casas, 56 chefes de famílias responderam que servem apenas para moradia, enquanto 12 moradores indicaram a existência de alguma atividade de comércio ou de serviços em suas residências. O Gráfico 17 ilustra as atividades que os moradores mencionaram.

Gráfico 17 - Sua casa serve apenas para moradia



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

A famosa “feira do bagaço” e o subcentro comercial do bairro da Francesa estão localizados próximos às áreas de palafitas. Alguns moradores trabalham como feirantes nessa feira livre, que se estende pelas calçadas e ruas, formando um estreito corredor para a passagem de veículos motorizados e pedestres. Nesse corredor, os feirantes de frutas, verduras, peixes, entre outras coisas, negociam seus produtos em meio a uma profusão de vozes e gestos, atraindo consumidores com o “*melhor preço*”. Nessa feira e no subcentro, tudo é vendido e negociado, com todos os produtos expostos aos olhos dos consumidores, tanto de forma informal quanto formal.

O comércio nas palafitas beneficia-se desse fluxo diário de pessoas que circulam pelos bairros Francesa, Santa Clara, Santa Rita de Cássia e Palmares. Esses bairros estão localizados nas principais artérias que atendem o entorno e as palafitas, funcionando como um vetor que qualifica essa área como subcentro de comércio e serviços da cidade de Parintins. A dinâmica comercial pode ser relacionada à localização das ruas, que são definidas como as principais redes de consumo, conforme apontado por Lefebvre (2004).

Para Lefebvre (2004), a rua é como “uma vitrine, um desfile entre lojas”, onde a mercadoria, transformada em espetáculo (provocante e atraente), faz com que as pessoas tornem-se um espetáculo para as outras pessoas. Neste contexto, mais do que em outro lugar, a troca e o valor de troca predominam sobre o uso, até reduzi-lo a um “resíduo” (Lefebvre, 2004, p. 30). Por essa razão, a rua converte-se em uma rede organizada para/pelo consumo.

As varandas ou “puxadinhos” das palafitas funcionam como “vitrines” onde os moradores expõem seus produtos e serviços para venda. Essas práticas criam alternativas para eles continuarem a vida na cidade, apesar da dinâmica densa, caótica e barulhenta do lugar. Poderíamos pensar nisso como um modelo invertido: em vez de lojas e estabelecimentos comerciais, são as calçadas das casas que se transformam em pontos de venda. Os produtos expostos chamam a atenção dos passantes, estabelecendo um ‘jogo’ de persuasão que culmina no consumo final.

As ruas principais que cortam as palafitas se transformam em corredores vibrantes de atividade, com lojas, vendedores ambulantes, consumidores e veículos, que se misturam em um fluxo constante. Essas vias dinâmicas, com bicicletas, motos, bares e sons diversos, conferem às ruas principais certa singularidade que atende às necessidades da população local. As atividades são parte do cotidiano dos moradores

das palafitas. Além do comércio, também há lugares no entorno para encontros, manifestações cívicas, festas e conflitos.

O comércio informal desempenha um papel importante na geração de renda, que atrai consumidores para seus serviços. Essas atividades variam desde a venda de produtos regionais até serviços específicos como manicure ou lava a jato, representando soluções criativas para as famílias melhorarem sua condição financeira. Além disso, a dinâmica dessas atividades é reforçada pela assistência de políticas compensatórias, como o programa Bolsa Família e outros auxílios.

A transferência de renda para essa população não é acompanhada pela disponibilidade de vagas de emprego, impedindo o estabelecimento de um equilíbrio. Essa situação resulta na anulação do efeito renda pelo efeito substituição, de modo que não há incentivos nem desincentivos para os beneficiados na busca por emprego formal. Quando o efeito renda se sobrepõe ao efeito substituição, o efeito-preguiça prevalece. No entanto, quando o efeito substituição é dominante, o efeito-esforço prevalece. Esse último é observado nas atividades identificadas nas áreas de estudo. No próximo item, vamos explorar o cotidiano dessas áreas e seus contrastes.

4.1.5 Cotidiano nas áreas de palafitas

As palafitas na cidade de Parintins são diretamente afetadas pelas flutuações dos níveis dos rios, por serem construídas na transição entre a parte alta e a parte baixa do relevo do sítio urbano. Nessas áreas, é notável a diferença nas marcas deixadas pela água durante o período de enchente. A Figura 33 ilustra claramente as marcas deixadas nas casas.

Figura 33 - O cotidiano na palafita e o movimento das águas em Parintins-AM



Legenda: (A) Marca da enchente na palafita, (B) cotidiano no período da enchente em 2022 no bairro de São José. **Registo fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2022.

As fotografias apresentam elementos simbólicos que destacam o cotidiano e as mudanças que ocorrem no lugar em diferentes épocas do ano. O espaço construído transforma-se em resposta às enchentes e às vazantes das águas do rio. Nessas áreas, os moradores se adaptam de acordo com seus recursos e estratégias construtivas. São lugares que retratam as dificuldades enfrentadas diariamente, devido à ausência de infraestrutura adequada.

As ruas, becos, pontes e vielas, que servem de acessos às palafitas no período de subida das águas, são as primeiras áreas dos bairros a serem inundadas e as últimas a saírem dessa situação. Por exemplo, no bairro de Santa Rita de Cássia, a rua Paulo Teixeira é a primeira a ser afetada pelas águas durante o período da enchente. No bairro Palmares, as ruas Urucará, Padre Torquato e Itapiranga também são afetadas.

No bairro Santa Clara, as ruas Desembargador João Corrêa, Padre Martins e a Quinta da Boa Vista sofrem com o movimento das águas. No bairro Francesa, as ruas Silves, Beira Mar e o Beco Submarino também são afetados pelo fenômeno. No bairro São José, os becos Farias Lopes e Coronel Barreto Batista, além da Rua Padre Jorge Frizene, enfrentam problemas semelhantes. No bairro São Francisco, a Rua Nova é impactada, enquanto no Itaúna I, as ruas Antônio Meirelles, Osvaldo Melo, vinte quatro de janeiro e Benjamin Portal são afetadas pelas cheias

Durante a enchente do rio, são construídas pontes provisórias para permitir o acesso das famílias às residências e a outros lugares, seja dentro do bairro ou em bairros vizinhos. O tráfego de veículos é interrompido, com exceção das bicicletas. Nas áreas mais baixas, o curso do rio atrofiou e apresenta sinais de assoreamento devido aos aterros realizados.

A circulação de pessoas e veículos sempre foi e continua sendo prejudicada no período da enchente. Isso ocorre devido à deterioração do solo e da camada asfáltica, resultando no surgimento de buracos nas ruas, o que dificulta a circulação de veículos motorizados, tanto leves quanto pesados (Figura 34). No último aterro realizado, resolveu-se o problema de conexão entre as ruas. Porém, os transtornos aos moradores persistem, devido à falta de elevação do nível das palafitas em relação às ruas asfaltadas.

Figura 34 - Ação do poder público municipal no bairro São José e a enchente de 2015 na baixada do bairro Santa Rita de Cássia



Legenda: Aterro em 2022 (A) na rua padre Jorge Frizene (São José) e período da enchente de 2015 (B) na baixada da rua Paulo Teixeira, bairro Santa Rita de Cássia. **Registro Fotográfico:** Crizan Souza, 2022 e Mayara Silva, 2015.

A cada enchente, os becos construídos com madeira sofrem desgaste com o tempo. Seria necessário que a gestão local realizasse a manutenção dessas vias de acesso após as águas baixarem na vazante. No entanto, isso raramente acontece, deixando a responsabilidade de reposição da madeira aos moradores. Embora os aterros nas vias possam melhorar temporariamente a aparência das ruas, não há ações para melhorar as condições de vida das famílias que residem nas áreas afetadas pela água.

A natureza do processo urbano influencia na morfologia da cidade, que resulta em diferentes modos de apropriação. Essas variações apontam para um desenvolvimento decadente, que não considera aspectos sociais nem ambientais. As margens e o leito do rio estão sendo ocupadas predominantemente pelo segmento mais pobres da sociedade em Parintins, por meio de ocupações urbanas informais, em áreas sem infraestrutura básica.

Figura 35 - Trecho das ruas Paulo Teixeira, no bairro Santa Rita e Benjamin Rondon, Palmares (A) e rua Barreirinha e Antônio Cesar de Carvalho, no bairro de Palmares (B)



Registro Fotográfico: Neudson Corrêa, 2019.

Fonte: <https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-102477-operarios-da-ecretaria-de-obras-concluem-concretagem-nas-ruas-paulo-teixeira-e-benjamim-rondon>

As intervenções, como registrado na Figura 35, tendem a ser pontuais e inacabadas, servindo apenas de propagandas eleitoreiras aos grupos políticos municipal e estadual. Ao longo dos anos, a principal preocupação dos aterros tem sido atender à demanda de circulação de veículos motorizados. Embora as ruas que conectam os bairros sejam atendidas, as famílias que vivem nas palafitas continuam sendo afetadas pelas águas que carecem de saneamento básico. Para Carlos (2007, p. 38):

[...] Estamos diante de uma nova noção de tempo, no qual os lugares de passagem – ruas e avenidas – mudam de significado e passam a ser mais importantes que os pontos *do estar, do morar, do encontro, da festa*. O significado da rua muda radicalmente, priorizando o movimento e transformando-se em lugar de deslocamento e passagem, onde o que importa é o percurso (grifo do autor).

Os aterros têm prejudicado ainda mais o habitar das palafitas, pois ao elevarem os níveis das ruas, há um acúmulo das águas, tanto das chuvas quanto do esgoto, nos terrenos. Além disso, o material depositado entope os bueiros e contribui para represar a água e o lixo do local. Um exemplo recente desse tipo de intervenção foi na rua Coronel Barreto Batista, no bairro São José. A gestão local realizou a elevação do nível da rua e prejudicou o acesso aos terrenos e às casas das famílias, sobrando para eles os prejuízos para reformar sua moradia.

Na rua Antônio Meirelles, no Itaúna I, e na rua Nova, no bairro São Francisco, as palafitas foram afetadas pela água represada do Lago Macurany, devido a uma

obra da Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), que está acontecendo na avenida Paraíba desde 2022 para a instalação de um prédio da instituição. O aterro e a concretagem da margem do lago afetaram o fluxo da água e causaram o encharcamento dos quintais das residências.

De acordo com o Plano Diretor do Município (2006), a obra estaria sendo feita de forma irregular. No entanto, não há fiscalização por parte dos órgãos competentes para que as leis sejam cumpridas. Dessa forma, essas áreas são suscetíveis a inundações e necessitam de um maior envolvimento do ente municipal. Porém, a implantação do prédio em questão, ocorreu por favorecimentos municipais que adotaram critérios contraditórios em relação ao uso e ocupação do solo urbano.

Lima (2016) ressalta que outra via de conexão que também recebeu serviços de concretagem foi a Rua Fortaleza no bairro de Palmares. Nessas áreas que receberam elevação do nível da rua nas áreas de Palafitas, como a Rua Joaquim Freitas Vieira no bairro Santa Rita de Cássia, o interesse do poder municipal é atender apenas o deslocamento de veículos e interesses particulares, como ressalta uma moradora: *“só recebemos a elevação e concretagem da nossa rua Joaquim Freitas Vieira, devido ter um hotel localizado nesta rua do bairro de Santa Rita de Cássia”*²¹ (informação Verbal).

Segundo Lynch (2011, p. 88), “os marcos são pontos de referência considerados externos ao observador, são apenas elementos físicos cuja escala pode ser bastante variável [...]”. Além disso, os marcos podem mudar ao longo do tempo, seja por transformações físicas, sociais ou simbólicas. Assim, os marcos são elementos dinâmicos e multifacetados que contribuem para a construção do espaço vivido (Lynch, 2011).

Ao entender a capilaridade das questões que envolvem a dinâmica das palafitas e do urbano, é possível compreender que esses territórios estão carregados de territorialidades que refletem as necessidades e as soluções no uso ao ritmo da vida na cidade. Embora o asfalto esteja sempre próximo, os moradores permanecem invisíveis. O dia vem e traz consigo uma sinfonia de sons e cores, o bar abre cedo e a clientela começa a chegar. O pai compra o pão, as crianças vão à escola. Desta forma, a vida continua seu curso e as palafitas permanecem, algumas com tábuas velhas, outras novas, pintadas ou desbotadas, mas todas ali estão.

²¹ Informação concedida por moradora da palafita - Bairro Santa Rita de Cássia. Pesquisa Direta, fev. 2023.

Nas palafitas, o rio simboliza sonhos e esperança. Para outros, representa uma barreira a ser superada. No entanto, cada solução vem com novos desafios. Nesse vai e vem, a vida resiste, o tempo passa, as pessoas envelhecem, novos sujeitos aparecem, deixando resíduos na paisagem urbana. Nas próximas seções, analisaremos as ocupações Castanhal e Nova Conquista.

4.2 Um mergulho na História: o nascimento e a formação das ocupações Castanhal e Nova Conquista – 2016

O processo das ocupações urbanas informais em Parintins revela como os moradores produzem e modificam a paisagem urbana em meio à floresta, causando impactos sociais e ambientais. Contudo, o modelo de urbanismo ilimitado e impositivo, destacado por Oliveira (2003), não promove um desenvolvimento urbano justo, sustentável e democrático, respeitando a diversidade e a complexidade da realidade de cada lugar. Este subcapítulo inicia com a análise da morfologia urbana. Segundo Santos (2006), torna-se pertinente refletirmos sobre as “armadilhas” que a relação forma-conteúdo (aparência-essência) pode comportar, pois ela pode não expressar as dimensões socioeconômicas inscritas nos espaços urbanos. Assim, a relação entre forma e espaço social revela um produto, cuja produção envolve distintos processos e sujeitos, os quais merecem ser analisados para que possamos desvendar tais “armadilhas”.

Com base na orientação mencionada, o estudo buscou analisar Parintins e suas ocupações urbanas informais: Castanhal e Nova Conquista. O objetivo foi apreender os diferentes processos e sujeitos que produziram e deram formas às ocupações, além de buscarmos entender as lutas e funções que os moradores incorporam ao produzirem esses espaços. Castanhal e Nova Conquista são duas realidades revestidas de esperança, medo, lutas e desafios para aqueles que ali residem.

Contudo, ao longo da pesquisa, observamos que, além da configuração periférica, as duas ocupações são marcadas por uma visibilidade negativa em relação aos problemas sociais e estruturais. Essas carências variam desde esgotamento sanitário, necessidade de escolas, demandas por vias pavimentadas e a regularização fundiária, sendo reconhecidas pelos moradores e comprometendo a qualidade ambiental e urbana. Sem dúvida, estamos diante de um processo contraditório de periferação planejado pelos próprios moradores que definem onde e quando ocupar na cidade.

Os dados de campo evidenciam que a pesquisa foi além da aparência que Parintins nos sugere, assim como os dados coletados em instituições públicas e trabalhos de campo. Deparamo-nos com duas ocupações informais distintas: a ocupação Castanhal, que se formou numa área delimitada para ser uma Unidade de Conservação (UC), conforme previsto no Plano Diretor Municipal; e a ocupação Nova Conquista, que se apropriou de um conjunto habitacional, cujas obras estavam paralisadas e inacabadas em terra privada.

As ocupações Castanhal e Nova Conquista, formadas em meados de 2016, surgiram em meio a outras ocupações que estavam ocorrendo na extensão da cidade, nas áreas periurbanas. De acordo com o relatório de 2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH), foram identificadas seis ocupações naquele ano, incluindo Castanhal e Nova Conquista. O Quadro 7 apresenta o panorama das áreas ocupadas e das unidades cadastradas pela SEMASTH, fornecendo um diagnóstico socioeconômico das áreas ocupadas.

Quadro 7 - Áreas de ocupações com início em 2016 na cidade de Parintins-AM

Ocupações	Origem	Unidades Cadastradas
SAAE	Terreno do SAAE	38
Orla	Bairro da União (PMP)	60
Castanhal	Unidade de Conservação (PMP)	512
Pascoal Allágio	Área particular	546
Nova Conquista	Área particular	311
Lady Laura	Área particular	229
Total	-	1086

Fonte: Relatório socioeconômico das ocupações - SEMASTH, 2017. **Organizado por** Crizan Graça de Souza, 2023.

A análise das ocupações de Castanhal e Nova Conquista foi delimitada com base em critérios, como localização geográfica, situação fundiária, perfil socioeconômico, infraestrutura e relação com o meio ambiente. As áreas de SAAE, Orla, Pascoal Allágio e Lady Laura foram excluídas devido às suas características serem similares às áreas selecionadas. Em contraste, optou-se por incluir as áreas do Castanhal e Nova Conquista, por representarem desafios e potencialidades da urbanização de Parintins, caracterizando-se como espaços de expansão urbana em meio à floresta. Nestas áreas, observam-se processos de segregação, vulnerabilidade e resistência dos moradores, bem como as demandas e as expectativas dos seus habitantes.

O levantamento das unidades cadastradas nas ocupações, realizado pela SEMASTH, destacou o monitoramento exercido pela gestão municipal sobre essa situação preocupante. Contudo, a falta de um plano de habitação efetivo só agrava esse problema, uma vez que restringe a plena expressão da cidadania e do direito à cidade pelos moradores. Diante dos focos de ocupações informais, seria necessário a ação do município como mediador das garantias ao cidadão, buscando alternativas que beneficiassem a coletividade.

4.2.1 A Ocupação Castanhal

A ocupação Castanhal, localizada na parte sul da cidade de Parintins, está situada em uma área designada como Unidade de Conservação - UC pelo Plano Diretor, conforme a Lei Municipal nº 09/2006. O Plano Diretor aponta 25 áreas como prioritárias para a criação das UCs, entre as quais 18 estão na zona rural e 7 na zona urbana. A Área do Castanhal está entre as 25 áreas prioritárias. Apesar do aparato legal e institucional, as administrações municipais de Parintins não criaram nenhuma dessas UCs, segundo apontam Filho, Borges e Moreira (2020).

O crescimento populacional de Parintins, que avançou de 41.591 habitantes urbanos em 1990 para 69.890 em 2010, segundo o Censo do IBGE, evidencia a expansão da cidade em direção ao meio natural. Esse aumento populacional tem exigido a ocupação de mais territórios para abrigar as famílias que chegam ou se formam na cidade. A pressão demográfica tem sido um dos fatores para a necessidade de ocupar o meio natural pouco ou nada modificado, resultando na expansão da área urbana de Parintins.

Entretanto, essa justificativa não parece ser suficiente, se considerarmos as questões fundiárias e renda, questionando o problema da propriedade privada na dificuldade de acesso à terra. Além disso, o último Censo do IBGE, realizado em 2022, revelou uma redução da população municipal para 96.372 pessoas. Para entender o processo urbano em questão, é importante investigar a variação no número de pessoas que residem na sede municipal, uma vez que ainda não foram divulgados.

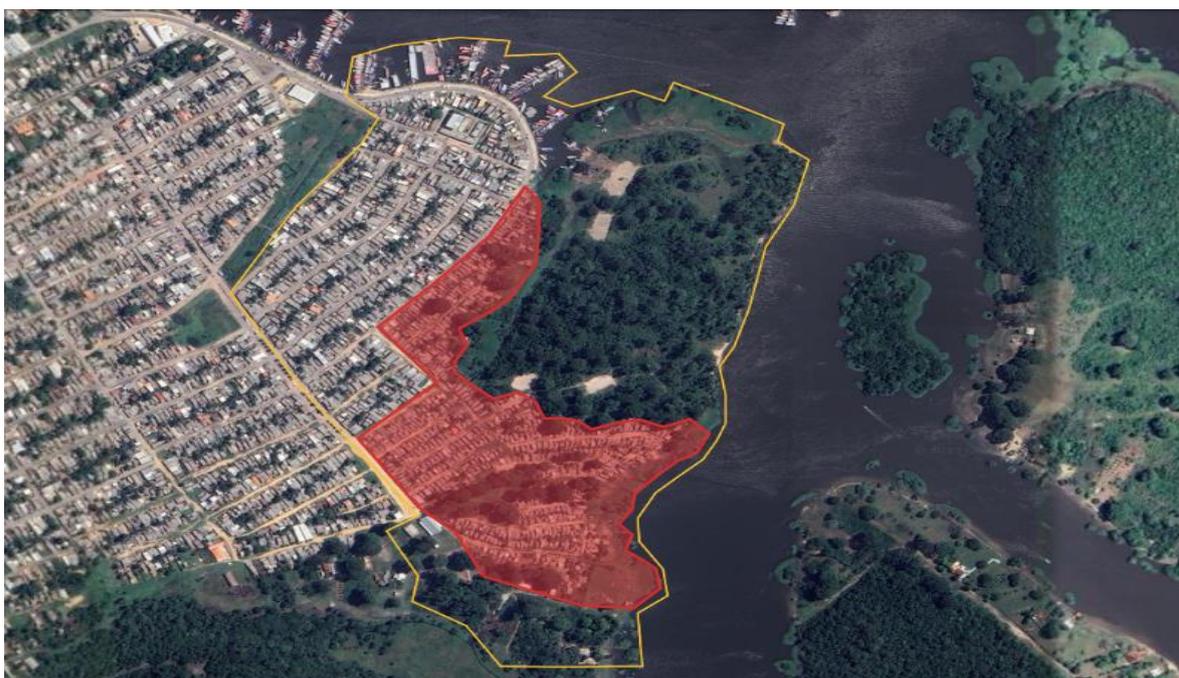
Tabela 1 - População de Parintins segundo a situação do Censo brasileiro de 2010 e 2022

ANO	Total Municipal	Urban a	Urbana na sede municipal	Rural
2010	102.033	69.890	67.655	32.143
2022	96.372	s.d	s.d	s.d

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (2010 e 2022)

O processo de expansão urbana tem direcionado a formação de ocupações e loteamentos informais, que passam a adquirir características urbanizadas. O resultado é a diminuição da cobertura vegetal e a alteração de espaços antes destinados à conservação, como as castanheiras. As tensões entre a população e a natureza tem levado ao isolamento de pequenos fragmentos de habitat e à criação de barreiras nesses espaços. Um exemplo disso pode ser observado na ocupação Castanhal, conforme mostrado na Figura 36.

Figura 36 - localização da ocupação Castanhal na cidade de Parintins-AM



Fonte: Imagem do Google Earth, 2022. Organizado por Crizan Graça de Souza, 2023

O avanço das moradias no entorno das castanheiras que se concentram nessa porção da cidade é um descaso com a população. Observamos placas fixadas nos troncos dessas imponentes árvores da Amazônia, alertando que qualquer ação contrária à conservação do local é um crime ambiental. No entanto, os moradores vivem em área de risco, pois a queda de um ouriço pode ser fatal ou deixar danos permanentes se atingir alguém. Além disso, nota-se que alguns troncos das castanheiras próximas às casas foram queimados. Nesse sentido, o objetivo não é criminalizar os moradores ou denunciar qualquer omissão das autoridades públicas, mas sim destacar um movimento de luta por moradia, que vem sendo gestado em Parintins pelos próprios moradores.

4.2.2 A ocupação Nova Conquista

A ocupação Nova Conquista, localizada na porção oeste da cidade de Parintins, encontra-se num conjunto habitacional iniciado pela prefeitura municipal em 2010. A obra foi interrompida e permaneceu sem previsão de conclusão. A área tem seus limites com a ocupação Pascoal Allágio e Leidy Laura, além de loteamentos informais. De acordo com o relatório de 2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação (SEMASTH), a ocupação abriga 311 famílias, e o principal objetivo dos ocupantes é garantir o direito à moradia.

O conjunto habitacional foi ocupado em 2016 e fazia parte do Programa Habitacional “Morar Melhor”. O programa era uma iniciativa do governo federal, em parceria com o município, e foi financiado pela Caixa Econômica Federal - CEF. No entanto, a obra foi embargada pela justiça em 2011 devido a questões ilegais relacionadas à identificação de propriedade como pública ou privada na época do embargo.

O convênio firmado entre o município e a CEF estabeleceu um valor alçado na ordem de R\$5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais) para a construção de 262 unidades habitacionais. Desse total, 131 unidades seriam destinadas à substituição de habitações existentes em diversos bairros da cidade, enquanto as outras 131 seriam destinadas ao novo conjunto habitacional. Entretanto, o projeto não foi concluído conforme planejado: apenas 46 unidades foram construídas antes do abandono total da construção.

Figura 37 - Vista aérea do conjunto habitacional ocupado em Parintins-AM



Fonte: Jornal em Tempo Parintins, 2016.

As unidades habitacionais planejadas para serem construídas tinham como objetivo atender às famílias de baixa renda. Cada unidade prevista seria composta por dois quartos, um banheiro, sala e cozinha conjugada, uma área de serviço e um pátio. No entanto, após dois anos de paralisação das obras, houve a primeira tentativa de ocupação, que foi contida por uma ordem de reintegração expedida pela prefeitura.

Em meados de 2016, ocorreu a segunda ocupação, que recebeu o nome de Nova Conquista e foi acompanhada por outras ocupações já mencionadas. A Figura 34 mostra a demarcação sombreada em vermelho, que indica os limites da ocupação Nova Conquista, enquanto o contorno em amarelo demarca os limites das demais ocupações. Apesar de ter sido alvo de reintegração de posse durante o processo de ocupação, a posse da terra para as famílias aconteceria em meados de 2023, com a desapropriação da área pelo governo do estado.

Em 13 de agosto de 2021, o Superior Tribunal de Justiça - STJ julgou uma ação sobre a ocupação do conjunto habitacional. De acordo com o relatório do ministro Sebastião Reis Júnior, a Caixa Econômica Federal foi quem financiou o Programa Federal Morar Melhor e não incorreu em prejuízos com o embargo da obra. Sob o ID 379540355, nas fls. 35/46, a beneficiária do financiamento/repasso foi a prefeitura municipal de Parintins, pois tinha como objetivo a urbanização e regularização de assentamentos precários, com a finalidade de construir unidades habitacionais (STJ, 2021).

Figura 38 - Vista da ocupação Nova Conquista na cidade de Parintins-AM



Fonte: Imagem do Google Earth, 2022. Organizado por Crizan Graça de Souza, 2023.

A população de Castanhal e Nova Conquista é composta, em sua maioria, por famílias parintinenses que coabitavam com seus pais, familiares e sogros em áreas tanto urbanas e rurais quanto em municípios vizinhos. A forma de organização das famílias nas ocupações ocorreu por meio de movimentos efêmeros que buscavam soluções de moradia pela necessidade da casa própria.

As ocupações se organizaram se espelhando em ocupações passadas que tiveram êxito na posse da terra. Durante esse tempo de incertezas e esperança na ocupação, várias lideranças se passaram, cada uma buscando maneiras de barganhar interesses particulares vinculados aos interesses coletivos. Enquanto isso, a população permanece à espera de um “salvador da pátria”, especialmente próximo às eleições, quando são proferidos discursos inflados de esperanças vazias dirigidos aos “vencidos” (Oliveira, 2003).

Atualmente os moradores da ocupação Castanhal conseguiram regularizar uma associação denominada Associação por Moradia do Bairro do Castanhal (AMBC). Essa associação busca representar a voz do morador. Em contraste, na Nova Conquista, a associação ainda não foi regularizada, embora haja representantes. Na vanguarda dessa representatividade, está a Associação de Moradores Unidos por uma Moradia Melhor (AMUMM), estando regularmente apta a

representar os moradores das ocupações Pascoal Allágio, Leidy Laura e Nova Conquista.

Nas áreas analisadas, é notável a ausência de participação da Igreja Católica e dos movimentos sociais na luta por moradia. Em um evento realizado pelo atual governador, no dia 21 de março de 2023, para a assinatura de compra do terreno, o presidente da associação (AMUMM) proferiu a seguinte questão em seu discurso: “*após 6 anos, 9 meses e 15 dias de ocupação a Nova Conquista e seu entorno conseguiram a desapropriação é uma conquista para todos os moradores [...]*”²².

O impasse na ocupação Castanhal persistiu até o segundo semestre de 2023. No dia 9 de outubro, a Câmara Municipal de Parintins aprovou o Projeto Lei (PL nº 081/2023 – PGMP) para constituir a área ocupada em bairro e entregar o título definitivo às famílias. A aprovação do projeto desconsiderou a Unidade de Conservação em favor das famílias que ocuparam a área. A falta de critérios e do planejamento urbano da cidade é nítida. Isso evidencia a inércia do município na apropriação das normas, decretos e leis urbanísticas, bem como do código florestal na elaboração de planos municipais.

O Plano Diretor Municipal seria um instrumento crucial de orientação no ordenamento territorial da cidade, atribuindo funções específicas no espaço urbano para atender a todos os cidadãos. Um exemplo disso seriam as *Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS*, que, de acordo com Souza (2010), priorizaria a demanda de uso crescente na cidade por moradia.

A preocupação das ZEIS é estabelecer um zoneamento de prioridades para minorar os impactos das áreas designadas para a preservação ambiental e social. Essas áreas precisam ser planejadas para otimizar a produção do espaço urbano local. O uso desses instrumentos é de fundamental importância na elaboração de políticas públicas municipais para a promoção de melhores condições de vida para os habitantes (Souza, 2010).

Como estamos lidando com ocupações urbanas informais que demandam regularização fundiária, essa característica é mais importante sob o ponto de vista conceitual, pois existem outras características associadas a essas áreas, como aspectos socioeconômicos (renda) e morfológicos (precariedade das habitações, falta

²² Refere-se à fala do atual presidente da associação dos moradores da AMMUR em seu agradecimento na Escola Estadual Tomasinho Meirelles em um evento realizado pelo governo do estado do Amazonas. Data: 21 de março de 2023.

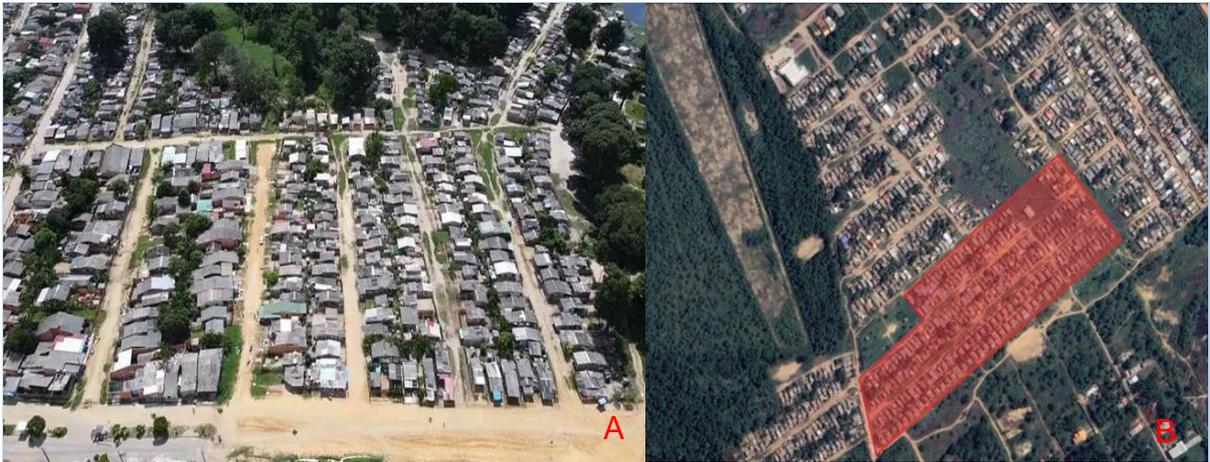
de infraestrutura, malha viária caótica etc.) (Souza, 2010). No entanto, o status jurídico é a forma universal aplicável a todas as ocupações.

É importante notar que as condições de habitação podem variar significativamente dependendo da cidade. Nas ocupações urbanas, as casas, embora vulneráveis, não são necessariamente barracos ou habitações improvisadas, mas sim são casas de madeira, alvenaria ou mista, porém carentes de infraestrutura. Além disso, a pobreza também pode variar de uma ocupação para outra, apresentando-se de maneira bastante heterogênea, como ressalta Santos (1993).

Nesse sentido, as áreas ocupadas do Castanhal e Nova Conquista seguem um padrão preestabelecido pelos ocupantes, tanto em termos de metragem dos lotes, ruas e quadras quanto para o tamanho do terreno para a construção da casa, deixando pouco ou nenhum espaço disponível para áreas de lazer e prédios públicos. Observamos apenas áreas improvisadas para práticas esportivas e lúdicas, como um campo de futebol de terra batida entre a via não asfaltada e a primeira quadra de casas na ocupação Nova Conquista.

Os primeiros serviços a chegarem às ocupações foram a água e a energia, que antes eram adquiridos de forma irregular e passaram a ser regulares. As famílias que estão à frente dessa luta sentem-se felizes por cada conquista alcançada, pois já passaram por momentos difíceis à espera de dias melhores. Esse é um traço característico do descompasso entre o problema e a solução quando a gestão dos instrumentos é ineficiente. Independentemente de serem simples ou complexas, as instalações humanas são acompanhadas de sinais visíveis de circulação, sob a forma de ocupações que facilitam a comunicação e estabelecem condições na territorialização do espaço. As imagens nas Figuras 39 ilustram as ocupações Castanhal e Nova Conquista no formato padrão de quadras.

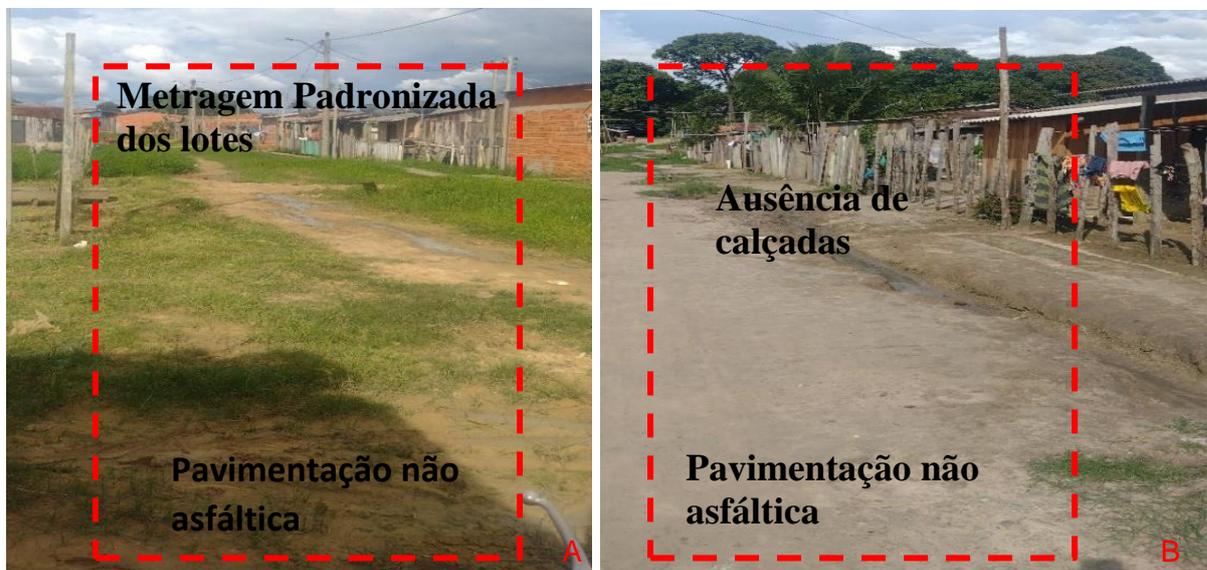
Figura 39 - Ocupação Castanhal (A) e Ocupação Nova Conquista (B)



Registro Fotográfico: (A) Kildson Teixeira Roberto, 2021. **Imagem:** (B) Google Earth, 2022.

O espaço físico das ocupações analisadas reflete a situação urbana e morfológica que o construtor impõe à materialidade das condições que se põe ao seu morar, permitindo-lhes múltiplas dimensões da vida. Nesse sentido, Parintins é uma cidade “planejada” por ocupações informais. Quando percorremos as ruas de Castanhal e Nova Conquista, fica explícito que apresentam um padrão morfológico mínimo dado à unidade espacial realizada pelos ocupantes, como mostrado na Figura 40.

Figura 40 - Aspectos da morfologia das ruas (A) Nova Conquista e, (B) Castanhal



Legenda: Foto (A): metragem padronizada dos lotes e sem pavimentação. Foto (B): ausência de calçadas e sem pavimentação. **Registro Fotográfico:** Crizan Souza, 2023.

No arruamento da ocupação Castanhal, as primeiras quadras são uniformes. Elas seguem um padrão de xadrez, acompanhando as ruas do já consolidado bairro União. Além disso, os caminhos que se formam sob as castanheiras esboçam

espaços destinados às ruas, embora não de maneira uniforme. Por outro lado, a Nova Conquista herdou o traçado inicial projetado para o conjunto habitacional construído até onde foi possível. As ruas são estreitas e dificultam o acesso de veículos, enquanto as casas não têm recuo e as calçadas são praticamente inexistentes, o que representa uma carência urbanística do local. Portanto, é desafiador tratar os dois casos juntos, apesar da reprodução de certos processos.

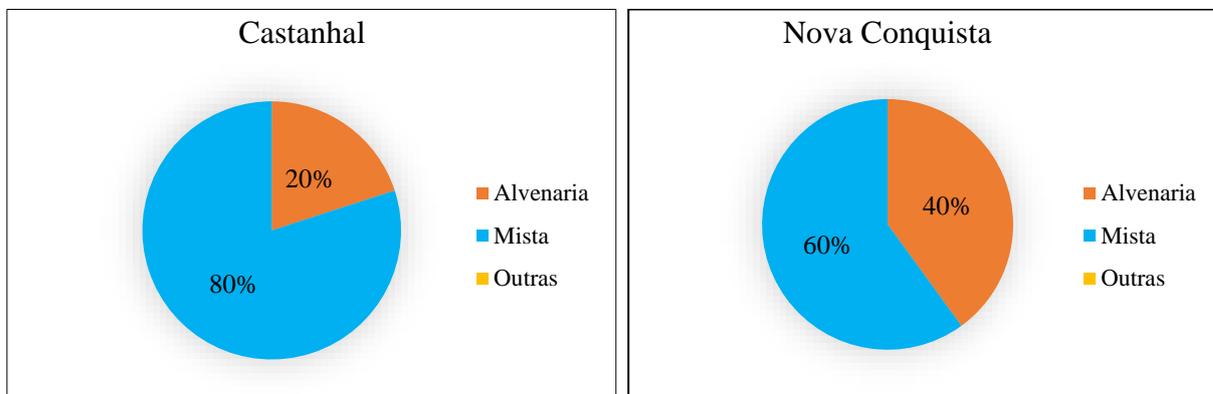
4.2.3 Condição da edificação na ocupação Castanhal e Nova Conquista

A autoconstrução é um elemento central na produção de moradia pela população urbana de Parintins, especificamente nas ocupações da cidade. Embora não existam indicadores disponíveis que permitam uma análise mais próxima dessa questão analisada em Parintins, é possível considerar a autoconstrução como um componente fundamental na estruturação urbana local. Isso é aceitável quando levamos em conta que essa característica reflete a ação popular na afirmação da moradia como condição de viver na cidade, contribuindo para um aumento das fragilidades sociais presentes nas formas dos arranjos habitacionais.

Nas ocupações, o tipo de material construtivo, geralmente, é a madeira. A casa é coberta com telhas de amianto, palhas, papelão, PVC, entre outros materiais. Algumas casas são construídas com tijolos, sem uma estrutura de vigas, usando apenas tijolos traçados. Os terrenos são delimitados de várias maneiras: alguns são cercados com madeira, arames com estacas e até mesmo plásticos; enquanto outros permanecem abertos, respeitando os limites da vizinhança. Na ocupação Nova Conquista, há uma quadra onde as casas foram construídas em alvenaria, enquanto nas demais quadras os materiais de construção utilizados seguem as formas mencionadas anteriormente.

Quando perguntamos sobre o tipo da moradia que foi construída na ocupação Castanhal, 80% dos abordados responderam que suas casas são de construção mista, ou seja, feitas com madeira e tijolos. Enquanto 20% afirmaram que suas moradias são de alvenaria. Na ocupação Nova Conquista, houve uma pequena variação em relação a esse item, 60% dos abordados responderam que suas casas são de construção mista, portanto, de madeira e tijolos, enquanto 40% informaram que suas casas são inteiramente de alvenaria. Os Gráficos 18 e 19 a seguir fornecem uma representação visual desses dados.

Gráfico 18 e 19 - Tipo de moradia das ocupações



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Como ilustrado na Figura 37, a conclusão das 46 unidades na Nova Conquista, iniciadas pelo programa “Morar Melhor”, foi realizada pelos próprios moradores, que utilizaram uma variedade de materiais para completar as casas. Itens como varandas, banheiros, box e sanitários foram adicionados na parte externa das residências.

As casas construídas pelo programa seguiam um padrão idêntico e reproduzido em todo o país. Eram edificações destinadas a famílias com renda de 0 a 3 salários-mínimos, como no caso desse conjunto habitacional, e possuíam uma planta mínima de 32 m² de área construída, conforme as medidas adotadas pelo programa, como afirma Oliveira et al. (2017). Essas tipologias arquitetônicas eram e são produzidas como carimbos, aplicadas uniformemente em todo o país.

Figura 41 - Casas de alvenaria e mista na Nova Conquista em Parintins-AM





Legenda: Fotos (A e B): casas do programa Morar Melhor. Foto C: casa de madeira com materiais possíveis. **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2023.

As demais casas da área ocupada foram construídas de acordo com os materiais disponíveis e a situação de renda dos moradores. Assim, diversos materiais foram empregados, como madeira, cipó, papelão, PVC, telha de amianto, lonas, palhas, tijolos, telha de barro e até mesmo telhas de zinco. É importante destacar que, nessas áreas ocupadas, é comum a presença de pessoas que adquirem um terreno com o objetivo de lucrar com a venda no momento que ocorre a desapropriação.

As casas são, em sua maioria, autoconstruídas, muitas vezes são estruturas improvisadas e inacabadas, podendo ser tanto permanentes quanto transitórias, mas todas representam a luta pelo direito à cidade e à moradia. É importante ressaltar que essa conquista nem sempre se traduz na posse de uma casa própria de imediato. Como ocupantes de áreas privadas e/ou públicas, essas construções são erguidas sob a incerteza do futuro.

A diversidade de casas em uma ocupação reflete as condições individuais, técnicas e financeiras de cada morador, movidos pela necessidade de estabelecer seu próprio espaço, como mostra a Figura 42. Os moradores acabam se apropriando de terras de forma irregular e informal, como já identificamos. Porém, ao longo do tempo, muitos conseguem legalizar a posse junto ao município ou ao estado, como é o caso das duas ocupações estudadas.

Figura 42 - Tipologias variadas de habitações na ocupação Castanhal



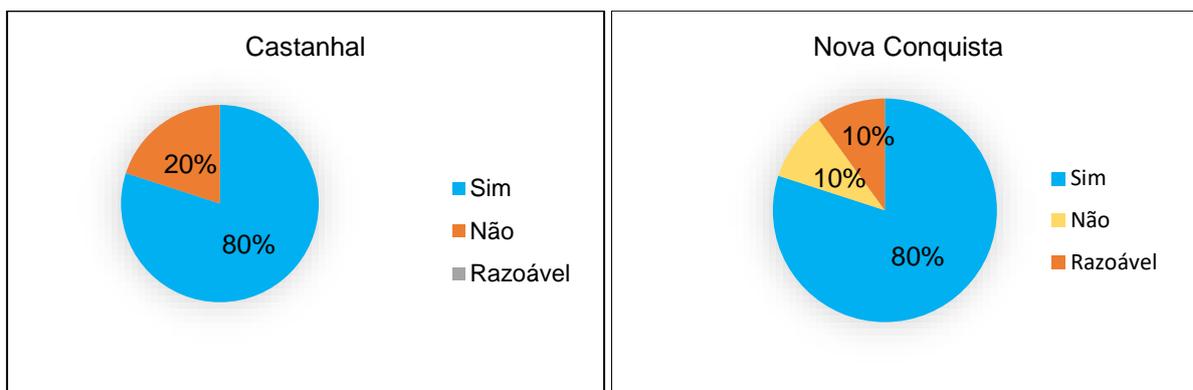
Legenda: Foto (A): casa de tijolos sem vigas de ferro; Fotos (B, C e D): casas de madeira e demais materiais possíveis. **Registro Fotográfico:** Katllyn Castro, 2023.

As casas localizadas em ocupações urbanas informais de Parintins são comumente construídas com materiais de baixo custo na sua fase inicial, o que pode resultar em um nível de conforto inferior ao das casas tradicionais. Isso inclui problemas como isolamento térmico e acústico, ventilação e acesso limitado a serviços básicos, como água potável e eletricidade. Além disso, a alta densidade de membros leva ao aparecimento de problemas de privacidade e de espaço nas casas. Outro fator a considerar é a falta de infraestrutura básica externa, o que pode resultar em condições insalubres, como a falta de saneamento básico.

Nota-se que a situação de organização varia de uma ocupação para outra, e até mesmo entre diferentes casas dentro da mesma ocupação. Alguns moradores conseguem fazer melhorias significativas em suas casas ao longo do tempo, aumentando assim o nível de conforto, enquanto outros moradores não conseguem tanto. Quando perguntados sobre o tamanho de suas moradias na área de ocupação, 80% dos moradores que responderam ao formulário no Castanhal consideraram ser

confortável o espaço interno de suas casas, apesar das circunstâncias externas do espaço ocupado. Nesse sentido, os resultados obtidos indicaram que os moradores parecem estar relativamente satisfeitos com suas moradias, uma vez que já se passaram 7 anos de ocupação, conforme destacam os Gráficos 20 e 21.

Gráficos 20 e 21 - Tamanho de sua moradia é bom



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Por outro lado, 20% dos moradores da ocupação Castanhal consideraram o tamanho de suas moradias insatisfatório, devido à falta de condições para construir. Na ocupação Nova Conquista, 80% dos moradores responderam que o tamanho de suas casas é confortável, enquanto 10% o consideraram ruim, e para outros 10% é razoável. É interessante notar que a diferença nas percepções dos moradores das ocupações Castanhal e Nova Conquista sobre o tamanho de suas moradias foi mínima.

As famílias que se apropriam de um terreno na periferia da cidade por meio de ocupação experimentam tanto benefícios quanto desafios. Entre os benefícios, destaca-se a aquisição de um lote de terra próprio. Com o tempo, ocorre a implementação de infraestrutura e serviços básicos, além da regularização da área. No entanto, a ocupação também traz desafios: um deles é a rotulação das famílias como 'invasoras' e a localização da nova residência longe dos serviços de saúde e educação, tendo que enfrentar dificuldades com a infraestrutura das vias. A água das chuvas é outro desafio constante, pois durante o período chuvoso, as famílias acabam perdendo seus objetos domésticos, acarretando prejuízos.

Na ocupação Nova Conquista, até o término da pesquisa, os serviços de saúde não tinham sido reconhecidos para as famílias dessa localidade, pois não eram cadastradas em nenhuma Unidade Básica de Saúde – UBS específica para serem atendidas. Assim, as famílias da área acabavam tendo que recorrer a parentes ou

conhecidos para solicitar e fornecer um endereço no momento de uma consulta na UBS mais próxima da ocupação. Em contraste, na ocupação Castanhal, as famílias já estão recebendo o atendimento da UBS do bairro União e foram cadastradas para receber visitas dos agentes de saúde, enfermeiros (a) e médicos.

Entre os tipos de materiais construtivos e os tamanhos dos terrenos, existe uma notável estrutura física de casas que possuem pé-direito²³ baixo, janelas e portas estreitas, que podem resultar em uma baixa circulação de vento e iluminação no interior das casas. O uso de registros fotográficos foi crucial para documentar essas características, pois com o passar do tempo serão modificadas em novas habitações.

Figura 43 - Padrão das portas e janelas das casas na ocupação Castanhal



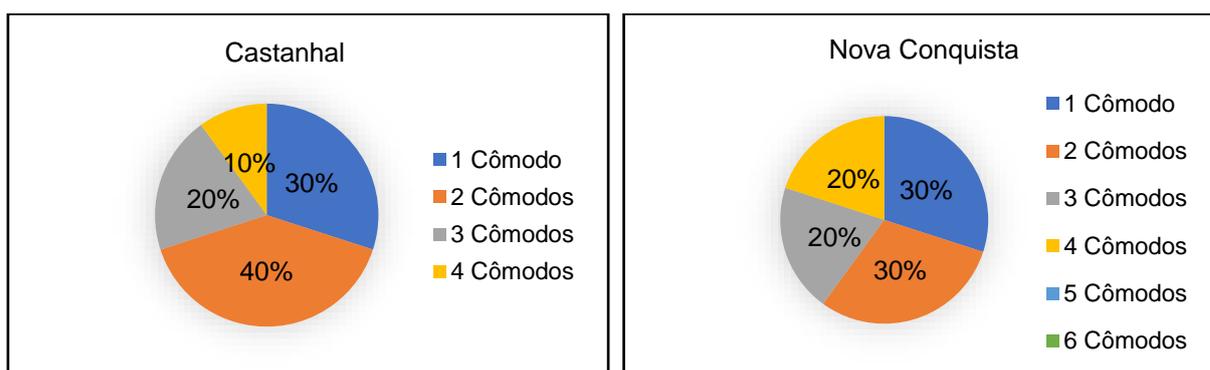
Registro Fotográfico: Moradora da ocupação Castanhal, 2022.

A discussão sobre a moradia no contexto urbano amazônico deve ser vista para além das aparências, considerando as ações de seus construtores, que dão origem às espacialidades (Oliveira, 2003). Em Parintins, a moradia não é apenas um espaço físico, mas engloba diversos momentos da vida e da produção urbana. As ocupações Castanhal e Nova Conquista exemplificam as desigualdades existentes na produção da cidade.

²³ Pé-direito é um termo adotado na engenharia e na arquitetura para tratar da medida referente à distância vertical entre o piso e a parte inferior do teto de um ambiente interno de uma casa. Por exemplo, seriam considerados altos os de três metros ou mais de altura.

Nas ocupações, a maioria das moradias apresenta um número mínimo de cômodos, geralmente constituídos por sala, cozinha e um quarto, conforme demonstrado nos Gráficos 22 e 23. Muitas vezes, esses espaços não possuem divisórias, levando as pessoas a dormirem todas em um único cômodo. Considerando o tamanho das famílias nessas áreas, que são compostas por casais jovens com um número considerável de membros, o espaço construído para toda a família é mínimo, resultando em condições insalubres e desconfortáveis. No entanto, encontramos uma contradição quando perguntamos aos moradores se consideravam o lugar onde moram confortável.

Gráficos 22 e 23 - Quantidade de cômodos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Ao analisarmos os cômodos das ocupações Castanhal e Nova Conquista, percebemos que eles não seguem os padrões de medidas sistematizadas pelas diretrizes da construção civil. Isso ocorre porque a maioria das casas é construída pelas próprias famílias, exceto as construídas pelo programa (Morar Melhor). Porém, há um padrão construtivo visível na paisagem urbana adotado pelos moradores de forma contínua.

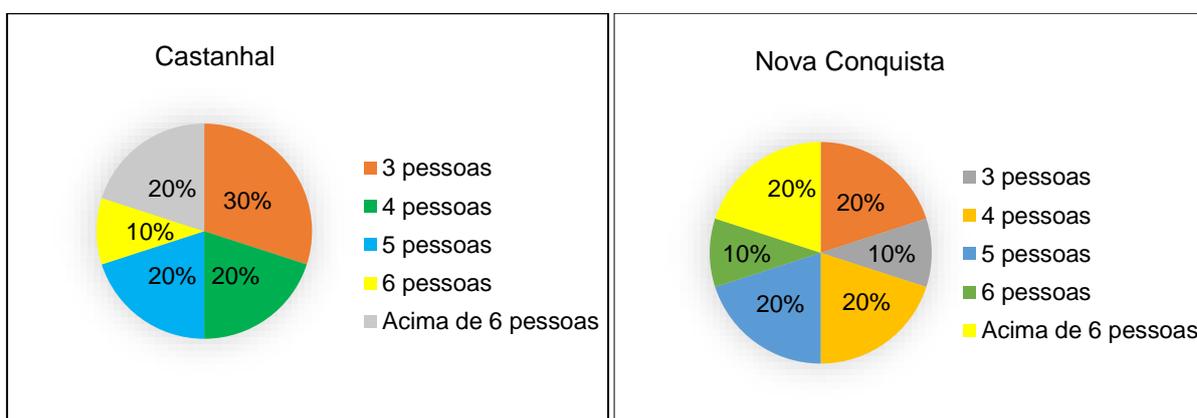
Na ocupação, a casa é um emaranhado de vidas e histórias. As paredes de madeira desgastadas e pintadas com cores que o tempo já desbotou abrigam um número de pessoas maior do que se poderia imaginar. Os cômodos são divididos por cortinas, cada um acolhe uma família diferente. O espaço é limitado, e cada centímetro é aproveitado ao máximo: as redes e camas são empilhadas, os utensílios de cozinha são pendurados nas paredes e as roupas secam no fundo do quintal. A casa está sempre cheia de vida: enquanto as crianças brincam, os adultos estão sempre ocupados com as tarefas diárias.

Apesar da dureza em excesso, há uma sensação tangível de união nas ocupações, pois o principal objetivo é a conquista da terra. As refeições são

preparadas e compartilhadas apenas entre os moradores da casa. As conversas são acaloradas à luz de velas quando a eletricidade falha e os ventiladores param. Os moradores cuidam uns dos outros, compartilhando não apenas o espaço físico, mas também seus sonhos e inquietudes. Para aqueles que veem de fora, a casa pode parecer caótica, mas para aqueles que a chamam de lar, ela é um refúgio, um lugar de amor e apoio mútuo.

Na ocupação Castanhal, a distribuição de cômodos nas casas é a seguinte: 30% dos informantes disseram ter um cômodo, 40% têm dois cômodos, 30% informaram ter três cômodos e 10% responderam ter quatro cômodos. Já na ocupação Nova Conquista, 30% dos abordados dizem ter um cômodo, 30% responderam ter dois cômodos, e 20% informaram possuir três e quatro cômodos cada. Essa situação torna-se notável quando comparada com o número de membros da família que vivem na mesma casa, conforme identificado pelos informantes no formulário.

Gráficos 24 e 25 – Quantidade de pessoas em cada casa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Os dados dos moradores das áreas de ocupação corroboram com a realidade observada. Quando perguntamos sobre a quantidade de cômodos em sua residência e o que gostariam de mudar nas suas habitações, a resposta predominante foi a necessidade de se construir mais cômodos, uma vez que aqueles já existentes não acomodam adequadamente todas as pessoas da família. Nesse contexto, a condição de renda revelou-se como o principal fator que determina a forma como a habitação é construída, conforme ilustrado na Figura 40.

A urbanização de Parintins apresenta contradições no planejamento da cidade. Na área central, por exemplo, houve um excessivo regramento de um urbanismo que contrasta fortemente com as áreas periféricas da cidade, refletindo a dinâmica social

da cidade. Esse vertiginoso crescimento urbano ocorreu sem a supervisão ou o planejamento governamental de acesso à cidade.

As áreas ocupadas não devem ser vistas como uma aberração na paisagem da cidade. Pelo contrário, elas devem ser entendidas dentro da lógica da produção do espaço de uma sociedade desigual. Ocupar um lugar implica em custos, e é importante reconhecer que isso faz parte da dinâmica urbana capitalista. Os motivos que levam os moradores a ocuparem essas áreas são reveladores: eles veem a oportunidade de ter e produzir um espaço que seja acessível para a classe trabalhadora que é desprovida de terras, como apontado por Oliveira (2003).

A seguir, apresentaremos os motivos de se construir uma casa e estabelecer um lar nessas áreas. Os depoimentos coletados dos moradores das ocupações Castanhal e Nova Conquista, obtidos por meio de perguntas abertas, permitiram identificar os motivos dessa população na pesquisa (ver Quadro 8).

Quadro 8 - Comunidade rural de Parintins de onde vieram os informantes

<i>Castanhal</i>	<p>“Ter uma casa na cidade para meus filhos estudarem”; 2x “Oportunidade de ter uma casa; morava de aluguel e encontrei essa oportunidade”; “Não ter um condições de comprar um lugar melhor”; “Foi a única oportunidade que conseguir”; “Foi a opção que encontrei para ter uma casa”; “Nunca tivemos terreno aqui e foi uma oportunidade”; “Morar próximo da família que moram na cidade”; “Condições financeiras”.</p>
<i>Nova Conquista</i>	<p>“Não tinha outro lugar”; 2x “Foi o único lugar que encontrei”; “Oportunidade de um lugar para morar com a família”; “Pagava aluguel, então como aconteceu essa oportunidade e tentamos a sorte”; “Morava no interior, aí queríamos uma casa na cidade e foi o único lugar que encontrou”; “Queria ter uma casa própria”; 2x “Condições financeiras”; “Procurando um lugar melhor para viver”.</p>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Os motivos mencionados pelos chefes de famílias recaem na necessidade básica de moradia, renda e acesso à terra urbana. Em Parintins, é comum recorrer a essa estratégia de ocupação, embora seja ilegal. A reivindicação das famílias para usar isso como uma oportunidade de adquirir uma casa própria na cidade é legítima.

Isso ocorre principalmente porque a cidade não dispõe de um plano ou projeto de moradia para atender à população que precisa de habitação.

Ao buscar um terreno pelo meio informal, as famílias são forçadas a arriscar a própria vida, como é o caso das famílias que ocuparam a área do Castanhal, onde existem castanheiras com mais de 20m de altura. Embora as casas não estejam diretamente sob as árvores, elas estão comprometidas pelo tamanho das castanheiras, caso o galho ou ouriço caia. Em 2021, um desses incidentes ocorreu na ocupação durante uma tempestade, quando galhos caíram sobre a casa de uma família. Portanto, a degradação resultante desse processo não afeta apenas o meio natural, mas também leva à degradação do homem amazônida (ver Figura 44).

Figura 44 - Casa destruída por galhos de castanheira na ocupação Castanhal



Legenda: Foto (A): Placa da lei de crime ambiental. Foto (B): casa destruída por galhos de castanheira.
Registro Fotográfico: Kildson Roberto, 2021.

As políticas urbanas têm um papel fundamental na mitigação dos problemas relacionados à cidade quando implantadas. Contudo, observa-se um descompasso entre essas políticas e a realidade, especialmente em relação ao processo de urbanização em curso em Parintins. Na tentativa de solucionar os problemas associados à garantia de moradia na cidade, políticas como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) acabam por criar e intensificar outras questões contraditórias, contrapondo-se aos objetivos propostos por tais políticas.

Nos próximos itens, discutiremos as condições socioeconômicas dos sujeitos e os objetos espaciais que foram minimamente instalados nas áreas delimitadas para estudo. Por fim, trataremos das desigualdades socioespaciais que ocorrem na cidade, destacando a contradição na execução das políticas públicas.

4.3 Palafiteiros e Ocupantes: os sujeitos da produção do espaço urbano

Como já referido, o espaço urbano de Parintins é resultante da interação entre agentes públicos e privados, que se articulam para garantir seus interesses na produção da cidade, bem como os sujeitos. Neste tópico, foram analisados os sujeitos que participaram desta produção, com base nas informações obtidas dos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista.

Segundo Lefebvre (2006), a produção do espaço pode ser compreendida por meio da combinação de três elementos: a prática espacial, representações do espaço e os espaços de representação. Em contrapartida, Certeau (2014) define o espaço como o lugar praticado, ou seja, produzido de maneira fluída entre o sujeito e o mundo de sua existência espacial. “A leitura é o espaço produzido pela prática do lugar construído por um sistema de signos – um escrito, sendo este constituído nas práticas do cotidiano” (Certeau, 2014, p. 184).

Certeau (2014) estabelece, no estudo do cotidiano, uma diferença entre atores, uns dotados de capacidade estratégica e outros de capacidade tática. “Chamo de estratégia”, diz este autor, o cálculo e a manipulação de relações de força que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de vontade ou poder é isolável e tem um lugar de poder ou saber. As estratégias e as táticas se desenvolvem no campo dos outros diz Certeau, podendo ser comparado a um “caçador furtivo”. Nas relações que estabelecem entre si os atores identificados pela observação do cotidiano, cabe ao pesquisador distinguir estratégias e táticas. Para fazê-lo, o “lugar” se torna uma categoria central que deve ser analisada na abordagem da Geografia do Poder, ou seja, das territorialidades.

Apesar das discordâncias entre os autores, entendemos que o sujeito e sua prática, a partir de seu uso, criam e recriam dinamicamente o cotidiano e as proposições de espaço, que são vistas como complementares na análise dos dados de campo coletados da pesquisa. Essa possibilidade de diálogo tornou-se evidente quando concebemos a transformação do espaço concebido e vivido de Lefebvre (2006), por meio das práticas cotidianas do sujeito descrito por Certeau (2014). O espaço é um lugar praticado, produzido a partir das ações dos sujeitos com o mundo e personalizado de “movimento”, relações e representações em seu cotidiano (Certeau, 2014).

Os escritos de Lefebvre e Certeau são frequentemente apropriados no campo da Geografia e trazem contribuições importantes, especialmente quando se

problematizam as práticas e as apropriações do lugar como formas de fazer das pessoas diariamente. O espaço urbano, enquanto produção social, configura-se como espaço de representações e de vivências, segundo Lefebvre (2006).

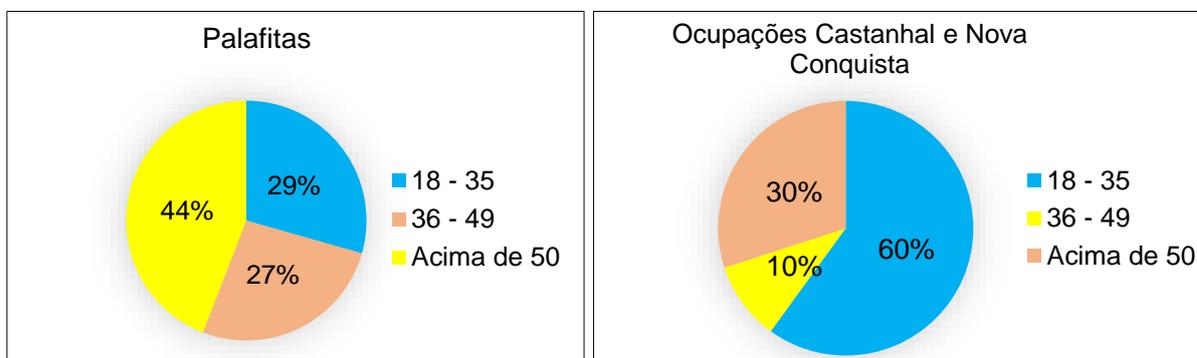
Espaços que, além dos simples caminhos geográficos a serem percorridos, são representações subjacentes à produção do urbano. Essas representações carregam noções de intencionalidade e caracterizam a concepção do espaço tal como ele se constitui diante dos usos pelos sujeitos (Santos, 2006). Nesse sentido, não é possível considerar a cidade apenas fisicamente, como meio ambiente inerte, e ignorar as práticas sócio-espaciais que a moldam e a constroem cotidianamente (Carlos, 2007).

Ao analisar o perfil socioeconômico dos moradores das palafitas e das ocupações, foram utilizadas as seguintes variáveis: idade, natalidade, escolaridade, sexo, estado civil, nome do bairro ou ocupação, ocupação profissional e renda familiar. Essas variáveis foram selecionadas para proceder à caracterização da população envolvida na pesquisa. A maioria das pessoas que responderam ao formulário era do sexo feminino, representando 70% do total.

Neste item, a pesquisa estabeleceu quem deveria responder ao formulário, ou seja, respondia quem se dispusesse a fazê-lo, sendo o responsável da família. Entre os abordados, apenas 30% eram do sexo masculino e estavam em suas casas no momento da aplicação do formulário da pesquisa. Ressalta-se que, em alguns casos, o homem solicitava à cônjuge para responder ao formulário.

Há predominância de casais na faixa etária acima de 50 anos nas palafitas, que corresponde a 44% dos abordados. Na faixa etária de 36 a 49 anos, a porcentagem é de 27%, enquanto entre 18 e 35 anos, corresponde a 29% dos consultados. Nas ocupações, a distribuição etária é diferente: entre 18 e 35 anos de idade representam 60% do total dos perguntados; na faixa etária de 36 a 49 a porcentagem cai para 10%; e para aqueles com mais de 50 anos, aumenta para 30%, conforme os Gráficos 26 e 27.

Gráficos 26 e 27 - Faixa etária



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Como se trata de ocupações em períodos diferentes, observou-se que a maioria dos moradores das palafitas é formada por casais acima dos 50 anos. Enquanto nas ocupações Castanhal e Nova Conquista, que foram formadas em 2016, encontram-se jovens casais. Além disso, nos dados sobre a faixa etária, observa-se que nas palafitas há um contingente de pessoas em idade inativa, geralmente, acima dos 60 ou 65 anos, enquanto nas ocupações há uma população em idade ativa, ou seja, adultos entre 18 a 60 ou 65 anos aptos a trabalhar.

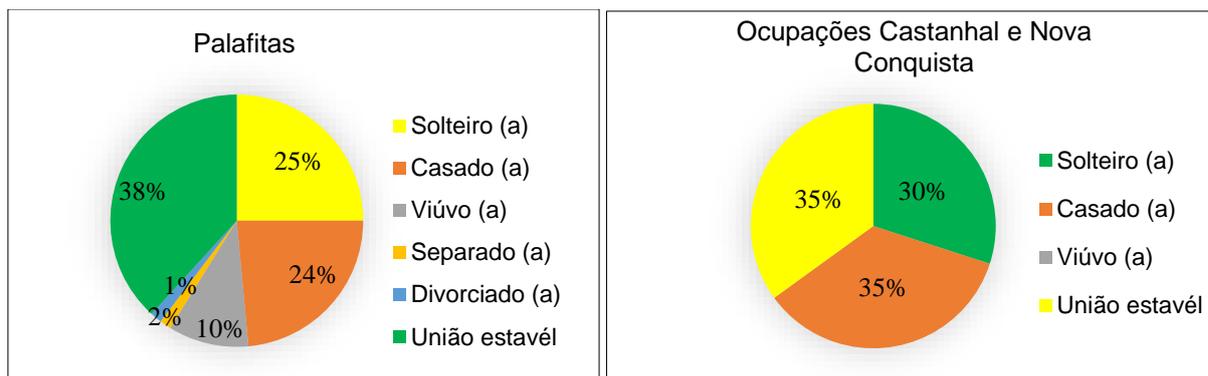
O estudo identificou que os jovens casais já se encontram cadastrados no Programa Bolsa Família, como fonte principal de renda e com oferta de emprego informal. Isso contraria a hipótese de que o recebimento de transferências monetárias provoca um desinteresse pelo trabalho. Pelo contrário, a pesquisa revelou a falta de oferta de emprego formal para atender essa população. Esse efeito torna-se ainda mais acentuado quando o beneficiário é uma mulher extremamente pobre, com baixo nível de escolaridade e sem formação técnica.

Em relação ao estado civil dos informantes nas palafitas 38% declararam estar em união estável, 24% são casados e 25% estão solteiros. Enquanto 1% e 2%, respectivamente, são divorciados e separados e apenas 10% são viúvos. Nos dados agregados das ocupações Castanhal e Nova Conquista, 35% afirmaram estar em união estável, 35% são casados e 30% disseram ser solteiros. As demais variáveis não tiveram respostas.

Nesse sentido, a principal característica na formação familiar das áreas estudadas é a união estável, embora casados e solteiros sejam bem representados. Observa-se que viúvos e casados juntos compõem menos da metade da população, enquanto a união estável, considerando tanto as palafitas quanto as ocupações,

representam 73% dos informantes. Essas informações podem ser visualizadas nos Gráficos 28 e 29.

Gráficos 28 e 29 - Estado civil



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizana Graça de Souza, 2023.

Apesar de a amostra ser micro, os dados coletados de 68 formulários nas palafitas e 10 em cada uma das ocupações indicam uma tendência de mudança na estrutura familiar. Nas ocupações, a comprovação de união familiar não é um pré-requisito para aquisição de um lote, o que permite aos ocupantes obterem sem restrições.

Essa condição contrasta significativamente com as políticas habitacionais de âmbito nacional, em que o estado civil é um pré-requisito para o financiamento. Assim, se os ocupantes buscassem acesso a essas políticas enfrentariam restrições adicionais. Portanto, a análise dos dados sugere uma mudança na estrutura familiar e destaca a flexibilidade das ocupações em relação às políticas habitacionais tradicionais.

4.3.1 O morador da Palafita e as Ocupações: origem e condições de vida

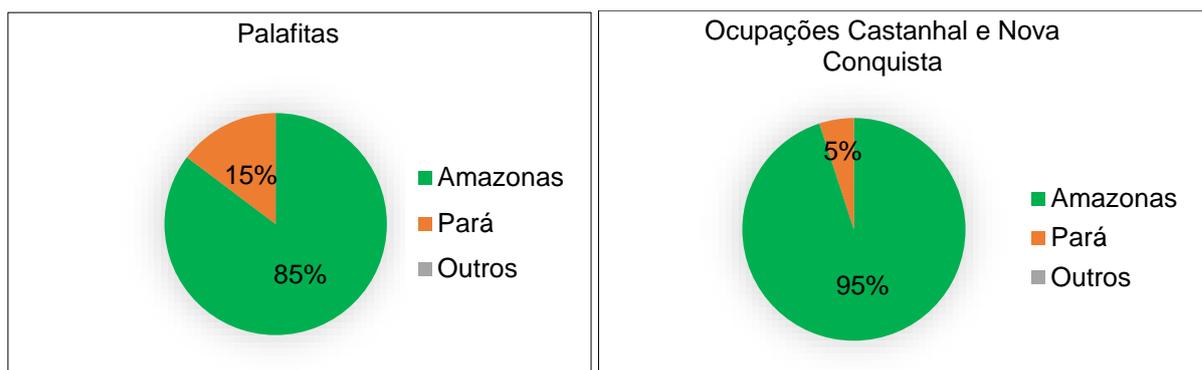
O crescimento urbano de Parintins é simultaneamente contínuo e descontínuo, uma realidade que reflete as constantes mudanças pelas ocupações desse território urbano. O relato deste morador é importante: “a demanda por casa é grande. Aqui, quem tem não vende, se vender é para ir para um lugar melhor” (Informação verbal)²⁴.

Nas áreas de estudo, a maioria dos moradores é natural do Amazonas, representando 85% nas palafitas e 95% nas ocupações Castanhal e Nova Conquista. Além disso, 15% dos moradores das palafitas informaram que migraram do estado do Pará, principalmente de municípios como Juruti, Alenquer, Óbidos, Terra Santa e

²⁴ Informação concedida pelo morador das palafitas - bairro Santa Clara em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

Faró. Nas ocupações, esse percentual é de 5%. Esses dados indicam uma predominância de residentes amazonenses, com uma parcela significativa de migrantes do Pará, especialmente nas palafitas.

Gráficos 30 e 31- Naturalidade dos informantes

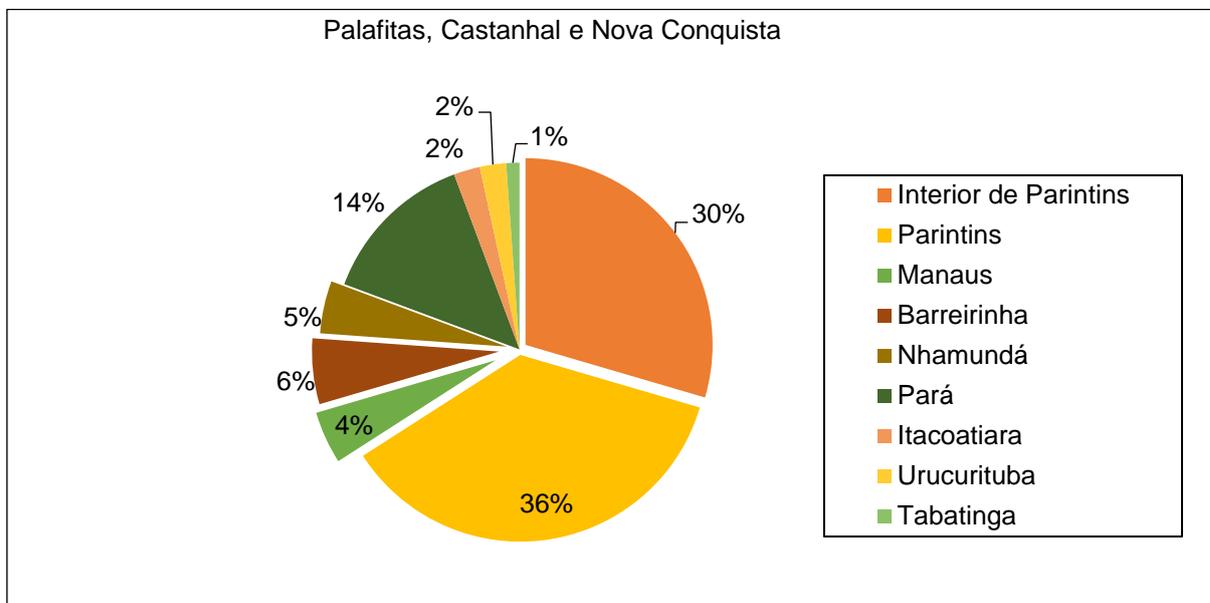


Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Embora Alenquer, Óbidos, Faró e Terra Santa sejam municípios paraenses, não compartilham um limite territorial com Parintins. Esses municípios fazem parte da rede urbana influenciada por Parintins e Santarém. Essas duas cidades atuam como mediadoras de fixos e fluxos na região do baixo rio Amazonas e do oeste paraense, atraindo migrantes para seus centros urbanos, principalmente para serviços de educação e saúde, entre outros. De acordo com Oliveira e Schor (2008) e Bartoli (2017), o fluxo de pessoas e mercadorias é dinâmico entre Parintins e Santarém, consolidando essas cidades como polos intermediários entre as metrópoles Manaus e Belém.

No Gráfico 32, os dados identificam a origem dos moradores. A maioria dos informantes é do município de Parintins, com 30% (26 pessoas) da zona rural e 36% (32 pessoas) da zona urbana. Além disso, 14% informaram ser emigrantes do estado do Pará que residem em Parintins. Os residentes originários de Nhamundá e Barreirinha representam 5% (4 pessoas) e 6% (5 pessoas) dos moradores, respectivamente. Itacoatiara e Urucurituba, municípios do Amazonas, compõem 2% cada (2 pessoas) dos moradores abordados. Da capital, Manaus, obtivemos 4% das respostas (4 pessoas), enquanto de Tabatinga, apenas 1% (1 pessoa). Esses dados sugerem uma tendência de migração interna no estado e interestadual.

Gráfico 32 - Origem dos informantes

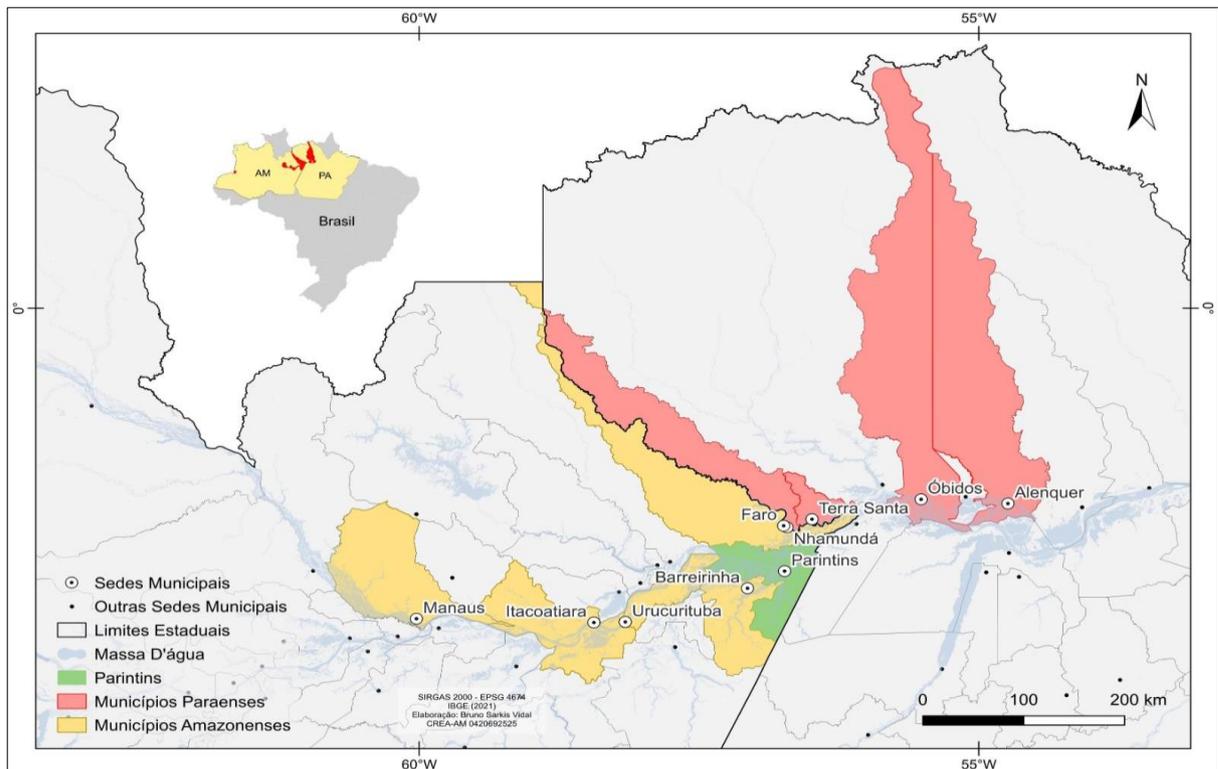


Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Os dados indicam uma migração de municípios vizinhos para Parintins. A migração que observamos resulta da influência na rede urbana à qual o município pertence. Nesse sentido, a cidade torna-se um polo de atração de migração interestadual, concentrando os migrantes e não migrantes no perímetro urbano já consolidado. No entanto, é importante ressaltar que esses movimentos populacionais não invalidam a observação de que as novas ocupações urbanas, em parte, resultam principalmente do crescimento demográfico interno do município.

Os dados coletados durante o trabalho de campo possibilitaram espacializar a extensão e a origem dos municípios e localidades mencionados pelos moradores. É crucial entender as motivações que levaram essas pessoas a se mudarem para a cidade de Parintins, saindo de seus locais de origem.

Figura 45 - Mapa de municípios que as pessoas migraram para Parintins-AM



Fonte: SIRGAS 2000 – EPSG 4674, IBGE (2021). Trabalho em campo (2023). Elaboração: Bruno Sarkis Vidal, 2023.

Ao indagarmos sobre os motivos para a mudança de um lugar para outro, a resposta foi quase unânime: a busca por educação para filhos, trabalho e oportunidade de vida, já que viver em uma cidade oferece uma chance maior de sobrevivência, como expressou uma moradora: “*aqui, meu marido faz um bico de pedreiro aqui outro ali e passa. Não dá para viver bem, mas se vive*” (Informação verbal)²⁵. Poucos moradores apontaram outros motivos.

Em geral, o morador que veio do interior (comunidades rurais do próprio município de Parintins) tem sua história de vida ligada a seu lugar de origem. Observamos que a trajetória de vida é moldada pelas necessidades que cada morador enfrenta ao migrar para a cidade e, posteriormente, para as áreas ocupadas como alternativa.

A migração rural-urbana no Brasil e na Amazônia é complexa e multifacetada, impulsionada por uma variedade de fatores compulsórios. Um caso específico como catalisador para essa migração é a expulsão de famílias de suas propriedades rurais. Essa expulsão pode ser atribuída a conflitos de terra, à desigualdade na distribuição

²⁵ Informação concedida por morador das palafitas – bairro Itaúna I. Pesquisa Direta, fev. 2023.

e às mudanças nas práticas agrícolas e pecuárias da região, fatores que resultam em desemprego nas áreas rurais.

Além disso, a migração rural-urbana em Parintins é impulsionada pela falta de políticas públicas específicas para o setor primário. A ausência de investimentos em infraestrutura no meio rural de serviços básicos e oportunidades econômicas também força as famílias a buscarem as áreas urbanas, como o caso daquelas que migraram para a cidade de Parintins. O Quadro 9 ilustra a origem dos 30% que migraram das comunidades rurais.

Quadro 9 - Comunidades rurais de Parintins de onde vieram os informantes

	Comunidades de Várzea	Nº	Comunidades de Terra firme	Nº
Palafitas	Com. Paraná de Parintins do Meio	1	Com. Betel/Valéria	2
	Com. São Sebastião do Saracura	2	Com. Aduacá	1
	Paurá/rio-amazonas	1	Com. São Tomé-rio Uaicurapá	1
	Com. Itaboraí/rio-amazonas	1	Com. Santa Clara do Jauari-Vila Amazônia	1
			Com. Peixe Marinho	1
			Com. Mocambo do Arari	1
			Com. Igarapé-açú – Mamurú	1
			Com. Fortaleza	1
			Com. Mato Grosso -Vila Amazônia	1
			Com. Panauarú	1
Castanhal			Com. Máximo - lago do máximo	1
			Com. Colônia Japurá	1
Nova Conquista			Com. Mocambo do Mamurú	1
	Com. São Sebastião do Saracura	1	Com. Santa Maria - Parintinzinho	1
			Com. Vila do Caburi	1
			Com. Santa Maria - Parintinzinho	1
			Com. Santo Antônio do Panauarú	1
		Com. Esperança - Zé Açú	1	
Nº total		6		20

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Identificou-se que uma pequena parcela dos informantes saiu da área de várzea do próprio município. No entanto, a maioria dos migrantes do interior veio das áreas de terra firme, que são paisagens naturais com características diversificadas que simbolizam o modo de vida de cada lugar.

Esse contraste cultural se dá com o habitat atual na cidade, principalmente para os moradores das palafitas que vieram de terra firme, onde a sazonalidade do rio em

períodos de enchente e vazante não afetava diretamente suas moradias. A migração nas áreas de estudo ocorreu de maneiras diferentes. Em alguns casos, foi diretamente da comunidade rural para a cidade. Em outros, a migração se deu a partir de diferentes municípios que serviram como ponto de partida.

O quadro abaixo ilustra as respostas dos moradores que migraram para a cidade de Parintins quando perguntados sobre as motivações que os levaram a se mudar.

Quadro 10 - Motivações que levaram a morar na cidade de Parintins-AM

	<i>Respostas dos informantes</i>	<i>Respostas dos informantes</i>
Palafitas	<p>“Trabalho” (2x); “Ter um estudo melhor” (2x); “Paz”; “Mudar de cidade”; “Melhoria para família” (2x); “Melhoria na saúde” (2x); “Separação da família” 2x; “Doença do pai e família”; “Estudo e trabalho” (5x); “Não soube responder”; “Vim em busca de um futuro melhor”; “Vim morar com o filho”; “Mudança dos pais”; “Nenhuma motivação” (3x); “Falecimento da mãe”; “Não deu certo morar no interior”; “Nasce na cidade” (14x);</p>	<p>“Dar uma educação melhor para meus filhos” (10x); “Em busca de melhores condições na cidade para a família” (3x); “Saímos da nossa cidade natal em busca por condições de vida da nossa família”; “As motivações que me levaram a morar aqui foi devido meu pai adoecer e tivemos que mudar de cidade para cuidar dele”. “Morava com a madrinha, depois formei família e filhos”; “Vim criança não sei informar”; “Mudança de lugar” (2x); “Condições de emprego e companhia para meus filhos”; “Estudo e melhorar a condição de vida”. “Estudo e condições financeiras” (5x); “Pelos meus filhos que moram aqui na cidade”.</p>
Castanhal	<p>“Família”; “Trabalho”; “Nasce na cidade 3x”; “Condições financeiras.”</p>	<p>“A saúde de meu marido”; “Saúde e oportunidade de estudo”; “Por motivos de estudo e oportunidade para os filhos”;</p>
Nova Conquista	<p>“Estudo, trabalho e a cultura da cidade”; “Trabalho”; “Nasceu na cidade (3x);</p>	<p>“Estudar e procurar melhoria”; “Melhores condições”; “Procurar melhoria devido sermos idosos”; “Meus filhos e netos moram aqui”; “Oportunidade de estudo para os filhos”.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Para esse morador, a cidade é vista como lugar de oportunidades, um meio para melhorar a vida e garantir o sustento da família. As respostas que mais chamaram atenção foram “dar uma educação melhor para meus filhos”, “estudo e

condições financeiras” e “em busca de melhores condições na cidade para a família”. Essas respostas destacam que a educação dos filhos é a principal preocupação no momento. Nesse sentido, a cidade é tida como possibilidade e oportunidade para usufruir de serviços que ela proporciona.

A condição de saúde e a disponibilidade de atendimento foram componentes significativos nas respostas também. Entretanto, as histórias de vida nem sempre se repetem entre os sujeitos. Em alguns casos, observa-se uma migração mais recente, enquanto em outros, existem laços familiares mais antigos. Essa distinção é relevante porque o processo migratório é acompanhado de uma rede social de apoio. Oliveira (2014) afirma que essa rede consiste na presença prévia de algum parente, amigo ou conhecido.

Quando chegaram à cidade, o chefe da família começou a procurar um lugar para morar, geralmente provisório, enquanto buscava um emprego com o objetivo de economizar o suficiente para comprar um terreno e construir sua própria casa. Muitos desses migrantes não possuem qualificações específicas e frequentemente se encontram em empregos informais. Enquanto buscam um lugar para fixar a nova residência, costumam se acomodar na casa de parentes ou conhecidos. Com o passar do tempo, podem acabar encontrando um espaço em áreas como as palafitas e outras ocupações do estudo.

Entretanto, a pequena economia acumulada, proveniente da venda do terreno na zona rural, que tende a ser abandonado por aqueles que emigram de suas comunidades de origem ou de seus instrumentos de trabalho, não lhe permite a compra de um terreno em área valorizada da cidade. Isso fica explícito na fala deste morador, que relata sua trajetória, saindo da área de várzea do município de Parintins, localizada a duas horas de viagem até a cidade:

Eu morava na comunidade do Paraná de Parintins do Meio, lá trabalhávamos na juta, na pesca, na criação de animais e plantávamos melancia, também. Como na época a escola era até o ensino fundamental, resolvemos vir para a cidade trazer nossos filhos para estudar. Vendemos tudo lá, quando chegamos aqui encontramos este lugar mais barato para comprar, e aí compramos. Meus filhos terminaram os estudos, arrumaram companheiros (a) e foram embora, agora só estou com os netos...risos. Aqui em casa, eu trabalho com eletrônica, é meu ganha pão, até agora não me aposentei e pra não passar fome tenho que trabalhar. Eu conserto aparelho de som, faço mesa de som, até televisão eu dou jeito. O lugar onde estou diz muito as

*condições em que vivo. Aqui não tenho nenhuma relação com o rio. (Informação verbal)*²⁶

Verificou-se que alguns dos moradores das palafitas são os primeiros ocupantes. Uma das moradoras que migrou da comunidade do Itaboraí, zona rural de Parintins, relatou: “*nós fomos os primeiros a chegar e construir aqui. Era tudo mato, água limpa e tinha muito peixe, depois foi chegando mais gente, aí todo ano diziam que iam tirar a gente daqui, aí fomos ficando, até hoje. Só era promessa, né?*” (Informação verbal)²⁷. Para os moradores, as palafitas e as ocupações Castanhal e Nova Conquista são alternativas para quem precisa de uma casa. Sem recursos financeiros, esses moradores recorrem a esse tipo de solução, vista como provisória, na expectativa de algo melhor.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que os moradores abordados possuem um baixo grau de escolaridade e renda. Essa realidade se reflete diretamente no tipo de aquisição e construção das habitações. As famílias envolvidas nesse processo ora aparecem desprovidas de moradia, ora como reprodutoras de interesses individuais que beneficiam um determinado grupo, o que não promove o bem coletivo da população, mas reproduz o controle e ações das estruturas de poder, como argumenta Oliveira (2016).

Esse processo “revela a hierarquização dos lugares e pessoas como a articulação entre morfologia espacial e social, esta estratificação revela as formas da segregação urbana” (Carlos, 2007, p. 27). Como observado nas áreas de estudo, as habitações foram construídas em terrenos periféricos desprovidos de serviços. Mesmo após sua consolidação, as áreas continuam sem saneamento básico e equipamentos públicos coletivos. Essa contradição reforça a análise sobre as condições de vida dessa população amazônica, como parte de um projeto de controle e poder que se materializa no aumento das desigualdades espaciais urbanas.

4.3.2 Condições de vida e trabalho

A situação empregatícia dos moradores e a produção das habitações está ligada à renda. Por isso, a ocupação das margens do rio, de terra pública ou privada, mesmo que de forma irregular, simboliza a luta pelo direito à cidade e à moradia dessas pessoas. A localização das palafitas tende a garantir o acesso aos serviços e

²⁶ Informação concedida pelo morador de palafita - bairro Santa Rita. Pesquisa Direta. fev. 2023.

²⁷ Informação concedida pela moradora de palafita - bairro Francesa. Pesquisa Direta. fev. 2023.

equipamentos urbanos do entorno. No entanto, essa população acaba produzindo espaços sem infraestrutura necessária ao bem-estar social de seus moradores.

A condição socioeconômica das áreas de estudo sugere que eles representam uma parcela da população à margem das políticas públicas habitacionais, as quais poderiam lhes garantir uma expectativa de qualidade de vida melhor. A “pobreza” se soma aos inúmeros problemas de ordem socioespacial e moral, como a marginalidade, a prostituição infanto-juvenil, a falta de qualificação profissional, o baixo nível de escolaridade e o rendimento dos responsáveis da moradia, o que reforça a deterioração dessa situação (Santos, 1987).

A análise dos dados sobre escolaridade, trabalho e renda permitiu-nos entender a persistência da precariedade da vida dos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista. Entretanto, é importante atribuir ao poder público uma parcela de responsabilidade no processo de deterioração das condições socioeconômicas da população, a qual representa a realidade de milhões de famílias pobres deste país.

É importante considerar a situação empregatícia daqueles que responderam ao formulário, especialmente em relação às atividades em que trabalham, uma vez que parte desses moradores não têm qualificação para ser absorvida pelo mercado formal de trabalho, uma limitação imposta pelo grau de escolaridade. Além disso, a conjuntura político-econômica atual, caracterizada por uma oferta limitada de empregos e um ritmo de crescimento econômico lento, também deve ser levada em conta. Esses fatores têm contribuído para o distanciamento social entre ricos e pobres, impulsionando as desigualdades sociais.

Durante a aplicação dos formulários, observamos que as ocupações por moradia em Parintins indicam uma prevalência do trabalho informal entre os moradores, conforme demonstrado no Quadro 11. Poucos são os que trabalham de carteira assinada ou possuem contratos temporários com rendimento superior a dois salários-mínimos. A maioria dessa população trabalha por conta própria, incluindo os bicos diários, trabalhos temporários e pequenos serviços prestados informalmente pela cidade.

Quadro 11 - Principais atividades exercidas pelos responsáveis da moradia

Palafitas	<i>Dona do lar (8x); Área marítima; Trabalha no lar; Área de turismo; Manicure; Pecuária; Artesão (3x); Vigilante (3x); Diarista (2x); Estudante; Corte/costura (4x);</i>	<i>Venda de bombons; Área de estética; Autônomo; Ajudante de obra; Horta; Pesca (3x); Tricicleiro; Feirante; Eletrônica; Balconista; Massagem;</i>	<i>Montador de palco; Bico de pedreiro; Técnico de internet; Aluga apartamentos; Aposentado (a) (9x); Não trabalha (2x); Bico de triciclos; Agente de serviço gerais; Agente de saúde municipal; Fabricação de vassoura; Corte de cabelo;</i>
Castanhal	<i>Agricultura; Auxílio-doença; Técnico em educação;</i>	<i>Bolsa família (3x); Dona de casa;</i>	<i>Diarista; Nenhuma atividade extra; Bico de triciclo.</i>
Nova Conquista	<i>Fiscal de loja; Aposentado; Venda de farinha;</i>	<i>Aposentado; Diarista (2x); Corte de cabelo.</i>	<i>Eletricista (2x); Ajudante da construção civil;</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Souza, 2023.

Ao considerar a condição de vida daqueles que trabalham por conta própria, ou seja, que se envolvem em atividades informais de curta duração e remuneração relativamente baixa, fica claro que eles estão submetidos a uma jornada de trabalho mais intensa. Silva (1982, p. 88) afirma o seguinte:

Os trabalhadores por conta própria, irregulares, têm toda uma vida centrada no trabalho por praticamente qualquer remuneração. Se o tempo gasto no processo de procura por trabalho for incluído, então esse tipo de trabalhador pode ser considerado o mais sobrecarregado dentre os estratos sociais mais baixos.

Além das atividades observadas, nas palafitas e ocupações, foram encontradas famílias nas quais os cônjuges não estão empregados. Notou-se, também, a necessidade da participação feminina no mercado de trabalho local. As mulheres, geralmente, são submetidas à baixa remuneração e exercem atividades diversas como diarista, confecção de artesanato, manicure e venda de farinha. Realizam trabalhos temporários, corte e costura, cultivo de plantas ornamentais, pesca, venda de bebida nos finais de semana e até venda de flal²⁸, sorvete e picolé, conforme identificado na Figura 46. Na foto A, o anúncio de venda de flal, sorvete e picolé em

²⁸ O flal é o mesmo que dindin, sacolé, chup-chup, geladinho e outros tantos nomes, dependendo da região do país. No Amazonas, há variações quanto ao nome, por exemplo, em Parintins denomina-se Flal já nos outros municípios: Coari (Totó), Ipixuna (Vip), Tefé (geladinho), Tabatinga (Kuriti), Itacoatiara e Eirunepé (Miau) e Maués (Shopinho).

uma residência da ocupação Castanhal indica um uso misto das famílias na geração de renda dentro da própria comunidade em que residem.

Figura 46 - Algumas estratégias de renda dos moradores das palafitas e ocupações



Legenda: Foto (A): venda de flal, sorvete e picolé na ocupação castanhal. Foto (B): morador trabalhando de triciclo no bairro da Francesa. **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2023.

O depoimento a seguir revela a estratégia de vida adotada e focada em garantir a provisão das necessidades básicas do dia a dia. Cada novo dia é encarado como um devir e uma possibilidade de estar na cidade.

Aqui a gente vive de fazer, tudo de um pouco, como dizem a gente se vira. Se souber fazer, não falta trabalho, mas o dinheiro que é bom, nem sempre se vê [...] eu trabalho de triciclo nas ruas da cidade, quando consigo um dinheiro no caminho já compro as coisas aqui pra casa. Minha companheira recebe o bolsa família. [...] O dela é mais certo. [...] Nem lembro mais quando assinei a última vez minha carteira, risos [...]. (Informação verbal)²⁹

O Gráfico 33 apresenta a correlação direta entre escolaridade, trabalho informal e baixa remuneração dos informantes. Observamos que a maioria dos chefes das famílias ganham entre um e meio salário-mínimo³⁰, o que representa 64% dos

²⁹ Informação concedida pela moradora de palafitas - bairro Palmares em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

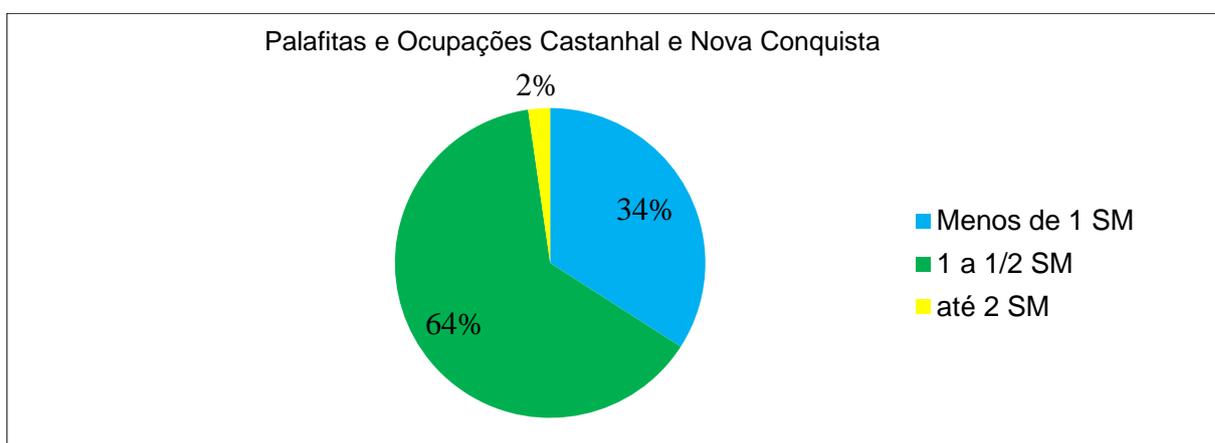
³⁰ À época de sua criação (Lei N° 185, de 14/01/1936) o Salário-Mínimo foi definido como remuneração mínima devida ao trabalhador, sem distinção de sexo – capaz de satisfazer suas necessidades normais de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte. 2. O Capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (de 1943) refere-se ao salário-mínimo. O artigo 76 conceitua o salário-mínimo da seguinte forma: “Art. 76 - Salário-mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades

moradores das palafitas e das ocupações. Nas residências onde foi aplicado o formulário, a principal fonte de renda é o bolsa família³¹, complementada por uma atividade informal.

Os programas de transferência de renda têm diferentes efeitos sobre a oferta de emprego dos adultos em famílias beneficiárias. Se, por um lado, a transferência gera um efeito negativo sobre a oferta de emprego formal, por outro lado, a exigência de frequência escolar dos filhos pode levar os adultos a assumirem as tarefas dos filhos em casa ou no mercado de trabalho. Portanto, esses programas podem resultar em uma substituição de papéis dentro da família.

O quadro torna-se ainda mais preocupante ao constatarmos que quase 34% dessas famílias recebem menos de um salário-mínimo e não realizam quaisquer atividades na geração de renda para a família. Em contraste, apenas 2% dessas famílias têm renda de até dois salários-mínimos.

Gráfico 33 - Rendimentos dos informantes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Souza, 2023.

normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecSMIF.pdf> Acesso em: 10 out. 2023.

³¹ A Lei N° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, criou o Programa Bolsa Família e deu outras providências. Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei n° 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei N° 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n° 2.206- 1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n° 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n° 3.877, de 24 de julho de 2001. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/leis/Lei%2010836.pdf Acesso em: 11 de out. 2023. Na época da aplicação dos formulários nas áreas de estudo, o programa que estava em vigor era o Auxílio Brasil, criado pela **Medida Provisória n° 1.061** com as diretrizes do novo programa voltado às famílias em condição de vulnerabilidade. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-cria-o-programa-auxilio-brasil-para-unificar-politicas-sociais> Acesso em: 11 out. 2023.

Os dados do IBGE (2010) indicam que a zona urbana de Parintins é predominantemente habitada por uma população de baixa renda. Essa condição incide diretamente nas opções de aquisição da habitação, devido ao baixo rendimento. Sendo assim, as famílias enfrentam situações adversas nesses locais ocupados e acabam se adaptando às dinâmicas de moradia nessas áreas.

A Tabela 2 sobre os dados do IBGE (2010) na área urbana chama atenção pela porcentagem dos sem rendimentos que corresponde a 29,07% e os rendimentos de mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salários-mínimos que perfazem 18,01%. Os dados retratam a não disponibilidade de emprego para atender essa população que necessita de políticas compensatórias para seu sustento. Por outro lado, a concentração de renda pela menor parte da população ofusca a cidade real para todos.

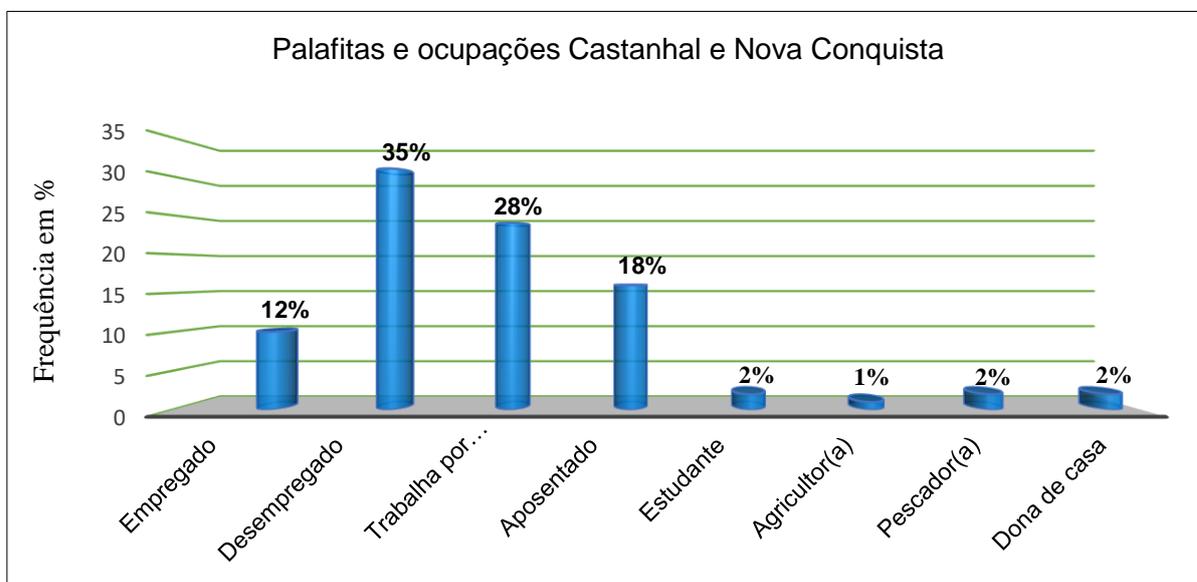
Tabela 2 - Rendimento nominal mensal da área urbana e rural de Parintins-AM

Rendimento	Urbana	Rural	Total
Até 1/4 de SM	6,11	2,57	8,68
Mais de 1/4 a 1/2 SM	4,99	4,33	9,31
Mais de 1/2 a 1 SM	18,01	6,76	24,77
Mais de 1 a 2 SM	6,79	0,92	7,71
Mais de 2 a 3 SM	2,1	0,14	2,24
Mais de 3 a 5 SM	1,9	0,08	1,99
Mais de 5 a 10 SM	1,09	1,02	1,12
Mais de 10 a 15 SM	0,19	0	0,19
Mais de 15 a 20 SM	0,11	0	0,12
Mais de 20 a 30 SM	0,07	0	0,07
Mais de 30 SM	0,04	-	0,04
Sem rendimento	29,07	14,69	43,76
Sem declaração	-	-	-
	70,47	29,53	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

A seguir, o Gráfico 34 apresenta a ocupação profissional dos moradores das palafitas e ocupações, revelando que 35% dos pesquisados estavam desempregados no momento em que responderam aos formulários. No entanto, isso não quer dizer que um dos cônjuges não esteja trabalhando informalmente. Enquanto 28% trabalham por conta própria, 18% são aposentados e 12% responderam estar empregados. As categorias estudantes(s), pescador(a) e donas de casa representam 2% da população pesquisada cada uma, e os agricultores são representados por 1%.

Gráfico 34 - Ocupação profissional dos pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Souza, 2023.

Observa-se que o rendimento familiar na faixa de um a meio e menos de um salário-mínimo é significativo na área urbana, como mostra a Tabela 2. Quando indagados sobre se receberam algum tipo de benefício social, 61% informaram que recebiam. Desses, 59% responderam que o benefício é o bolsa família, enquanto 1% recebe pensão e 1% auxílio-doença. Essas duas variáveis apareceram na pesquisa. Por outro lado, 39% dos abordados afirmaram não receber nenhum benefício. Com isso, não houve registro do benefício seguro-desemprego e seguro defeso na pesquisa.

Para serem elegíveis ao benefício, um dos critérios estabelecidos, ainda na fase do ensino fundamental, é que os filhos estejam regularmente matriculados. A frequência escolar e o acompanhamento na saúde e na assistência social são condições para o recebimento dos programas sociais do Governo Federal, especialmente o Bolsa Família³². Os beneficiários recebem, no mínimo, R\$ 600,00 por

³² Publicada no Diário Oficial da União, a Lei 14.601 deu origem à medida provisória de recriação do Bolsa Família pelo novo governo Lula (MP 1.164/2023). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-cria-o-programa-auxilio-brasil-para-unificar-politicas-sociais> Acesso 11 de out. 2023. É o principal programa social do Governo Federal que contempla as famílias das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista é o Programa Bolsa Família (PBF), o qual corresponde a um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres (com renda mensal per capita por pessoa de R\$ 142,00. O valor mínimo é de R\$ 600,00 por famílias e seus adicionais. Para entrar no Programa Bolsa Família, as famílias devem ter uma renda mensal por pessoa de até R\$218,00. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> Acesso 11 de out. 2023.

mês. Para muitas famílias das palafitas e das ocupações, o benefício representa parte significativa do orçamento familiar, como expressou uma mãe, moradora da ocupação Castanhal: *“não tenho emprego e o bolsa família é a nossa renda. Na cidade não tem onde trabalhar, né? Aqui em casa tem dias que não tem nada para comer. É coisa pouca, mas ajuda”*. (Informação verbal)³³

Observou-se que o benefício representa uma fonte de renda certa e fixa, com o qual se pode contar. É constante a preocupação das famílias beneficiadas quanto à possibilidade de perder esse *“ganho”*. Desse modo, uma mãe expressou espontaneamente o seguinte: *“me esforço todos os dias para levar meus filhos na escola. Só aqui são três, o bolsa família é uma ajuda muito grande para nós que não temos nada e isso ajuda bastante. [...] Aqui, quase todo mundo tem seu bolsa família”* (Informação verbal)³⁴.

Quando são comparadas a renda e a situação empregatícia, observamos a perspectiva que vem sendo sustentada nesta tese. Embora a moradia seja estabelecida como um direito na Constituição Federal (BRASIL, 1988), é na população de baixa renda que a exclusão desse direito se manifesta, em prol dos benefícios do capital financeiro e mercantil. As alternativas de moradia encontradas por essas famílias geralmente se localizam em áreas sem interesse para o mercado imobiliário. Nesse sentido, a habitação se torna integrante da reprodução do capital, transformada em uma mercadoria especial, com elevadas taxas de lucros, impulsionando o capital imobiliário.

Nas áreas de estudo, notou-se que algumas famílias transformam suas residências em fonte de renda, alugando-as, principalmente nas palafitas. Essas áreas são atrativas para locação por serem localidades já consolidadas e por sua proximidade a diversos serviços. Contudo, nas ocupações essa forma de extração de renda ainda não é possível.

Neste movimento do fazer e se apropriar da cidade, as ocupações criam mecanismos de extrair vantagens. Quando se dá em áreas públicas, como é o caso do Castanhal, os principais beneficiados são os grupos políticos. Esses se apropriam da demanda por moradia para formalizar a ocupação em bairros e implementar os serviços básicos de infraestrutura. Por outro lado, quando a ocupação acontece em

³³ Informação concedida pela moradora da ocupação Castanhal em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

³⁴ Informação concedida pela moradora da ocupação Nova Conquista em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

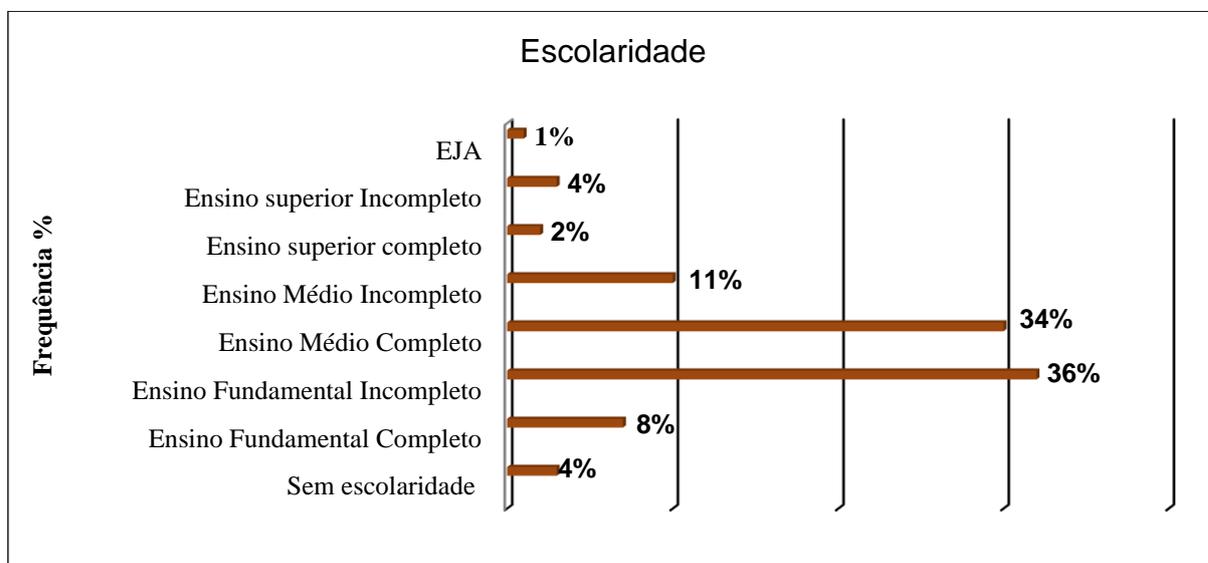
terras particulares, como é o caso da Nova Conquista, os beneficiados são os proprietários de terra, que recebem a indenização do grupo político que se propôs a resolver o problema da população.

Quando o espaço começa a receber melhorias, os moradores sofrem pressão dos grandes e médios comerciantes que desejam comprar essas áreas para construir seus estabelecimentos comerciais. Porém, quando necessitam viajar por motivos de saúde e até migrar de cidade, esses moradores realizam a venda do terreno. Ao venderem os terrenos, começam novamente a se organizar com novas famílias para ocupar outras áreas na expansão da cidade. Além disso, durante o processo de ocupação, alguns ocupantes vendem suas parcelas para outras famílias a preços mínimos, buscando lucrar com o terreno.

Também observamos o grau de escolaridade dos chefes de família ou cônjuges das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista. O baixo grau de formação escolar do chefe da família complementa os itens anteriores. Os dados de campo mostram que 36% dos informantes afirmaram ter apenas o Ensino Fundamental Incompleto, enquanto 34% concluíram o Ensino Médio. Outros 11% responderam possuir o Ensino Médio Incompleto, e 8% concluíram o Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior, 4% afirmaram ter o Ensino Superior Incompleto, e 2% concluíram o Ensino Superior. Quanto à Educação de Jovens e Adultos - EJA, 1% dos abordados se enquadram nesta categoria, enquanto 4% declararam não possuir escolaridade dentre aqueles responderam ao formulário.

O nível de escolarização dos responsáveis das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista é baixo e alcança 60% daqueles que não concluíram o Ensino Médio. Neste percentual, estão incluídos aqueles que não se alfabetizaram, conforme indicado no Gráfico 35, além dos 11% que não concluíram o ensino médio e aqueles que têm o ensino fundamental completo e incompleto. Nesse cenário, o baixo grau de escolaridade justifica, em parte, o nível de renda, reforçando a condição de uma força de trabalho com baixa instrução profissional e, conseqüentemente, mal remunerada. A qualificação para o exercício de determinadas funções profissionais implica em uma remuneração potencialmente mais alta ou mais baixa. Esse quadro social tende a dificultar a absorção dessa força de trabalho pelo mercado, levando à submissão de subemprego e à exploração.

Gráfico 35 - Nível de escolaridade dos chefes de famílias das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Souza, 2023.

Estamos diante de uma situação complexa, observada *in loco*, nas ocupações Castanhal e Nova Conquista, onde há presença de casais jovens na faixa etária entre 18 e 35 anos, que interromperam seus estudos devido à necessidade de trabalhar e sustentar a família. Aliás, essa realidade é identificável no contexto urbano amazônico, onde cada vez mais cedo, os jovens estão ingressando no trabalho informal. Para as famílias mais pobres, os desafios de morar na cidade são ainda maiores.

As políticas urbanas têm provocado alterações no modo de vida rural, impulsionada por um conjunto de transformações associadas ao processo de urbanização. De acordo com Castro (2006), a atual configuração territorial da Amazônia é o resultado de mudanças que ocorreram na sociedade e na economia regional nas últimas décadas. Entre essas mudanças, segundo Lima (2018), destaca-se a diferenciação interna do uso do solo, da floresta, dos rios e da estrutura da propriedade.

Para Lima (2018), a introdução de novos serviços na cidade tem atraído a população rural, especialmente os jovens, que demonstram uma preferência por morar na zona urbana. Isso resultou em um número considerável de famílias ribeirinhas das áreas rurais que migraram para a área urbana. Esse processo ocorre mesmo com a população sendo relativamente menor na área rural, conforme mencionado anteriormente.

O perfil econômico dos moradores das áreas palafíticas e das ocupações materializa a desigualdade no espaço urbano e os dilemas enfrentados devido às

condições de vida à qual são submetidos. Deve-se considerar que as desigualdades sociais, políticas e econômicas são fatores determinantes para o surgimento e o agravamento das condições precárias de moradia, contribuindo para a expansão dos assentamentos informais sem infraestrutura adequada.

Nas áreas estudadas, as atividades informais predominam, contribuindo para a informalidade e os menores índices de desenvolvimento social e econômico. Isso indica que uma parcela significativa de seus habitantes enfrenta uma baixa qualidade de vida. Conseqüentemente, a população dessas áreas vive em condições de habitabilidade difíceis, como nos assentamentos informais, que agridem o meio natural ao ser utilizado de diversas formas (Sakatauskas, 2015).

Sakatauskas, Santana e Leitão (2018) argumentam que a questão da habitação na Amazônia é reflexo da lógica do modo de produção capitalista, que se manifesta por meio das desigualdades sociais e econômicas presentes nas cidades brasileiras. De acordo com Cardoso (2012), a falta de moradia é um problema central no contexto urbano brasileiro. Isso ocorre porque grande parte da população é composta por trabalhadores com necessidades de consumo habitacional (moradia e serviços coletivos) reconhecidas socialmente. Essa exclusão do mercado imobiliário formal tem levado a um processo de apropriação de territórios informais, considerados irregulares nas cidades.

4.4 Os equipamentos e as condições de serviços básicos nas palafitas e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista

Os objetos que se articulam na produção do espaço urbano são constituídos de “fixos e fluxos” (Santos, 2006). Eles não apenas garantem a estrutura da cidade, mas também os elementos que se desenvolvem no modo de produção da cidade. Esses elementos se relacionam e atribuem singularidades às formas-conteúdos, mediando a interação entre pessoas e objetos. Ao se materializarem no espaço, permitem que os sujeitos se conectem com as relações de trabalho, lazer, equipamentos coletivos e tenham acesso ao comércio e ao transporte. Portanto, embora essas relações contenham contradições, garantem a articulação de pessoas e de objetos por meio do uso.

Ao correlacionar a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos coletivos, constatou-se a ausência e a deficiência de alguns desses no cotidiano dos moradores nas áreas de estudo. Santos (2006) destaca que as articulações e as

influências entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos feitos pelos sujeitos produtores e consumidores são contraditórios. Quando as ações entram em descompasso com as necessidades da sociedade, ficam comprometidas. Isso é evidente nas condições dos assentamentos informais estudados, onde os meios de consumo, que deveriam ser garantidos, não são atendidos. Os três entes públicos de poder falham em garantir o direito aos equipamentos de uso coletivo, como escolas, postos de saúde, segurança, construção de vias públicas, transporte, área de comércio, lazer, saneamento básico e energia. Quando esses entes públicos se abstêm da estruturação urbana da cidade, os moradores sentem as consequências.

Devido às condições que perpassam esses assentamentos, há o distanciamento do direito à moradia e da cidade, o que não é exclusivo das ocupações aqui analisadas, conforme foi evidenciado nas pesquisas feitas por Sakatauskas (2020) e Araújo (2006) de outras realidades. Nas áreas palafíticas e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista, a luta se constitui pelo direito à posse da terra.

4.4.1 A disponibilidade da posse

Quanto à disponibilidade da posse, os dados da pesquisa apresentaram limitações devido à fragilidade dos dados locais sobre os assentamentos informais e as condições mínimas de moradia. Com isso, há informações imprecisas e desatualizadas. Dessa forma, a pesquisa de campo realizada nas áreas de estudo assumiu um papel crucial, pois buscou preencher essa lacuna de conhecimento dessas áreas.

Uma habitação é considerada inadequada quando seus ocupantes não possuem segurança de posse, que lhes garanta proteção legal contra despejos forçados, reintegração de posse e outras ameaças. Matosinhos e Faria (2017) citam que o acesso à moradia poderia ser garantido por meio de políticas de reordenação do solo, promovendo o direito à cidade e uma maior inclusão social para a população de baixa renda. Em outras palavras, é fundamental que todos tenham a garantia de um lugar seguro para morar, sem o risco de serem despejados, independentemente da forma da ocupação (Nações Unidas, 1992).

Na cidade, a terra é um dos elementos fundamentais para garantir uma habitação, sendo dever do Estado intervir para garantir o acesso à terra urbana.

[...] a terra ainda é sinônimo de vida, apesar de tanta matança ter havido em seu nome. E é vida não só porque oferece frutos que matam a fome, mas porque purifica o ar que se respira e a água que se bebe. Fosse pouco, dá ainda o sentido do viver humano, sua referência, sua história, sua utopia e

seu sonho. [...] A cultura que confunde a terra e sua função humana, social, com o direito abstrato de propriedade, exclusivo e excludente, faz uma opção contra a vida (Marés, 2003, p. 15).

A falta de documentação legal da terra é um dos fatores que caracterizam a subtração dos direitos habitacionais da população. Este estudo constatou que a ausência de dados precisos sobre a posse impede uma compreensão clara do problema. Isso se deve à complexidade do tema, à capacidade institucional limitada e às metodologias de coleta de dados utilizadas pelo IBGE na escala municipal. Além disso, a falta de uma política fundiária consistente, tanto em nível nacional quanto local, contribui para essa situação (Schwade, 2019).

Essa discussão se apresenta amparada em uma questão constitucional que prevê o cumprimento da função social da propriedade. Apesar do avanço político da Constituição Federal (Brasil, 1988), ela não vetou o direito à propriedade privada da terra. Nesse contexto, a ideologia da casa própria se reproduz entre todas as esferas da sociedade, afetando a lógica das palafitas e ocupações que foram formas adaptativas na cidade. Essas últimas estão inseridas em um mercado informal, visando à satisfação da moradia.

Diante do contexto atual, torna-se evidente a urgência de um programa de regularização fundiária urbana em todos os níveis, considerando as peculiaridades de cada território. Os problemas associados à urbanização e à habitação têm raízes históricas, remontando ao processo de colonização e urbanização do Brasil, e se intensificaram nas últimas décadas do século XX. Portanto, é preciso abordar essas questões com políticas abrangentes que visem mitigar as desigualdades e promover o acesso ao direito à moradia para todos os brasileiros (Fonseca e Tavares, 2013; Schwade, 2019).

Hoje, cerca de 40% das cidades brasileiras com menos de 20 mil habitantes têm loteamentos clandestinos. Isso não é um mero sintoma de um modelo de desenvolvimento, mas o próprio modelo. Não estamos falando de uma exceção, mas de regra (Fernandes, 2006, p. 16).

O combate à irregularidade urbana no Brasil é um desafio complexo. A regularização fundiária surge como uma questão essencial, especialmente na região amazônica, que apresenta particularidades desde seu processo inicial de ocupação (Schwade, 2019). Devido às características específicas do Amazonas, como a presença de terras devolutas, conflitos de posse e pressões relacionadas à expansão agrícola e atividades extrativistas, essas porções do território requerem atenção

especial. Nesse sentido, a regularização fundiária se torna crucial para a promoção da segurança jurídica na garantia dos direitos territoriais e concilia a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável na região.

Até a década de 1960, as terras amazônicas pertenciam à União e aos estados. De acordo com registros do IBGE, cerca de 87% dessas terras eram compostas por matas e áreas não cultivadas. As pequenas porções eram exploradas por caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo animal e vegetal. Além disso, aproximadamente 11% consistiam em pastagens naturais. Isso indica que a grande maioria das terras amazônicas era de domínio público e não possuía titulação como propriedade privada (Loureiro e Pinto, 2005; Sakatauskas, 2020; Schwade, 2019).

Segundo os autores, durante os anos 1990, com a implementação da agenda neoliberal no país, ocorreram ações discriminatórias e ações de fiscalizações conduzidas por órgãos fundiários com o objetivo de distinguir e delimitar terras públicas das terras privadas, o que intensificou o cenário de caos fundiário que já perdurava por décadas. A Constituição Federal não abordou adequadamente as questões de segurança jurídica e fundiária, resultando na consolidação do conflito que persiste até hoje. Para enfrentar os problemas fundiários na Amazônia, seria necessário retirar “[...] os esqueletos do armário e reviver um momento histórico difícil e traumático” (Loureiro e Pinto p. 82).

Nesse sentido, discutir novas diretrizes e estratégias nos processos de regularização fundiária no território do Amazonas traz à luz os problemas urbanos atuais. Ao focarmos na cidade das áreas estudadas, há um contraste entre os esforços de regularização fundiária e o adensamento de assentamentos informais, que permanecem em situação irregular. Essa realidade é a chave central para regularização fundiária e implementação de políticas urbanas, uma vez que as questões de posse afetam praticamente toda a população de baixa renda no espaço urbano de Parintins.

A falta de planos e a aplicação da legislação urbanística é a principal causa dos problemas da cidade, que cresce de maneira predatória. Apesar do extenso aparato regulatório que normatiza a produção do espaço em Parintins, a população urbana produz seu espaço pela informalidade em relação à moradia. Isso se destaca pela exclusão social que está intrinsecamente ligada à não aplicação da lei de uso e ocupação do solo, que desconsidera a realidade do lugar. Portanto, é fundamental repensar a legislação urbana, considerando a necessidade de inclusão dos direitos

de moradia, independentemente de sua condição. Porém, como afirma Maricato (2013, p. 147), a legislação “[...] constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder”.

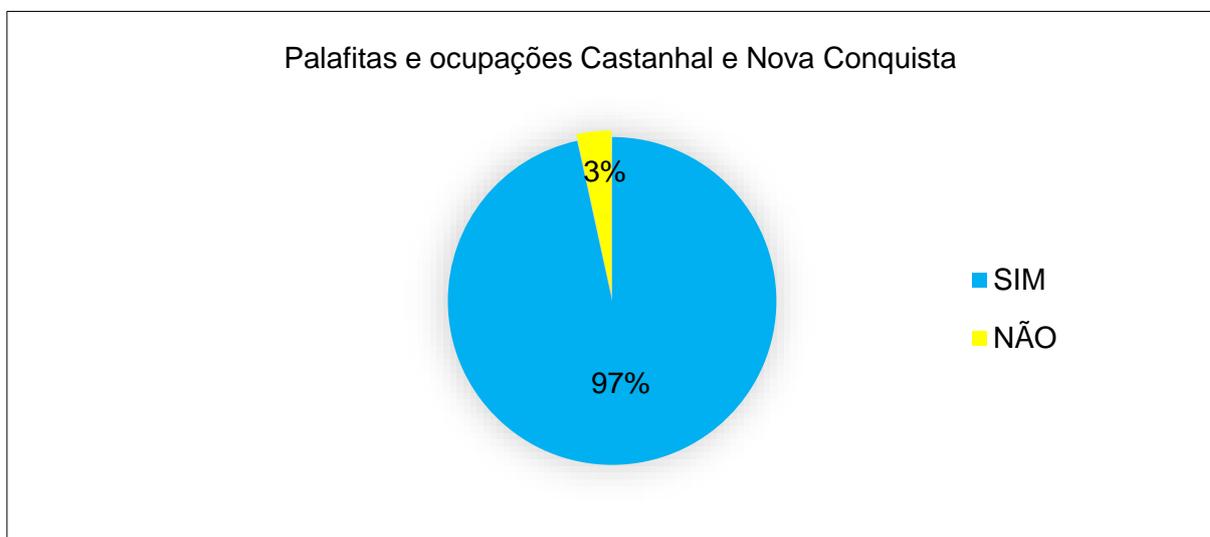
As propostas de política fundiária e imobiliária buscam intervenções que assegurem a função social da propriedade. Isso inclui a implementação de registros e cadastros precisos de propriedades, bem como a democratização dos investimentos públicos na cidade. Embora a lei desempenhe um papel neste processo, ela não é suficiente por si só. A aplicação efetiva da lei depende da correlação de forças existentes, especialmente em países como o Brasil, onde o poder político, o patrimônio e o poder econômico muitas vezes se sobrepõem (Maricato, 2013). Para enfrentar esse desafio, é necessário implementar ações que visem à redistribuição equitativa da terra, à transparência nos processos de gestão urbana e ao fortalecimento de mecanismos de participação cidadã, a fim de garantir uma abordagem mais inclusiva na política fundiária e imobiliária.

A condição da posse reflete a insegurança jurídica vivenciada pelos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista, destacando a importância de tratar o tema no planejamento da cidade. Apesar dos avanços nos marcos regulatórios no país, a realidade da cidade observada demonstra a deficiência de políticas efetivas para legalizar e urbanizar a terra de forma mais justa.

A questão fundiária no espaço intraurbano de Parintins apresenta desafios devido à complexidade. Segundo Schwade (2019), essa situação deve-se às características do Estado, que apresenta elementos que devem ser considerados, tais como: terrenos de marinha, ilhas urbanizadas, terrenos públicos reservados e áreas ambientais. Esses fatores exigem ações específicas de regularização em áreas localizadas no espaço urbano, o que dificulta o processo de regularização.

No formulário aplicado aos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista, 77% afirmaram que seus domicílios são próprios e 23% declararam não serem proprietários. Os dados de campo indicam uma situação de insegurança jurídica entre a população urbana estudada. Nesse sentido, quando indagados se gostariam de ter seu terreno/casa regularizado, 97% expressaram seu desejo de regularização, enquanto apenas 3% informaram que não gostariam, conforme ilustrado no Gráfico 36.

Gráfico 36 - Gostaria de ter seu terreno/casa regularizado



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Apesar da alta percepção de insegurança na posse, a pesquisa revelou que as moradias às margens do lago Macurany, situadas nas áreas de palafitas, estão irregulares e as ocupações localizadas nas bordas da cidade estão em processo de desapropriação, uma vez que não se observou a existência de titularidade por meio de documentos. As habitações são construídas pelos próprios moradores sem obedecerem às normas de parcelamento de uso do solo e de construção, utilizando materiais disponíveis e locais que são inapropriados.

A realidade da posse é um problema a ser superado, visto que os moradores não têm garantia de permanência no local por não possuir a propriedade legal do terreno onde construíram suas casas. Essa condição desrespeita o direito à cidade e à moradia, bem como o direito de viver com segurança e dignidade em qualquer lugar. Isso se deve à inoperância do poder público em relação à situação habitacional das famílias que buscam um teto para morar.

Seria um exagero afirmar que o poder público não possui “conhecimento” da dimensão do problema fundiário na cidade e das áreas de estudo. Na verdade, o que ocorre é um distanciamento das políticas municipais em relação a essa questão. A expansão urbana da cidade, impulsionada por ocupações informais nas últimas décadas, revela que a situação de irregularidade não se limita às moradias localizadas nas áreas de estudo, mas se estende por toda a área urbana.

Ainda que não haja dados e diagnósticos que possam elucidar a insegurança da posse em números de fato, os dados anteriormente apresentados entram em conflitos com as informações fornecidas pelo poder público local sobre a questão da

titularidade das terras. A falta de dados precisos de uso e ocupação do solo indica ser urgente a prioridade de coleta desses dados pelos órgãos locais. Por outro lado, como observa Maricato (2013, p. 135), “se não interessa ao mercado não interessa ao governo, incluindo aí planejadores que costumam fazer vista grossa aos números da ilegalidade territorial”.

Contudo, nas tipologias de ocupação estudadas, o uso e a ocupação apresentam graus de suscetibilidade diferentes. Nas áreas palafíticas, por exemplo, as casas são suscetíveis à retirada, pois são estruturas, predominantemente, de madeira, construídas em áreas úmidas de acesso por pontes e localizadas à beira do rio. Além disso, tornam-se desvalorizadas pelo mercado imobiliário local.

Em relação à condição da posse, algumas considerações se destacam com base na realidade estudada:

a) Impossibilidade de capturar essa dimensão da realidade em decorrência da falta de documentos e dados secundários sobre a condição do domicílio, bem como as informações existentes não traduzem a insegurança da posse;

b) Seria necessária uma pesquisa documental específica para captar essa dimensão;

c) O baixo dinamismo do setor imobiliário nas áreas palafíticas e a forte especulação de terras no entorno das ocupações Castanhal e Nova Conquista;

d) O poder público local é omissos e/ou negligentes quanto ao cumprimento da Lei nº 407/2007-PGMP que institui o novo Código de Posturas no município de Parintins e dá outras providências;

e) As irregularidades na ocupação do solo urbano a partir das áreas estudadas manifestam-se pela falta de planejamento dos órgãos municipais, como, por exemplo, o não cumprimento da Lei de Parcelamento do Solo, contida no plano diretor;

f) Essa não é uma característica exclusiva das cidades ribeirinhas do Amazonas;

g) Embora a aplicação dos formulários, os moradores tenham respondido que a moradia é própria, não há documentos que comprovem a titularidade do imóvel, o que aponta para insegurança jurídica;

h) Esta é uma particularidade dos assentamentos informais: a irregularidade da terra é generalizada nas áreas estudadas e o problema se acentua por todo o território da cidade, inclusive nas áreas que não foram consideradas para estudo nesta tese;

i) As tipologias têm graus diferenciados de suscetibilidade, com destaque para a palafita;

J) Inexiste um banco de terras para atender a demanda social e, no caso de Parintins, os recursos próprios são escassos para investir na recuperação dos assentamentos informais criados pela população;

k) Ações que envolvem a urbanização e a regularização das áreas de estudo levantam as seguintes questões: nas palafitas, a forma higienista se dá pelo estado; na ocupação Nova Conquista, o processo de desapropriação já foi iniciado pela Secretaria responsável pela política urbana e habitacional do estado do Amazonas; e na ocupação Castanhal, essas ações de desapropriação iniciaram no segundo semestre de 2023.

Observamos que tanto o executivo quanto o legislativo municipal têm aprovado e sancionado leis municipais, com o objetivo de orientar e planejar a cidade. Uma referência importante foi o Plano Diretor, regulamentado pela Lei nº 375/2006-GMP. Esse plano estabelece diretrizes gerais para as políticas urbanas e rurais do município, entre outras providências. No entanto, apesar de sua importância, esse plano não foi implementado nem revisado desde a sua criação, contrariando o que estabelece na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade.

A Lei nº 386/2006-PGMP é outra lei municipal que foi aprovada e sancionada com o objetivo de ordenar o perímetro urbano de Parintins. Essa lei estabelece os vários artigos, incluindo os seguintes:

Art. 3º - Considera-se como área de expansão urbana do Município de Parintins a área compreendida entre o perímetro urbano e o limite do setor de Controle de Uso e Ocupação do solo - APAS e a sede da Vila Amazônia.

§ 1º - Fica estabelecido que o órgão responsável pela gestão da Lei 09/2006 – Plano Diretor deverá realizar levantamento geodésico para delimitar a área de expansão do município de Parintins prevista nesta Lei.

§ 2º - Fica estabelecido que os loteamentos existentes na área de expansão urbana serão submetidos obrigatoriamente a estudos técnicos conjunto por comissão representativa dos Poderes Legislativo e Executivo para avaliação, enquadramento a legislação específica em vigor no País e adequação à política de ordenamento territorial de Parintins para posterior regularização.

Apesar da sanção da lei, o Plano Diretor não foi executado pelos gestores, nem antes nem depois de sua aprovação, como já mencionamos. Isso significa que, na

maioria das vezes, a organização dos territórios urbanos é feita pelos próprios ocupantes de forma informal e pelos proprietários de terras que loteiam suas áreas para venda fracionada. Essa prática de ordenamento é amplamente conhecida na cidade, pois acaba por estimular e favorecer grupos políticos que exploram essa prática para fins eleitorais, como é o caso recente das áreas do Castanhal e Nova Conquista.

Dentre as leis aprovadas, destaca-se a Lei nº 376/2006-PGMP, que estabelece a “isenção” de pagamento do IPTU às famílias carentes do município de Parintins, conforme o Art. 201 da Lei Orgânica do município. Essa lei tem sido cumprida integralmente em prol das famílias. A Lei nº 4021/2007-PGMP, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e instituiu o Conselho Gestor do FMHIS, estabelece:

Art. 20. Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 30. O FMHIS é constituído por:

I - Dotações do Orçamento do Município, classificadas na função de habitação;

II - Outros fundos ou programas que vierem a ser incorporado ao FMHIS;

III - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV - Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V - Receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS; e

VI - Outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

A não aplicação e fiscalização de leis e planos municipais, que regulam a construção de residências, a criação de comércios e de pequenas indústrias, é uma condição comum nas áreas urbanas locais. Tal situação gera não apenas impactos ambientais, mas também deteriora as condições de vida da população local.

4.4.2 Condições de acesso à moradia

As condições de custo na aquisição ou aluguel de uma casa no espaço urbano deveria ser acessível a todos, de modo que não comprometesse o orçamento familiar e permitisse o atendimento de outros direitos humanos básicos. No site da Faculdade

de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)³⁵, o direito à moradia vai além de um teto e quatro paredes, sendo um direito de toda pessoa ter acesso a um lar. Esse lar está intimamente ligado à renda, à segurança da posse, à disponibilidade de serviços, à infraestrutura e aos equipamentos públicos, à habitabilidade, à não discriminação e à priorização de grupos vulneráveis, à localização e adequação cultural. Em Parintins, a acessibilidade de custos é alcançada por meio de ocupações urbanas informais, principalmente pela população de baixa renda, que utilizam essas soluções sem a segurança de posse e acesso a serviços e infraestrutura.

Apesar da insegurança jurídica predominante nas áreas de estudo, a tabela 3 com os dados censitários do IBGE (2010) fornece uma visão interessante. Eles revelam que 83,71% dos domicílios foram declarados como próprios na cidade de Parintins nos ditos aglomerados subnormais, 5,94% são de domicílios alugados, 7,28% como cedidos e 3,08% enquadrados em outra condição. Notavelmente, esses números são superiores à média nacional de 68,08% e da região Norte, que é de 75,05%. Observa-se que a sede municipal de Parintins, localizada no arquipélago urbanizado, é constituída, em sua maior parte, por terras privadas de antigos posseiros. Essa realidade tem um impacto direto na aquisição da casa própria pelos habitantes (Souza, 2018).

Tabela 3 - Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação, segundo as características dos aglomerados subnormais em Parintins, 2010

<i>Localidade</i>	<i>Total</i>	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
Brasil	47.264.208	72,40%	21,10%	5,90%	0,50%
Região Norte	2.966.952	75,30%	18,60%	5,80%	0,40%
Parintins/2010	20.671	83,71%	5,94%	7,28%	3,08%

Fonte: IBGE, Censo demográfico (2010).

Nota: Não constam do universo da pesquisa as áreas sem ordenamento regular.

No que diz respeito ao aluguel, os dados mostram uma porcentagem reduzida, representando apenas 5,94% das casas onde foram aplicados os formulários. Essa situação contrasta fortemente com a realidade brasileira, na qual a espoliação de

³⁵ A moradia foi reconhecida como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas. Disponível em: <http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=46&lang=pt> Acesso 18 de out. 2023.

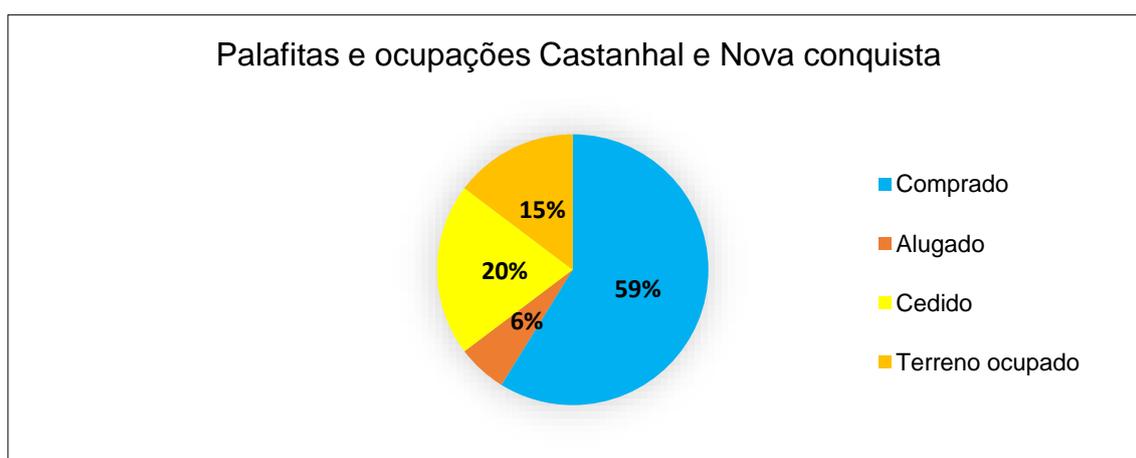
aluguéis desempenha um papel significativo, tanto na cidade formal quanto na informal. A estrutura e a produção do espaço urbano³⁶ incide em múltiplas escalas pelo território.

Em Parintins, observa-se uma “dinâmica especulativa”³⁷ considerável entre as terras privadas, que estão sendo fracionadas e incorporadas no perímetro urbano. Isso fica evidente em loteamentos como Djard Vieira, Pascoal Allágio, Jacareacanga e Emílio Moreira, entre outros, que posteriormente se tornaram bairros. Enquanto as áreas do entorno são ocupadas informalmente.

A Lei nº 709/2018-PGMP apresenta a nova redação do código de obras do município e estabelece que a prefeitura passa a reconhecer “o desmembramento: de forma da terra em dois ou mais lotes, com testada a logradouro públicos existente”, conforme o inciso XXVIII. Quando as terras se convertem em solo urbano, o processo de valorização por meio da comercialização de terra, deixa de ser por hectare e passa a ser por metro quadrado, convertendo o Imposto Territorial Rural - ITR em Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

A partir dos formulários aplicados nas áreas de estudo, os moradores foram perguntados sobre a situação da moradia. A análise dos dados agregados das palafitas e ocupações revelou que predominaram os imóveis, equivalente a 59%, que foram comprados de terceiros. Os imóveis alugados representam 6%, enquanto os cedidos são 20% e os terrenos ocupados são 15%, conforme ilustrado no Gráfico 37.

Gráfico 37 - Situação da moradia dos moradores abordados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

³⁶ CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

³⁷ ABRÃO, W. O. et al. A (re) produção do espaço urbano e “boom imobiliário” na cidade de Uberaba/MG (Brasil). **Observatório de Geografia da América Latina**, 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiarurban a/041.pdf>> acesso 18 out. 2023.

É importante ressaltar que a pesquisa também analisou a situação dos terrenos e se os moradores se consideravam os reais proprietários.

4.4.3 Condições da estrutura física da edificação

Neste estudo, buscou-se identificar as características físicas das habitações, incluindo o tipo de material usado e a planta dos banheiros. A análise das moradias do ponto foi feita a partir de uma perspectiva externa. Não foi considerada apenas a proteção contra intempéries, mas também a segurança em relação aos riscos à saúde e à vida dos habitantes que residem no lugar.

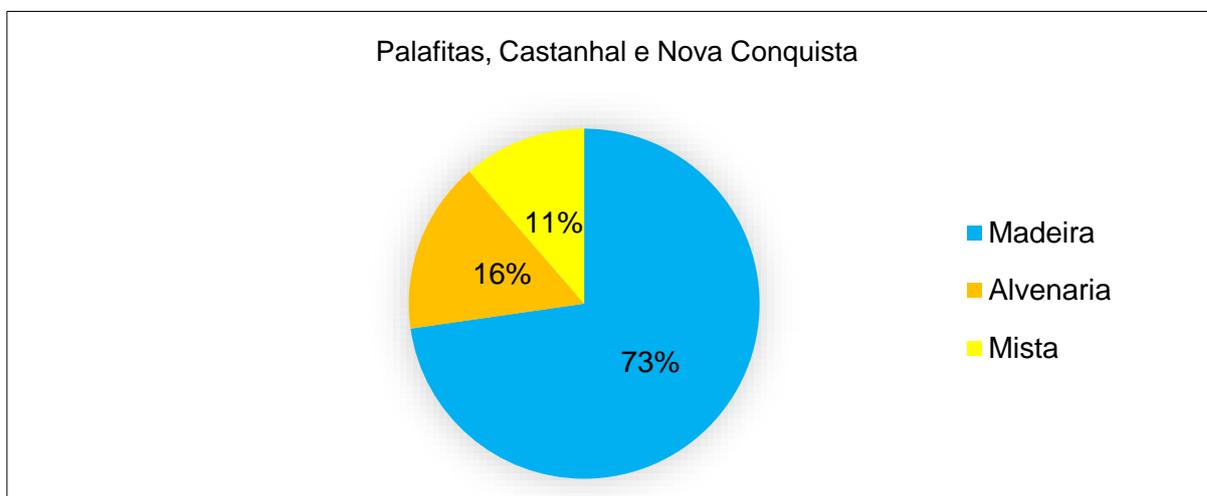
Há um projeto de lei pouco conhecido aprovado há mais de 10 anos, sobre a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS, a Lei Federal nº 11.888/2008. Essa Lei foi concebida pelo arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz da Silva, cuja ligação é intrínseca ao Direito Integral à Moradia³⁸. A Lei prevê a criação de projetos e moradias para atender famílias de baixa renda. Ela não apenas assegura uma moradia, mas também impulsiona a economia local e o comércio, gerando empregos e renda no setor da construção civil. Além de melhorar a qualidade de vida, reduz os gastos com a saúde pública associados às condições de salubridade da habitação.

A ATHIS assegura que famílias com renda de até três salários-mínimos, em áreas urbanas ou rurais, recebam assistência técnica pública e gratuita. Essa assistência é fornecida por profissionais habilitados, responsáveis pela elaboração de projetos, supervisão e execução de obras necessárias à construção, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias.

Como demonstrado no Gráfico 38, a maioria dos domicílios nas áreas de estudo é construída principalmente de madeira, representando 73% do total dos dados agregados (palafitas e ocupações). As casas de alvenaria compõem 16% da amostra, enquanto as mistas (madeira e alvenaria) representam 11%. Os dados refletem a característica do espaço habitacional nessas áreas da cidade de Parintins, onde os materiais da floresta são amplamente utilizados na construção de moradias.

³⁸ Trata-se da Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e para os aspectos da moradia. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/radio/como-funciona-direito-a-moradia-saiba-mais/>> Acesso em: 18 out. 2023.

Gráfico 38 - Material construtivo predominante da moradia



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Um aspecto identificado foi o universo pequeno de domicílios de alvenaria. Essa porcentagem refere-se às respostas da ocupação Nova Conquista que se originou de um conjunto habitacional não entregue às famílias. Assim, os dados trazem referências importantes para a discussão, pois a madeira é comum na moradia da região Norte, especialmente nas áreas de estudo em Parintins. A escolha da madeira como material de construção é uma adaptação às condições climáticas da região, além de se adaptar, segundo os moradores ribeirinhos, ao ciclo de cheias e vazantes do rio. No caso de Parintins, as palafitas são alternativas viáveis para morar na cidade, nas ocupações, sendo materiais possíveis para se construir.

O uso da madeira é comum, porém as habitações têm um padrão construtivo popular. Do ponto de vista do técnico, é o padrão construtivo que determina as edificações, não a madeira em si, seja ela utilizada em estruturas elevadas sobre palafitas ou em construções convencionais: *Não é que a madeira seja precária. Ela é mais acessível. Pra falar a verdade, a melhor habitação aqui é a palafita pra nós [...]* (Informação Verbal)³⁹.

Nas palafitas e ocupações, observamos que nenhuma possui rede de drenagem. Isso resulta no descarte direto de resíduos no rio, em fossas rudimentares e valas. Embora algumas residências possuam fossas sépticas, elas não contam com um sistema de esgoto tratado. Essa situação reflete a precariedade das condições de vida, uma característica comum nas cidades ribeirinhas do baixo rio Amazonas, como

³⁹ Informação concedida pelo morador de palafitas - bairro São Francisco em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

é o caso de Parintins. As palafitas, classificadas de aglomerados subnormais pelo IBGE (2010), apresentam condições sanitárias que estão longe do ideal, especialmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário. Conforme demonstrado na Tabela 4, as soluções de esgotamento mais comuns nessas áreas são a fossa rudimentar e o despejo direto no rio.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por tipo de esgotamento sanitário em Parintins-AM, 2010

Localidade	Tipo de esgotamento sanitário						
	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro tipo	Não tinham banheiro ou sanitário
<i>Beco Submarino - Francesa</i>	0,83	1,67	81,67	8,33	4,17	2,5	0,83
<i>Beco do Bagaço - Francesa</i>	-	54,55	27,27	-	18,18	-	-
<i>Lago da Francesa</i>	-	36,96	51,09	4,35	5,43	-	2,17
<i>Bodozal - Santa Rita</i>	1,72	-	49,14	12,07	28,45	6,03	2,59
<i>Baixa do Sapateiro - Palmares</i>	32	-	68	-	-	-	-

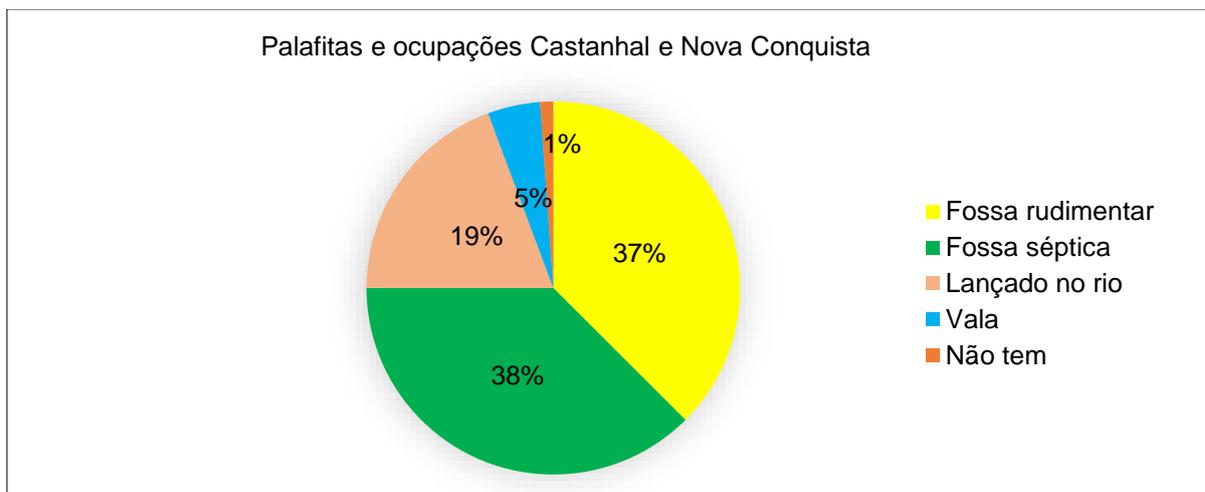
Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. In: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=16119&t=downloads>

A consideração das palafitas como "aglomerados subnormais" na cidade de Parintins levanta questões importantes. Se em toda a cidade não existe um sistema de tratamento de esgoto e a água utilizada nas residências corre pelas ruas superficialmente, por que então classificar especificamente as palafitas dessa maneira? Muitas vezes, as metodologias aplicadas podem atribuir um significado pejorativo a esses territórios, pois não levam em consideração as particularidades do lugar. Portanto, é essencial que essas informações sejam contextualizadas dentro da realidade cultural e geográfica do espaço.

Nos dados de campo do Gráfico 39, notamos que os moradores recorrem a soluções imediatas de esgotamento sanitário. As principais soluções observadas incluem fossas rudimentares, despejo de resíduos no rio, valas e outros escoadouros. Ao questionar os moradores, identificamos que 37% possuem fossas rudimentares em suas casas. Além disso, 38% afirmaram ter fossas sépticas, enquanto 19% despejam seus dejetos no rio. Outros 5% jogam seus resíduos em vala, e 1% informou

não ter sistema de esgotamento. Nesses dados, destaca-se a necessidade de melhoria no saneamento básico para garantir condições mínimas aos moradores.

Gráfico 39 - Tipo de Esgotamento



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Considerando os dados de campo de 2023 e os dados do IBGE de 2010, percebemos que o esgotamento sanitário nas áreas de estudo é preocupante. Isso mostra que, em Parintins, a produção da cidade segue um padrão de crescimento urbano ausente de políticas públicas e sem um plano habitacional municipal efetivo no ordenamento territorial de uso do espaço. A falta de recursos monetários e de saneamento básico são facilitadores para a materialização de:

- a) Presença de moradias sem banheiro ou sanitário;
- b) Fossas rudimentares, dejetos lançados no rio e valas como o principal destino dos resíduos;
- c) Rio e lagos funcionando como locais de escoamento do esgoto;
- d) Ausência de rede geral de esgoto para coleta e tratamento na cidade.

Durante as enchentes dos rios, as fossas sépticas e os sumidouros das palafitas enchem rapidamente e transbordam, resultando no acúmulo de água poluída que alcança as ruas. Isso causa um odor desagradável embaixo das casas. Além disso, o esgoto da cidade é canalizado direto para os cursos hídricos, principalmente, para o rio Amazonas, o lago Macurany e o Parananema. Isso contribui para agravar os impactos no meio hídrico causados pelos rejeitos produzidos na cidade.

Em relação aos materiais utilizados na construção de sanitários e banheiros, as características se diversificam de acordo com as condições dos moradores e o tempo de ocupação do lugar. Existem banheiros e sanitários, tanto dentro quanto fora

das casas, construídos de madeira, alvenaria ou uma combinação de ambos, designados como áreas privativas, em que uma parte dos dejetos é depositada e outra parte liberada diretamente no rio ou na superfície, conforme ilustrado na Figura 47.

Na ocupação Castanhal, uma característica marcante é a presença de sanitários localizados fora das casas. Essa característica é comum nas ocupações irregulares, nas quais o esgotamento sanitário é predominantemente externo. No entanto, a ocupação Nova Conquista, que se desenvolveu num conjunto habitacional, apresenta uma exceção a essa tendência. Nessa ocupação, os banheiros foram construídos dentro das residências, conforme mencionado no item anterior.

Figura 47 - Construção de sanitário e banheiro



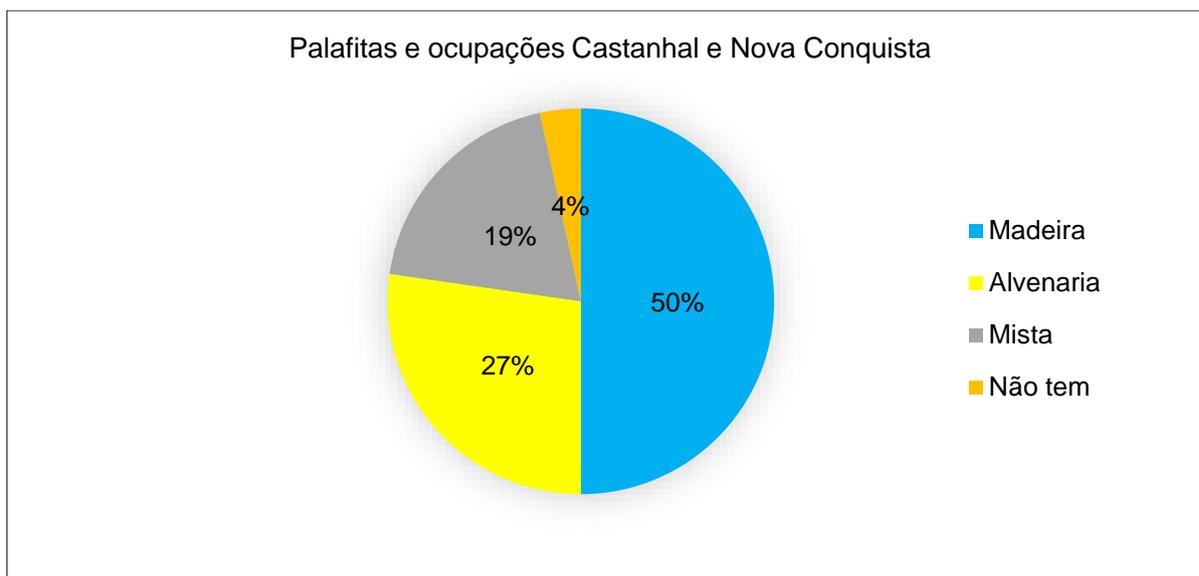
Legenda: Foto: (A e B) Sanitário fora da casa, (C) Banheiro fora. **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2023.

A situação sanitária é bastante crítica não apenas nas áreas de estudo, mas também em outras áreas da cidade. As casas situadas às margens dos rios, lagos e paranás sofrem diretamente com a falta de saneamento e de infraestrutura. Nas palafitas dessas áreas entre várzeas e terras firmes na planície amazônica, os rejeitos lançados diretamente nos rios comprometem o meio ambiente e a qualidade da água. Isso afeta não apenas os seres humanos, mas também animais e vegetais aquáticos da região.

Há casos em que não há banheiro. Porém, quando há, estão localizados fora da casa e apresentam condições mínimas de instalações. A maioria dos banheiros externos não possui cobertura e, em alguns casos, são apenas pequenas casinhas no fundo do terreno. Nas ocupações Castanhal e Nova Conquista, os banheiros são improvisados com plásticos, papelão, lonas e restos de madeira. Ao serem perguntados sobre os sanitários construídos, 50% dos abordados informaram que eram de madeira, 27% disseram ser de alvenaria, 19% afirmaram que utilizam uma

combinação de madeira e tijolo na construção, configurando o uso com mais de um tipo de material (misto), e 4% responderam não possuir sanitário. Os dados consideram tanto as palafitas quanto as ocupações, conforme ilustrado no Gráfico 40.

Gráfico 40 - Tipo de sanitário construído nas casas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

As condições de vida nas áreas de palafitas não estão necessariamente ligadas ao uso da madeira na construção das casas, mas sim à falta de saneamento básico. A durabilidade da madeira, combinada com a localização das moradias à beira do rio, porém próximas ao esgoto da cidade, impacta na saúde dos moradores. Esse cenário destaca a desigualdade no uso do solo urbano, onde os moradores são levados a construir suas habitações com materiais disponíveis localmente, frequentemente em áreas menos valorizadas pelo mercado imobiliário.

Sakatauskas (2021) ressalta que, apesar de as cidades ribeirinhas da Amazônia apresentarem características regionais distintas, o problema habitacional nessas cidades reflete o padrão de urbanização desigual que é típico em todo o Brasil. Os aspectos de urbanização em relação ao planejamento urbano e às necessidades da população devem ser analisados levando em consideração os subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, bem como as diferentes formas de uso do território ao longo do tempo.

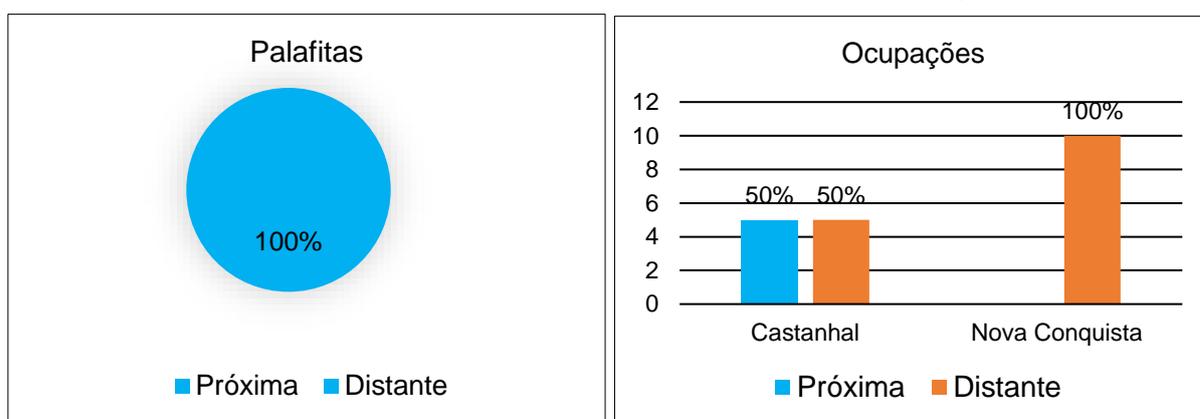
4.4.4. Disponibilidade de serviços urbanos básicos

Os Gráficos 41 e 42 apresentam os resultados que identificam a disponibilidade de serviços essenciais à vida urbana nas áreas de estudo. Entre os itens de saneamento básico, estão a coleta de lixo, a rede de tratamento de esgoto e o

abastecimento de água, além do fornecimento de energia elétrica, iluminação pública e pavimentação. Uma das preocupações foi verificar se esses serviços e infraestruturas foram implementados e se estão próximos ou distantes desses moradores.

Todos os moradores das palafitas abordados afirmaram que os serviços básicos, como posto de saúde, escolas, bancos, feiras e local de trabalho, estão próximos. Na ocupação Castanhal, a situação é dividida: 50% dos moradores responderam que os serviços estão distantes, enquanto os outros 50% informaram que moram próximos. Por outro lado, na ocupação Nova Conquista, todos os moradores disseram que esses serviços básicos estão distantes.

Gráficos 41 e 42 - A moradia é distante ou próxima dos serviços



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

De modo geral, as palafitas, por estarem localizadas em ocupações consolidadas, são as áreas que mais se beneficiam dos serviços básicos. Nessas áreas, os serviços, principalmente postos de saúde e escolas, já foram incorporados ao entorno. Em contrapartida, as ocupações Castanhal e Nova Conquista, localizadas nas bordas da cidade, ainda não receberam os serviços básicos e a infraestrutura em sua totalidade para melhorar a qualidade da moradia.

A disponibilidade dos serviços pesquisados revelou que, em alguns casos, as condições de infraestrutura deterioraram-se com o tempo, agravando-se ainda mais no período pós-pandemia. Os dados obtidos indicam quais necessidades são minimamente atendidas, e quais serviços e/ou infraestrutura estão ausentes. Observou-se que, nas palafitas e na ocupação Castanhal, a coleta do lixo doméstico, que ocorria diariamente, passou a ser realizada três vezes por semana pós-pandemia, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Na ocupação Nova Conquista, são os próprios moradores que pagam para descartar no lixão a céu aberto da cidade, pois a

prefeitura não realiza a coleta de lixo ali. Além da infraestrutura, a falta de equipamentos coletivos e o acesso aos serviços são limitados.

É importante ressaltar que, diante do problema do lixo doméstico, o morador geralmente opta por deixá-lo em frente à sua casa até que o carro coletor venha recolhê-lo, sem se preocupar com a destinação final. Porém, a gestão de resíduos na cidade de Parintins é um problema grave que necessita de soluções efetivas. Atualmente, o lixo é depositado a céu aberto num lixão situado no perímetro urbano, próximo a bairros residenciais, universidades e ocupações informais.

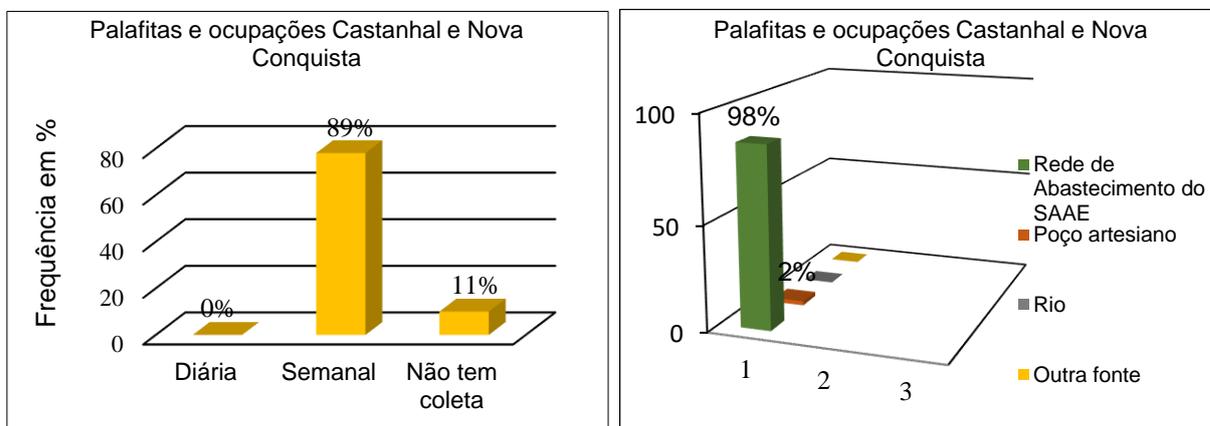
Quanto ao fornecimento de água nas palafitas e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista, 98% dos abordados responderam que a água disponível em suas residências provém da rede de Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE⁴⁰ e 2% afirmaram que a água é de poço artesiano⁴¹. Esses poços artesanais, segundo os moradores da ocupação Nova Conquista, são obras não concluídas do SAAE. Constatou-se que a rede de água foi parcialmente implementada nas ocupações Castanhal e Nova Conquista. A instalação incompleta é atribuída à omissão da gestão municipal, que dificulta o acesso à água potável⁴² aos moradores. Há inúmeras solicitações dos moradores na mídia local, reivindicando o acesso à água de qualidade. Após cinco anos de luta, o poder público, por meio do SAAE, iniciou as primeiras instalações na ocupação Nova Conquista e em outras ocupações. A captação da água no início das ocupações ocorre de forma improvisada, utilizando ligações irregulares de instalações próximas.

⁴⁰ Trata-se de uma autarquia municipal com a missão de tratar e distribuir água para a população do município de Parintins, criada através da Lei Municipal nº. 4 de 18 de junho de 1966. Disponível em: <<http://saaeparintins.com/sobre/>> Acesso 02 set., 2023.

⁴¹ São poços tubulares profundos de obras com engenharia geológica de acesso a água subterrânea, executada com Sonda Perfuratriz vertical com diâmetro de 4 a 36 e profundidade de até 2000 metros na captação de água. Disponível em: <<https://www.abas.org/pocos-para-captacao-de-agua/>> Acesso em: 05 out. 2023.

⁴² Define-se no inciso II - água potável: água que atenda ao padrão de potabilidade estabelecido nesta Portaria e que não ofereça riscos à saúde; Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html> Acesso em: 05 out. 2023.

Gráficos 43 - Coleta de lixo e 44 - Abastecimento de água



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organizado por: Crizan Graça de Souza, 2023.

Embora as melhorias tenham sido pontuais, elas só ocorrem graças à união dos moradores na reivindicação de um melhor atendimento, especialmente as famílias das ocupações Castanhal e Nova Conquista. Nos relatos dos moradores, observamos que, no início da ocupação, as famílias enfrentaram dificuldades de acesso à água para o consumo em suas residências, devido à necessidade constante de improvisação.

A situação da coleta de resíduos sólidos se agrava em relação à tipologia por palafitas em Parintins, especialmente nas moradias localizadas em áreas alagadas, locais onde o lixo se acumula, causando transtorno aos moradores e agravando a poluição do rio. Esse acúmulo de resíduos resulta na degradação do meio ambiente e na deterioração da saúde dos moradores, seja pela queima ou pelo descarte do lixo no rio (conforme ilustrado na Figura 48).

Figura 48 - Lixo acumulado nas áreas de palafitas em Parintins-AM



Legenda: Foto: (A, B e C) sacolas, panos e plásticos, isopor, plásticos e embalagens.

Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza, 2023.

Em Parintins, a infraestrutura da coleta do lixo não dispõe de equipamentos coletores para realizar a limpeza das áreas de palafitas no rio. Não há um barco papa-lixo disponível para coletar os resíduos na região do arquipélago. Como resultado, os resíduos acabam sendo descartados diretamente no rio, o que prejudica a população residente nas proximidades e a outra parte destina-se ao lixão da cidade.

A sociedade contemporânea, influenciada pelo marketing empresarial, é induzida a um padrão de consumo cada vez maior. Frequentemente, os objetos e materiais que poderiam ser reutilizados ou, no mínimo, reciclados, são descartados. Essa prática pode ser atribuída tanto a hábitos culturais quanto à falta de educação sobre os impactos ambientais resultantes dos descartes indevidos (Cardoso Filho, 2012). Para muitos, o lixo é qualquer material que perdeu sua utilidade, por isso é descartado. Nessa categoria, podem ser incluídos os plásticos, papel, vidro, metal e orgânicos. Cada tipo de resíduo tem seu próprio impacto ambiental e requer diferentes métodos de descarte.

Uma gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros é fundamental, especialmente em Parintins. Esse processo, conforme Brasil (2010a), deve considerar uma visão sistêmica que engloba variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública. Contudo, a maioria dos municípios da Amazônia enfrenta desafios significativos nessa área. A infraestrutura inadequada desses municípios acarreta a gestão e o gerenciamento de resíduos

sólidos. Castro (2012) aponta que é raro o descarte adequado dos resíduos em aterros sanitários ditos controlados.

Em Parintins, foi sancionada a Lei nº 730/2019 no estabelecimento do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e saneamento básico do município. O plano entrou em vigor na data de sua publicação. De acordo com a Lei Nº 11.445/07, todas as ações relacionadas aos serviços de saneamento básico devem ser acompanhadas pela população desde a fase de planejamento, assegurando assim o controle social efetivo.

As leis municipais de resíduos sólidos e saneamento básico em Parintins existem. No entanto, os incentivos para sua implementação são mínimos. Observou-se que, nas palafitas, os resíduos ficam presos entre as estacas e vigas que sustentam as casas e a água escoar por debaixo do assoalho. Esses resíduos podem variar desde lixo doméstico até detritos de construção, devido à falta de descarte adequado, e acabam poluindo o meio ambiente local.

Abordar esses problemas ambientais, sociais e de saúde pública é uma tarefa complexa que exige uma abordagem multifacetada. Isso engloba a educação sobre a importância do descarte adequado dos resíduos, a implementação de sistemas eficazes de coleta e tratamento e a aplicação rigorosa das leis ambientais. Embora essas ações possam gerar despesas orçamentárias a curto prazo, elas representam um investimento essencial para garantir a saúde e a sustentabilidade ambiental a longo prazo, beneficiando todos os habitantes.

Existe um pequeno grupo de catadores que criou a Associação dos Catadores de Lixo de Parintins - ASCALPIN, uma associação civil sem fins lucrativos. Fundada em conformidade com a Lei Federal nº 9.790 de 23 de março de 1999, a ASCALPIN está localizada na Rua Boulevard 14 de maio, no centro da cidade, próxima à Feira do Produtor. De acordo com o seu Estatuto Social, a associação tem como objetivo gerar emprego e renda por meio das atividades de coleta, separação e processamento de resíduos sólidos. Além disso, a ASCALPIN dedica-se à produção de artesanato e acessórios para vestuário, bem como desempenha atividades socioeducativas, ambientais e culturais. Essas atividades são realizadas por meio de projetos sociais que atendem aos interesses da associação (Alcântara, 2013).

No primeiro semestre de 2023, os catadores da cidade receberam treinamento da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - SEDEMA da Prefeitura Municipal de Parintins. O objetivo do treinamento era capacitar os catadores

para produzir vassouras ecológicas a partir das garrafas PET coletadas do ambiente urbano. Com isso, vão poder fabricar produtos e ajudar a cidade na reciclagem.

Segundo Alcântara (2013), a falta de ecopontos e coleta seletiva na cidade de Parintins influencia no trabalho dos catadores. Os ecopontos seriam os locais de recebimento para a coleta gratuita do lixo comum e reciclável, bem como de outros materiais coletados pelos catadores. Em cidades sem Coleta Seletiva, como Parintins, os ecopontos seriam vitais para o processo de reciclagem, pois a partir de suas instalações, a população teria locais específicos para fazer a entrega dos materiais recicláveis. Além disso, após receber certa quantidade de materiais, a prefeitura poderia disponibilizar um caminhão coletor uma ou duas vezes por semana para transportar os materiais até o galpão. Essa medida não só beneficiaria os catadores, mas também contribuiria para a limpeza pública municipal.

Outro serviço analisado foi a energia consumida pelos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista, tendo seu fornecimento pela rede de energia elétrica. A captação da energia em Parintins era por termelétrica, no entanto, a partir do segundo semestre de 2023, a fonte de energia mudou para o Sistema Nacional Integrado - SIN com transmissão pelo linhão de Tucuruí e operada pela empresa Amazonas Energia na cidade de Parintins.

Os moradores das palafitas abordados informaram possuir contadores de energia em suas moradias. Em relação às ocupações, a situação varia: na Nova Conquista, a energia foi regularizada em todas as residências em 2022; enquanto na ocupação Castanhal, a energia foi regularizada em algumas residências. Em outra parte da ocupação, ainda ocorrem as ligações clandestinas de energia, os famosos “gatos”.

Desde o início das ocupações, é evidente que os serviços essenciais são subtraídos, levando tempo para que as condições melhorem, mesmo que minimamente. Os dados indicam que as famílias das áreas de estudo dependem exclusivamente de uma única fonte de fornecimento de energia. Além disso, as famílias não têm condições para instalar e utilizar fontes de energia renováveis para atender às suas necessidades, conforme ilustrado na Figura 49.

Figura 49 - Tipo de captação de energia nas moradias



Legenda: Foto: (A) Castanhal energia irregular, (B) Nova Conquista energia regular e Palafitas com contador (C). **Registro Fotográfico:** Crizan Graça de Souza, 2023.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, a “maior parte dos Sistemas Isolados brasileiros encontra-se na região Norte, com destaque para o estado do Amazonas, com 95 sistemas. As exceções são Mato Grosso, com duas localidades, e ilha de Fernando de Noronha” (EPE, 2018). Porém, a cada ciclo de pesquisa os sistemas isolados sofrem mudanças.

O ciclo de pesquisa da EPE (2018) indicou a interligação de Parintins para 2023. Isso se efetivou através da linha de transmissão de 230 KV proveniente de Juruti – PA, que também interligou Itacoatiara e Itapiranga. Em 2021, Silves foi interligada com 138 kV e houve a conexão de Rio Preto da Eva a Manaus por uma linha de transmissão de 138 kV em 2020. Recentemente, a ANEEL⁴³ publicou algumas resoluções que autorizam a utilização da sub-rogação da CCC para interligar Itacoatiara, Humaitá e Parintins ao Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme divulgado pela EPE (2018).

A EPE (2018, p. 21) enfatizou que “a Eletrobras Distribuição Amazonas apresentou projeções de mercado para 95 localidades, sendo a classe residencial responsável por 48% do consumo nesses sistemas isolados”. Nesse contexto, podemos definir ‘oferta’ como a inacessibilidade à rede de energia, enquanto ‘demanda’ se refere à incapacidade dos usuários de consumir energia adequadamente. A demanda também pode ser interpretada como a situação em que os usuários não conseguem pagar por uma quantidade adequada de energia, ou

⁴³ A Resolução Autorizativa nº. 7.385, 7.408 e 7.409, de 2018, proporciona ao Amazonas a interligação ao (SIN). Disponível em: <<https://www2.aneel.gov.br/cedoc/rea20187385.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2023.

quando são forçados a destinar uma parte excessiva de seus ganhos para cobrir as despesas de energia de suas residências.

A transição da energia de Parintins e de outros municípios do Amazonas e do Pará para o SIN foi um marco importante para a região. Antes a cidade disponibilizava energia pelo “Sistema Isolado”, como mencionamos anteriormente. Em 2021, o ex-deputado Tony Medeiros⁴⁴ enfatizou em um discurso na câmara legislativa do estado do Amazonas a importância dessa mudança e a necessidade de desativar a termelétrica, que há décadas causava transtornos aos moradores devido à poluição sonora. Medeiros ressaltou que a solução desse problema era uma reivindicação antiga da população, que finalmente seria atendida.

De acordo com o jornal amazonas notícias de 2015⁴⁵, o projeto de interligação ao SIN tem sua origem na década de 1990 e um dos principais propositores do projeto foi Carlinhos da Carbrás, ex-deputado e ex-prefeito de Parintins. Diante dos frequentes apagões na cidade, o ex-deputado reconheceu o potencial da energia como matéria-prima crucial para atrair investimentos e atender às necessidades da população e protocolou o projeto.

Marcos Santos, em 2023, descreveu no seu portal⁴⁶ homônimo que a interligação ao SIN representa um marco histórico para o município de Parintins e a região, que ainda enfrentava constantes interrupções de energia elétrica. Porém, o projeto só se concretizou 20 anos após a entrega de um abaixo-assinado proferido pelo então prefeito Enéas Gonçalves, do extinto PFL, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

A construção da subestação Parintins 2, localizada na área periurbana na comunidade do Macurany, foi concluída e inaugurada em julho de 2023. A interligação ao SIN traz suas vantagens, pois a energia fornecida para Parintins não dependerá mais da queima de combustível fóssil. A Amazonas Energia, empresa responsável pelo gerenciamento das atividades da subestação, informou que anteriormente eram

⁴⁴ Discurso na tribuna da câmara estadual do ex-deputado Tony Medeiros. Disponível em: <<https://www.aleam.gov.br/amazonas-energia-desativara-usina-termoeletrica-de-parintins-ate-2022-diz-tony-medeiros/>> Acesso em: 06 out, 2023.

⁴⁵ Matéria destacando o papel do primeiro político a propor o projeto de interligação de Parintins ao sistema integrado de energia do Brasil. Disponível em: <https://amazonasnoticias.com.br/linhao-de-tucurui-prefeito-destaca-pioneirismo-de-carlinhos-da-carbras/> Acesso em: 06 out, 2023.

⁴⁶ Matéria que destaca Parintins e demais municípios da região integrados ao (SIN). Disponível em: <<https://www.portalmarcossantos.com.br/2023/06/14/parintins-comeca-a-ser-interligada-ao-linhao-de-tucurui/>> Acesso em: 06 out. 2023.

consumidos 4 milhões de litros de combustível por mês para atender à demanda do município (ver Figura 50).

Figura 50 - Subestação Parintins 2 na cidade de Parintins-AM



Fonte: <https://bncamazonas.com.br/municipios/amazonas-energia-parintins-sistema-nacional-tucuru/>

Segundo o Ministério de Minas e Energia - MME⁴⁷ (2020), o SIN possui suas vulnerabilidades associadas à dependência de usinas hidrelétricas para a geração de energia. No Brasil, essa dependência é particularmente inevitável, o que torna o SIN suscetível a variações climáticas. Isso é evidente em anos de vazante dos rios, registrados no passado e atualmente, que podem resultar em uma redução na geração de energia. Essa diminuição, por vezes, eleva os custos operacionais, uma vez que há a necessidade de acionar usinas termelétricas, que são mais caras.

Embora as usinas hidrelétricas representem uma fonte de energia renovável, elas também podem causar impactos ambientais significativos. Esses impactos incluem a alteração dos ecossistemas fluviais e o deslocamento das comunidades locais. No entanto, para aqueles que residem em centros urbanos, sejam eles grandes, médios ou pequenos, a energia gerada por essas turbinas pode representar uma melhoria no consumo de energia no interior de sua moradia.

⁴⁷ Trata-se de informações do setor energético no Brasil e demais informações sobre energia. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/planos-e-informacoes-energeticas> Acesso em: 07 out. 2023.

4.4.5 Cotidiano, desejos e necessidades dos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista

Por meio da pesquisa empírica, conseguimos compreender melhor a realidade dos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista, incluindo seus problemas, necessidades e desejos. A maioria desses problemas são estruturais e coletivos, os quais são complexos de resolver, como a regulamentação fundiária, que será discutida mais adiante neste trabalho.

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores assalariados e de baixa renda empobrecidos em todo o país são, na verdade, um reflexo das desigualdades sociais presentes nas cidades. O Estado tem falhado em atender as demandas básicas, o que evidencia um descaso por parte do poder local. As políticas públicas destinadas à provisão de moradias populares e a oferta de bens e serviços urbanos essenciais para a reprodução de suas condições de vida, trabalho e cidadania são deficientes.

Araújo (2017) argumenta que os processos deliberativos de expansão territorial e crescimento econômico de uma cidade não contemplam os interesses e as necessidades da coletividade. Isso é especialmente verdadeiro quando se trata da população de menor poder aquisitivo, que, apesar de constituir uma força de trabalho empobrecida e excluída desses processos, é inviabilizada. Para Milton Santos (1987), o cidadão é transformado em consumidor, tendo que pagar para ter acesso ao entorno e aos espaços públicos que foram privatizados. Como salienta:

Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privatizados publicizados, como os *playgrounds* [...]. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina [...] fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (Santos, 1987, p.48).

A cidadania está relacionada às condições de habitabilidade, convivência e de vivência. Ela se realiza quando o cidadão pode viver bem, passear com prazer e segurança, bem como usufruir dos serviços públicos de forma digna, como ressalta Koga (2003). No entanto, no contexto atual, o planejamento se baseia em uma definição de recursos que é residual. As demandas sociais são atendidas a partir do que sobra de outras prioridades, que são consideradas mais urgentes e geralmente se enquadram nas esferas econômica, política, militar e estratégica. Como resultado, os recursos destinados à educação, saúde, cultura e lazer estão sempre diminuindo, enquanto as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade estão em

ascensão. Isso resulta em déficits permanentes e crescentes nessas áreas, como observado por Santos (1987).

Para Santos (1987), certas questões colaboram para a formação de um espaço que não só é empobrecido, mas também empobrece as pessoas e vice e versa, seja material ou imaterial. Sob essa premissa, buscamos analisar as opiniões dos moradores das palafitas e ocupações sobre seu cotidiano, arrolando suas necessidades mais urgentes, seus desejos e expectativas, especialmente em relação à possibilidade de reintegração de posse ou remoção.

Quando indagados sobre as suas necessidades (Quadro 12), os moradores apontaram a carência na alimentação como um dos problemas mais graves que afetam diretamente sua qualidade de vida. Nas demais respostas, foram apontadas as condições de infraestrutura, sobretudo relativas ao esgoto a céu aberto nas palafitas e à falta de calçamento e segurança nas ocupações. Também foi observado que a circulação de idosos entre as casas e pontes nos conjuntos palafíticos é particularmente difícil e apresenta desafios para esses moradores. Enquanto isso, nas ruas das ocupações, a terraplanagem teve início no segundo semestre de 2023.

Quadro 12 - Principais necessidades apontados pelos moradores abordados

<i>Palafitas</i>	<p>“Tudo”; “Comida, saúde, trabalho e melhorar minha situação”; “Não tem”; “Uma moradia melhor e emprego”; “Nenhuma necessidade”; “Rua fica sem acesso e não tem deslocamento a outros lugares, comércio etc”; “Condições de moradia, aterros, construção melhor e infraestrutura”; “Dinheiro”; “Um bueiro melhor” “Necessidades de alimentos”; “Necessita de casa”; “Falta de emprego”; “Transporte”; “Ponte de madeira e Condições de trabalho” “Deslocamento de acesso por ser cadeirante”; “Conserto da máquina”; “Condições financeiras”; “Principal necessidade que nós sentimos é o tratamento da água que gera um odor horrível no período da enchente. Segurança, violência”; “Cuidar dos filhos”.</p>
<i>Castanhal</i>	<p>“Emprego e estrutura da casa”; “emprego dificuldade de ter na cidade”; “ter um terreno, uma casa, escola próxima”; “trabalho”; “melhoria no lugar onde moro, infraestrutura”; “alimentação e emprego fixo”; “por enquanto nenhuma”; “infraestrutura”; “moradia boa”; “água na casa”.</p>

<p><i>Nova Conquista</i></p>	<p>“Alimentação, pois a família é grande”; “pavimentação das ruas”; “infraestrutura para ter acesso as ruas principais”; “alimentação e dinheiro”; “infraestrutura”; “transporte para levar as crianças no posto e escola”; “em tudo quase”; “praticamente em tudo”; “falta de emprego”; “ter um emprego, acesso a posto de saúde e escola”.</p>
------------------------------	--

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. **Organizado por:** Crizan Souza, 2023.

Além dos problemas e das necessidades apontadas nos depoimentos, também foram destacadas a preocupação com a violência e a falta de segurança, às vezes associada ao consumo de drogas. De acordo com os moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista, essas áreas são frequentemente alvo de ações policiais, o que admite a existência de redes de tráfico de drogas em certos setores das ocupações e em parte das palafitas onde o fluxo de pessoas é menor. A ocorrência de furtos, as constantes incursões da polícia, as brigas e o consumo de drogas, sobretudo à noite, têm causado uma maior inquietação entre os moradores.

Não menos importante que os problemas mencionados, destaca-se a necessidade por áreas de lazer. A presença do lamaçal de esgoto a céu aberto, o espaço físico limitado para circulação e a falta de calçamento são fatores que restringem ou até mesmo impedem atividades recreativas, como brincadeiras de pega-pega e jogos de bola nos becos e vielas para crianças e adolescentes, bem como nas ocupações.

O desejo de morar, ou permanecer, na cidade deve ser entendido como escolha e resistência. Essa decisão é o resultado da comparação de recursos disponíveis e benefícios oferecidos pelo local. Fatores como as redes sociais existentes, a infraestrutura e os serviços disponíveis, as distâncias físicas e simbólicas dos locais de uso, bem como as possibilidades de trabalho, entre outros, influenciam essa escolha.

Entretanto, para entendermos melhor os diversos modos de “busca” das áreas baixas do relevo e das áreas periurbanas, precisamos considerar outros aspectos. A dinâmica social enfrentada pela família pode levar a diferentes resultados. Em uma linha descendente, a moradia pode ser um dos últimos direitos. Em uma perspectiva horizontal, há a busca por um espaço extra, que absorva um crescimento natural da família, originada na mesma ou em outros lugares próximos. Em uma projeção ascendente, a busca pode ser pela possibilidade de morar em um local próprio e escapar do aluguel, uma situação sempre precária, mesmo que a moradia apresente condições urbanas e sociais melhores do que o novo abrigo.

Cada desejo apresenta uma relação única com o espaço da palafita ou ocupação, resultando em diferentes modos de utilização das táticas possíveis. Isso implica em variadas representações espaciais e simbólicas, relacionadas ao conforto, à liberdade, à urbanidade, à precariedade, à sociabilidade, à violência e à segurança, experimentadas no local.

Da mesma forma, encontraremos interesses diversos de acordo com o posicionamento socioeconômico no interior das áreas estudadas. Nos setores mais extremos, percebemos uma busca pela integração ao espaço consolidado e uma afirmação deste como algo distinto da cidade, uma estrutura capaz de absorver a sua realidade social e econômica.

Por outro lado, nas centrais consolidadas, presenciamos a afirmação de uma imagem que tenta aproximar a palafita da cidade, da qual não se distanciam muito, tanto economicamente quanto simbolicamente. O espaço habitado ou apropriado funciona como uma espécie de simbolização do espaço social. Esse se reproduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos contraditória no espaço vivido.

4.4.6. Sobre a Legislação Urbana e os aspectos ilegais das áreas estudadas

A priori, a organização de uma cidade deve ser guiada por um conjunto de regras e normas que compõem a legislação urbana. No entanto, em Parintins, assim como em outras cidades brasileiras, os dispositivos legais que regulam o uso do espaço têm sido frequentemente ignorados ou violados. Isso é evidente, por exemplo, no descumprimento de alguns artigos que compõem o Plano Diretor de Parintins, especialmente aqueles que versam sobre o uso e a ocupação do solo urbano.

Deixamos claro que o objetivo não é discutir o cumprimento da legislação urbana em si, nem contorná-la como solução para garantir a qualidade de vida do cidadão parintinense, em particular dos moradores das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista. Esse não é o escopo. Como já refletimos, a origem das palafitas e das ocupações é de ordem estrutural, estando fortemente ligada ao processo de produção e reprodução desigual e fragmentada do espaço intraurbano nessa cidade. Portanto, é importante considerar a base da sociedade dividida em classes, a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a condição dos moradores dessas áreas da cidade, que geralmente são reduzidos a servir como força de trabalho eventual e/ou de reserva no mercado de trabalho local.

É inegável que a simples não aplicação das leis urbanísticas de ordenamento urbano gerou um quadro de periferização da cidade, planejada pelos próprios

moradores sem o uso da legislação urbana institucionalizada. Nesse sentido, a cidade é produzida informalmente, seguindo lógicas dos próprios ocupantes. Isso ocorre de maneira gradual e intencional, reforçando a divisão entre uma “cidade dos vencidos” e uma “cidade dos vencedores”, conforme sugerido por Oliveira (2003).

No caso das palafitas de Castanhal e Nova Conquista, assim como em tantas outras ocupações informais na cidade de Parintins, espera-se que o poder público tome ações deliberativas que, fundamentadas em instrumentos legais, garantam aos moradores das áreas em estudo o direito de morar na “cidade legal”, usando uma expressão de Maricato (2001). Em outras palavras, são necessárias ações que busquem democratizar o acesso da população de baixa renda à terra regularizada e urbanizada, permitindo que alcancem o status dos cidadãos plenos de seus direitos.

Sob tais perspectivas apresentadas, o objetivo deste subcapítulo foi apresentar algumas disposições legais do objeto da pesquisa empírica, as quais estão localizadas em áreas delimitadas à Unidade de Conservação, margens de lagos e rios e terras privadas. À luz do Plano Diretor, examinou-se sucintamente que o uso e apropriação dos terrenos das palafitas e ocupações, bem como dos instrumentos legais são divergentes. Portanto, a solução a médio e curto prazo, conforme os moradores, são alternativas informais diante da sua realidade.

O Plano Diretor de Parintins, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, em conjunto com a Lei Orgânica do Município, deveriam estabelecer as diretrizes de uma política urbana. Essa política deveria assegurar as funções sociais da cidade de modo integrado e garantir o seu uso equitativo por todos os segmentos da sociedade. Um dos objetivos é a “[...] regularização fundiária e urbanização de áreas de assentamentos informais, adequando-as aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos e incluindo-os no contexto da cidade formal” (PDMP, 2006, p. 8).

O poder público municipal, em colaboração com outras entidades institucionais, tem a responsabilidade de implementar políticas habitacionais, principalmente voltadas à produção de moradia para a população de baixa renda. A definição é apresentada no *Art. 16 sobre as diretrizes da política municipal de habitação de*

interesse social, na qual busca “produzir e incentivar a implantação de lotes e moradias urbanizadas destinadas às famílias de baixa renda” (PDMP, 2006, p. 8.)⁴⁸

Com base no critério de renda e nas condições de habitabilidade, os moradores das ocupações e palafitas preencheram os pré-requisitos necessários para a sua inclusão nas políticas. Aliás, uma inclusão que há muito se espera do poder público. Ao longo dos anos, muitas famílias se cadastraram na esperança de obter uma casa própria pelo PMCMV (Souza, 2018). Essas famílias nas palafitas vivem há mais de 30 anos nas palafitas, e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista há mais de 7 anos, enfrentam um longo período de espera. Para Maricato (2001):

A terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde etc.) Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua. (Maricato, 2001, p. 119).

Embora os instrumentos legais possam ser a solução para as ocupações informais em Parintins, para fazer o uso adequado da lei, só há uma solução legal: a regularização. A regularização fundiária, cujo princípio básico é a preservação da posse dos moradores no local onde fixaram residência, é definida por Alfonsin (1997, p. 24, grifo nosso) como o:

Processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária.

Outra abordagem seria classificá-la como Zona de Especial Interesse Social - ZEIS, por meio de lei municipal específica ou de lei estabelecida no Plano Diretor da cidade. No Plano Diretor de Parintins (2006, p. 8), as ZEIS são definidas pelas seguintes condições:

I - áreas ocupadas por população de baixa renda que apresentem irregularidades urbanísticas e/ou irregularidade fundiária; II – áreas destinadas à promoção da habitação de interesse social, inseridas em programas no âmbito Municipal, Estadual, Federal ou privado; III - áreas destinadas ao reassentamento de população de baixa renda que tenha sua moradia em situação de risco devidamente identificada pelo órgão público competente, recuperando o meio ambiente degradado.

⁴⁸ De acordo com o Plano Diretor de Parintins-AM, para que houvesse a regulamentação fundiária e a urbanização dessas áreas, seria necessária a criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), no entanto, até os dias atuais estas zonas não foram definidas pelo poder público.

Sob o aspecto legal, nas áreas delimitadas para estudo, apenas na ocupação Nova Conquista poderia ser aplicados esses instrumentos. O Art. 17 do Plano Diretor do município estabelece: VII - não serão declaradas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Áreas ou Zonas de Proteção Ambiental definidas pelo Código Ambiental do Município de Parintins ou legislação complementar.

Como discutido neste capítulo, em Parintins, as áreas palafíticas e a ocupação Castanhal estão localizadas em áreas públicas de interesse para conservação e/ou preservação ambiental, porém foram ocupadas irregularmente. São ocupações destinadas à produção da casa própria, sem equipamentos e serviços urbanos. Nesse contexto, qualquer tentativa de regularização fundiária teria impedimento mediante os dispositivos da legislação. Isso também inviabilizaria a urbanização da área e a Concessão de Direito Real de Uso do Solo. O Plano Diretor de Parintins (2006, p. 10) refere-se a esse último ponto da seguinte forma:

Art.21. As áreas de Interesse Público para Preservação e/ou Conservação deverão corresponder às categorias definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei Federal nº. 9.985/00 e Código Florestal – Lei Federal nº 4.771/65.

Art.22. Para efeito de estruturação do território, serão implementadas as seguintes Unidades de Conservação, devendo ser definidas suas delimitações e categorias das unidades, através de estudo técnico prévio e definido no Código Ambiental do Município:

I - Na Área Urbana:

- a) Unidade de Conservação do Castanhal: Proteção de espécies florestais nativas. Área verde para lazer e educação ambiental;
- b) Unidade de Conservação do Campo Grande: Conservar os recursos hídricos. Conservar a fauna e espécies florestais nativas;
- c) Unidade de Conservação da Orla fluvial do rio Amazonas;
- d) Unidade de Conservação da Rede hidrográfica e reservas subterrâneas de água;
- e) Unidade de Conservação da Orla lacustrina do Macurany e da Francesa;
- f) Unidade de Conservação Lago da Francesa e entorno: conservar os recursos hídricos, proteger investimentos (evitando e controlando a erosão do solo e o assoreamento), assegurar a qualidade do ar e da água;
- g) Unidade de Conservação da enseada do Garantido – Manancial do Itaguatinga.

Com base no que foi exposto, podemos afirmar que a questão das ocupações informais em Parintins é complexa sob o aspecto jurídico. Diante disso, apontamos

como solução viável para as palafitas e a ocupação Castanhal a implementação de “projetos ecológicos integrados” para recuperar e ordenar o uso das áreas ocupadas. No entanto, é indiscutivelmente que essa medida deve ser acompanhada de uma ampla participação popular. Isso pode ocorrer de forma direta ou por meio das associações, estabelecendo assim um diálogo permanente com o poder público e os demais agentes.

Enquanto não existirem projetos e planos de Estado efetivos nessas áreas, elas estarão vulneráveis às falsas promessas de campanhas eleitoreiras. Um exemplo pode ser visto na última gestão municipal. O então e atual prefeito Frank Luiz da Cunha Garcia, realizou uma reunião em outubro de 2018 com os moradores da ocupação Castanhal se comprometendo em solucionar o problema da moradia, contudo, até o término da pesquisa as soluções não se materializaram, apenas a desapropriação ocorreu na mesma área da Unidade de Conservação.

Por fim, reafirmamos a negligência e/ou ambiguidade do poder público na elaboração e na execução das políticas públicas no desenvolvimento urbano local, especialmente quando se trata de garantir o direito à moradia para a camada mais pobre da população. Um exemplo desse descaso é o Residencial Parintins, iniciado em 2012 pelo Programa na modalidade PMCMV-FAR, destinado às de vulnerabilidade habitacional que, infelizmente, não foram beneficiadas (Souza, 2018).

Em Parintins, a política habitacional de âmbito nacional direcionou seus investimentos para a produção de espaços periféricos para além do perímetro da cidade, realocando os moradores para áreas distantes e carentes de infraestrutura básica. Souza (2018, p. 133) observou que “[...] os agentes produtores do espaço se apropriam das políticas públicas para servir de base de acumulação de renda e especulação de terras no aparelhamento de estratégias que se materializam na produção de novos espaços na expansão da cidade”.

Hoje, em Parintins, novos indutores de investimentos estão sendo gestados, um deles é o Programa de Saneamento Integrado de Parintins – PROSAI. Criado pelo governo do estado do Amazonas, o PROSAI é um desdobramento do Programa Social e Ambiental Manaus e do Interior - PROSAMIN+, e é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. As obras estão previstas para iniciar no primeiro semestre de 2024, segundo o Plano Diretor de Reassentamento de 2023.

O programa destinará recursos para drenagem urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário, urbanização, habitação e sustentabilidade. Em outras

palavras, o PROSAI se concentra na execução de obras de infraestrutura urbana e ações de intervenção social e ambiental em Parintins. O projeto abrangerá uma área de 119 mil metros quadrados, alcançando os bairros da Francesa, Palmares, Santa Rita de Cássia, Santa Clara e Centro. Entre a solução de moradia apresentada, está a construção de dois parques residenciais, com 504 unidades habitacionais para famílias que moram em palafitas, que serão reassentadas para esses prédios verticais, uma solução que não está em sintonia com a cultura ribeirinha do lugar.

Finalmente, conclui-se que as premissas sobre as quais é oportuno agir são identificadas. As consequências específicas da falta de moradia são detalhadas nos Quadros 13, 14 e 15. Esses quadros estão organizados de acordo com os três eixos principais, que foram identificados a partir das perguntas dos formulários. Esses eixos são: a realidade sócio-territorial, as políticas públicas locais e a formação socioespacial pelos sujeitos não hegemônicos e suas interações.

Quadro 13 - Consequências associadas ao objeto de estudo

Premissas	Áreas palafíticas	Ocupações Castanhal e Nova Conquista
Dificuldade de acesso à terra (urbanizada)	Sim	Sim
Reconhecimento da autopromoção como alternativa habitacional	Sim	Sim
Falta de entendimento e estruturação da política de ATHIS por parte da gestão pública local	Sim	Sim
Sazonalidade dos rios	Sim	Não
Irregularidade fundiária	Sim	Sim/Não
Ocupação de área de preservação	Sim	Sim/Não
Ocupação de área irregular	Sim	Sim
Ciclo de remoção e retorno	Não	Não
Concentração de terras	Sim	Sim
Especulação imobiliária	Sim	Sim
Subutilização das edificações	Não	Não
Valor da terra	Sim	Sim
Desigualdades socioespaciais	Sim	Sim
Falta de acesso à informação	Sim/Não	Sim/Não
Habitação como bem de consumo/mercadoria	Sim	Sim
Não efetivação dos direitos	Sim	Sim
Pobreza/baixa renda	Sim	Sim
Questão demográfica e migratória	Sim	Sim
Estigmas sociais	Sim	Sim
Ciclo de expansão da cidade	Sim	Sim
Adaptabilidade do habitat no espaço urbano	Sim	Sim
Degradação Ambiental e Social	Sim	Sim

Elaboração; Crizan Graça de Souza, 2023.

No contexto das questões sócioterritoriais, foram observadas as causas e consequências estruturais que moldam a paisagem da cidade local. Entre essas causas e consequências, destacam-se a pobreza, os estigmas sociais e a especulação imobiliária. Esses fatores geram outras questões, como a irregularidade fundiária e a autoconstrução como alternativa. Além disso, existem questões diretamente relacionadas ao modo de (auto)construir a cidade, como a não implementação do direito à cidade, que está associada às políticas públicas pela gestão municipal (ver Quadro 14).

Quadro 14 - Consequências associadas às políticas públicas

Causas críticas	Áreas palafíticas	Ocupações Castanhal e Nova Conquista
Exclusão das áreas ocupadas pelos mais pobres do arcabouço da política pública	Sim	Sim
Incompatibilidade das normas técnicas para efetivação das melhorias habitacionais*	Sim	Sim
Política habitacional exclusiva para produção de novas unidades	Sim	Sim
Experiências de ATHIS pontuais e desarticuladas regional e nacionalmente	Não	Não
Falta de continuidade	Sim	Sim
Falta de diagnóstico da realidade urbana	Sim	Sim
Falta de equipe técnica nos órgãos públicos	Sim	Sim
Falta de programação orçamentária	Sim	Sim
Falta de priorização da precariedade na política urbana	Sim	Sim
Falta de escala nas ações de ATHIS	Sim	Sim
Questão eleitoral - calendário	Sim	Sim
Não aplicação do Estatuto da Cidade	Sim	Sim
Lei federal de ATHIS não é aplicada	Sim	Sim
Plano Diretor não dá voto	Sim	Sim
Descaso e esquecimento do poder público	Sim	Sim
Inação do poder público	Sim	Sim
Inexistência de política de Estado	Sim	Sim
Manutenção de pessoas privilegiadas no poder	Sim	Sim

Elaboração: Crizan Graça de Souza, 2023.

Observando as consequências no eixo das políticas públicas, notou-se diversas questões que, combinadas, levam a não implementação destas, como a inação do poder público, a falta de programação orçamentária e a questão de políticas públicas caracterizarem-se muitas vezes como de governo e não de Estado, que se atrela, por sua vez, à falta de continuidade. Complementarmente, vale destacar a questão de que

a política habitacional brasileira está historicamente focada na produção de novas unidades.

O Quadro 15 apresenta as 16 consequências definidas, selecionadas dentre aquelas que foram inicialmente pontuadas na coleta de dados, como resultado da permanência do problema e da inação sobre as causas do problema.

Quadro 15 - Consequências da manutenção do problema

Consequências socioespaciais	Áreas palafíticas	Ocupações Castanhal e Nova Conquista
Agravamento das condições de insalubridade das moradias	Sim	Sim
Agravamento das condições da saúde das famílias	Sim	Sim
Aprofundamento da degradação do habitat	Sim	Sim
Aprofundamento da segregação e das desigualdades socioespaciais	Sim	Sim
Agravamento das consequências de epidemias e pandemias	Sim	Sim
Aprofundamento da marginalização, da estigmatização e da perda da dignidade	Sim	Sim
Aprofundamento e multiplicação das condições relacionadas à violência urbana e doméstica	Sim/Não	Sim/Não
Aumento das catástrofes relacionadas a eventos climáticos extremos	Não	Não
Agravamento dos riscos da autoconstrução não assistida tecnicamente	Sim	Sim
Dificuldades de estabelecer e valorizar o convívio doméstico e familiar	Não	Não
Maior dificuldade de acesso à urbanidade (saúde, lazer, educação, cultura)	Sim/Não	Sim/Não
Maior dificuldade de empregabilidade	Sim	Sim
Continuidade do descolamento de políticas públicas municipais das realidades estudadas	Não	Não
Permanência da política habitacional dedicada exclusivamente a novas unidades	Não	Não
Permanência e aprofundamento da precariedade das moradias associada à falta de infraestruturas urbanas	sim	sim
Desvalorização das formas habitacionais, com efeitos econômicos e simbólicos (elitização)	Sim	Sim

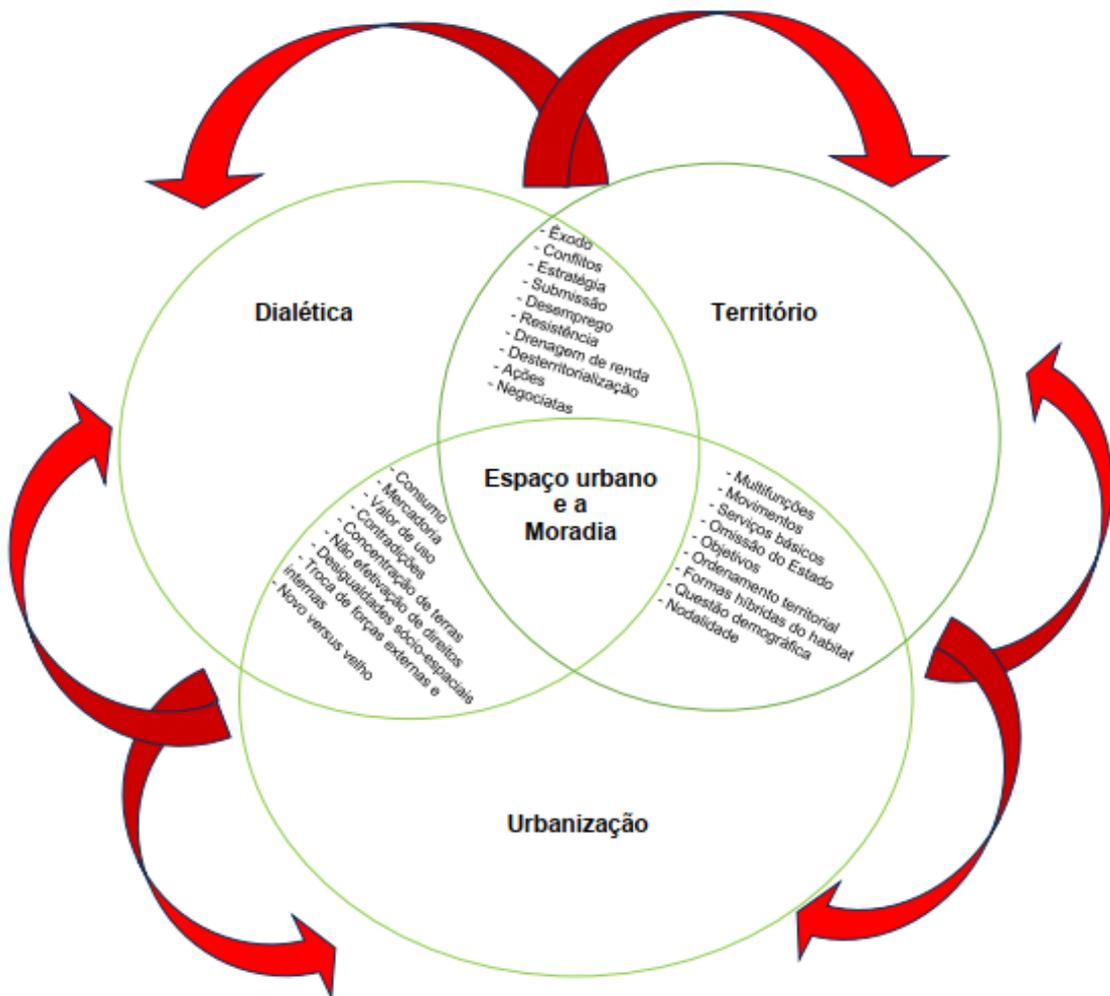
Elaboração: Crizan Graça de Souza, 2023.

Finalmente, embora a análise concentre-se na falta de moradia na cidade de Parintins como um direito ausente à cidadania, pode-se argumentar que a produção do espaço urbano de uma cidade no interior da Amazônia é parte do processo de reprodução do capital, conforme discutido pelos autores citados nesta pesquisa. Isso

ocorre porque a produção do espaço urbano é um processo desigual e combinado entre o global e o local.

Na Figura 51, propomos um modelo situacional que caracteriza a produção e a apropriação do espaço-território por meio do processo de urbanização, que se materializa em formas-conteúdos dialéticamente na cidade de Parintins a partir do acesso à moradia.

Figura 51 - Modelo situacional da moradia em Parintins-AM



Elaboração: Crizan Graça de Souza, 2023.

Urbanização: é o processo de transformação de uma sociedade, região ou território de rural para urbano. Isso não representa apenas o crescimento da população das cidades, mas também o aumento dessa população em relação aos habitantes do campo. Esse processo é resultado de diversos fatores, como adaptações de técnicas para instrumentos de trabalho, moradia, ordenamento territorial, questão demográfica e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares. Ocorre a partir de interações entre diversos processos modernos e

tradicionais, recursos e saberes regionais e demandas populares. Isso resulta em temporalidades e espacialidades distintas que passam a coexistir na interação entre os sujeitos e o espaço. Essa coexistência é marcada pela articulação dos saberes tradicionais, não codificados, na apropriação do território, na seleção de locais, na extração de recursos e no seu processamento, com as práticas modernas e mercantis. Associa-se, assim, o saber local às demandas urbanas, possibilitando a produção da palafita ou ocupações em áreas periurbanas enquanto práticas espaciais adaptativas. A partir desse contexto, são formuladas práticas flexíveis no espaço. Estratégias de trabalho informal bastante ativas, com uso do rio quase nulo, exceto para as famílias de palafitas com acesso ao rio. A dinâmica de uso associadas aos rios e ecossistemas diversos desloca-se da dinâmica ribeirinha de outros grupos que compõem o espaço da cidade.

Território: o território, no modelo situacional da moradia em Parintins, também conhece a sua multiescalaridade, ou seja, comporta-se em múltiplas escalas e funções. Ele é amplo e muito específico, como é o caso das áreas palafíticas ou das ocupações Castanhal e Nova Conquista. Estabelece-se por diferentes pontos do espaço em áreas não necessariamente contínuas, mas com ligações e fluxos de informações, mercadorias e apropriação do espaço físico.

Dialética: a dialética no espaço urbano pode ser entendida como a interação e a tensão entre diferentes elementos e processos que ocorrem na cidade. A cidade, enquanto materialização do espaço geográfico, carrega consigo a memória dos sucessivos sistemas de objetos e de ações. O novo convive com as heranças do passado, em uma dialética que permite o desenvolvimento de formas inéditas de uso, ocupação e (re)significação do espaço urbano. O urbano formula-se como momento (crítico) de ruptura no processo histórico de acumulação do capital, impactando a vida social. Além disso, a estrutura da cidade, mesmo que parcialmente endurecida, permite a todo instante a criação e a recriação de laços sociais, o abandono de antigos traços culturais e a assimilação de novos conteúdos culturais urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moradia desempenha múltiplas funções na vida cotidiana dos habitantes das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista. Ela não é apenas um abrigo, mas também um espaço para atividades diárias, interações sociais e, em muitos casos, para o trabalho.

Como exposto na introdução desta tese, o objetivo principal foi analisar a produção da moradia a partir das palafitas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista de Parintins, com foco na produção do espaço e na condição de vida da população de baixa renda nessas áreas da cidade. A preocupação foi saber como essas pessoas vivem em Parintins, dadas as restrições a que estão sujeitas. É importante salientar que, embora esta pesquisa tenha sido ambiciosa e abrangente, ela está sujeita a falhas. Como se trata de uma pesquisa científica, esta tese não está completa, sobretudo, pelas dificuldades de acesso às informações nos órgãos públicos, dada a desorganização e a falta de interesse na divulgação por parte do poder local. Sem contar as eventuais deficiências ou escolhas teóricas inerentes ao pesquisador que também podem influenciar os resultados.

Embora certos aspectos tenham dificultado a realização da pesquisa, em nenhum momento inviabilizaram-na. Pelo contrário, foram postos como desafios a serem superados. Eventuais lacunas são assumidas como parte do processo de elaboração de uma investigação acadêmica. Em vez de lamentadas, elas são vistas como parte do processo de trabalho e assumidas como decisões deliberadas.

Na parte inicial da pesquisa, foram abordados os conceitos de espaço e território, com o objetivo de refletir sobre a produção da cidade amazônica. Na segunda parte, identificamos as formas de habitação e o acesso à moradia na cidade de Parintins. Essas formas se articulam com a ação popular e as políticas públicas habitacionais de âmbito nacional, embora de modo esparso. Em seguida, analisamos o acesso à terra urbana e as condições de moradia nas palafitas e nas ocupações na cidade, que se materializam na produção da “habitação do possível”. Posteriormente, apresentamos os resultados da pesquisa empírica realizada nas palafitas e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista, que abrangem tanto as áreas consolidadas quanto as de expansão da cidade de Parintins. A análise enfatizou principalmente o acesso à terra, os equipamentos coletivos e individuais, a infraestrutura, a localização e o acesso aos serviços para os moradores.

Concluída a pesquisa e a tese que ela originou, reforçamos a afirmação de que o estudo da moradia pode ser uma entrada relevante para o entendimento da cidade, especialmente quando se analisa a produção da moradia pela ação popular, que é parte da luta pelo habitar da população de baixa renda. Isso é ainda mais evidente em uma cidade da Amazônia, onde a produção é influenciada por ocupações informais e planejada pelos próprios ocupantes.

Esse “fazer cidade” apresenta características e perspectivas híbridas entre o processo urbano e o sujeito-construtor, provocando implicações nas condições de habitabilidade na cidade. Embora esse aspecto seja importante, tratamos aqui dos processos e formas na produção do urbano, pois ao serem implantados em uma cidade do interior da Amazônia, refletem as dimensões gerais da reprodução ampliada do sistema capitalista. Nesse sentido, os moradores são protagonistas na constituição de abrigos para sua família, mas ao mesmo tempo estão inseridos em uma economia que parece excluí-los de seus direitos, porém são capturados como consumidores.

A moradia foi entendida como direito, ao contrário de ser vista em si e para si. Essa compreensão da produção da cidade e do urbano remonta aos primórdios, quando Friedrich Engels (1873) abordou a falta de moradia como um dos inúmeros males resultantes do modo de produção capitalista que se consolidou após a Revolução Industrial. Neste contexto, a pesquisa buscou analisar o processo de produção da moradia por meio da ação dos sujeitos na cidade de Parintins-Amazonas em áreas de palafitas e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista. Essas últimas, datadas no ano de 2016, servem como referência das ações materializadas no espaço urbano.

A hipótese defendida se confirma a partir dos processos de ocupações urbanas em Parintins, que resultam de premissas contextuais e necessidades elementares de uma condição de vida desigual. Por ser desigual, produz formas híbridas de fazer cidade, imprimindo dinâmicas informais que dão acesso à terra urbana. Os resultados ora apresentados oferecem uma continuidade àqueles alcançados por Oliveira e Souza (2019).

Constatou-se que o processo é local, regional e nacional, constituindo-se como uma totalidade, sendo resultado de ações promovidas por vários agentes que geram conflitos e contradições inerentes ao lugar. Esses conflitos e contradições não se limitam a esse lugar, pois se articulam com interesses próximos e distantes como parte de um processo ainda em curso de produção do espaço, que cada vez mais está

articulado à reprodução ampliada do capital (Oliveira e Souza, 2019). Também se confirmou a apropriação da terra, os motivos da ocupação e a situação familiar, conforme evidenciado por meio das respostas aos formulários aplicados e pelo levantamento de campo nas Palafitas e nas ocupações Castanhal e Nova Conquista.

Os dados de campo e os diversos relatos permitem concluir que as palafitas e as ocupações urbanas informais em Parintins provocam mudanças no espaço urbano, que podem ser identificadas como ações concretas para a expansão da cidade e alteram o modo operante dos que anseiam a “casa própria”. Além disso, as ocupações urbanas informais não modificam apenas as formas arquitetônicas, mas também as dimensões do vivido, sendo mais do que simplesmente isso; são um fator que possibilita a ampliação do território a partir das relações estratégicas que induzem a ação e o controle da população.

Os processos de ocupação, construção e permanência dos moradores das áreas palafíticas e das ocupações Castanhal e Nova Conquista na produção da moradia não se baseiam na segurança jurídica, na solidez das edificações e no acesso aos serviços públicos urbanos, que são direitos essenciais (Dominguez 2013; Souza, 2018). Esses processos são fundamentais para que os cidadãos usufruam da cidade. No entanto, é crucial compreender o modelo de urbanismo ilimitado e impositivo que degrada tanto o homem quanto a natureza em prol da reprodução do capital.

Esse modelo tem como lógica agregar novas áreas ao perímetro urbano, sem a devida provisão de equipamentos públicos urbanos, e utilizar a propriedade privada da terra como mecanismo de controle, levando os desprovidos à negação dos seus direitos, enquanto os providos se consolidam em suas terras, seguindo as condições mais rentáveis do mercado. Por outro lado, como resultado, o processo urbano segrega as áreas deste estudo em Parintins.

Os dados e as observações de campo possibilitaram a compreensão de que, conforme apontado pelos autores citados ao longo desta tese, é necessário adotar um novo enfoque teórico para o estudar a habitação. Esse enfoque não pode ser reduzido apenas às abordagens sobre consumo, déficit, carência, má qualidade, tipologia, formas de ocupação do domicílio e do espaço, bem como à política habitacional estatal. Deve-se, como indicam autores listados, direcionar o foco para a produção da moradia como um direito, sujeita, portanto, às contradições inerentes à produção e à apropriação da habitação (Souza, 2018; Souza, 2021).

Os diversos estudos sobre a situação habitacional, especialmente na área de Geografia, possibilitaram a comparação e a análise das semelhanças e diferenças existentes na produção da habitação no Brasil. No entanto, esses estudos mostraram que as soluções existentes são insuficientes para atender as necessidades da população de baixa renda, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra urbana. Tais medidas se mostraram insuficientes para sanar a carência das camadas mais pobres da população (Souza, 2021). No caso específico de Parintins, estamos diante de um processo de segregação socioespacial na produção do espaço urbano. Além disso, há uma falta de preocupação com a segurança jurídica, a solidez na edificação e o acesso a equipamentos e serviços coletivos, itens que são muitas vezes esquecidos ou deixados de lado, indicando a transferência de responsabilidade do Estado para os moradores, como evidenciado nas áreas estudadas.

A discussão sobre o acesso à terra urbana é o primeiro aspecto a ser considerado. Esse acesso não resultará em uma consequência social justa se não for considerado no contexto do exercício pleno da cidadania, independentemente de onde as pessoas estejam. A cidade não pode mais ser um espaço privilegiado e privatizado pela classe dominante, tampouco pode ser um lugar com regras de controle ditadas pelo capital imobiliário. A cidade deve ser o lugar apropriado para todos, com habitação, infraestrutura, transporte, saúde e espaços públicos de qualidade. No entanto, nas cidades do interior do Amazonas, especificamente em Parintins, essas práticas de privilégio entre o poder municipal local e o capital ainda são a realidade. Eles condicionam a produção de espaços segregados e valorizam as terras dos proprietários fundiários, tornando a “cidade cidadã” uma utopia.

O segundo ponto a considerar diz respeito às cidades de “responsabilidades territoriais”, como é o caso de Parintins (Schor, Oliveira e Bartoli, 2022). Essas cidades enfrentam problemas que poderiam ser resolvidos de maneira mais rápida e eficiente se o poder local não estivesse alinhado a interesses imediatistas, muitas vezes eleitoreiros, incidindo na cidade dos vencidos. A pesquisa constatou que os moradores das palafitas aguardam há mais de 40 anos por uma solução da gestão local para a situação do terreno ocupado. Da mesma forma, Castanhal e Nova Conquista estão há 7 anos esperando uma solução. São áreas consolidadas e em processo de consolidação, que enfrentam os mesmos problemas de apropriação da terra e a falta de construção dos equipamentos urbanos, afetando as condições de morar dos ocupantes.

Como identificado ao longo desta pesquisa, as ocupações e as palafitas em Parintins expressam a típica periferia, enquanto espaço caótico, especialmente quando analisamos o espaço construído. Esse espaço representa o produto do processo de expansão urbana da cidade de Parintins, abrigando dezenas de famílias excluídas dos programas de construção de habitações sociais e, conseqüentemente, da *cidade legal*.

As famílias que foram “negligenciadas” pelo poder público local passam a ocupar espaços como beira de lago, rio ou terras públicas e privadas, transformando-os em espaços de moradia, onde autoconstróem suas casas, inicialmente, de forma improvisada e, posteriormente, de maneira permanente. Como salientamos ao longo do trabalho, se as famílias recorrem a essas formas de moradia, é porque não lhes restou outra opção. Afinal, “morar é necessário”, como enfatiza Rodrigues (1991).

Nas palafitas e ocupações, encontramos famílias despossuídas de uma renda fixa. Essas famílias, na busca por moradia e pelo direito à cidade, passam a ocupar áreas públicas e/ou privadas, transformando-as em espaços de moradia e de sobrevivência. Submetidos a viver ilegalmente e em condições de extrema precariedade estruturais, em casas autoconstruídas, algumas improvisadas e insalubres, esses moradores vão sobrevivendo como podem.

A produção por autoconstrução revela que os programas oficiais estatais de financiamento habitacional são incompatíveis com a realidade de milhões de famílias sem rendimento comprobatório ou que estão abaixo da média exigida pelas linhas de crédito dos financiamentos para a “*tão sonhada e desejada casa própria*”. Nesse sentido, por meio da autoconstrução nas áreas informais de palafitas e ocupações, utilizando o mínimo rendimento ganho informalmente e seus dias de folga, é que a população pobre realiza esse desejo.

Assim, a ocupação Castanhal e a Nova Conquista, bem como as palafitas, tomadas como recorte empírico de nossa pesquisa, constituem uma síntese das condições de vida e de trabalho dessas famílias. Além das condições de moradia, são evidenciados outros problemas não menos complexos: baixo nível de renda e de escolaridade, subemprego, desemprego e famílias numerosas. Essas realidades também expressam os níveis de descaso do poder local com a problemática da moradia em Parintins. Por isso, a cidade é produzida por ocupações informais.

A partir disso, afirmamos que o direito à moradia dificilmente será resolvido dentro do processo capitalista, que persiste em ser injusto na distribuição,

concentração de renda e acesso à terra. Além disso, o poder público, de certa forma, institucionaliza esse modelo, quando viabiliza a sua reprodução em função de seus próprios interesses e do capital. Portanto, a problemática habitacional torna-se um produto necessário ao sistema de produção, pois a habitação e a terra se transformaram em mercadoria no capitalismo, como qualquer outro produto. Porém, é uma mercadoria especial, ou seja, sua oferta passou a depender da capacidade de solvência do “consumidor”.

Se a condição de pagador ou devedor estiver associada ao ato de morar, então, o direito à moradia, enquanto capacidade do cidadão de comprar uma casa, ato jurídico mediado pelos cartórios de imóveis, parece romper com qualquer tentativa de satisfazer a uma necessidade milenar que é ter onde se abrigar e reproduzir a vida. Essa ideia romperia com a de constitucionalidade, pois essa, no Brasil, está mesmo reproduzindo a de propriedade em detrimento da noção de apropriação do espaço. Soma-se a isso as desigualdades quanto ao acesso aos benefícios da modernidade que seriam os serviços completos de saneamento básico, saúde, educação, entre outros, além de infraestrutura diversas, nos formatos técnicos, científicos e tecnológicos mais modernos. Na escala local, regional, nacional e internacional as desigualdades se revelam ainda mais explícitas.

Considerando a literatura arrolada e os trabalhos de campo realizados nas áreas de estudo, é possível afirmar que ocorre a violação dos direitos constitucionais do cidadão, tal como a violação do *direito à moradia*, Art. 6º da Constituição Federal. A situação de risco, com grave ameaça à saúde e à vida devido à insalubridade provocada por infiltrações e esgotos a céu aberto, configura uma ameaça à saúde pública. Essa condição contradiz o direito a viver dignamente. Observamos habitações precárias, barracos autoconstruídos, que não garantem aos moradores segurança e qualidade de vida.

É por isso que as palafitas e as ocupações aqui analisadas não foram *per se*, mas no contexto em que foram concebidas, construídas e apropriadas, tendo como base a ação dos desprovidos, cuja produção foi a partir de resistência de luta no intuito de conquistar “casa própria”. Porém, isso não é suficiente. É preciso identificar como tal processo se estabelece no lugar por meio da articulação do poder e dos grupos políticos locais, a fim de abordar completamente a falta de acesso à moradia para um determinado segmento da sociedade amazônica que não é beneficiada, mas é cooptado a participar desse processo.

Existem diferenças e semelhanças entre as áreas palafíticas e as ocupações. A principal delas é a localização. As palafitas estão situadas em áreas consolidadas que servem como conexão entre diferentes bairros. Por outro lado, a ocupação Castanhal, apesar de estar localizada em uma área periurbana e sofrer com a escassez de serviços públicos, já foi absorvida pela cidade. Em contraste, a ocupação Nova Conquista representa a fronteira de expansão da cidade, porém ainda não foi plenamente incorporada à cidade.

A urbanização tem impulsionado a perda da relação dos moradores das palafitas com o rio e a produção dessas estruturas. As palafitas foram engolfadas pelo processo de urbanização, resultando em um acesso limitado ao rio para seus habitantes. Nesse contexto, a ideia de uma 'cidade cidadã' parece ser apenas uma utopia.

As condições de sobrevivência do ser ribeirinho são moldadas pelo processo urbano, que cria novos valores de uso e de troca, sobrepondo o velho. Isso torna as relações de convívio social adaptáveis à nova realidade imposta. Morar em uma palafita não significa necessariamente uma resistência cultural nas áreas de estudo. Na verdade, é uma alternativa viável e de baixo custo para viver na cidade e usufruir de suas benesses.

Com isso, novas questões ficam em aberto, uma vez que novas indagações aparecem: em que medida o programa de transferência de renda tem afetado as famílias positivamente e impulsionado a mudança de vida? A perda da relação com o rio e a floresta é impulsionada pela urbanização?

REFERÊNCIAS

ABRÃO, W. O. et al. A (re) produção do espaço urbano e “boom imobiliário” na cidade de Uberaba/MG (Brasil). **Observatório de Geografia da América Latina**, 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/041.pdf> Acesso em: 18 out. 2023.

ABREU, M. A. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 47-58, 1986. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf Acesso em: 22 nov. 2023.

ABREU, M. A. O ESTUDO-GEOGRÁFICO DA CIDADE NO BRASIL: EVOLUÇÃO E AVALIAÇÃO Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro. **Revista brasileira de Geografia.**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 1, 308, jan/dez. 1994. Disponível em: <https://www.rbq.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/4517> Acesso em: 22 nov., 2023.

ALCÂNTARA, D. L. **Condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis do município de Parintins Amazonas.** (Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Licenciatura em Geografia). Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/632> Acesso em: 18 out. 2023.

ALVES, M. R. Cidade(s): novas espacialidades e territorialidades. **PósFAUUSP V.** 17, n. 28, p. 250-257, 2010. Disponível: www.arquitetura.eesc.usp.br/silacc2010. Acesso em 21 de mai. de 2022.

AMORE, C. S; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Letra Capital: Rio de Janeiro, 2015.

AMORIM, L. Da origem dos sistemas espaciais. In: **VII PROJETAR**, Natal, 2015. **Anais...** Natal: Editora Firenzze, 2015. v. 1. p. 73-83. Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/928/Art9.pdf?sequence=1> Acesso em: 22 nov., 2023.

ARAÚJO, L. M. **A produção do espaço Intra-urbano e as ocupações Irregulares no Conjunto Mangabeira, João Pessoa - PB.** Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, 2006. 196.p.

ARAÚJO, L. M. **Produção imobiliária e novas dinâmicas de expansão urbana em Patos e Cajazeiras (PB).** 328.f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12778> Acesso 18 out. 2023.

ARCHANJO, P. C. **Convivência Contínua com Esgotos a Céu Aberto:** modos de subjetivação de habitantes de Parintins-Amazonas. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) – Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5240> Acesso em: 10 fev., 2021.

Archanjo, P. C. V.; Higuchi, M. I. G. Aformoseamento e modernidade na hinterlândia amazônica no início do século XX: o caso da cidade de Parintins-Amazonas. **Revista Eletrônica Mutações**, 7(13), 089–106. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2804> Acesso em: 01 set., 2023.

BARDA, M. **Espaço (meta) vernacular na cidade contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARTOLI, E. A Cidade Arquipélago: expansão e morfologia urbana de Parintins (AM). **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** – ano XXII, v. 2, n. 46, p. 347-397, 2020. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/6874> Acesso em: 22 dez., 2020.

BARTOLI, E. Cheia e a pandemia: a água urbana–ribeirinha. **AmazonAmazônia**, 2021. Disponível em: <<https://www.amazonamazonia.com.br/2021/05/24/cheia-e-a-pandemia-a-agua-urbano-ribeirinha/>>. Acesso em: 21 mai., 2022.

BARTOLI, E. Entre o urbano e o ribeirinho: territorialidades navegantes e sistemas territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/18865> Acesso em: 14 de jan., 2020.

BARTOLI, E. Espaço periurbano de Parintins: expansão urbana e loteamentos recentes. In: **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]** CD-ROM: UERJ, 2013. p. 1-16.

BARTOLI, E. **O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM)**. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista – UNESP) Campus Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/18fcd7d6-a1d4-4312-8f9c-da21bb274e0b> Acesso em: 18 jan. 2018.

BARTOLI, E. Reflexões metodológicas sobre estudo de morfologia urbana: o caso de Parintins. In: **ENCONTRO DE GEOGRAFIA URBANA DA AMAZÔNIA – EGUEAM, 2012**, Parintins. **Anais [...]** Parintins: UEA, 2012.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília, Editora da UNB, 1990.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v 47, n 3/4, p. 315-426, jul/dez 1985.

BERNARDES, C. **Avaliação integrada de impacto à saúde decorrente de ações de saneamento, em comunidades de unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia**. 2013. 178f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

BITTENCOURT, A. C. R. **Memória do Município de Parintins: estudos históricos sobre a origem e desenvolvimento moral e material**. Manaus: Livraria Palah Roval, 1924.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social do Brasil. **Papers Análise Social**, v. 29-27, n. 3, p. 711-732, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/470900/mod_resource/content/1/Origens%20da%20habitação%20social%20no%20Brasil.pdf Acesso em: 17 out. 2023.

BONDUKI, N. G. Origens da Habitação Social do Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: **Estação da Liberdade; FAPESP**, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000988439> Acesso em: 17 out. 2023.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: FAPESP, Annablume, 2007.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. de A.; OLIVEIRA, C. L. (Org.). **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios, 2012. (1ª ed. - v. 1). p. 367-380.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm Acesso em: 22 nov., 2023.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm Acesso em: 22 nov., 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade – guia para a implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. ROLNIK, Raquel (coord.).3. ed. **Brasília: CEF/Polis**, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras

providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm .Acesso em: 15 nov. 2019.

BROWDER, J.; GODFREY, B. **Cidades da Floresta: Urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira.** Manaus: EDUA, 2006.

BUTEL, I. **História e Memória Política do Município de Parintins.** Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

CANO, W. Reflexões Sobre o Papel do Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana do Brasil. Texto para Discussão. **Campinas: E/UNICAMP** nº. 177 maio de 2010. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/905> Acesso em: 22 abr. 2022.

CAPEL, H. S. **La morfología de las ciudades III: agentes urbanos y mercado inmobiliario.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CARDOSO FILHO, G. T. A gestão de resíduos sólidos em Parintins/AM à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista Somanlu.** Ano 12, nº1, jan/jun 2012. Manaus, 2012.

CARDOSO, A. L. **Desafios da Habitação: a realidade da moradia no Brasil,** São Paulo: Observatório das Metrôpoles, 2012.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio De Janeiro: Impactos urbanos e sociais. Relatório final da pesquisa referente à chamada pública **MCTI/CNPq/MCIDADES** nº11/2012. Linha Temática 1 - Aspectos de desenho, implementação e avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida. Rio de Janeiro/Brasília, 2015.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** Ed. 9º Contexto. São Paulo, 2011.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: SOUZA, M. L. SPOSITO, M. (Orgs). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**. Editora Ática. São Paulo, 2003.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7688121/mod_resource/content/3/ANA%20FANI%20-%20espaço%20urbano.pdf Acesso em: 29 ago. 2019

CARVALHO, R. A. **A Expansão Urbana de Parintins: produção do espaço, agentes e processos socioespaciais**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia) - Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2013.

CASTELLS, M. Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informal. In: **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CASTELLS, M. **Galáxia Internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTRO, E. M. R. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, v. 23, n. 64, p. 45-61, 2012.

CASTRO, Edna. Dinâmicas sociais e territoriais das pequenas e médias cidades na Amazônia. In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte (Org.). **O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/7142786/A_invenção_do_cotidiano_artes_de_fazer_michel_de_certeau Acesso em: 10 jun., 2022.

CID, Peta. Parintins começa a ser interligada ao Linhão de Tucuruí. In: **Especial para o Portal do Marcos Santos – online**. Portal do Marcos Santos. Manaus, 13 de jun. 2023. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2023/06/14/parintins-comeca-a-ser-interligada-ao-linhao-de-tucuru/> Acesso em: 06 out., 2023.

CLICHEVSKY, N. Regularizando la informalidad del suelo en América Latina y el Caribe. Una evaluación sobre la base de 13 países y 71 programas. **CEPAL - Séries Manuales**, 2006. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5615/S0600005_es.pdf;jsessionid=3241B Acesso em: 21 out., 2023.

COLUCCI, D. G.; SOUTO, M. M. M. Espacialidades A condição espacial e territorialidades: conceituação e exemplificações. 2011. **Geografias**, n. 7, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13312> Acesso em: maio 2020.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E. GOMES, P.C.C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. Monumentos, Política e Espaço. GeoCrítica/Scripta Nova, **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Vol. IX, nº 183, 2005. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/894> Acesso em: 15 set de 2019.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**. v.9, n. 16, p.199-218, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12033> Acesso em: 20 fev. 2020.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática. 7ª ed. Série Princípios, 2003.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COURA, A. C; MOURA, R. H. P. Invasão ou ocupação? a estratégia argumentativa do poder judiciário nas decisões envolvendo o ingresso em imóveis abandonados **Revista de Direito da Cidade**. 13 (4), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdc/a/84NDW8R53PMhjsQKJQWQFn/?lang=pt> Acesso em: 10 out. 2021.

CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências**. Belém, Editora da UFPA, 2008. pp. 48-67.

DEMO, P. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1990.

DOMINGUES, E. G. R. L. Moradia não é Mercadoria. **Revista de Direito da Cidade**, v. 5, n. 1, p. 197-233, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/9729> Acesso em: nov. 2017.

ELOY, L. LASMAR, L. Urbanisation and transformation of indigenous resource management: the case of Upper Rio Negro (Brazil). **International Journal of Sustainable Society**, v. 4, p. 372, 2012. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/epdf/10.1504/IJSSOC.2012.049407> Acesso em: 17 nov. 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Sistemas Isolados: planejamento do atendimento aos sistemas isolados horizonte 2023 – ciclo 2018, janeiro de 2019. Disponível em: ww.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-346/EPE-NT-Planejamento%20SI-ciclo_2018_rev1.pdf Acesso em: 8 nov., 2023.

ENGELS, F. **Para a questão da habitação**. Lisboa; Moscou: Edições Progresso, 1982.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. Tradução Nélio Schneider - 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FAU-USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O que é direito à moradia? Disponível em: <http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=46&lang=pt> Acesso em: 18 out. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460> Acesso em: 20 maio 2020.

FERNANDES, E. A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (coord.). Direito urbanístico. **Estudos Brasileiros e Internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey/Lincoln Institute, 2006. p. 3-23.

FERNANDES, E. Perspectivas para a renovação das políticas de legalização de favelas no Brasil. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: UFRJ, ano XV, nº 1, p. 9-38, jan./jul. 2001.

FERNANDES, E. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. In: **XV Congresso Internacional de Direito Registral**, Espanha, p. 597-616, 2007.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**; apresentação Paul Singer. – 5. ed. rev. – São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012. 200p.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Campinas – T/UNICAMP F 588 f., Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/815022> Acesso em: jul. 2017.

FONSECA, M. L.; TAVARES, H. C. A questão fundiária e política habitacional no Brasil. In: DENALDI, Rosana (org.). **Planejamento Habitacional**: notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Annablume, 2013. p. 249-66.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 169 p. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf Acesso: 21 out. 2023.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, v. 6, p. 7-14, 1982. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2628561&forceview=1> Acesso em: 17 out. 2023.

HARVEY, D. **The Urbanization of Capital**. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1985.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> . Acesso: 10 nov. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/historico> .Acesso em: 22 maio 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/panorama> Acesso em: 21 out. 2023.

IPEA. As políticas para a regularização fundiária urbana no Brasil. In: Dinâmica Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: **Ipea, 2010**. v. 2 (912 p.): gráfs. Mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Infraestrutura Econômica, Social e Urbana; Livro 6).

JACOBI, P. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaços & Debates**, ano II, n.7, 1982. (pp.53-69).

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 299 p.

KOWARICK, L. **Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. [1973]. Trad. Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973[a].

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H. Advertência e Quadros; 5. *Mimesis e práxis*; 7. Metamorfose da filosofia - *poiesis* e metafilosofia. in LEFEBVRE, H. **Metafilosofia: Prolegómenos**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. [1974]. Trad. castelhana de Emilio M. Gutiérrez. Madri: **Capitán Swing Libros**, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEO-USP - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 24, 109-123, 2008. Disponível: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>>. Acesso em: 21 maio 2022.

LENCIONI, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. En línea. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto, vol. XIV, nº 331 (69), 2010. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm> Acesso em: 16 de fev. de 2016.

LIMA, M. V. **Movimento das águas na cidade de Parintins-AM**. 114.f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5233> Acesso em: 17 maio 2023.

LIMA, V. M. **Globalização e Saúde na Amazônia, um estudo de uma pequena cidade - Ponta de Pedra, Ilha do Marajó, Pará, 2017**. Tese (Doutorado Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2018.

LOBATO, F. H. S.; BAHIA, M. C. Entre a psicofera da floresta e a psicofera urbana: um mergulho etnográfico em uma comunidade amazônica. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 21, n. 54, p. 500-526, setembro, 2020. <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/103741/pdf> Acesso em: 17 out. 2023.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005.

LYNCH, K. (1960) A imagem da cidade. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MAIA, A. C.; LEONELLI, G. C. V. Tipologias de vazios urbanos na expansão urbana de cidades médias paulistas. **Arquitextos**, São Paulo, ano 20, n. 240.04, Vitruvius, maio 2020. <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.240/7746> . Acesso em: 13 out. 2023

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A IDENTIDADE DA METRÓPOLE. O Processo de Verticalização em São Paulo. São Paulo. **HUCITEC**, 1994. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000082566> Acesso em: 18 jan. 2024.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; VAINER, C; e MARICATO, E, **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARICATO, E. Autoconstrução, a Arquitetura Possível. In: MARICATO, E. **A Produção Capitalista da casa (e cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. Dimensões da tragédia urbana. **Com Ciência**, 2002. Disponível: <<https://www.comciencia.br/dossies-1-2/reportagens/cidades/cid18.htm>>. Acesso em 21 maio 2022.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-26.

MARICATO, E. **Enfrentando os Desafios: a política desenvolvida pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo 1989/1992**. Tese de Livre Docência - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2023/02/tese_livre_docencia-pdf.io_.pdf Acesso em: 12 mar. 2023.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997

MARICATO, E. **Indústria da construção e política habitacional**. Tese de Doutorado. São Paulo, FAUUSP, 1984.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados, São Paulo**. v. 17, nº. 48, mai./ago, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928> Acesso em: 19 dez. 2019.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011

MARICATO, E. **Política Habitacional no Regime Militar**: do milagre Brasileiro à Crise Econômica. Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1987.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrÓpoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3537365&forceview=1> Acesso em: 30 ago. 2019.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. O processo de produção de capital – Volume I. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATOSINHOS, A. P.; FARIA, E. F. **A efetividade do direito real de laje como instrumento de política pública para acesso à moradia digna**. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/2530/pdf> Acesso em: 13 out. 2023.

MDR - **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Conforme_Tabela.pdf Acesso em: 21 jun. 2023.

MELCHIORS, L. C. **Agentes produtores do espaço e a questão urbana: Distribuição territorial do Programa Minha Casa Minha Vida no município de Gravataí/ Região Metropolitana de Porto Alegre – RS**. 196.f. Dissertação de (Mestrado em planejamento urbano e territorial da Faculdade de Arquitetura e urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/107512> Acesso em: 11 jun. 2018.

MENEZES, Lucineli de Souza. **Ocupação, conflitos e conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna 1/Parintins-Amazonas. 2017.** 121.f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6364> Acesso em: 12 maio 2021.

MENEZES, M. S. T.; PERDIGÃO, A. V. A. K. O TIPO PALAFITA AMAZÔNICO: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil). **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 44–59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/23710> . Acesso em: 22 set. 2023.

MENEZES, T. M. S. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na Vila da Barca (Belém-PA).** Belém, PA: UFPA, 2015. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, 2015.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. Publicado originalmente na Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano 7, v. 73, jan. 1941. Republicado no Boletim Geográfico (IBGE), Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, out. 1943, p. 7-29. Revisado para CIDADES por Roberto Lobato Corrêa. **CIDADES**. v. 1, n. 2, 2004, p. 277-314.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização Extensiva e Novas Fronteiras Urbanas no Brasil. In E. Rassi Neto & C. M. Bógus (Eds.), **Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada (Vol. 3, pp. 79-95)**. Brasília, DF: Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde, Brasil, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Adotado pela Assembleia das Nações 243 Unidas em 16 de dezembro de 1966 e em vigor em 3 de janeiro de 1976. Brasília: **Ministério das Relações Exteriores**, Ministério da Justiça, 1992. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm Acesso em: 09 jan. 2019.

NETAM - NÚCLEO DE ESTUDOS TERRITORIAIS DA AMAZÔNIA. **Vídeo 04: Vivendo em Barcos.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vj6Pss9UwRs> Acesso em: 09 fev. de 2021.

NORBERG-SCHUL, C. Existence, space, and architecture. **New York:** Praeger, 1971.

OLIVEIRA JR, J. A. **Arquitetura Ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos.** 203.p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-30032010-154115/pt-br.php> Acesso em: 10 set. 2023.

OLIVEIRA, G. H. J. O programa minha casa, minha vida (2009 – 2014) e a participação democrática dos movimentos e organizações sociais: impacto na inclusão social por meio da efetivação do direito à moradia. Direito, instituições e políticas públicas: o papel do jusidealista na formação do Estado. Tradução. São Paulo: **Quartier Latin**, 2017. p. 918. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002926782> Acesso em: 02 out. 2023.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, nº 3 p. 27-29, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00096725200600030013 . Acesso em: 05 fev. 2022.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, J. A. DE; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências**. Belém, Editora da UFPA, p. 15-26. 2008.

OLIVEIRA, J. A. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.

OLIVEIRA, J. A. SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, p. 59-98. 2008.

OLIVEIRA, J. A. **Urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão** 2002. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/552.pdf> Acesso em: 12 maio 2021.

OLIVEIRA, J. A. Urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão. In: 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1997, Buenos Aires. **Anais [...]** Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1997. p. 1-8. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/552.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2022.

OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. Scripta Nova - **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XI, n. 245 (30), 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm#:~:text=O%20espaço%20da%20moradia%20produz,acesso%20inadequado%20aos%20serviços%20urbanos>. Acesso em: 17 out. 2023

OLIVEIRA, J. A; Souza, C. G. A produção da habitação social numa cidade amazônica, *Confins* [Online], 42, 2019, Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/23501> Acesso em: 21 set. 2023.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus (1920 – 1967): permanências e transformações**. Manaus: UFAM, 1999.

OLIVEIRA, M. M. **Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea**. 2014. 340.f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade

Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <
<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4239>. Acesso em: 01 set. 2023.

PENNA, N. A. **Brasília: do espaço concebido ao espaço produzido - a dinâmica de uma metrópole planejada.** 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 18 out. 2023.

PERDIGÃO, A. K. A. V.; MENEZES, T. M. S. ARQUITETURA VERNACULAR AMAZÔNICA: A PALAFITA EM FOCO. In: **Anais do Seminário Arquitetura Vernácula/Popular. Anais.** Salvador (BA) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2021. Disponível em:
<https://www.even3.com.br/anais/argvernabop/387935-arquitetura-vernacular-amazonica--a-palafita-em-foco/> Acesso em: 30 ago. 2023.

PERDIGÃO, A.K.A.V.; BRUNA, G.C. Representações espaciais na concepção arquitetônica. In: **PROJETAR**, 4., 2009, São Paulo. Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática. São Paulo: Alter Market, 2009.

PARINTINS. Lei Municipal nº 09/2006. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana do Município e dá outras providências. Disponível em: <https://transparencia.parintins.am.gov.br/> Acesso em: 08 out. 2023.

PARINTINS. Lei nº 375/2006-GMP. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana e rural do Município e dá outras providências. Disponível em: <https://transparencia.parintins.am.gov.br/> Acesso em: 08 out. 2023.

PARINTINS. Lei nº 4021/2007-PGMP que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e Institui o Conselho Gestor do FMHIS. Disponível em: <https://transparencia.parintins.am.gov.br/> Acesso em: 08 out. 2023.

PARINTINS. Lei nº 407/2007-PGMP que institui o novo Código de Posturas no município de Parintins e dá outras providências. Disponível em:
<https://transparencia.parintins.am.gov.br/> Acesso em: 08 out. 2023.

PARINTINS. Lei nº 709/2018-PGMP pela nova redação do código de obras do município e dá outras providências. Disponível em:
<https://transparencia.parintins.am.gov.br/> Acesso em: 08 out. 2023.

PARINTINS. Lei nº 386/2006-PGMP. Dispõe sobre o perímetro urbano do município de Parintins e dá outras providências. Disponível em:
<https://transparencia.parintins.am.gov.br/> Acesso em: 08 out. 2023.

RAFESTTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. W. Espaço tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da água branca, 1982. **Revista do Departamento de Geografia da FFLCH/USP**, São Paulo, n. 1, p. 65-75, 1982. Disponível em:
<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/65-75.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

REIS, A. C. F. **As origens de Parintins**. Manaus: Editado pelo governo do estado do Amazonas, Palácio Rio Negro, 1967.

REYDON, B. P. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. In: **E-premissas revista de estudos estratégicos**. ISSN 1981-1438 n.º 2 janeiro/junho 2007.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, A. M. **O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade**. Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos 111-126, 2008.

ROLNIK, R. Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida. Brasília: **Ministério das Cidades**, 2010.

ROLNIK, R. Exclusão Territorial e Violência. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.

ROLNIK, R. KLINK, J. Crescimento Econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos CEBRAP**, nº 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/?lang=pt#> Acesso em: 11 maio 2017.

ROYER, L. O. **Financeirização da Política Habitacional: limites e perspectivas**. 194.f. Tese de doutorado em arquitetura e urbanismo do Programa de Pós-graduação – USP. São Paulo, 2009. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-19032010-114007/pt-br.php> Acesso em: 11 maio 2017.

ROYER, L. O. **Política habitacional no Estado de São Paulo: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-16082023-115425/pt-br.php> Acesso em: 11 maio 2017.

SACK, R. D. Human territoriality: **Ils Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAKATAUSKAS, G. L. B. **Especificidades da Precariedade Habitacional na Amazônia Ribeirinha: um olhar sobre a região do Baixo Tocantins**. 285f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, 2020.

SAKATAUSKAS, G. L. B. **Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses: análise a partir dos planos locais de habitação de interesse social**. 193.f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015. Disponível em:

<https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7478> Acesso em: 11 jan. 2023.

SAKATAUSKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V.; LEITÃO, K. O. Precariedade habitacional em pequenos municípios paraenses. In: **O Social em Questão**. v.21, n. 42, set./dez., 2018, p. 23-44.

SANTOS, A. P. M. O Patrimônio Histórico do Núcleo Central de Parintins-AM: Mudanças e Permanências. (Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Licenciatura em Geografia). **Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, 2015**. Disponível em: [http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/816/1/O%20patrimônio%20histórico%20do%20núcleo%20central%20de%20Parintins-AM%20mudanças%20e%20permanências.pdf](http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/816/1/O%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20do%20n%C3%BAcleo%20central%20de%20Parintins-AM%20mudanças%20e%20perman%C3%AAncias.pdf) Acesso em: 18 out. 2023. 2015

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços).

SANTOS, M. Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma Obra. Quarto painel - A Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, abr./jun.1983. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/11274/10244> Acesso em: 17 out. 2023.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 25, 1988. p. 58-62.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, R. A. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. **Cadernos MetrÓpole**, v. 21, n. 46, p. 783-806, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/BxY4MrVZSbgCBBsJ3nhmzDR/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 17 out. 2023.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p. 35-51.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Editora Outras Expressões. São Paulo, 2011.

SAQUET, M. A.; ANTONELLO, J. A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil) In: **anais V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia)**. Curitiba, 2010, p. 405-420.

SAQUET, M. A.; CANDIOTTO, L. Z. P.; ALVES, A. F. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAUNIER, T. **Parintins:** memória dos acontecimentos históricos. Manaus: Valer, 2003.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; BARTOLI, E. Escalas de análise, dimensões e aspectos de uma cidade média no Amazonas. In: SILVA, W. R.; SCHOR, T. (orgs.). **Agentes Econômicos e Reestruturação Urbana e Regional: Resende e Parintins**. – Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2022. 312p.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; MORAES, A. O.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil, 2016. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. v. 9, n. 1, p. 09-35, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2234> Acesso em: 14 nov. 2016.

SCHWADE, T. M. M. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas. 2019.** 305f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-21052019-142737. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21052019-142737/pt-br.php> Acesso em: 21 jun. 2023.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP, São Carlos, 2010.

SILVEIRA, J. G.; SOUSA, M. C.; LEDER, S. M. percepção da ambiência térmica e as estratégias de adaptação: estudo de caso com idosos no clima tropical. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 99-121, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/ZxhpGBwSPzHyNw7L9FZwwJB/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 22 set. 2023.

SILVEIRA, M. L. Uma Situação Geográfica: do método à metodologia. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, n.16, jan./jun. 1999.

SIMAS, E. L. S. A.; BARTOLI, E. Sistema territorial da madeira ilegal no município de Parintins – AM. **Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade**, 5(02), 2023. 306–326. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6358>

Acesso em: 08 set. 2023.

SIMONIAN, L.T.L. Palafitas, estivas e sua imagética na contemporaneidade urbanorrural na Pan-Amazônia. v. 1. N. 1 (2010) Belém: UFPA, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11363> Acesso em: 13 maio. 2023

SOARES JR, A. Q.; SANTOS, M. A. A. territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. **GEOGRAFIA (Londrina)**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 7–25, 2018. DOI: 10.5433/2447-1747.2018v27n1p7. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/32321> . Acesso em: 18 out. 2023.

SOUZA, C. G. O espaço intraurbano da cidade de Parintins-Am: uma análise a partir das ocupações irregulares. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78605>. Acesso em: 21 set. 2023.

SOUZA, C. G. **Produção da moradia social na cidade de Parintins-AM: da COHAB-AM ao Minha Casa Minha Vida – 1969 a 2017**. 153.f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6465> Acesso 12 de jan. 2019.

SOUZA, C. G.; BARBOSA, T. R.; ANDRADE, F. A. V. Habitação, condições de moradia e modos de morar em áreas inundáveis na cidade de Parintins-AM-Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2013. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/25/habitacoes.html Acesso em: 23 maio de 2022.

SOUZA, M. A. A. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. 1. Ed. São Paulo Hucitec/EDUSP, 1994.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. GOMES. P. C. C. CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: a introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6º. ed., Bertrand Brasil, Rio de janeiro, 2010. 558p.

SOUZA, N. D. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo) São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23102013-120716/publico/2013_NilcianaDinelyDeSouza_VCorr.pdf Acesso em: 14 fev. 2016.

SOUZA, S. I. **Direito à moradia e à habitação**. São Paulo: RT, 2004.

SPOSITO, E. S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas de centralidade urbana. Rio de Janeiro: **URFJ**, v. 3, 1998.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2012.

SPOSITO, M. E. B. Centralidade intra-urbana. **Conjuntura Prudente**, v. 3, p. 49-54, 2002.

SPOSITO, M. E. B. Espacialidade, cotidiano e poder. **Geosul (UFSC)**, v. 14, p. 60 - 65, 1992. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12802> Acesso em: 17 out. 2023

SPOSITO, M. E. B. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. In: XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2009. Brasília. **Anais [...]** Brasília: UNB, 2009. p. 123-147.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP-Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. **Espaços Fechados e Cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: UNESP, 2013.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. 2021. **Conflito de Competência nº 180660 - AM (2021/0189637-8)**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1263058163> Acesso em: 09 out. 2023.

SUESS, R. C.; RIBEIRO, A. S. S. O lugar na Geografia Humanista: uma reflexão sobre o seu percurso e questões contemporâneas - escala, críticas e cientificidade. In: **Revista Equador**, v. 6, p. 1-22, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS – SUHAB. Relatório da Superintendência de Habitação do Amazonas 1967-2015. Disponível em: <[http://www. www.suhab.am.gov.br](http://www.www.suhab.am.gov.br). Acesso: dez. 2016.

Tony Medeiros e Superintendente da Suhab visitam ocupações em Parintins e governo pode desapropriar áreas. **CNA7**, Parintins, 14 de out. 2021. Disponível em: <https://www.cna7.com.br/noticia/8523/tony-medeiros-e-superintendente-da-suhab-visitam-ocupacoes-em-parintins-e-governo-pode-desapropriar-areas> Acesso: 12 nov. de 2022.

TRINDADE JR, S. C. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. In: ARAÚJO, R. C. **Humanitas**. Belém: UFPA, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rhumanitas/article/view/14372/0> Acesso em: 14 fev. 2016.

TRINDADE JR. S. C. C.; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel; AMARAL, Márcio Douglas. Das “janelas” às “portas” para o rio: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti. **Cidades**

ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUPA, 2008. p. 27-47.

TRINDADE JR., S. C. C. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JR., S. C. C. Agentes, redes e territorialidades urbanas, 1999. **Revista TERRITÓRIO**, ano 111, nº 5, jul/dez. 1998.

TRINDADE JR., S. C. C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11945> Acesso em: 14 fev. 2016.

TRINDADE JR., S. C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51, p. 113-150, 2010b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34662> Acesso em 14 fev. 2016.

TRINDADE JR., S. C. C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11281> Acesso em: 14 fev. 2016.

TRINDADE JR., S. C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, 2010a. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12587> Acesso em: 14 fev. 2016.

TRINDADE JR., S. C. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém.** Belém: NAEA/UFPA, 1997.

VALLADARES, L. P. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, L. P. (Org), BONDUKI, N. *et al.* **Repensando a habitação no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, n. 3. p. 21-78. 1982. (Coleção Debates Urbanos).

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

APÊNDICES A

A – Formulário de trabalho de campo nas palafitas sem acesso ao rio

Projeto da Pesquisa: DINÂMICAS DAS MORADIAS: AS PALAFITAS E AS OCUPAÇÕES NOVA CONQUISTA E CASTANHAL (2019) NA CIDADE DE PARINTINS-AM

Pesquisadores: Crizan Graça de Souza
Paola Verri de Santana
Estevan Bartoli

1. Identificação do Chefe da família:

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____

Sexo: [] Masc. [] Fem. Estado Civil _____

Nome do bairro: _____

2. Ocupação Profissional:

Empregado desempregado trabalha por conta própria aposentado qual?

2.1. Em qual atividade você trabalha? _____

3. Quantas pessoas moram na sua Residência atual? _____

4. Renda Familiar:

1 a 2 Salário-mínimo; 2 a 3 Salário-Mínimo; Acima de 3 salários-mínimos

4.1. Recebe algum benefício social:

bolsa família seguro-desemprego seguro defeso; outros: Especificar _____

5. Migração: De onde Veio? _____

Qual é a sua relação com o seu lugar de origem? _____

6. Características gerais da moradia e sua condição:

a) Sua moradia é com acesso à beira do rio? _____

b) Qual a sua relação com o rio? _____

c) No período da enchente as crianças brincam no rio? _____

d) No período da vazante quais brincadeiras elas realizam? _____

e) Você utiliza seu quintal nesse período para quais atividades? _____

f) Você tem embarcação? _____ Você atraca no rio? _____

g) Na vazante, como você utiliza seu quintal? _____

7. Qual o tipo de sua moradia?

a) Palafita Chácara Alvenaria Kitinet [] mista []

Outros: _____

b) O tamanho de sua moradia é bom? _____

c) Quantos cômodos tem sua moradia? _____

d) Proprietário: [] Sim [] Não:

Se for proprietário, comprou: [] de terceiros [] alugado [] cedido [] terreno ocupado

e) Em que ano foi construída sua casa? _____

f) Tem algum problema com este tipo de moradia? [] Sim [] Não

Se sim, qual problema? _____

g) Qual o material construtivo predominante da sua moradia? _____

h) Como você adquiriu a madeira para construir sua moradia?

[] Serrarias [] de parente ou “conhecido” que mora no interior [] outro.

Qual? _____ Sabe a origem da madeira? [] legal [] ilegal

7.1 O que motivou a construção de sua casa neste lugar? _____

7.2 Você utiliza o rio para qual finalidade?

[] pesca [] transporte de mercadorias [] transporte de passageiros

Outro: _____

7.3 A enchente e vazante do rio impactam no seu morar na cidade?

Sim Não somente a vazante Somente a enchente

7.4 Você hospeda algum familiar/conhecido que migra de áreas afetadas por enchentes para a cidade?
 Sim Não. Se sim, quais são as áreas afetadas?

7.5 Quais foram os anos que você hospedou pessoas na sua casa em decorrência da enchente?

Teve algum tipo de pagamento?

Sim Não

Se sim, que tipo de pagamento?

monetário pagamento com produtos agrícola Outro: _____

8. Sua casa serve apenas para moradia? Ou ela tem outras funções como comércio, mercearia?

8.1 Quais motivações levaram você morar na cidade? _____

8.1 Você utiliza sua moradia para outra atividade, como por exemplo: realizar pequenos reparos []; realizar corte/costura []; venda de churrasco []; comércio online []; atender pessoas doentes []; realizar pequenos ofícios []; manutenção []; venda de perfumaria. Outros: _____

8.2 A sua família cresceu? _____ Algum filho(a) se casou? _____ Algum familiar se anexou a sua moradia? _____

8.3 O que motivou a família a morar neste lugar? _____

8.4 Você tem ligação a outro lugar sem ser a cidade? Sim Não. Qual: _____ quais atividades realiza para trazer o sustento da família?

8.6 Você gostaria de ter seu terreno/casa regularizado(a)? _____

8.7 Você pretende mudar deste lugar? _____

8.8 Sua moradia é distante dos serviços básicos, como: posto de saúde, escolas, igrejas, bancos, feiras, lazer e trabalho? _____

9. Disponibilidade de Serviços, Infraestrutura, Equipamentos Públicos e Transporte:

9.1 Coleta de Lixo:

diária; semanal; Outras: _____

9.2 Água: Rede de Abastecimento do SAAE; Poço artesiano; Rio; Outros Especificar: _____

9.3 Luz: Rede elétrica; Energia Solar; Energia Eólica; Motor Outros Quais: _____

9.4 Acesso a redes de esgoto: Rede geral de esgoto []; Fossa Rudimentar []; lançado no Rio, lago []; Fossa séptica []; Vala []; Outro []

10. Como é feito o esgotamento sanitário em sua casa?

11. Qual são suas maiores riquezas?

12. Quais são suas principais necessidades?

B – Formulário de trabalho de campo nas palafitas sem acesso ao rio

Projeto da Pesquisa: DINÂMICAS DAS MORADIAS: AS PALAFITAS E AS OCUPAÇÕES NOVA CONQUISTA E CASTANHAL (2019) NA CIDADE DE PARINTINS-AM

Pesquisadores: Crizan Graça de Souza
Paola Verri de Santana
Estevan Bartoli

1. Identificação do Chefe da família:

Nome: _____
Data de Nascimento: _____ / _____ / _____
Naturalidade: _____
Escolaridade: _____
Sexo: [] Masc. [] Fem. Estado Civil _____
Nome do Bairro: _____

2. Ocupação Profissional:

[] Empregado [] desempregado [] trabalha por conta própria [] aposentado [] qual? _____

2.1. Em qual atividade você trabalha? _____

3. Quantas pessoas moram na sua Residência atual? _____

4. Renda Familiar:

4.1 [] 1 a 2 Salário-mínimo; [] 2 a 3 Salário-Mínimo; [] Acima de 3 salários-mínimos

4.2 Recebe algum benefício social:

[] bolsa família [] seguro-desemprego [] seguro defeso; [] outros: Especificar _____

5. Migração: De onde Veio? _____

Qual é a sua relação com o seu lugar de origem? _____

6. Características gerais da moradia:

a) Sua moradia é com acesso à beira do rio? _____

b) Qual a sua relação com o rio? _____

c) No período da enchente as crianças brincam no rio? _____

d) No período da vazante quais brincadeiras elas realizam? _____

e) Você utiliza seu quintal nesse período para quais atividades? _____

f) Você tem embarcação? _____ Você atraca no rio? _____

g) Na vazante, como você utiliza seu quintal? _____

7. Qual o tipo de sua moradia?

a) [] Palafita [] Chácara [] Alvenaria [] Kitinet [] mista []

Outros: _____

b) O tamanho de sua moradia é bom? _____

c) Quantidade de cômodos? _____

d) Proprietário: [] Sim [] Não

Se for proprietário, comprou: [] de terceiros [] alugado [] cedido [] terreno ocupado

e) Em que ano foi construída sua casa? _____

f) Tem algum problema com este tipo de moradia? [] Sim [] Não

Se sim, qual problema? _____

g) Qual o material construtivo predominante da sua moradia? _____

h) Como você adquiriu a madeira para construir sua moradia?

[] Serrarias [] de parente ou "conhecido" que mora no interior [] outro.

Qual? _____ Sabe a origem da madeira? [] legal [] ilegal

7.1 O que motivou a construção de sua casa neste lugar? _____

7.2 Você utiliza o rio para qual finalidade?

[] pesca [] transporte de mercadorias [] transporte de passageiros

Outro: _____

7.3 A enchente e vazante do rio impactam no seu morar na cidade?

[] Sim [] Não [] somente a vazante [] Somente a enchente

7.4 Você hospeda algum familiar/conhecido que migra de áreas afetadas por enchentes para a cidade?

[] Sim [] Não. Se sim, quais são as áreas afetadas? _____

7.5 Quais foram os anos que você hospedou pessoas na sua casa em decorrência da enchente?

Teve algum tipo de pagamento?

Sim Não

Se sim, que tipo de pagamento?

monetário pagamento com produtos agrícola Outro: _____

8. Sua casa serve apenas para moradia? Ou ela tem outras funções como comércio, mercearia?

8.1 Quais motivações levaram você morar na cidade? _____

8.2 Você utiliza sua casa em outra atividade, como: realizar pequenos reparos ; realizar corte/costura ; venda de churrasco ; comércio online ; atender pessoas doentes ; realizar pequenos ofícios ; manutenção ; venda de perfumaria.

Outros: _____

8.3 A sua família cresceu? _____ Algum filho(a) se casou? _____ Algum familiar se anexou a sua moradia? _____

8.4 O que motivou a sua família a morar neste lugar? _____

8.5 Você tem ligação a outro lugar sem ser a cidade? Sim Não; qual: _____ desse lugar quais atividades realiza para trazer o sustento da família?

8.6 Você gostaria de ter seu terreno/casa regularizado(a)? _____

8.7 Você pretende mudar deste lugar? _____

8.8 Sua moradia é distante dos serviços básicos, como: posto de saúde, escolas, igrejas, bancos, feira e trabalho? _____

9. Disponibilidade de Serviços, Infraestrutura, Equipamentos Públicos e Transporte:

9.1 Coleta de Lixo:

diária; semanal; Outras: _____

9.2 Água: Rede de Abastecimento do SAAE; Poço artesiano; Rio; Outros Especificar: _____

9.3 Luz: Rede elétrica; Energia Solar; Energia Eólica; Motor Outros Quais: _____

9.4 Acesso a redes de esgoto: Rede geral de esgoto ; Fossa Rudimentar ; lançado no Rio, lago ; Fossa séptica ; Vala ; Outro

10. Como é feito o esgotamento sanitário em sua casa?

11. Quais são suas maiores riquezas?

12. Quais são suas principais necessidades?

C – Formulário de trabalho de campo das ocupações Castanhal e Nova Conquista

Projeto da Pesquisa: DINÂMICAS DAS MORADIAS: AS PALAFITAS E AS OCUPAÇÕES NOVA CONQUISTA E CASTANHAL (2016) NA CIDADE DE PARINTINS-AM

Pesquisadores: Crizan Graça de Souza
Paola Verri de Santana
Estevan Bartoli

1. Identificação do Chefe da família:

Nome: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____

Sexo: [] Masc. [] Fem. Estado Civil _____

Nome da Ocupação: _____

2. Ocupação Profissional:

Empregado desempregado trabalha por conta própria aposentado qual?

2.1. Qual atividade que você exerce para sustentar a família? _____

3. Quantas pessoas moram na sua Residência atual? _____

4. Renda Familiar:

4.1 1 a 2 Salário-mínimo; 2 a 3 Salário-Mínimo; Acima de 3 salários-mínimos

4.2 Recebe algum benefício social:

bolsa família seguro-desemprego seguro defeso; outros: Especificar

5. Migração: De onde Veio? _____

Qual é a sua relação com o seu lugar de origem?

6. Características gerais da moradia:

6.1 Qual o tipo de sua moradia?

Palafita; Chácara; Alvenaria; Kitinet; [] mista; []

Outros: _____

a) O tamanho de sua moradia é bom? _____

b) Quantidade de cômodos? _____

c) Proprietário: [] Sim [] Não

Se for proprietário, comprou: [] de terceiros [] alugado [] cedido [] terreno ocupado

d) Em que ano foi construída sua casa?

e) Como você adquiriu a madeira para construir sua moradia?

[] Serrarias [] de parente ou “conhecido” que mora no interior [] outro.

Qual? _____ Sabe a origem da madeira? [] legal [] ilegal

6.2 O que motivou a construção de sua casa neste lugar?

6.3 Quais motivações levaram você morar na cidade? _____

6.4 A sua família cresceu? Algum filho(a) se casou? Algum familiar se anexou a sua moradia?

6.5 Você utiliza sua moradia para outra atividade, como por exemplo: realizar pequenos reparos (); realizar corte/costura (); venda de churrasco (); comércio online (); atender pessoas doentes (); realizar pequenos ofícios (); manutenção (); venda de perfumaria. Outros: _____

6.6 Você tem ligação a outro lugar sem ser a cidade? () Sim () Não. Qual? _____ Quais atividades realiza nesse lugar? _____

6.7 Você gostaria de ter seu terreno/casa regularizado (a)? _____

6.8 Você pretende mudar deste lugar? _____

6.9 Sua moradia é distante dos serviços básico, como: posto de saúde, escolas, igrejas; bancos, feiras, trabalho? _____

7. Disponibilidade de Serviços, Infraestrutura, Equipamentos Públicos e Transporte:

7.1 Coleta de Lixo:

[] diária; [] semanal; [] Outras: _____

7.2 Água: [] Rede de Abastecimento do SAAE; [] Poço artesiano; [] Rio; [] Outros
Especificar: _____

7.3 Luz: [] Rede elétrica; [] Energia Solar; [] Energia Eólica; [] Motor [] Outros
Quais: _____

7.4 Acesso a redes de esgoto: Rede geral de esgoto []; Fossa Rudimentar []; lançado no Rio, lago []; Fossa séptica []; Vala []; Outro [] _____

8. Como é feito o esgotamento sanitário em sua casa?

9. Qual são suas maiores riquezas?

10. Quais são suas principais necessidades?

APÊNDICES B

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MESTRADO EM GEOGRAFIA	
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO		
Título do Projeto de pesquisa: DINÂMICAS DAS MORADIAS: AS PALAFITAS E AS OCUPAÇÕES NOVA CONQUISTA E CASTANHAL (2016) NA CIDADE DE PARINTINS-AM		
Pesquisador Responsável: Crizan Graça de Souza		
Nome do participante:		
Data de nascimento:		
Você está sendo convidado (a) para ser participante do projeto de pesquisa intitulado "DINÂMICAS DAS MORADIAS: AS PALAFITAS E AS OCUPAÇÕES NOVA CONQUISTA E CASTANHAL (2016) NA CIDADE DE PARINTINS-AM" de responsabilidade do (a) pesquisador Crizan Graça de Souza.		
Leia cuidadosamente e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias. Saiba que você tem total direito de não querer participar.		
<ol style="list-style-type: none"> 1. O trabalho objetiva analisar as condições de morar da população de baixa renda nas áreas palafíticas e ocupações irregulares, de modo a entender a relação que assumem como momentos da produção da moradia na cidade de Parintins. 2. A sua participação nesta pesquisa terá a duração de aproximadamente 10 minutos e consistirá no fornecimento de informações socioeconômicas para o melhor entendimento das condições de morar dessas áreas. Entre as perguntas de interesse da pesquisa estão: idade, condições econômicas, ocupação profissional, condições da moradia, infraestrutura e sua relação como entorno. 3. Os participantes não terão nenhuma despesa ou ganho ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento. 4. Caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002). 5. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais ou o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados. 		
Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com o pesquisador Crizan Graça de Souza, de telefone: 92 99264-4088 e e-mail: crizangraca@hotmail.com ou com o Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFAM, localizado em Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, Setor Norte – Bloco Arthur Reis CEP: 69080-900 – Manaus – AM, de email: ppgeog@ufam.edu.br .		
Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.		
Parintins, ____ de _____ de _____.		
Assinatura do participante		
_____ Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento		